



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



TATIANE COELHO ANTUNES

**MEMÓRIAS DE INFÂNCIA, RELAÇÕES DE GÊNERO, EDUCAÇÃO E
VIOLÊNCIAS: ENTRE VIDAS E LINHAS DE OUTRAS MARIAS**



Rondonópolis – MT

2020

TATIANE COELHO ANTUNES

**MEMÓRIAS DE INFÂNCIA, RELAÇÕES DE GÊNERO, EDUCAÇÃO E
VIOLÊNCIAS: ENTRE VIDAS E LINHAS DE OUTRAS MARIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, na Linha de Pesquisa “Infância, Juventude e Cultura Contemporânea: direitos, políticas e diversidade”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Raquel Gonçalves Salgado

Rondonópolis - MT

2020

Revisão e Formatação: Anabela Rute Kohlmann
Ilustração: Camila Teresa da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

C672m Coelho Antunes, Tatiane.
Memórias de infância, relações de gênero, educação e violências: Entre vidas e linhas de outras marias / Tatiane Coelho Antunes. – 2020
228 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Raquel Gonçalves Salgado.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rondonópolis, 2020.
Inclui bibliografia.

1. Infância. 2. Gênero. 3. Educação. 4. Violência de Gênero. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Rod. Rondonópolis.-Guiratinga, km 06 MT-270 - Campus Universitário de Rondonópolis - Cep:
Tel : (66) 3410-4035 - Email : ppgedu@ufmt.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO : "MEMÓRIAS DE INFÂNCIA, RELAÇÕES DE GÊNERO, EDUCAÇÃO E VIOLÊNCIAS: ENTRE VIDAS E LINHAS DE OUTRAS MARIAS"

AUTOR : Mestranda Tatiane Coelho Antunes

Dissertação defendida e aprovada em 10/09/2020.

Composição da Banca Examinadora:

Presidente Banca / Orientador	Pós-Doutor(a)	Raquel Gonçalves Salgado
Instituição :	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	
Examinador Interno	Pós-Doutor(a)	Graciela Haydée Barbero
Instituição :	Universidade Federal de Mato Grosso	
Examinador Externo	Doutor(a)	Amana Rocha Mattos
Instituição :	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	
Examinador Suplente	Doutor(a)	Aguinaldo Rodrigues Gomes
Instituição :	Universidade Federal de Mato Grosso	

RONDONÓPOLIS, 11/09/2020.

Dedico este trabalho a todas as pessoas que tiveram sua subjetividade, seus sentimentos e ambições limitados pelas normatividades cotidianas, em especial às mulheres, todas elas, que, mesmo em diferentes proporções, sofrem a consequência nefasta da violência de gênero e necessitam manter-se vigilantes diuturnamente, pois “a noite não adormece nos olhos das mulheres”.

AGRADECIMENTOS

Estes agradecimentos serão ínfimos, frente a imensa gratidão que tenho por tantas pessoas que tornaram esse projeto possível. Primeiramente, agradeço minha família, composta por mulheres que são para mim expiração, exemplo de força e resistência. Represento-as na imagem de minha mãe, mulher que tanto amo. Obrigada Edileusa, pelo incentivo, apoio em tantos sentidos e pelos chás da madrugada. Meu irmão Fernando, meu incentivador. Minha irmã Thais, digna de um coração tão bondoso, sempre pronta a me auxiliar. Mesmo meu pai, Joel, já falecido, agradeço-o, sei que também vibraria com mais essa conquista. Minhas tias, tios, primos e primas, que me enviaram tantas vibrações positivas! Em especial claro, as minhas tias Glaucia e Mariledi, grandiosas mulheres que também me inspiram, cada uma a seu modo. E ainda falando em família, agradeço a minha doce prima Jaque, pelo carinho, apoio, conforto, palavras positivas e por sempre acreditar em mim. Amor incondicional é o que define o que sinto por vocês!

Agradeço profundamente também ao meu esposo Rogério que participou de todo esse processo comigo e também foi meu incentivador e ponto de apoio. Aceitou realizar esses aprendizados comigo e vem se esforçando para assimilar as desconstruções necessárias e desestabilizar as “verdades” que foram ensinadas a ele, sei que a tarefa não é fácil! Obrigada por entender o quanto é necessária a divisão nas tarefas domésticas e o cuidado com a família, essa pesquisa contribuiu em tantos sentidos para sermos melhores! Que bom que você tem assimilado essas mudanças. Te amo por isso!

Agradeço a minha sogra Ivone, que quando me privava de cozinhar para ter mais tempo para a escrita, estava demonstrando seu carinho, apoio e incentivo.

Sou grata a paciência das minhas filhas Amanda e Ana Júlia que suportaram minha ausência com carinho e estímulo. Ana Júlia, minha pequena feminista, essa escrita foi sempre pensando em você, em poder deixá-la como uma “herança literária” para lembrá-la sempre: SEJA QUEM VOCÊ QUISER SER! Amanda, meu espírito livre, obrigada pelos bilhetes de amor deixados na tela do computador, sua força e coragem são também minha inspiração.

Agradeço também as minhas amigas que dialogaram comigo sobre esse trabalho, que também tiveram paciência em aceitar meus “nãos” quando me convidavam para algum evento em nome da minha dedicação em finalizá-lo.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis que com seus ensinamentos me mostraram um novo caminho a seguir e tanto contribuíram com meu crescimento pessoal e profissional. Em

especial, gostaria de agradecer a Professora Dra. Priscila de Oliveira Xavier Scudder, que com seu carinho, inteligência e atenção, despertou em mim tanta vontade de saber e me inspirou a melhorar a mim mesma e ao mundo.

Aos meus amigos e amigas do Mestrado, com quem dividi tantos aprendizados e desafios. Em especial, gostaria muito de agradecer as minhas “novas amigas” Luciel e Ezequiel. O mestrado me trouxe vida e vocês como presentes. Agradeço imensamente pelos momentos singulares de trocas intelectuais, afetivas e re-significações. Nossa amizade seguirá firme para continuarmos dividindo alegrias, angustias, realizações.

Sou muito grata também a direção do Fórum da Comarca de Pedra Preta - MT, na pessoa da Sra. Valdenilza F. Oliveira Rezende, Gestora geral e do Magistrado Márcio Rogério Martins, pela colaboração e apoio nas informações necessárias durante esse projeto. Estes foram aspectos fundamentais para o caminhar desta reflexão.

Agradeço também as mulheres que participaram desta pesquisa, que compartilharam comigo e, agora com vocês, suas memórias, intimidades, dores e afetos. Serei eternamente grata por terem aceito esse convite e tornarem essa escrita possível. Juntas somos fortes, sempre!

Um obrigado especial também a Camila Teresa da Silva, que com sua criatividade e sensibilidade, ilustrou esse trabalho e teve muita, muita paciência comigo. Gratidão imensa pelo resultado.

Agradeço as Professoras Dra. Amana Rocha Mattos e Pós-Dra. Graciela Haydée Barbero por prontamente aceitarem o convite para compor a banca de examinação. O olhar atento e sensível de ambas foi, desde o exame de qualificação, de imensa contribuição. Sou muito grata as duas.

Por fim, quero agradecer a minha querida orientadora, Prof.^a Dra. Raquel Gonçalves Salgado, sem ela claro, nada disso seria possível. Ela acreditou em mim e me escolheu como única orientanda daquele semestre. Durante todo esse processo, foi minha inspiração, minha mentora, motivadora e com certeza, dimensionou vida para meus dias de escrita e também fez de mim uma nova mulher. Apoiadora das minhas ideias e transgressões, foi de uma gentileza tamanha e merece muito mais do que somente agradecimentos. Seus pensamentos brilhantes compuseram a luz que eu precisei para trilhar esse caminho, foi uma honra. Serei eternamente grata. Eternamente.

Sinto que o mestrado, essa pesquisa, as pessoas que cruzaram meu caminho, precisavam fazer parte da minha história. Não sei se isso é o começo ou o fim, mas com certeza é um recomeço, uma direção, um novo caminho. Recomeçarei quantas vezes forem preciso para que essa escrita continue sempre fazendo tanto sentido quanto faz agora.

*A noite não adormece nos olhos das
mulheres*

*A noite não adormece
nos olhos das mulheres
a lua fêmea, semelhante nossa,
em vigília atenta vigia a nossa memória.*

*A noite não adormece
nos olhos das mulheres
há mais olhos que sono
onde lágrimas suspensas
virgulam o lapso
de nossas molhadas lembranças.*

*A noite não adormece
nos olhos das mulheres
vaginas abertas retêm e expulsam a vida
donde Ainás, Nzingas, Ngambeles
e outras meninas luas
afastam delas e de nós os nossos cálices
de lágrimas.*

*A noite não adormecerá
jamais nos olhos das fêmeas
pois do nosso sangue-mulher
de nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede
de nossa milenar resistência.*

Conceição Evaristo



a noite não adormece
nos olhos das mulheres

RESUMO

Numa perspectiva histórica, deparamo-nos com o fato de, desde a tenra idade, várias instituições, como a família, a escola, a mídia e os diferentes artefatos culturais participarem da produção das relações e experiências de gênero das crianças. Os discursos que dão materialidade a esses dispositivos tendem a convergir no sentido de preservar um ideal conservador de sociedade, dentro de uma perspectiva normativa, regulatória e compulsória. A presente pesquisa tem como objetivo analisar os sentidos sobre as relações de gênero, na família e na escola, que mulheres em situação de Medidas de Proteção da Lei Maria da Penha produzem em suas memórias de infância e como estes reverberam nos modos como elas significam as experiências de violências vividas no presente. As narrativas são analisadas a partir dos seguintes eixos: a infância; a relação com a escola; a relação com a família; as relações de gênero; a violência e a Lei Maria da Penha; e a resignificação das memórias no presente. As participantes da pesquisa são cinco mulheres, com idades entre 25 e 50 anos, detentoras de Medidas de Proteção junto à Lei Maria da Penha, na Vara Única do Fórum da Comarca do município de Pedra Preta, Mato Grosso, durante o ano de 2017. Como referencial teórico-metodológico, a pesquisa conta com os aportes principais de: Judith Butler e Guacira Louro, para as análises das relações de gênero; Walter Benjamin e Jeanne Marie Gagnebin, para a compreensão da memória como experiência; e Michel Foucault, para a análise dos discursos produzidos nas memórias de infância. Ainda como abordagem metodológica, adotou-se a interseccionalidade como forma de evitar as generalizações e introduzir os marcadores sociais como entrecruzamentos que afetam os modos como vários fenômenos podem ser agravados e vivenciados, tendo como referências teóricas Kimberlé Crenshaw, Gayatri Spivak, Djamila Ribeiro, Carla Akotirene e Helena Hirata. Nas análises, nota-se que as participantes da pesquisa possuem experiências com o masculino marcadas pela dor, opressão e pela violação de seus corpos desde a infância, revelando a omissão da suposta “proteção” dentro de um discurso moralizante e implicando nos modos como vivenciam a sexualidade no presente. A família e a escola aparecem nas narrativas como instituições disciplinares, atravessadas por normas de gênero, imersas em um regime de verdade que visa legitimar uma “criança ideal-típica” e inteligível dentro do sistema cisheteronormativo. Aliadas a essas questões, estão as relações de poder nas interações familiares ao instituírem a criança como propriedade das pessoas adultas. A violência, além de interseccionada com vários marcadores sociais, aparece intimamente relacionada à constituição de gênero, com base em princípios de uma educação a partir do que se convencionou ser ideal para homens e mulheres, implicando para elas, desde a infância, a educação do feminino para a culpa. O discurso religioso, nessas narrativas de infância, tem como efeito manter as mulheres subservientes ao imprimir o verbo suportar em seus comportamentos e justificar a violência por vias essencialistas. Verifica-se, ademais, que o comportamento do agressor dentro do ciclo de violência doméstica é reiterativo, assumindo um caráter performativo, produtor da naturalização dessa violência. Espera-se que a presente pesquisa contribua para a análise de novas formas de ser e de viver as relações sociais ao lançar mão das resistências às normatividades por meio da potencialidade dos discursos e dos atos. Assim, é possível pôr em xeque os sistemas de opressão, em especial o patriarcado, com vistas a construir uma educação emancipadora, no que tange às relações de gênero.

Palavras-chave: Infância. Gênero. Educação. Violência de gênero.

ABSTRACT

From a historical perspective, we are faced with the fact that, from an early age, various institutions, such as the family, the school, the media and the different cultural artifacts, participate in the production of children's gender relations and experiences. The speeches that give materiality to these devices tend to converge in order to preserve a conservative ideal of society, within a normative, regulatory and compulsory perspective. The present research aims to analyze the meanings about gender relations, in the family and at school, that women in situations of Protective Measures of the Maria da Penha Law produce in their childhood memories and how they reverberate in the ways they signify the experiences of violence lived in the present. The narratives are analyzed from the following axes: childhood; the relationship with the school; the relationship with the family; gender relations; violence and the Maria da Penha Law; and the reframing of memories in the present. The research participants are five women, aged between 25 and 50 years, who have Protection Measures under the Maria da Penha Law, in the Single Court of the District Forum of the municipality of Pedra Preta, Mato Grosso, during 2017. As a theoretical-methodological framework, the research has the main contributions of: Judith Butler and Guacira Louro, for the analysis of gender relations; Walter Benjamin and Jeanne Marie Gagnebin, for understanding memory as an experience; and Michel Foucault, for the analysis of the speeches produced in childhood memories. Still as a methodological approach, intersectionality was adopted as a way of avoiding generalizations and introducing social markers such as intersections that affect the ways in which various phenomena can be aggravated and experienced, having as theoretical references Kimberlé Crenshaw, Gayatri Spivak, Djamila Ribeiro, Carla Akotirene and Helena Hirata. In the analyzes, it is noted that the research participants have experiences with the male marked by pain, oppression and the violation of their bodies since childhood, revealing the omission of the supposed "protection" within a moralizing discourse and implying in the ways they experience sexuality in the present. The family and the school appear in the narratives as disciplinary institutions, crossed by gender norms, immersed in a regime of truth that aims to legitimize an "ideal-typical child" and intelligible within the cisheteronormative system. Allied to these issues are the power relations in family interactions when establishing the child as the property of adults. Violence, in addition to being intersected with various social markers, appears closely related to the constitution of gender, based on the principles of an education based on what was agreed to be ideal for men and women, implying for them, since childhood, the education of the female to blame. The religious discourse, in these childhood narratives, has the effect of keeping women subservient by printing the verb support in their behaviors and justifying violence by essentialist ways. Furthermore, it appears that the aggressor's behavior within the domestic violence cycle is reiterative, assuming a performative character, producing the naturalization of this violence. It is hoped that the present research will contribute to the analysis of new ways of being and living social relationships by using resistance to normativity through the potential of speeches and acts. Thus, it is possible to put systems of oppression in check, especially patriarchy, with a view to building an emancipatory education with regard to gender relations.

Keywords: Childhood. Genre. Education. Gender-based violence.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNCD/LGBT	Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
CUR	Câmpus Universitário de Rondonópolis
DDM	Delegacia de Defesa da Mulher
GEIJC	Grupo de Pesquisa Infância, Juventude e Cultura Contemporânea
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Aplicada
JECRIMs	Juizados Especiais Criminais
MEC	Ministério da Educação
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MT	Mato Grosso
NUEPOM	Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU Mulheres	Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres
PPGEdu	Programa de Pós-graduação em Educação
SIM/MS	Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde
Sinan	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
STF	Supremo Tribunal Federal
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFR	Universidade Federal de Rondonópolis

SUMÁRIO

PRIMEIRO ATO – O CAMINHO.....	15
1 INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA, INTERESSES E DESAFIOS	17
1.1 As questões e os objetivos da pesquisa.....	25
1.2 Breve apresentação dos principais referenciais teóricos e metodológicos	31
1.3 Apresentação da estrutura da dissertação	33
SEGUNDO ATO – AS VOZES.....	35
CAPÍTULO 2 – MEMÓRIAS DE INFÂNCIA NA PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE A VIOLÊNCIA: ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS E ÉTICAS DA PESQUISA	37
2.1 O contexto da pesquisa.....	44
2.2 Para falar sobre a violência: as participantes da pesquisa aparecem	46
2.2.1 Maria de Nazaré: A violência que percorreu uma geração.....	47
2.2.2 Nátia: O apoio e a fortaleza de quem “carrega o mundo nas costas”	50
2.2.3 Leonídia: Experiências dolorosas de masculinidade.....	54
2.2.4 Antonieta: De joelhos no chão, a figura feminina sustenta o patriarcado	58
2.2.5 Vera: Sob as ordens e o domínio do “Senhor Terrível”	61
2.3 Memória e infância como experiências	65
2.4 Interseccionalidade: Ajustando focos para um novo olhar	67
TERCEIRO ATO - AS NORMAS E REGULACÕES DIÁRIAS PARA AS “BOAS MENINAS”.....	73
CAPÍTULO 3 - INFÂNCIA, INOCÊNCIA, PROTEÇÃO E GÊNERO NAS MEMÓRIAS DE CORPOS EDUCADOS NA FAMÍLIA E NA ESCOLA	75
3.1 “[...] <i>Pra mim a infância é inocência, é proteção e eu não fui protegida</i> ” - Inocência e proteção e suas implicações nos dispositivos de gênero e sexualidade na infância	79
3.2 “ <i>Não faz isso que é coisa de menina! Não faz isso que é coisa de menino!</i> ” - Performatividades de gênero ensinadas e aprendidas na família	90
3.3 “ <i>Senta direito! Fecha as pernas! [...] você é muito pra frente, menina!</i> ” – Performatividades de gênero ensinadas e aprendidas na escola.....	107
3.4 “[...] <i>eu era muito bruta, parecia uma machona [...]</i> ” - Relações entre a criança ideal-típica e os gêneros normativos.....	124
QUARTO ATO - MEMÓRIAS VIOLENTAS – SOBRE MENINAS E SEUS BRILHOS.....	133
CAPÍTULO 4 – AS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO NAS MEMÓRIAS E NAS EXPERIÊNCIAS DO PRESENTE.....	135

4.1 “[...] quando eu era criança, era um peso, um peso muito grande ser menina” - D de temporalidades e experiências: o passado que ressignifica o presente	136
4.2 “[...] sempre foi o meu sorriso, o meu cabelo, o meu jeito, sempre foi isso, a culpa sempre foi minha” - A educação do feminino para a culpa	164
QUINTO ATO - ENTRE ESQUECER E LEMBRAR, RESISTIR É UM CAMINHO – SOBRE BOAS MENINAS E O PRAZER DE BRILHAR.....	179
CAPÍTULO 5 - AS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO COMO PERFORMATIVIDADES	181
5.1 Ciclo de violência: Atos performativos e a naturalização da violência pela via da reiteração.....	181
5.2 “Esquece isso, menina!” - Violências silenciadas e a produção do esquecimento de memórias que não podem aparecer	186
5.3 “Eu não tenho um destino já feito, eu posso fazer, eu posso ser o que eu quiser” - As memórias como resistências, luto público e aparecimento social.....	195
SEXTO ATO – O SENTIDO.....	201
6 ALGUMAS REFLEXÕES	203
REFERÊNCIAS	211
Anexo 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	221
Apêndice 1 – Roteiro de entrevista.....	225

PRIMEIRO ATO

O caminho

Era uma vez uma menina,
uma menina que, antes de crescer um pouco, imaginava que o mundo era doce,
mas percebeu cedo demais que talvez ele não fosse tão doce assim,
e acabou perdendo a conta das vezes em que foi desencorajada e teve medo.

Era preciso ter muito cuidado, entendeu ela, pois as estrelas que observava no céu eram tão brilhantes quanto os pregos em seu caminho.

Ela tem tanto a dizer, mas agora precisa escutar seu silêncio, senti-lo,

há também tantas batalhas para fazer tudo ter sentido, que não sabe por onde começar, mas de toda forma vai tentar, ela tem asas e está aprendendo a usá-las.

Talvez o que ela não escreva seja o que mais deseje gritar – não tenha medo! Alguém vai dizer.

Agora que ela começou, está disposta a se ouvir e deixar fluir.

Ela precisa romper os silêncios, e para isso, devia compor com outras vozes

para que juntas pudessem construir novos caminhos, menos arenosos para aliviar os passos das meninas que passariam depois delas.

No rastro da escuridão, ela quer ser luz e sua proposta é que você caminhe com ela sem medo, mesmo sem a certeza de onde o caminho possa te levar,

mas, neste momento, a única certeza que a menina tem é que certezas não existem.

Tatiane C. Antunes



caminho

coragem

1 INTRODUÇÃO: TRAJETÓRIA, INTERESSES E DESAFIOS

O primeiro movimento que fiz ao iniciar este trabalho, não propositalmente, foi o resgate das minhas memórias de infância. Fechei os olhos... Então, revivi o passado, analisei o presente, projetei o futuro e experimentei sensações diversas, de saudade, amargor, ansiedade, revolta, risos e expectativas. Muitos foram os discursos que se fizeram efeitos de verdades para “dar o tom” de minhas experiências subjetivas. Foi assim a preparação para os desafios de vivenciar a elaboração, a prática, a transcrição e a escrita desta pesquisa. Julguei importante trazer essas experiências, tendo em vista a proposta de trabalhar com memórias de infância.

Desde minha graduação em Serviço Social, a educação sempre esteve ali, ocupando um lugar proeminente em minha prática profissional. Quando da escolha do campo de estágio (2004-2005), fui seduzida pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero – NUEPOM, sendo esse o meu primeiro envolvimento com a desigualdade nas relações sociais entre homens e mulheres ao estabelecer a conexão de ideias para pensar as relações de gênero com crianças e adolescentes em uma escola municipal localizada na periferia de Cuiabá, Mato Grosso. Como material monográfico desta experiência¹, propus-me a investigar os meios empregados durante a infância que ensinam as representações de gênero e possibilitam uma educação diferenciada e binária (masculino x feminino) para as crianças, com destaque, inclusive, aos livros didáticos e materiais pedagógicos. Observei, por exemplo, como existem diferenças em relação às imagens representativas de homens e mulheres, sendo elas frequentemente ligadas às tarefas domésticas e eles, vistos como profissionais bem-sucedidos.

Dito isso, talvez esse tenha sido, também, um fator relevante que produziu em meu imaginário, por um período de tempo pretérito, a ideia de que a realização de um mestrado era algo quase impossível, tendo como justificativa inclusive o meu lugar de fala (RIBEIRO, 2019), mulher/negra/pobre e tudo o que essa condição representa. Como é difícil, para nós, mulheres, acreditarmos que podemos, que temos contribuições a oferecer no campo epistêmico! Nossas próprias expectativas acabam por nos condicionar a imensas dúvidas, autossabotagem e cerceamentos (ANZALDÚA, 2000). Sobre isso, Patricia Hill Collins (2019) afirma que o empoderamento pessoal, por meio do autoconhecimento e da autodefinição, mesmo sob circunstâncias que nos limitem, é essencial.

Nesse sentido, reconhecer-me como mulher negra neste processo – e realmente esse reconhecimento só foi construído durante a realização desta pesquisa –, não foi fácil, precisei,

¹ ANTUNES, T. C. **Infância**: espaço de (re)produção dos estereótipos de gênero. 108f. Monografia (graduação) - UFMT, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Serviço Social, Cuiabá, 2006.

antes, ouvir novamente a mim mesma e reconciliar-me com minha autoimagem. Ler autoras negras foi muito necessário. Todo esse processo vivido foi fundamental para a formação de uma identidade política que ultrapassasse a luta antissexista, e se direcionasse, também, à ação antirracista. Agradeço as indicações que me conduziram por esse caminho, já que a intersecção entre gênero e raça é fator central na luta pela igualdade de direitos que nos são privados desde a infância.

Ao relacionar, de maneira direta, a violência e as relações de gênero, foco principal da pesquisa, aponto que os dispositivos de poder patriarcais, racistas e machistas produzem a condição de abjeção destinada às mulheres, em especial, às mulheres negras e pobres, estando aí justificado qualquer tipo de violência perpetrada contra elas.

Faz-se importante realizar a contextualização racial na análise da abjeção, visto que, como destaca Grada Kilomba (2019), ao considerar gênero como único ponto de partida para analisarmos a violência, ignora-se o fato de que as mulheres negras não são violentadas apenas por homens – brancos e negros – mas são também oprimidas por formas estruturantes de racismo. Ainda segundo a autora, em um esquema gênero e raça, mulheres negras, por não serem nem brancas nem homens, passam a ocupar uma posição muito difícil dentro de uma sociedade patriarcal de supremacia branca, sendo representadas por uma condição de ausência dupla, o que a autora chama de outricidade dupla, o oposto da branquitude e da masculinidade. Nessa correlação, elas só podem ser consideradas a/o “Outra/o” e nunca o eu (KILOMBA, 2019). É, portanto, pelo caminho da abjeção que Butler (2015) reafirma o debate acerca da vulnerabilidade da pessoa humana, questionando, inclusive, o que é produzido, decidido e digno de ser ou não uma pessoa vivível e viável.

A relevância desta pesquisa pauta-se, por conseguinte, na necessidade de avançar nos estudos sobre as relações de gênero e seu cruzamento com outros marcadores sociais e, posteriormente, na convicção de que, dentre todos os tipos de violência contra a mulher existentes no mundo, aquela praticada no ambiente familiar é uma das mais cruéis e perversas, violência que, muitas vezes, se inicia na infância, por meio da educação sexista. Além da relevância teórica, do contexto histórico que se delineia, do caráter inovador, ético, resistente e político da pesquisa, é importante apontar justificativas pessoais e profissionais que também subsidiam a escolha do tema. As marcas dos estereótipos de gênero que me acompanham desde a infância, por meio de uma educação relativamente sexista, entrecruzada com o marcador racial, formaram e transformaram a minha constituição enquanto mulher, mãe e esposa e estão diariamente em processo de (re) construção.

Por isso, é importante ratificar, logo nestas páginas iniciais, que escrevo assumindo o que ressalta Kilomba (2019), entendendo que os saberes possuem tempo e lugares específicos, incluindo o pessoal e o subjetivo como parte do discurso acadêmico. Essa postura evidencia-se na não neutralidade, em uma posição em que sou atravessada por diferentes contextos e condições, inclusive de pesquisadora, num processo de escrita marcado pelo desconforto frente ao menosprezo à violência contra meninas e mulheres, pelo silenciamento de suas vozes e da consequente naturalização da violência de gênero. O desconforto de dores que não são registradas, o desconforto da invisibilidade das vozes historicamente subalternizadas. Meus incômodos me conduzem a buscar influenciar o modo como percebemos as relações de gênero na sociedade e desafiar os discursos hegemônicos responsáveis por estas invisibilidades.

Dentre as justificativas pessoais, insiro-me no cenário desta pesquisa partindo das inquietações formuladas ao longo de minha história, e percebo que meu objeto, ao mesmo tempo que dialoga comigo, também me interroga. Dessa forma, julgo ser esta escrita também, neste momento, um desejo de remissão, um pedido de desculpas a todas as mulheres que ouviram de mim o famoso provérbio bíblico “Toda mulher sábia edifica a sua casa; mas a tola a derruba com as próprias mãos” - Provérbios 14:1 (BÍBLIA, 1985). Esse pedido deve-se ao fato de que, mesmo possuindo formação acadêmica e alguns contatos teóricos com as questões de gênero, aceitei, anos atrás, ser coordenadora por nove edições do “Encontro de Casais Casados em Cristo”, da Pastoral da Família da Igreja Católica de Pedra Preta, Mato Grosso, e, durante aquele tempo, pouco fiz para servir de instrumento aos questionamentos relativos à hierarquização entre os gêneros. Em nome da religião, eu exercia uma posição de poder, que fazia de minhas palavras verdades absolutas capazes de acentuar e manter a ordem hegemônica.

Demasiadas vezes, em meus discursos, eu enaltecia o perfeccionismo feminino e o senso socialmente condicionado de dever, medindo o sucesso do casamento pelo quão boa e valorosa a mulher, e somente ela, poderia ser para sua família. Acriticamente, não consigo, neste momento, descrever o porquê reforçava que, independentemente da situação, em nome da “sagrada família”, ela deveria se manter bela, recatada e domesticada. Era o mesmo que dizer que elas não podiam ser elas mesmas, que não podiam respirar livremente porque eram adestradas a assumir formas diversas para agradar sempre. Condiionadas também, desde a infância, a almejar o matrimônio como a maior realização pessoal da vida, mulheres, em sua maioria brancas e de classe média, que procuravam esses encontros para “salvar” seus relacionamentos, e não estranhamente, a maioria dos homens, também brancos de classe média, não estavam dispostos a relegar os privilégios avalizados pelo patriarcado.

O fato é que inúmeras mulheres internalizam, ainda hoje, o supracitado provérbio, que, mesmo pequeno, tem um imenso efeito sobre suas vidas. O discurso insensato de que “os homens são assim mesmo”, além de determinista, quer dizer que, para eles, os padrões são bem mais baixos do que para elas, qualquer que seja o assunto. Em contraponto, nossa cultura continua a enaltecer a ideia da mulher polivalente, em especial as mulheres negras que acumulam várias jornadas, sendo elas comparadas a um objeto, uma máquina, incapazes de pensar e dar prioridade às suas necessidades pessoais antes de atentar-se a todas as outras necessidades das pessoas a sua volta, em especial, às do esposo. Márcia Tiburi (2018) ofereceu-nos uma reflexão muito interessante sobre isso:

Essa condição feminina depende de um discurso, de uma espécie de texto que é dito diariamente ou de um subtexto que permanece secreto. O romantismo nas relações familiares, que são muitas vezes as mais cruéis, serve para garantir a função do casamento e da maternidade. As virtudes cristãs das mulheres, tais como a capacidade de cuidar e a compaixão, a compreensão e a atenção aos outros, bem como a feminilidade na forma de delicadeza, da sensualidade e da paciência, tudo isso serve de texto para ocultar o subtexto do machismo que nos informa “para que serve” uma mulher (TIBURI, 2018, p. 65, grifo da autora).

Eu diria que a “tradição” desigual e sagrada advinda do discurso do patriarcado deve servir para justificar qualquer coisa, até mesmo situações de violência de gênero. Nesse caso, com o peso da autorresponsabilidade, passei a observar e ouvir muito e a pensar ainda mais. Era hora de reavaliar todo o contexto e colocar os pingos nos “is”. Para mim, a culpa surgiu para me alertar sobre meu comportamento, para que eu pudesse julgar minhas atuações a fim de corrigi-las, na medida do possível.

Comecei a trabalhar junto à Equipe Multidisciplinar na Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Fórum de Rondonópolis (2009-2015), no cargo de assistente social, no desempenho do qual passei a entender que existem mortes que não são apenas dos corpos, e que a palavra morte poderia ser aplicada também a outras circunstâncias. Refiro-me à morte da alma, da alegria de viver, de ser e estar no mundo e, principalmente, a morte da subjetividade, cotidianamente retirada de tantas mulheres. Percebi que minhas mãos estavam sujas de sangue, e continuariam sujas enquanto minha prática profissional não fosse condizente com minha prática pessoal.

Mudei meu discurso, deixei os provérbios de lado e, reconciliada com minha prática profissional, em grande parte daquele período e nos anos subsequentes, de 2015 a 2019, em que estive atuando no Fórum de Justiça da Comarca de Pedra Preta, busquei maneiras de incluir a perspectiva de gênero nos meus atendimentos. Impulsionada pelo desejo de me colocar no

campo contra hegemônico direcionei, no ano de 2018, um pedido ao Ministério Público e ao Fórum de Justiça da Comarca de Pedra Preta-MT apontando a necessidade de atendimento às mulheres e homens envolvidos na Lei Maria da Penha, por parte da equipe multidisciplinar (formada por uma profissional de Serviço Social e uma de Psicologia). Esse atendimento funcionava, até então naquela comarca, de modo facultativo nas decisões judiciais, o que, em meu entendimento, além de dificultar o cumprimento das medidas de proteção à mulher, as mantinha silenciadas em suas necessidades e angústias, até mesmo na forma de entendimento dessa legislação. Diante da impossibilidade de fala dessas mulheres, até então, entendo, conforme Gayatri Spivak (2018), que

[...] a tarefa do intelectual pós-colonial deve ser a de criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar para que, quando ele ou ela faça, possa ser ouvido (a). Para ela, não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar “contra” a subalternidade, criando espaços nos quais o subalterno possa se articular e, como consequência, possa também ser ouvido (SPIVAK, 2018, p. 16-17, grifo da autora).

Os silenciamentos, que ocultavam os procedimentos judiciais daquela natureza, passaram, a partir do ano de 2019, a possuir lugar de fala e de escuta e muitas mulheres conquistaram o direito de serem ouvidas e terem autonomia na decisão de como conduzir suas vidas a partir da denúncia. Essa medida também beneficiou, de certa forma, os homens (acusados), que, a contar daquele momento, passaram a receber encaminhamentos diversos, assim como elas, à rede socioassistencial do município, observadas as necessidades individuais. Atualmente, trabalho com a possibilidade de formação de grupos reflexivos para eles, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, e de um Coletivo Feminista para elas, em colaboração com a Profa. Dra. Raquel Gonçalves Salgado, por meio de estágio supervisionado ofertado pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal de Rondonópolis/UFR, e também algumas profissionais de psicologia de Pedra Preta-MT, onde resido.

Outra questão importante, no que diz respeito ao empenho em promover uma prática que rompa silenciamentos, foi a proposta, também acatada pelo judiciário local, em 2019, de atendimento da equipe multidisciplinar às crianças e adolescentes nos procedimentos envolvendo crimes de violência sexual, ainda na fase policial, evitando-se sucessivos relatos por parte delas (na fase policial e também na fase judicial). Problematicando tal questão, à época, percebemos que como a maioria desses casos eram praticados por homens, as crianças e adolescentes não se sentiam à vontade durante a oitiva com o escrivão de polícia, do sexo masculino, demonstrando dificuldade em falar sobre o ocorrido. Como solução, passamos a

realizar o primeiro contato com as partes, e, só após nossa acolhida e intermédio, seus relatos eram registrados pelo escrivão.

Tendo em vista as barreiras que silenciam a violência sexual, é notório que situações dessa natureza, assim como a violência contra a mulher, envolvem relações de dominação e poder e devem ser também analisadas e tratadas à luz da perspectiva de gênero, por meio de um atendimento especializado e atento aos diversos atravessamentos que envolvem a questão. Entendo, hoje, que minha atuação profissional é também um ato político e que, sendo o fenômeno da violência uma expressão da questão social, precisa ter seus fatores socioeconômicos relacionados a uma prática investigativa, no sentido de propor formas de resistência e enfrentamento.

Igualmente relevante neste meu percurso profissional foi a oportunidade de trabalhar não só com as mulheres, mas também com os homens autores de violência, o que me fez perceber significativas diferenças no comportamento de ambos no trato com a situação. Num primeiro momento, durante os atendimentos, a acolhida era realizada com a mulher, quando eu ouvia suas narrativas a respeito da violência vivenciada, num processo cercado de intenso sofrimento e desespero. Muitas vezes, as lágrimas brotavam dos olhos das mulheres atendidas, num fluxo corrente. Frequentemente, não consegui separar minha capacidade técnica de minha sensibilidade, e não pude deixar de me emocionar com seus relatos. Contudo, não considero que isso tenha sido um problema, afinal, a alteridade estava expressa nesses momentos.

A experiência de atendimento aos homens, por sua vez, era diferente. Eles buscavam, em sua maioria, não esboçar sentimentos, tentavam encontrar uma justificativa para seus comportamentos agressivos: às mulheres, e somente a elas, cabia a culpa, enquanto eles quedavam-se inconformados e revoltados. As lágrimas derramadas pelas mulheres contrapunham-se à desertificação dos olhos masculinos. No início, meu sentimento para com eles era de consternação e raiva. No entanto, após me debruçar sobre as temáticas de gênero, passei a refletir para além de seus comportamentos, compreendendo com mais clareza os efeitos do ordenamento patriarcal e heteronormativo da sociedade em suas vidas (não que isso seja uma justificativa). Entendo, agora, que os discursos que “disciplinam” os corpos desde a infância são os responsáveis por determinar as relações de gênero na sociedade.

Dessa forma, essas reflexões foram moldando ainda mais meu interesse pelas questões de gênero, e exigiram – e ainda exigem – de mim, uma desconstrução constante. Heleieth Saffioti (2015, p. 45) aduz que: “ninguém escolhe seu tema de pesquisa; é escolhido por ele”, e assim aconteceu comigo, já que há algum tempo venho dispensando um compromisso político-ideológico para com as questões que aqui são levantadas. Devo muito ao meu trabalho

junto ao judiciário, pois, além de me oferecer aprimoramento técnico e teórico, forneceu-me experiências incomensuráveis para minha vida pessoal.

Dialogando ainda sobre o tema, destaco que ao longo desta dissertação utilizarei as expressões “violência de gênero” e/ou “violência contra a mulher” para me reportar a este fenômeno, considerando que as violências evidenciadas por elas ultrapassaram o ambiente doméstico e familiar e mostraram outras dinâmicas abusivas ancoradas às relações de gênero desde a infância. Afinal, a violência contra a mulher tem por contexto variadas formas de manifestação: institucionais, nas relações íntimas, domésticas, familiares e afetivas, o que demonstra seu caráter estrutural. Mesmo assim, julgo importante traçar algumas considerações acerca da Lei n. 11.340/06 (BRASIL, 2006), denominada Lei Maria da Penha, e suas implicações no âmbito doméstico e familiar, visto que meu campo de pesquisa permeará este universo.

No Brasil, a violência contra as mulheres passou a ser apreendida como uma questão pública apenas em meados da década de 1970. Nesse cenário, esse tipo de violência era de ordem do privado, sendo considerado “aceitável” e em “defesa da honra” por parte tanto do ordenamento jurídico quanto do imaginário social (ainda um desafio atual). O movimento feminista da época, majoritariamente branco, juntamente com setores da sociedade civil organizada, deu o primeiro passo para denunciar as bases patriarcais e promover ações diretas de enfrentamento dessa violência e denunciar a forma banalizada com que ela vinha sendo conduzida pelo judiciário.

As primeiras conquistas realizadas no caminho para a formulação da supracitada legislação foram a inauguração, em São Paulo, no ano de 1985, da primeira Delegacia de Defesa da Mulher – DDM e o surgimento dos Juizados Especiais Criminais – JECRIMs. Com o intuito de ampliar o acesso da população à justiça, os JECRIMs acabaram por contribuir para que a violência contra as mulheres fosse descaracterizada em nível de importância, isso porque a maior parte dos crimes registrados, como lesões leves e ameaças, poderia ser enquadrada como de menor potencial ofensivo, passando à competência desses juizados. Como consequência disso, os casos de violência contra mulheres resultaram em desfechos marcados ou pela conciliação ou pela aplicação de multa na forma de cestas básicas (BRASIL, 2018). A possibilidade de renúncia, por parte da mulher, também era uma agravante, já que revelava a fragilidade das medidas no trato com a questão.

A promulgação da Lei n. 11.340 (Lei Maria da Penha) (BRASIL, 2019), no dia 07 de agosto do ano de 2006, é considerada o principal marco no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres no Brasil. Em seus dispositivos, alterou as formas de julgamento

dos homens autores da violência, afastando a competência dos JECRIMs para julgar esses tipos de casos, bem como alterando a prerrogativa de renúncia e o pagamento de cestas básicas como “reparação” da violência. Ademais, passou a tipificar a violência contra a mulher (violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral) e estabeleceu as medidas protetivas de caráter preventivo e urgentes. De acordo com a Lei Maria da Penha, as medidas protetivas de urgência são aplicadas para obrigar o autor da violência a uma conduta (suspensão do porte de armas, afastamento do lar, proibição de aproximação ou de contato com a ofendida, restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, prestação de alimentos provisionais ou provisórios), e para proteger as mulheres (encaminhamento a programa de proteção ou atendimento, afastamento da ofendida do lar, separação de corpos, restituição de bens etc).

A Lei Maria da Penha recebeu esse nome em homenagem à Maria da Penha Maia Fernandes, mulher que, após sofrer duas tentativas de assassinato e outras tantas formas de violência doméstica por parte do então esposo, o professor universitário Marco Antônio Heredia Viveiros, ficou paraplégica e, com a ajuda de mulheres engajadas na luta feminista com pautas de combate à violência, recorreu a diversas instâncias, inclusive internacionais, para que ele pudesse ser punido (FERNANDES, 2012). Essa legislação adotou a perspectiva feminista de que a violência, especialmente a doméstica, é um dos principais mecanismos de poder para forçar as mulheres a posições subordinadas e subalternizadas na sociedade, sendo ela motivada pelas expressões de desigualdade baseadas na condição de gênero, que têm início desde a infância, por meio de normas e padrões discriminatórios nos espaços público e privado. Apesar da grande relevância da proposta, outro desafio atual diz respeito à leitura da legislação para além da categoria gênero, visto que a universalidade da mulher contida em suas bases de formulação tende a obliterar a diversidade de experiências e contextos de “outras” mulheres, interseccionadas principalmente por questões raciais, de classe social e sexualidade.

Realizadas essas considerações, é oportuno contextualizar que a pesquisa da qual emergem essas reflexões está vinculada ao Grupo de Pesquisa Infância, Juventude e Cultura Contemporânea (GEIJC), da linha de pesquisa “Infância, Juventude e Cultura Contemporânea: direitos, políticas e diversidade”, pertencente ao Programa de Pós-graduação em Educação – PPGEduc, da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), Mato Grosso. Percebo a importância do grupo de pesquisa e do programa de pós-graduação no diálogo com minhas inquietações à luz de resistências e (re)existências, auxiliando-me a construir estratégias coletivas de enfrentamento, pensando a violência, não só a praticada contra mulheres, como um fenômeno social que atravessa os muros do judiciário. Coaduno, portanto, com o que afirmam Maria Amélia de Almeida Teles, Flávio Santiago e Ana Lúcia Goulart de Farias (2018), que,

Hoje, uma universidade responsável é aquela comprometida com o processo de democratização, equidade e justiça social, que realiza pesquisas e analisa a persistência da discriminação e, acima de tudo, promove redes feministas para pensar estratégias e diretrizes para combatê-la (TELES; SANTIAGO; FARIAS, 2018, p. 12).

Dessa maneira, a reflexão serviu-me de artifício poderoso para restabelecer minha subjetividade, munindo-me de subsídios para interpretar os fenômenos históricos e sociais que estão diante não só dos meus, mas de todos os olhos.

Entre vidas e linhas de outras Marias, dialoga com “outras Marias” outras mulheres que, assim como Maria da Penha, tiveram suas vidas marcadas por violências e estão, mesmo que muitas vezes silenciadas e excluídas, diante de nossos olhos.

1.1 As questões e os objetivos da pesquisa

Além de algumas questões já terem sido elencadas na introdução desta escrita, a proposta da pesquisa advém da problematização de dados exorbitantes relacionados à violência contra a mulher veiculados cotidianamente através da mídia de massa. Percebo, porém, que, embora esses dados tenham se tornado visíveis, esta realidade não tem sido suficiente para problematizar e desafiar as causas ocultas dessa violência. O ordenamento patriarcal e cisheteronormativo continua a validar a dominação masculina e, conseqüentemente, a violência de gênero. Nesse aspecto, podemos realizar um contraponto com a matéria veiculada, há pouco tempo, pela Organização Não Governamental Themis, que atua na área de gênero, justiça e direitos humanos e assinala o Brasil na lista dos piores lugares do mundo para se nascer menina, tendo como referência o Relatório da Anistia Internacional sobre Violações de Direitos Humanos de 2016, que marca, como indicativos, os níveis elevadíssimos de violência de gênero.

Noticiada na Folha de São Paulo, no ano de 2017, a pesquisa “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, realizada pelo Datafolha, a pedido do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que entrevistou mulheres em todo o País, mostrou que uma em cada três mulheres, com idade de 16 anos ou mais, já foi espancada, xingada, ameaçada, agarrada, perseguida, esfaqueada, empurrada ou chutada naquele ano, acrescido do fato de 29% delas mencionarem terem sido vítimas de violência física, psicológica ou verbal no ano anterior (MENA, 2017).

O Atlas da Violência no Brasil, divulgado no ano de 2019, trata, principalmente, da conjuntura da violência letal no País, referente ao ano de 2017, e, de qualquer ângulo que os dados sejam analisados, pouco ou quase nada se vê de diferente. É estarrecedor analisar os índices de violência e constatar a ideologia subjacente e leviana com que o Estado vem tratando esse fenômeno. Conforme dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS), foram cerca de 618 mil homicídios ocorridos no Brasil entre 2007 e 2017, um aumento de 36,1%, sendo que só em 2017 foram registrados 65.602 casos, o maior nível já registrado no País. Mais de 70% desses homicídios foram por armas de fogo, 76,9% das vítimas eram homens e 53,8%, mulheres, para verificarmos também a imprudência do Decreto nº 9.785, de 07 de maio de 2019, proposto pela Presidência de República, que versa sobre a liberação de armas de fogo. Essa ideia estapafúrdia tende a incidir significativamente no índice de crimes violentos, o que tem sido assunto de várias análises em todas as edições do Atlas da Violência, o qual aponta haver um debate desigual, em que, de um lado, estão as evidências empíricas científicas e, de outro, a retórica armamentista da autodefesa, nunca confirmada em pesquisas científicas (IPEA, 2019, p. 79).

Essa violência letal que, segundo os dados, atinge majoritariamente a população jovem e negra do País, com idades entre 15 e 19 anos, convoca-me a refletir sobre o aumento da incidência sobre públicos específicos, incluindo as populações negra, LGBTQAI+² e mulheres, permitindo-me fazer uma articulação entre capitalismo/exploração, racismo e as opressões heteropatriarcais. Ainda segundo as análises realizadas no referido documento, as chances relativas (em relação ao homem) de a mulher ser assassinada na infância ou nas idades mais avançadas é maior, o que possivelmente reflete a questão da violência passional e da misoginia³, até então presentes na sociedade brasileira, que se diferenciam do problema da violência masculina, ligada à juventude (IPEA, 2019, p. 70).

Ainda em relação à violência contra as mulheres, os dados apresentados no documento são espantosos. Foram registrados, no total, 4.936 homicídios, o maior número desde 2007, o

² O Atlas da Violência 2019 traz em sua análise a sigla LGBTI+, deixando de fora a última atualização da sigla, que acrescenta a letra Q, referente à significação *queer*, e a letra A, referente às pessoas assexuais. Porém, nesta pesquisa, utilizarei a sigla completa, LGBTQIA+. Em um regaste histórico, tem-se que, inicialmente, nos anos 1990, a sigla utilizada era LGBT referindo-se a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros. Em 1996, surge a variante com o acréscimo da letra Q para incluir aqueles que se identificam como *queer* ou que questionam a sua identidade sexual. Para incluir pessoas intersexuais, a sigla é prolongada com a letra I. O sinal de + é adicionado ao final para representar qualquer outra pessoa que não seja coberta pelas iniciais LGBTQI. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/LGBT>. Acesso em: 07 jun. 2019.

³ Por misoginia, entende-se o ódio, desprezo ou preconceito contra mulheres ou meninas. A misoginia funciona como um sistema ideológico, de base patriarcal, que insiste em colocar as mulheres em posições subordinadas aos homens. Essa crença pode se manifestar de várias maneiras, entre elas, a violência, a objetificação sexual e o feminicídio. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Misoginia>. Acesso em: 05 maio. 2020.

que equivale a uma média de 13 mulheres assassinadas por dia no Brasil. Do total de homicídios contra mulheres, 28,5% ocorreram dentro da residência, muito provavelmente casos de feminicídio⁴ decorrentes de violência doméstica. Entre estes, houve um aumento, de 2012 a 2017, de 25% de assassinatos por arma de fogo no ambiente doméstico, maior do que o número de mulheres assassinadas, também por armas, fora de casa. Os dados apresentados expõem uma certa estabilidade até o ano de 2015, na taxa de homicídio de mulheres por arma de fogo dentro de casa. Todavia, nos últimos dois anos, houve um crescimento significativo nesse indicador. Isso aponta, de forma contundente, que a posse de arma de fogo no ambiente doméstico não “protege as famílias”, pelo contrário, tende a vulnerabilizar ainda mais a vida das mulheres, principalmente as que já vivem em situação de violências diversas e são intimidadas quanto à possibilidade de denúncia.

Especificamente no caso de Mato Grosso, o levantamento aponta que, entre os anos de 2007 e 2017, 1.056 mulheres foram vítimas de homicídio no Estado, sendo que o maior índice se deu no ano de 2015, com 118 mortes. Em 2017, esse número caiu para 92 feminicídios, dos quais 70 foram praticados contra mulheres negras. O que me remete aos versos cortantes, entoados por Elza Soares, que anunciam que “a carne mais barata do mercado é a carne negra⁵”, e os dados do Atlas da Violência 2019 não desmentem tal comparação, indicando um crescimento na desigualdade de mortes no Brasil por raça. A população negra e vulnerável financeiramente, além de ter seus direitos negados e negligenciados rotineiramente, é a que mais morre. Homens e mulheres negras estão no centro do projeto de extermínio do Estado, em que a taxa de homicídios chega a 75,5 % em relação à população branca, mostrando o aprofundamento da mortalidade que incide sobre essas pessoas.

Cabe também comentar que a taxa de homicídios de mulheres negras, em uma década (2007-2017), teve um aumento de 62,3% no Brasil, na proporção referente aos homicídios de 2017 no País: 66% eram mulheres negras. O abismo existente entre a violência letal contra mulheres negras em comparação com as não negras, além de demonstrar a fragilidade do Estado em proporcionar a universalidade de suas políticas públicas, escancara uma herança colonial de base racista e sexista que ainda lança sobre as mulheres negras estereótipos diversos que tendem

⁴ O crime de feminicídio entrou em vigor pela Lei 13.104/2015, que alterou o art. 121 do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940), para prever o feminicídio como crime de homicídio. Desta forma, é entendido como o assassinato de uma mulher praticado por razões da condição de sexo feminino, isto é, quando o crime envolve: “violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. Instituto Patrícia Galvão, Dossiê Violência contra as Mulheres. Disponível em: <https://tinyurl.com/y6yg7gah>. Acesso em: 07 jun. 2019.

⁵ YUCA, Marcelo; SILVA, Jorge Mário da (Seu Jorge); CAPELLETTE, Wilson. A carne. In: **Elza Soares - Do cóccix até o pescoço**. Rio de Janeiro: Maianga Discos, Faixa 6, 2002.

a contribuir com a letalidade desses corpos, como a hiperssexualização e a objetificação. O levante conservador e as implementações de políticas antipopulares, marcas sobejas de governos de extrema direita, afetam diretamente a vida das mulheres, da classe trabalhadora, da população negra e das que não performam um gênero coerente com a cisheteronormatividade. Ante o exposto, é notório que o sangue derramado atualmente no Brasil tem raça, gênero e sexualidade não normativa, denunciando um contexto caracterizado por uma violência estrutural.

Diante dessa realidade, o Atlas da Violência 2019 traz uma análise inédita em comparação às demais edições, abordando a violência contra a população LGBTQIA+. Não por acaso, o Supremo Tribunal Federal (STF) votou, recentemente, o projeto que enquadra a homofobia como crime de racismo no Brasil, passando a dar mais visibilidade aos crimes desta natureza. A análise dos dados desse público no supracitado Atlas baseou-se nas denúncias registradas no Disque 100, canal telefônico do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), e dos registros administrativos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, verificando um crescimento de 127% no número de homicídios no último ano, com 173 assassinatos e 26 tentativas. O documento mostra que a maior parcela dos agressores era de homens e que a maioria das vítimas, mulheres lésbicas (49,5%) e bissexuais (6,7%). Em Mato Grosso, o aumento foi de 07 para 20 casos de denúncias por lesão corporal, tentativa de homicídio e homicídio propriamente dito contra essa população, entre os anos de 2011 e 2017. Entendo, contudo, que esse número não expresse, ainda, com exatidão, esse tipo de violência, sendo que, muitas vezes, a denúncia não é qualificada como homofobia.

Posta a dificuldade de mensuração dos dados e a subnotificação dessa violência, percebo o crescimento do discurso de ódio fomentado por diversas instâncias de poder contra o reconhecimento dos direitos das populações LGBTQIA+. Prova disso é a necessidade de silenciar, mesmo que de forma letal, as vozes que se levantam a favor dessa causa; como exemplo mais vivo desta realidade, temos o assassinato, no ano de 2018, da vereadora Marielle Franco, morta por milicianos no Rio de Janeiro, sendo ela negra, lésbica, feminista e ativista dos direitos sociais da população mais precarizada pelo Estado, inclusive da população LGBTQIA+ (IPEA, 2019). Denuncio, aqui, um Estado fascista, que não assume a destruição dessas vidas como um crime, um Estado que ainda produz algozes diversos quando, na realidade, não formula sua culpa e de seus agentes perante o aumento da violência no País. Denuncio, também, integrantes desse mesmo Estado, que assumem o discurso de ódio e

publicizam orgulhosamente práticas conservadoras de um Estado de exceção⁶. Marielle Franco ainda está viva, não corporalmente, mas sua presença reverbera nos discursos e práticas contra hegemônicos, de resistência contra um Estado violento, que segrega, que vigia, pune e mata.

Ainda nesse cenário de fragilidade, considerando o contexto temporal desta pesquisa, em que passamos por um momento de pandemia em nível mundial, com a propagação de um vírus denominado Novo Coronavírus, causador da COVID-19, vejo o quanto essa conjuntura pode impactar a vida de meninas e mulheres, em especial as negras e pobres, expostas ao aumento assustador dos índices de violência de gênero. Considerando que uma das medidas sanitárias adotadas para conter o avanço da doença seja o isolamento social no ambiente doméstico, muitas delas passaram a ficar mais tempo junto ao seu agressor ou outros possíveis agressores e sentiram crescer a insegurança diária da violência, fato este agravado pelos impactos negativos na economia e na renda familiar diminuída durante este período.

Um levantamento realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública⁷ indica que apenas no mês de abril deste ano, período em que todos os estados já adotavam medidas de isolamento social, o crescimento da violência doméstica foi de 37,6% em relação ao mesmo período do ano passado. Em Mato Grosso, os dados mostraram que, no primeiro trimestre deste ano, os índices de feminicídios dobraram, foram de 11 para 22 casos. Só no mês de março deste ano, em comparação ao mesmo período do ano passado, os índices tiveram um crescimento de 400%, altura em que as medidas de isolamento iniciaram em nosso Estado.

Em sentido oposto, o mesmo estudo aponta que o número de denúncias sofreu quedas consideráveis, visto que, estando em confinamento, muitas mulheres não têm conseguido sair de casa para registrar a ocorrência. Simone de Beauvoir (2009) sintetiza bem esse contexto vivenciado em tempos de pandemia ao afirmar que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados, afirmando não serem eles

⁶ O filósofo italiano Giorgio Agamben, em entrevista ao El País (ARROYO, 2018), fala sobre o Estado de exceção, afirmando que esta condição se tornou norma atualmente. Destaca haver um aspecto da história recente que acaba mostrando-se como o paradigma da sociedade moderna: os campos de concentração, um espaço onde a lei fica em suspenso, um perpétuo Estado de exceção, onde, pensando com a filósofa Hannah Arendt, “tudo é possível”. Segundo suas análises, “o homem enclausurado neles é marginalizado da sociedade pelo próprio Estado: é o *homo sacer*, sagrado. Não pode ser sacrificado, mas sua morte não constitui homicídio e pode ser assassinado impunemente. O estado de exceção era um dispositivo provisório para situações de perigo. Hoje se tornou um instrumento normal de governo, se generalizou. A exceção, por isso se chamava estado de exceção, é norma.” Giorgio Agamben: “O estado de exceção se tornou norma”. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/19/cultura/1461061660_628743.html. Acesso em: 07 jun. 2019.

⁷ Dados retirados da nota técnica do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19 – Ed. 2. 29 de maio de 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/06/violencia-domestica-covid-19-ed02-v5.pdf>. Acesso em: 29 junho. 2020.

permanentes. A autora adverte, ainda, que nós, mulheres, devemos nos manter vigilantes durante toda a nossa vida.

Pensar que a violência de gênero atinge a mulher durante a sua vida toda vai ao encontro da minha proposta de analisar a violência e as relações de gênero desde a infância. No Brasil, faltam pesquisas com recorte geracional e de gênero, visto que, estatisticamente, a violência praticada contra as crianças, em especial, contra meninas, seja ela física, verbal ou sexual, é silenciada e invisibilizada. Numa perspectiva histórica, deparamo-nos com o fato de, desde a tenra idade, várias instituições, como a família, a escola, a mídia e os diferentes artefatos culturais, participarem da produção das relações e experiências de gênero das crianças. Os discursos que dão materialidade a esses dispositivos tendem a convergir no sentido de preservar um ideal conservador de sociedade, dentro de uma perspectiva normativa, regulatória e compulsória. Aprender a desempenhar uma performance normativa relacionada às representações de gênero dá-se como uma ação educativa recorrente e reiterada de atos, práticas e gestos, que se delineiam a partir da apropriação de um conjunto de referências simbólicas, nos contextos sociais em que a criança circula e com os quais tem contato (BUTLER, 2017). A função do gênero é, nesse contexto, produzir a noção imaginária de estabilidade, de realidade passível de compreensão, em que a heterossexualidade está certificada pela binaridade de dois sexos fixos (masculino em oposição ao feminino) e coerentes com o corpo do nascimento, tendo como constituição basilar na infância uma criança imaginária, tida como ideal (BURMAN, 2008), consagrada na vida adulta também em moldes ideais e universalizantes de branquitude, cisgeneridade⁸ e heterossexualidade. Os corpos que divergem desse ideal, que não cumprem as exigências normativas para os gêneros, são relegados à abjeção e punidos por meio da violência de gênero.

Diante do exposto, importa-me investigar: que sentidos sobre as relações de gênero, na família e na escola, mulheres em situação de Medidas de Proteção da Lei Maria da Penha produzem em suas narrativas de infância e como estes reverberam nos modos como elas significam as experiências de violência vividas no presente? Como estratégia para responder tal questão, busco: compreender os modos como essas narrativas de infância dialogam com o presente, no sentido de ressignificar as violências que marcam a vida atual; tensionar os processos educativos na infância, nos contextos da família e da escola e implicados nas relações

⁸ De uma forma simplificada, cisgênero é a pessoa que se identifica com o gênero atribuído em seu nascimento, baseado em fatores biológicos ligados ao órgão sexual masculino e feminino. A expressão “Cis”, se contrapõe normativamente a expressão “Trans”, referente a transgênero, ou seja, a pessoa que não se identifica com a determinação do gênero atribuído no nascimento, vindo a transgredi-la. A cisgeneridade é uma categoria relacionada diretamente à heterossexualidade e tida como norma vigente (LANZ, 2014).

de gênero, com as situações de violência do presente; e analisar os sentidos sobre o corpo (o seu próprio corpo e o corpo do outro) nas narrativas de infância e das violências vividas no presente.

Destaco a importância de pensar a mulher/menina, grupo historicamente subalternizado, como uma categoria política, de direitos, e não menos importante, digna de uma vida livre de violência.

1.2 Breve apresentação dos principais referenciais teóricos e metodológicos

Os referenciais teóricos assumidos abordam questões tidas como prementes para esta pesquisa, que estão relacionadas à discussão do conceito de gênero, de infância e aos discursos que sustentam relações de dominação e acarretam situações de violência. Calcada nesta intencionalidade, faço uso de uma escrita interseccional, entendendo ser esta uma perspectiva crucial para denunciar a situação de muitas meninas e mulheres, como efeito de padrões de opressão, e promover uma crítica ampla ao mundo social, que tende a reproduzir assimetrias e impedir a ação autônoma de seus integrantes, partindo, desde as questões de gênero até a reorientação de todos os nossos valores e critérios de análise (BIROLI; MIGUEL, 2015).

Por meio da interseccionalidade, ferramenta teórica e abordagem metodológica proposta por Kimberlé Crenshaw (2002), entendo gênero, violência e infância transpassados por outros marcadores sociais, como raça, classe, religião, geração e sexualidade, buscando sinalizar as consequências estruturantes e dinâmicas da relação entre tais eixos de subordinação, que não podem ser categorias pensadas isoladamente, mas, sim, indissociáveis. Esse conceito analítico está diretamente relacionado aos aportes teóricos do pensamento feminista negro, que introduz esses marcadores como entrecruzamentos que incidem diretamente nos modos como as experiências sociais podem ser vivenciadas em contextos diversos. A interseccionalidade não surge apenas como um método de pesquisa, ou técnica de investigação, mas para dar conta de questões políticas e sociais muito maiores e mais concretas, como a orientação de políticas públicas e na garantia de direitos.

A partir da crítica feminista negra, formulada por feministas e intelectuais negras nos anos 1970 e 1980, no contexto americano, provém também a denúncia do caráter excludente, essencialista, ideológico, eurocêntrico, racista e sexista da ciência, ao evidenciar que o saber ocidental atua no interior da lógica da identidade, valendo-se de categorias reflexivas incapazes de pensar a diferença. As reflexões são baseadas, como mencionado anteriormente, em um conceito universal de homem e mulher, que remete ao ser branco, cisgênero, heterossexual,

produtivo, sob os moldes do sistema capitalista e cristão, deixando-se de lado quem escapa dessas referências, em especial, as mulheres negras. Com isso, as noções de objetividade e de neutralidade, como garantias da veracidade do conhecimento, são questionadas, no mesmo movimento em que se denuncia o quanto os padrões de normatividade científica são impregnados desses conceitos.

Patrícia Hill Collins (2019) assevera que o pensamento feminista negro tem como objetivo, como teoria social crítica, oferecer resistência às opressões, tanto a suas práticas quanto às ideias que as justificam, entendendo que elas agem, conjuntamente, na produção da injustiça, ou, neste caso, na violência. Esse pensamento, aliançado com a discussão interseccional, remete-me a perspectivas de análise que acompanham a complexidade da realidade das participantes desta pesquisa, permitindo, ainda, a identificação de diferentes relações de dominação que estruturam e demarcam nosso lugar de fala nos diferentes contextos sócio históricos (COLLINS, 2019). Em uma sociedade patriarcal, classista, racista, de herança escravocrata, o aporte teórico crítico do pensamento feminista negro é fundamental para pensar outras formas de existências, lugares e perspectivas, buscando um novo marco societário.

É utilizando esta crítica que busco analisar o conceito de gênero e de infância em um diálogo sobre as normatizações e verdades absolutas que sustentam desigualdades e violências. Para tanto, minhas indagações são encaminhadas no sentido de compreender as formas pelas quais os poderes se ligam a determinados discursos, a fim de produzir efeitos de verdade, tendo a análise foucaultiana do discurso também como ferramenta metodológica e analítica (FOUCAULT, 2014).

Os principais aportes teórico-metodológicos assumidos são: Walter Benjamin (1985; 1995) e Jeanne Marie Gagnebin (2013; 2009), com os conceitos de narrativa e história, para a compreensão da memória como experiência; Michel Foucault (2014; 1988; 1987), para a análise dos discursos produzidos nas memórias de infância e para a concepção da sexualidade e do corpo numa dimensão discursiva, como dispositivos de saber-poder, oferecendo suporte, ainda, para tensionar o conceito de infância modelar. Com Jacques Donzelot (1980), problematizo a moralização articulada à ideia de inocência e proteção, e Erica Burman (2008) que, com suas reflexões críticas sobre a criança ideal-típica, permite a compreensão da infância normativa, em suas relações com o Estado-Nação e o ideal de progresso. Kimberlé Crenshaw (2002), Gayatri Spivak (2018), Djamila Ribeiro (2019), Carla Akotirene (2019) e Helena Hirata (2014) fundamentam a escrita e a reflexão à luz da interseccionalidade, assim como a contribuição de intelectuais vinculadas ao pensamento feminista negro, como Patricia Hill

Collins (2019), bell hooks⁹ (2019), Grada Kilomba (2019) e Gloria Anzaldúa (2000; 2009), que se constituem como intelectuais essenciais para o aprofundamento das interconexões entre os sistemas de opressão e para a compreensão das categorias de análise.

Para problematizar e realizar a análise das relações de gênero, trago à discussão Joan Scott (1995), Donna Haraway (2004), Guacira Louro (1997; 2016) e Judith Butler (2002; 2015; 2017). Essa última, mesmo que não discuta diretamente o conceito de infância, é fundamental para a crítica da infância modelar e da produção dos gêneros inteligíveis e normativos, bem como para a análise da violência por meio das noções de reiteração, abjeção e luto público.

1.3 Apresentação da estrutura da dissertação

Ao eleger a análise foucaultiana do discurso como ferramenta metodológica e analítica da pesquisa, informo que optei por não construir um capítulo isolado para a análise, mas pretendo, antes, estabelecer um diálogo direto e contínuo entre o campo e as reflexões teóricas para a análise dos dispositivos de poder e controle, entendendo que a potencialidade das narrativas das mulheres participantes não são as costuras ou os arremates da minha construção, mas o que provoca a problematização da minha pesquisa.

Após as descrições introdutórias, descritas no primeiro capítulo, em que narrei meus interesses, desafios, objetivos, e apresentei brevemente os aportes teóricos da pesquisa, explicito que, do ponto de vista da organização do texto, esta dissertação está estruturada em outros quatro capítulos.

O segundo capítulo traz os caminhos teórico-metodológicos e éticos da pesquisa. Para tanto, detalho a opção metodológica e os delineamentos da pesquisa de campo, apresentando as mulheres que, num salto do tempo, dão voz a esta escrita, com o objetivo de oferecer à/ao leitora/leitor uma visão geral sobre suas histórias de vida. Disserto, ainda, com Benjamin (1985; 1995) e Gagnebin (2013; 2009) sobre a memória e a experiência, seguida por uma discussão mais substanciada sobre a abordagem interseccional e o pensamento feminista negro, pelo qual a dissertação se orientou no processo de análise.

O terceiro capítulo trata, especificamente, de um diálogo sobre o discurso normativo e moralizante, articulado com a ideia de inocência e proteção e suas implicações com os dispositivos de gênero e sexualidade na infância. Aqui a infância é apresentada como categoria

⁹ Gloria Jean Watkins, importante escritora do pensamento feminista negro, adotou, em sua escrita, o nome bell hooks, em homenagem a sua bisavó materna, decidindo assinar suas produções em letra minúscula. Segundo ela, seus escritos não devem ser reduzidos ao nome, ou à assinatura, mas sim ao conteúdo e à relevância deles.

social e histórica, e, em diálogo com Foucault (1988; 2014), analiso a proteção e a inocência como dispositivos de poder e controle que passam a existir dentro de um sistema discursivo de saber/poder que dá sustentação ao conceito e à ideia de criança típica. Posto isso, discorro acerca das relações de gênero nas memórias de corpos obsessivamente vigiados e educados pela família e pela escola, pensando como essas instituições vão estar presentes na composição de uma infância modelar, em um diálogo entre a criança ideal-típica e a produção dos gêneros inteligíveis.

No quarto capítulo, o passado dialoga com o presente. Nele, discorro sobre a memória como ressignificação do passado, na perspectiva de Benjamin (1985; 1995) e Gagnebin (2013; 2009), refletindo sobre as experiências da infância e como elas vão marcar os relacionamentos amorosos e sexuais, as conjugalidades, os prazeres e os desejos do presente, bem como sobre as narrativas que evidenciam a educação do feminino para a culpa.

No quinto e último capítulo, dedico-me a discutir, com a ajuda de Butler (2017), a violência doméstica como performatividade de gênero, por meio da análise do ciclo de violência como algo que funciona e vai dando naturalidade à produção da violência como norma. Uma performatividade de gênero, no sentido de produção da violência como substantivo, como norma, pela via da reiteração. Em seguida, problematizo a produção do esquecimento de memórias que não podem aparecer, analisando por que as infâncias violentadas são normatizadas, esquecidas e não denunciadas. Faço essa crítica para além da vida das mulheres participantes, mas pensando, igualmente, no âmbito do Estado como produtor desse esquecimento, por meio das vozes emudecidas nas estatísticas de violência. Com o intuito de contrapor essa realidade, realizo um exercício dialógico com a perspectiva de memórias como resistências, para que seja possível romper com a produção do esquecimento, em especial das infâncias violadas que não são denunciadas e que não podem aparecer.

Finalmente, apresento um diálogo sobre as análises assumidas para reiterar meus argumentos e apontar algumas reflexões que a pesquisa me permitiu alcançar.

SEGUNDO ATO

As vozes

Elas estão por aí, entre vidas, vê-se linhas que se entrelaçam e evidenciam que são tantas as Marias.

Marianas, Marietas, Marielas, Marielles...em nossas diferenças nos fazem tão iguais.

Suas memórias, de tão fortes, parecem como socos no estômago tirando de nós o fôlego que alimenta mais um suspiro.

Mas nós precisamos de suas memórias, de suas palavras, de suas lágrimas, suas histórias!

Elas nos farão fortes, então falem, deixem sair essa voz que foi impedida por tanto tempo.

As entrelinhas, os olhares, gestos, sentimentos, os silêncios, tudo será importante.

Foi sorte encontrá-las? Ou estavam aí o tempo todo e ninguém quis ver?

O importante é que o encontro aconteceu.

E alguém precisava contar essas histórias.

A menina, que ainda estava crescendo e que agora estava com o poder da caneta, resolveu contá-las.

Histórias podem tirar o fôlego, mas os sentidos podem devolver a vida, pois sempre é tempo de revolução.

Tatiane C. Antunes



educação

memórias

infância

violência

gênero

CAPÍTULO 2 – MEMÓRIAS DE INFÂNCIA NA PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE A VIOLÊNCIA: ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS E ÉTICAS DA PESQUISA

Dada a natureza da investigação, a pesquisa está inserida em uma abordagem qualitativa, uma vez que, como elucida Minayo (2008), este é o método mais recomendado para aplicação no estudo das relações, das histórias, das representações, das percepções e de como os sujeitos pensam, sentem e articulam os discursos. Foucault (2014, p. 07) adverte, entretanto, que o problema não é avaliar, num discurso, o que de fato ele revela de científico ou verdadeiro, mas “ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos”. Trata-se de analisar como os discursos produzem subjetividades, as suas normas e os regimes de verdade que neles e a partir deles se constituem.

Como viés teórico-metodológico, temos a análise foucaultiana para problematizar os discursos produzidos nas memórias de infância, no sentido de analisar como os poderes relacionam-se a determinados discursos para a produção de efeitos de verdade (FOUCAULT, 2014), bem como a abordagem interseccional, com base no pensamento feminista negro, como estratégia para ampliar o foco de análise das narrativas.

Outro viés importante é a análise das memórias de infância como narrativas de uma vida passada, impossível de ser recuperada tal como aconteceu, entendidas como resignificação constante do vivido e como possibilidades de, na condição de memória, interrogar o presente. Para tanto, assumo como principais referências teórico-metodológicas Benjamin (1985; 1995) e Gagnebin (2009; 2013), com os conceitos de narrativa e história.

Como condição ética, faz-se importante informar que o projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos da UFR/CUR, por meio do parecer número 3.246.716, com o propósito de defender os interesses das participantes em sua integridade e dignidade.

As participantes da pesquisa foram cinco mulheres (consideradas, judicialmente, como vítimas, por terem sofrido violência doméstica), com idades entre 25 e 50 anos, detentoras de Medidas de Proteção junto à Lei Maria da Penha, na Vara Única do Fórum da Comarca do município de Pedra Preta-MT, durante o ano de 2017. A seleção dessas participantes foi aleatória, dentro dos critérios definidos para a inclusão na pesquisa, que são: estar envolvida em Processo Judicial vinculado à Lei Maria da Penha, no que diz respeito à aplicação de Medidas Protetivas de Urgência; pertencer à faixa etária acima descrita; e dar o consentimento para participar da pesquisa.

Por meio de um documento fornecido pela Vara Única do Fórum de Justiça, contendo as 39 medidas de proteção registradas no ano de 2017, elenquei nome, endereço e telefone das mulheres que se enquadravam nos critérios da pesquisa. Devido ao lapso temporal de quase dois anos, muitos telefones e endereços estavam desatualizados e tive certa dificuldade em contatar, dentro deste quantitativo, as cinco participantes. Em decorrência do próprio andamento da pesquisa, à medida que ia recebendo a autorização delas, iniciava as entrevistas, mesmo que ainda não tivesse o número inicialmente proposto. Importante comentar sobre minha relação enquanto pesquisadora e membro da equipe multidisciplinar do Fórum da Comarca de Pedra Preta-MT durante o período em que realizei a pesquisa de campo. Entendo que meu lugar social como parte daquela instituição contribuiu apenas para facilitar o acesso aos procedimentos judiciais, não interferindo, no entanto, na abordagem e sensibilização das mulheres que aceitaram participar desta pesquisa. Isso porque, na intenção até mesmo de resguardar a instituição e o viés ético da pesquisa, no primeiro acesso a elas, identifiquei-me apenas como pesquisadora interessada em produzir conhecimentos, de acordo com os objetivos acadêmicos a que me propunha.

No primeiro encontro, após realizar com elas a leitura e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 1, p. 221), documento que contém as informações necessárias sobre os objetivos e os procedimentos metodológicos e éticos da pesquisa, informei-as quanto à escolha de um pseudônimo pelo qual pudessem ser identificadas na pesquisa. Logo na primeira entrevista, uma delas me perguntou se poderia escolher o nome de uma mulher que ela admirasse, pedido que foi solicitado também pelas demais participantes. Concordei que essa escolha poderia ser livre, desde que suas identidades continuassem preservadas. Assim, cada uma delas se identificou com o nome de sua predileção, tendo este – ou não – algum significado especial.

A produção inicial dos dados deu-se por meio das entrevistas semiestruturadas realizadas no período entre os meses de julho a novembro de 2019, com base em um roteiro prévio (Apêndice 1, p. 225), com questões flexíveis e abertas, divididas em quatro blocos, que funcionaram apenas como demarcadores de eixos, relacionados aos objetivos da pesquisa e aos temas abordados junto às participantes. Por meio delas, busquei compreender as memórias de infância das participantes como vieses para analisar os sentidos sobre as relações de gênero vividas na família e na escola e sobre as experiências de violência vividas no presente. Os eixos de análise das narrativas foram: a infância na família; a infância na escola; a violência de gênero e a Lei Maria da Penha; e a resignificação das experiências vividas no presente. Convém

salientar que os dados integrais gerados nesta pesquisa são sigilosos e apenas as participantes (cada qual com o seu relato individual) e a pesquisadora possuem acesso a eles.

Os quinze encontros para a entrevista aconteceram individualmente, sendo três com cada participante, em locais de escolha delas e foram todos audiogravados. A transcrição foi realizada por meio de aplicativo virtual que captou as falas nas entrevistas e, posteriormente, foram revisadas por mim e pelas participantes, no sentido de evitar equívocos interpretativos. Algumas se manifestaram sobre a “confusão” e “fragmentação” de suas narrativas, revelando um movimento que não reconheceu limites temporais, cronológicos ou espaciais, pois, no ato de narrar, elas passavam da infância para a adolescência e para a vida adulta, não obedecendo estes limites. Nesse caso, segundo o referencial teórico que utilizo, o passado é um passado que não é o da juventude, mas sim um passado da menina, independentemente da idade, é memória. Durante a seleção dos excertos que compõem esta escrita, não utilizei nenhuma técnica previamente determinada. Sendo assim, optei por transcrever cada entrevista minuciosamente, em sua integralidade, para, então, selecionar os episódios que se aproximassem das questões centrais desta pesquisa.

Neste ponto, ressalto que, das cinco mulheres entrevistadas, três delas já haviam sido atendidas por mim, durante minha atuação profissional, as demais, uma eu conhecia vagamente e a outra conheci a partir da pesquisa.

A maioria das narrativas teve caráter de um “balanço de vida”, outras tiveram um direcionamento de testemunho pessoal. Elas me contaram o que pensam e sentem, problematizando a condição feminina e suas relações na sociedade desde a infância. Houve, ainda, quem assumisse um tom mais confidencial, aproveitando a oportunidade para desabafar os conflitos e as queixas cotidianas. Antes das entrevistas, carregava comigo algumas impressões e ideias do que elas contariam, porém, surpreendi-me com a riqueza das narrativas e com tudo que o que foi compartilhado, principalmente o fato de constatar que a violência, além de ultrapassar os limites domésticos, lhes era algo cotidiano desde a infância. Igualmente interessante foi constatar que a maioria das mulheres falou de sua sexualidade com relativa desenvoltura, visto que nenhuma delas me pediu que controlasse o que deveria ou não ser gravado ou pudesse ser exposto na transcrição.

Durante esse processo, houve duas desistências, mas as mulheres que desistiram ainda não haviam sido entrevistadas, apenas havíamos estabelecido o primeiro contato. Essas ocorrências vêm confirmar a ansiedade e a ambivalência de sentimentos geradas pela proposta da pesquisa. A segunda mulher, que havia sinalizado positivamente para fazer parte da pesquisa, entrou em contato comigo via telefone e disse que havia reconsiderado, por não desejar

rememorar as violências vivenciadas, que, segundo ela, eram muitas. Já em fase de conclusão das entrevistas, a quinta e a última participante também me comunicou, via telefone, horas depois do nosso primeiro contato de apresentação da proposta, que não mais participaria, justificando motivos pessoais. Assim, tive que revisitar a listagem que havia feito, e realizar nova busca para concluir a etapa de entrevista. A última mulher que aceitou participar da pesquisa não residia mais em Pedra Preta-MT, e sim em Rondonópolis, no mesmo Estado, o que me demandou mais tempo para efetivar a conclusão das entrevistas.

Importante salientar que estes e outros riscos foram sopesados durante a fase de elaboração desta pesquisa, ponderando, sobretudo, as possíveis alterações de ordem psicológica e social durante as entrevistas, ainda que as questões tenham sido formuladas com cautela. Foram considerados os riscos leves e moderados, que dizem respeito à disponibilidade das participantes, desconfortos ocasionados pelo tempo de duração da entrevista, invasão da privacidade, fadiga ou constrangimentos ao responder às questões da entrevista e evocar memórias.

Quanto às providências e cautelas assumidas frente aos riscos supramencionados, reforço que elas tiveram acesso direto a mim durante todo o processo, para que pudessem dialogar sobre o material narrado, e, em meus esforços para minimizar os desconfortos, a privacidade das participantes foi assegurada, por meio da escolha de um local reservado para as entrevistas, bem como a liberdade para não responderem questões que elas julgassem constrangedoras. Diante dos mais sutis sinais verbais ou não verbais de desconforto, dávamos uma breve pausa na entrevista, e, no tempo delas, quando estivessem confortáveis para continuarmos, retomávamos a proposta, no mesmo dia ou, se necessário, em data futura.

Penso que, em relação ao valor atribuído desta pesquisa ao Fórum de Justiça da Comarca de Pedra Preta-MT, destaca-se o pioneirismo nas discussões relativas ao tema, bem como a possibilidade de gerar conhecimentos capazes de contribuir para a construção de alternativas efetivas, voltadas a intervenções nos casos de violência doméstica atendidos pelos diversos profissionais da unidade jurídica e da rede de atendimento municipal. Sobre isso, julguei relevante a elaboração de um perfil das 39 mulheres do universo total desta pesquisa, analisando os seguintes quesitos no boletim de ocorrência: idade, pertencimento étnico-racial; estado civil; se tem filhas/os ou não; quantidade de filhas/os; ocupação laboral; renda familiar e escolaridade. Destaco que esse processo demandou demasiado empenho, visto que a leitura e a decodificação dos dados nos boletins de ocorrência não aconteceram como havia previamente imaginado, visto que a incompletude e a diferença no preenchimento de um para o outro impossibilitaram que assim ocorresse.

Com base nos dados gerais que consegui reunir, verifiquei que a idade daquelas mulheres variava entre 15 e 68 anos, sendo que as denúncias que abarcam mulheres acima dos 60 anos corresponderam a situações envolvendo como acusado um filho ou outro parente, e não um parceiro íntimo.

Em relação à ocupação laboral, 13 mulheres declararam exercer atividades fora do ambiente doméstico, de forma remunerada; 17 afirmaram realizar atividades domésticas, sem remuneração; em sua residência; três eram estudantes (com idades de 15 a 17 anos); duas eram aposentadas; e quatro delas não possuíam dados nesse quesito.

No que diz respeito ao estado civil, a maioria delas se identificou como solteira, perfazendo um total de 29 mulheres. Das demais, cinco eram casadas, duas, separadas, uma, divorciada, uma era viúva e uma não foi identificada. Quanto à escolaridade, a maioria delas possuía o primeiro grau do ensino fundamental incompleto, sendo que apenas uma declarou possuir ensino superior completo.

No tocante à variável cor/raça, cinco foram registradas como negras, 19 como pardas, sete como brancas e oito registros estavam sem preenchimento deste item. Especificando ainda mais este último quesito, observei que as 19 mulheres registradas como mulheres pardas tinham entre 15 e 68 anos, com escolaridade entre primeiro grau incompleto e ensino superior completo; as sete mulheres arroladas como brancas, possuíam idade de 17 a 46 anos, com escolaridade de primeiro grau completo a ensino superior incompleto; dos cinco registros de mulheres negras, elas contavam entre 21 e 45 anos, sendo que, deste quantitativo, um estava sem registro de escolaridade e os outros quatro descreviam primeiro grau incompleto, índice mais baixo entre os níveis de escolaridade em comparação às demais.

Quanto à ocupação, entre as negras, todas elas exerciam atividades domésticas, seja no lar ou para terceiros. A interseccionalidade de gênero, raça e mercado de trabalho já nos evidencia, logo nessas primeiras análises, que as mulheres negras ocupam um espaço de subalternidade em relação às outras.

Uma questão de extrema relevância diz respeito à autodeclaração nos registros de ocorrência quanto ao pertencimento racial. Trago essa observação após verificar a discrepância entre o que informavam os boletins de ocorrência das cinco mulheres entrevistadas nesta pesquisa, e o que me foi declarado na entrevista, sugerindo que esse tópico pode estar sendo preenchido mediante impressão visual da autoridade policial no momento do registro. Percebi que, de forma consciente ou não, a definição racial com a especificação parda pode estar sendo utilizada mesmo quando se trata de mulheres que se autodeclararam negras. Acredito que esta ação venha a contribuir para a perpetuação do racismo estrutural por negar a existência da

identidade racial das mulheres negras, que é confirmada ou negada pelo olhar do outro, vindo, conseqüentemente, a não representar fielmente os índices de violência contra essas mulheres. Sabemos que esse fato é tão naturalizado que fica difícil até mesmo para elas realizarem essa declaração, visto que vez ou outra são provocadas a realizar essa autodefinição (hooks, 2019).

Outro dado contido no boletim de ocorrência que dava sinais de autopreenchimento era a questão do peso, que se resumia a forte/baixo e alto (mesmo em se tratando de mulheres, o conteúdo do registro é descrito no masculino, evidenciando, mais uma vez, o sexismo na linguagem). Nenhum registro assinalava a questão de renda familiar, nem a orientação sexual, identidade de gênero e nome social das mulheres¹⁰. Mesmo que, de acordo com as histórias narradas nos registros das 39 mulheres, nenhum deles tratasse de relação homoafetiva, creio ser importante ressaltar que não verifiquei campos nos boletins de ocorrência para preenchimento destes quesitos, o que revela a tendência universalizante das relações sociais e sexuais.

Em relação à quantidade de filhos e filhas, percebi que isso só era registrado quando estes/estas eram advindos/as do relacionamento da mulher com o acusado, se outros/as ela ou ele possuísem, nada era mencionado. A supressão desse dado remete ao entendimento de que apenas as crianças do relacionamento entre as partes possuem relação com a violência, quando, ao contrário, várias foram as vezes em que, ao efetuar as visitas domiciliares às partes, durante o procedimento judicial, deparei-me com crianças de outros relacionamentos de ambos, que haviam participado das situações de violência e também necessitavam de atendimento e atenção.

De modo geral, ao analisar, brevemente, os 39 registros de pedidos de medidas de proteção junto à Lei Maria da Penha nos anos de 2017 que chegaram ao Sistema Judiciário de Pedra Preta-MT, constatei alguns apagamentos que poderiam ser evitados. O não-preenchimento dos campos na ficha de ocorrência, ou mesmo o preenchimento aleatório, também prejudica a investigação policial e acaba por contribuir para questões muito maiores, como a subnotificação histórica de crimes contra a população negra, herança colonial racista e excludente. Ademais, mesmo quando o quesito étnico-racial é preenchido por autodeclaração ou por observação, as instituições pouco utilizam tais dados, seja por desconhecer sua importância ou mesmo por não saber como usá-los (OLIVEIRA, 1998 *apud* CARNEIRO, 2003).

¹⁰ O Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais CNCD/LGBT, por meio da resolução nº 11 de 18/12/2014, estabeleceu parâmetros para a inclusão destes itens nos boletins de ocorrência emitidos pelas autoridades policiais no Brasil. Importante realizar esta observação por observar que vários são os entendimentos judiciais atuais que versam sobre a inclusão de pessoas transexuais nas ocorrências da Lei Maria da Penha, entendendo que esta legislação visa resguardar quem exerce o papel social de mulher na relação doméstica, familiar ou afetiva, estando ela sujeita às vulnerabilidades sociais do gênero.

A filósofa Djamila Ribeiro evidencia a importância da autodeclaração, principalmente para as pessoas negras. Segundo ela, a autodefinição é uma afirmação política, e seria o caminho para desmistificar hierarquias e evitar universalizações das experiências, destacando que o recorte racial da violência é um dado essencial para o combate às práticas racistas (RIBEIRO, 2018). Essa análise demonstrou, portanto, a relevância de um atendimento especializado nos casos de violência de gênero e da escuta qualificada desde a realização da denúncia, considerando a interseccionalidade como ferramenta interpretativa fundamental para a amplitude resolutiva das questões sociais que envolvem as relações de gênero e a violência.

Defendendo, ainda, os benefícios diretos desta pesquisa, agora para as mulheres que dela fazem parte, informo que, inicialmente, havia proposto a realização de uma roda de conversa com elas ao final das entrevistas, com o objetivo de dialogarmos sobre suas impressões durante o processo, a devolutiva do material que havia reunido, ressaltando a importância de suas contribuições para a produção do conhecimento, bem como outras questões que se fizessem necessárias e, também, a título de fechamento do processo. Após o exame de qualificação, foi sugerido pelas examinadoras que eu agregasse ao diálogo, quando da concretização desse momento, questões mais estruturais e informativas do que subjetivas, no sentido de me auxiliar na análise interseccional, mais precisamente, e que eu levantasse dados relacionados ao pertencimento racial, já que, durante as entrevistas, havia negligenciado esse aspecto. Importante frisar que, nessa ocasião, eu buscava perceber suas autodefinições evitando, contudo, influenciar suas narrativas.

Todavia, esta etapa, em decorrência das orientações de isolamento social causado pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), foi modificada. Na impossibilidade de me reunir presencialmente com elas, realizei uma chamada de vídeo individual via celular, por meio do aplicativo WhatsApp, para que, na medida do possível, pudéssemos nos comunicar. Com quatro delas, essa medida aconteceu tranquilamente, e nosso encontro, mesmo que virtual, ocorreu conforme programado, seguindo a proposta acima descrita, estando elas à vontade para dialogar sobre sua condição racial.

Com uma delas, porém, essa conversa aconteceu de modo um pouco diferente, isso porque, tendo sido ela infectada com o novo Coronavírus, tive que aguardar um tempo maior para que pudéssemos nos comunicar, buscando cumprir um protocolo ético, em virtude de seu adoecimento. Quando da possibilidade de contato, falamos sobre as mesmas questões que havia tratado com as demais, acrescentando sua experiência de ter passado pela doença.

Essas questões foram importantes para a percepção do quanto as mulheres são severamente afetadas em períodos de crise de toda ordem.

Durante a escrita deste texto, busquei me atentar ao uso da linguagem, entendendo ser ela um “mecanismo de manutenção do poder” (AKOTIRENE, 2019, p. 14). Meu objetivo, para a escrita final, é estar atenta tanto às formas de preconceitos existentes por trás das palavras, quanto ao uso não sexista da linguagem, uma das formas de discriminação de gênero mais presentes em nosso cotidiano, podendo ser equiparada a uma “violência epistêmica”¹¹. Seu uso reflete valores e ideologias, transmite e reforça as relações hierárquicas entre os sexos, bem como os estereótipos e performances normativas para mulheres e homens em nossa sociedade, justamente pontos de questionamento desta pesquisa. Termos, como “mulata”, “denegrir”, “chinita”, “judiação”¹² ou o uso do masculino genérico para designar a humanidade, carregam também valores sociais ao refletir o pensamento da sociedade que cria e utiliza a linguagem, mostrando como ela pode ser usada para manter uma cultura dominante e perpetuar relações de poder e violência (ANZALDÚA, 2000; KILOMBA, 2019).

2.1 O contexto da pesquisa

Para dar início à aproximação ao campo, faz-se necessário situar o contexto físico de onde emergem as vozes que dão vida a esta pesquisa. As mulheres participantes estavam sob medidas de proteção no ano de 2017, no Fórum de Justiça da Comarca do município de Pedra Preta-MT.

Localizada a 35 km da cidade de Rondonópolis, Pedra Preta, segundo o último censo populacional realizado no ano de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), possuía, naquele ano, população residente de 15.755 habitantes, sendo 8.115 do sexo masculino e 7.640 do sexo feminino. Segundo essa avaliação, portanto, existiam mais homens do que mulheres, naquele período, sendo a população composta de 48,49% de mulheres e 51,51% de homens. No ano de 2017, segundo estimativa do mesmo órgão avaliativo, a cidade contava com 16.965 habitantes, não apresentando a estatística por sexo e raça (IBGE, 2017).

¹¹ Uso o termo “violência epistêmica” no sentido apresentado por Gayatri Chakravorty Spivak ao pensar a mulher como um sujeito obliterado, considerado como Outro em relação ao homem universal (SPIVAK, 2018, p. 60).

¹² Os termos “mulata” e “denegrir” carregam o racismo em seus sentidos. No período colonial, muitas mulheres negras escravizadas eram exploradas sexualmente por seus “senhores”, e a criança nascida desta relação era chamada de mulata, no entanto, esse termo se refere à mula, um animal originado do cruzamento de burro com égua (KILOMBA, 2019). A palavra denegrir tem origem no significado de “tornar negro”, como algo ruim, maldoso e ofensivo, ferindo a reputação outrora limpa. “Chinita” diz respeito à coisa pequena, sem valor, referindo-se pejorativamente ao povo de nacionalidade chinesa, mais precisamente às mulheres chinesas. “Judiação” remete a machucar, maltratar e sua origem carrega depreciação ao referir-se aos judeus e à forma violenta com que foram tratados.

Ainda de acordo com estimativas do IBGE, a maioria da população desse município recebe até dois salários mínimos mensais, sendo apenas 21,3% da população ocupada no ano de 2017. Julguei importante mencionar essa estimativa, considerando o alto índice de desemprego na região e entendendo que ele atinge também as mulheres, o que impacta diretamente em sua autonomia financeira e dependência do ponto de vista econômico.

Trata-se de um município de pequeno porte, que possui poucos recursos em nível de rede de prevenção e proteção a mulheres em situação de violência doméstica, contando apenas com o atendimento da equipe multidisciplinar (profissional de Serviço Social e Psicologia) do Fórum de Justiça, que atua especificamente junto a essa demanda. Mesmo assim, essa equipe trabalha de forma não-exclusiva, ou seja, acumula atendimento em outros tipos de processos e realiza um trabalho apenas direcionado às mulheres que já fizeram a denúncia, ficando perdido, em nível municipal, o atendimento especializado direcionado às mulheres que, mesmo em situação de violência doméstica, não procuram a justiça. Espero que esta pesquisa possa contribuir para dar visibilidade à questão, bem como, de alguma forma, fomentar a implementação de políticas públicas e de uma rede de atendimento e enfrentamento para a identificação e encaminhamento adequados das mulheres em situação de violência e para a integralidade e humanização da assistência dos casos em Pedra Preta.

Em se tratando especificamente do âmbito judicial, o Fórum de Justiça da Comarca de Pedra Preta¹³ funciona em primeira instância e foi instalado em 27 de outubro de 1990, e conta, desde então, com uma vara única de competência geral (cível e criminal), não possuindo especialização única nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Com histórico de passagem pela Comarca de cinco magistradas e quatro magistrados, o atual Juiz de Direito, titular há cinco anos, é o Sr. Márcio Rogério Martins. Foi ele quem autorizou o acesso aos dados que subsidiaram esta pesquisa, bem como demonstrou interesse no aprimoramento da qualidade no atendimento e no aumento da celeridade na prestação jurisdicional em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher na Comarca, após um diálogo comigo, no ano de 2018.

Nos últimos três anos, o volume de medidas de proteção protocoladas pela Delegacia de Polícia junto ao Fórum de Justiça tem aumentando consideravelmente. No ano de 2017, foram 39 solicitações, em 2018, foram 42, e, no ano de 2019, até o mês de outubro, quando se encerrou a coleta desses dados para a pesquisa, foram 38 pedidos de medidas protetivas por mulheres em situação de violência doméstica em Pedra Preta. Convém explicar que, após protocolo junto ao judiciário, os processos possuem prazo de 24 horas para despacho e

¹³ Informações fornecidas pela gestora geral da Vara Única, Sra. Sueli de Oliveira Barbosa.

encaminhamento ao Ministério Público, para manifestação, cumprindo o caráter emergencial da providência requerida.

Realizados os trâmites judiciais de distribuição e despacho, o magistrado encaminha os autos à equipe multidisciplinar para que seja avaliada a situação da mulher e do homem, bem como de familiares envolvidos na denúncia, especificamente, no caso de filhos/filhas. É solicitada, ademais, a verificação quanto ao cumprimento das medidas protetivas concedidas, e realizadas as orientações e os encaminhamentos das partes para o serviço da rede municipal (Saúde, Educação ou Assistência Social). Conforme a gravidade do caso, é designada a audiência para conservá-las ou substituí-las, de acordo com o que relatarem as partes envolvidas.

2.2 Para falar sobre a violência: as participantes da pesquisa aparecem

Depois de ouvir e transcrever as dezoito horas, vinte minutos e trinta e sete segundos de entrevista com as participantes, fiz a primeira leitura dessas transcrições, e fiquei aturdida com a riqueza dos depoimentos, sendo tomada por um misto de surpresa e espanto, que me levou a algumas indagações iniciais: O que fazer com tanto material? Como organizar tudo? Como interpretar as narrativas que me haviam impactado tanto? Pondo-me a refletir, entendi que elas precisavam e queriam falar, sobretudo, se fazer ouvir, porque todas as histórias importam, todas as vidas importam.

Busquei compreender tudo aquilo que não foi dito, mas foi comunicado nos olhares, gestos e sentimentos, nos silêncios, porque estes tiveram – e têm – muito o que expressar. Por fim, conforme já havia anunciado na fase introdutória, fechei os olhos e revivi o passado, agora para rememorar as entrevistas e projetar um texto que pudesse transmitir o que foi o meu encontro com essas mulheres e apresentá-las.

Esculpi suas histórias usando como matéria algumas de suas próprias palavras (trechos marcados entre as aspas), suas interpretações, e minhas também, mas carregando comigo, sempre, a lembrança do vazio em seus olhares quando da narrativa de situações de violência. Essa lembrança perpassa, feito cinzel, pelas palavras às quais fui dando forma. A seleção de fatos e o deslocamento cronológico das narrativas criaram minha narrativa pessoal acerca da vida dessas mulheres. Compreendi que os fatos trazidos por elas já vinham perturbando meu sono e, de alguma forma, percebi-me nelas, alguns sentimentos de menina/mulher, de repente, me foram despertados nesses encontros. Apresento estas “Marias” que, como a da Penha e

tantas outras, possuem seus destinos demarcados pela violência de gênero, pelo simples fato de serem mulheres.

Como informado anteriormente, as próprias participantes escolheram seus pseudônimos, e o fizeram como forma de homenagear mulheres importantes em suas vidas. Em seguida, conheceremos: **Maria de Nazaré**, que, com esse nome, honra Maria, mãe de Jesus; **Nátia**, que, ao escolher ser assim chamada, homenageia a melhor mulher que ela já conheceu em sua vida; **Leonídia**, que orientou sua opção no exemplo de uma mulher guerreira que conheceu; **Antonieta**, que elegeu esse nome para prestar homenagem tanto a Antonieta de Barros, primeira mulher negra a assumir um mandato político no Brasil, quanto ao seu avô paterno, pessoa que, segundo ela, a teria influenciado na atenção às questões raciais; e **Vera**, que ao privilegiar este nome, faz referência à mulher mais generosa que conheceu. Então, vamos a elas!

2.2.1 Maria de Nazaré: A violência que percorreu uma geração

Meu pai se tornou um homem muito violento quando ele começou a beber [...] quando minha mãe conseguiu largar dele, arrumou outro que batia igual, nela e na gente. Isso fez eu querer sair de casa cedo, engravidei com 13 anos e meus dois relacionamentos foram de muita violência também [...] o que aconteceu com a minha mãe aconteceu igual comigo (MARIA DE NAZARÉ).¹⁴

Maria de Nazaré tem 30 anos de idade e não convive mais com um dos homens que a violentou durante sua vida, com quem manteve união estável por cerca de quatro anos. Filha de mãe preta e pai pardo, reconhece-se de cor parda¹⁵, heterossexual, classe social baixa, de religião evangélica. Possui dois filhos e duas filhas. Coursou até o ensino fundamental e está com planos próximos de voltar a estudar. Ao lado da mãe, trabalha como sua ajudante de cozinha em um restaurante de propriedade da família. Maria de Nazaré diz ter herdado da mãe

¹⁴ Em vários pontos desta pesquisa, optei pela transcrição literal da fala das participantes, como forma de manter a melhor compreensão possível de suas narrativas, estando os trechos em itálico e/ou entre aspas.

¹⁵ Mediante os desafios de realizar uma apreciação interseccional das memórias das participantes da pesquisa – mesmo entendendo que elas são marcadas por categorias diferentes que compõem suas subjetividades e experiências individuais –, optei por, nesta escrita, nas análises, nomear como negras todas as entrevistadas que se autodefiniram como pardas, usando a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Durante as entrevistas, cada uma delas teve a liberdade para fazer referência a sua variável raça/cor e de seus/suas ascendentes. Ao optar pelo termo “negra/negro”, utilizo a compreensão de Grada Kilomba (2019), que menciona tratar-se não de uma cor, mas sim de uma identidade política e social, que aparece como uma categoria que expõe a história de luta, resistência e exclusão dessa população, afastando-se da definição colonial para o termo. Entendo, ainda, que a discriminação contra mulheres pretas é muito maior do que a verificada entre as que se autodeclararam pardas, o que expõe, sobretudo, o racismo estrutural presente nas relações sociais.

a resiliência frente às dificuldades e a disponibilidade para o trabalho, tendo-a como um exemplo de vida.

De família modesta, composta pelo pai, a mãe, cinco crianças e a avó materna, Maria de Nazaré passou parte de sua infância no interior de Mato Grosso. Seu pai trabalhava como lavrador e sua mãe, como cozinheira, ficando as crianças ao cuidado da avó, que passou a residir com a família da filha após o falecimento de seu esposo. A maior parte do tempo, seu pai passava na lida do campo e sua mãe, em tripla jornada: cozinhava em residências de família e em restaurantes da cidade, onde, às vezes, para complementar a renda familiar, dispunha-se a preparar refeições para eventos.

Sendo ela a irmã mais velha, logo passou a ser responsável pelos cuidados das demais crianças, além de cuidar das tarefas domésticas. Sua mãe, em decorrência do trabalho, pouco podia usufruir do convívio familiar, fato este que se agravou quando seu pai passou a fazer uso diário de bebida alcoólica e a negligenciar o sustento familiar, recaindo sobre ela mais essa missão.

Rememora, emocionada, momentos felizes da época em que seu pai, segundo ela, antes da dependência alcoólica, que, mais tarde, também se estendeu ao consumo de entorpecentes, era um homem bom, zeloso com ela e seus irmãos e irmãs, e ajudava sua mãe nas tarefas da casa: “Antes dos meus oito anos, ele não bebia; foi um tempo feliz, porque ele, do jeito dele, era carinhoso com a gente. Levantava cedo, fazia pão, lavava roupa, ajudava minha mãe, mas depois que nós mudamos para a cidade, e ele começou a beber, acabou tudo, acabou aquela paz”.

Aos sete anos de idade, Maria de Nazaré começou a frequentar a escola e lá vivenciou, segundo ela, experiências muito positivas. Longe do ambiente doméstico, podia sonhar com um mundo de possibilidades.

Suas memórias de infância trazem uma menina que foi impedida pelo pai de fazer o que mais gostava, jogar futebol, esporte que tanto a fascinava, pois possibilitava um sentimento de liberdade que não vivenciava em casa: “[...] me fazia muito bem... era meu meio de me expressar... de aliviar o estresse que eu passava dentro de casa, porque era estressante você só cuidar de casa”.

Suas lembranças, a partir desse momento, são deveras dolorosas e, com muitas lágrimas, narrou a mudança de comportamento de seu pai, contando vários episódios de violências verbais, psicológicas e físicas impetradas por ele contra ela, suas irmãs e irmãos e sua mãe: “Ele passou a destruir tudo, quebrava as coisas de casa, que minha mãe comprava com tanto

esforço... Quando ele misturava droga e bebida ficava pior... Foi um tempo muito difícil, muito mesmo... Era todo dia uma briga... A gente já vivia assustada com aquilo, eu e meus irmãos”.

No ano de 1997, sua mãe ganhou um terreno e começaram a erguer a tão sonhada casa, que foi construída, com muito esforço, por seu pai, com a ajuda dela e de seus irmãos e irmãs: “Nós que ajudamos ele a construir a casa”. A felicidade da conquista desse bem teve fim quando seu pai, imerso na dependência química, trocou a casa por dívidas que ele contraía: “Ele trocou por pinga, por pinga!”.

Um episódio de violência em particular foi, conforme suas narrativas, o motivo da separação conjugal de seu pai e de sua mãe. Ele, bastante embriagado, trancou a família em casa e colocou fogo no botijão de gás, mencionando que os/as mataria por ciúmes de sua mãe. Na tentativa de buscar ajuda, Maria de Nazaré conseguiu fugir, mas foi alcançada por ele e muito agredida fisicamente, pois o pai, com um pedaço de madeira, a surrou e repreendeu por sua “insolência”. Conta que, após essa situação, sua mãe resolveu fugir na companhia das crianças, mas, durante muito tempo, ele ainda a perseguiu, ameaçou e tentou agredi-la novamente: “Naquela época era bem mais difícil, porque não tinha lei que protegia a mulher”.

Anos de muito sofrimento ainda iriam ser realidade na vida de Maria de Nazaré. Sua mãe iniciou um novo relacionamento e o padrasto logo revelou ser tão violento quanto seu pai. Aos treze anos de idade, ela começou a namorar com um homem mais velho que ela, e sem nem saber o que estava acontecendo, teve sua primeira relação sexual e engravidou, o que foi, para ela, uma de suas experiências mais marcantes: “A responsabilidade de ser mãe, com treze anos, foi muito difícil... Eu era uma menina, de uma criança, passei a ser uma adolescente e logo mãe... Eu nem sabia o que estava fazendo”.

Mesmo com o passado doloroso que viveu na companhia do pai, ela, no ano de 2010, foi acionada para ir ao necrotério reconhecer o corpo de um homem que, após levar quarenta e duas facadas, seria sepultado como indigente. Sim, era seu pai, o mesmo homem que havia marcado, de modos diversos, as suas memórias de infância, tanto felizes quanto dolorosas.

Com quatro meses de gestação, foi abandonada pelo pai de seu filho e começou a trabalhar para sustentá-lo, ganhando o mínimo para manter o básico sem a ajuda do ex-namorado: “Eu tive que ir trabalhar, ganhava R\$ 20,00 por domingo para comprar leite e fralda pra meu filho que hoje está com 16 anos”. Quando completou quatorze anos, conheceu o homem com quem teve seu outro filho e suas duas filhas, vivendo com ele por longos dez anos, marcados, igualmente, por violências e ameaças de toda ordem: “Eu vivi o que minha mãe viveu com meu pai e meu padrasto, era tanto sofrimento que nem gosto de lembrar”.

As intensas divergências motivaram a separação e, após um ano, Maria de Nazaré conhece o homem que, semelhantemente aos demais que já haviam passado por sua vida, a violenta intensamente, motivando o registro de cinco boletins de ocorrência junto à Lei Maria da Penha: “[...] no meu primeiro casamento eu apanhava também e tinha muita violência verbal e psicológica, marcas pelo corpo [...], mas com esse meu ex foi pior... Ele quebrou meu nariz, uma costela e abusou sexualmente da minha filha mais nova, que na época estava com quatro anos de idade”.

Em uma das agressões, o ex-marido, enfurecido, motivado, segundo ela, por ciúmes, jogou-a no chão e sentou-se sobre seu corpo, vindo a desferir vários socos em seu rosto, cessando somente no momento em que ela, conseguindo se levantar, fez uso de uma faca para se defender, motivo pelo qual foi presa por tentativa de homicídio, ficando detida cerca de dez dias no presídio feminino. Muitas idas e vindas do então casal marcaram a vida de Maria de Nazaré, que, movida pela esperança de que o ex-esposo mudaria de comportamento, bem como aterrorizada pela angústia, temor e pelas ameaças que ele lhe fazia, protelou demasiadamente a relação e, como ela própria admite, não conseguia, na época, se separar dele.

O abuso sexual cometido pelo ex-esposo contra sua filha foi o último evento em que tiveram contato. Maria de Nazaré conta que, certo dia, a filha queixou-se de dores na região anal, e ela conseguiu fazer com que a menina relatasse que, já há algum tempo, o então padrasto, aproveitando-se do fato de a mulher sair de casa de madrugada para trabalhar, e dos períodos em que percebia alguma facilidade, ia até sua cama e introduzia seus dedos nas partes íntimas dela. Preso por quase um ano em consequência desse fato, o ex-marido de Maria de Nazaré está solto, atualmente, sob a alegação, de acordo com ela, de que a ausência de lesão na criança dificultava constatar a veracidade dos fatos.

Maria de Nazaré casou-se recentemente e convive com a esperança de que não mais sofra com relacionamentos abusivos. Um filho e duas filhas moram em sua companhia. Ela menciona estar feliz por ter conseguido reunir a família novamente: “Antes, meus filhos mais velhos não queriam morar comigo por causa da violência, só os pequenos, agora eu consegui ter eles de volta”. Diante das adversidades que vivenciou em sua vida, agora preocupa-se em cuidar de si e de seu futuro, fazendo planos, inclusive, de voltar a estudar e a praticar esportes: “E por que não, Tati? Ainda tenho muita coisa pra viver nesta vida, você não acha? Só tenho 30 anos!”. Que assim seja, Maria de Nazaré!

2.2.2 Nátia: O apoio e a fortaleza de quem “carrega o mundo nas costas”

Eu nem aproveitei minha infância, porque minha infância foi tão sofrida que eu fui tipo meio escrava. Eu tinha muita responsabilidade muito nova, cuidando das tarefas de casa e do meu irmão, eu era tipo a mãe dele. Eu comecei a namorar com 14 anos, isso pra mim foi a maior felicidade, eu achava que esse era meu destino sabe, que daí eu estava fazendo as coisas certas. Daí, logo eu descobri que eu fiquei grávida da minha primeira filha. Nossa! Foi uma felicidade primeiro, mas também foi ruim, porque eu pensava assim; “Nossa! Eu vou ter uma filha, vai acabar tudo, eu vou ficar presa a ela, já passei a vida cuidando do meu irmão, agora eu vou ter que cuidar de outra criança a vida toda!”. Eu fiquei com muito medo, mas depois eu aceitei, eu sempre aceitava (NÁTIA).

Aos 35 anos de idade, Nátia está separada do homem que a violentou, com quem manteve união estável por seis anos. Filha de mãe branca e pai pardo, reconhece-se como mulher de cor parda, heterossexual, classe social pobre, de religião evangélica. Possui duas filhas, sendo a mais nova filha do autor da violência. Concluiu o ensino médio e, devido à necessidade de trabalho e conciliação das atividades com a família, ainda não teve a oportunidade de voltar a estudar. Atualmente, reside na companhia das filhas, do genro e da neta e trabalha como empregada doméstica em uma residência. Sua excessiva jornada de trabalho é bastante cansativa, já que as atividades domésticas que realiza em seu trabalho formal se estendem, também, à sua casa. Para Nátia, em toda sua vida, ela sempre se viu sujeita a aceitar seu destino e cuidar para que as pessoas em sua volta pudessem ver nela um “apoio e fortaleza”.

Sua família é originária da região centro-sul de Mato Grosso, onde também passou sua infância, juntamente com sua família materna. Ela e a mãe moravam próximas à residência de sua avó materna, sendo ela sua principal referência quanto aos seus cuidados na infância. Sua mãe trabalhava como empregada doméstica durante o dia, e, após um período de dificuldades financeiras, passou a prostituir-se durante a noite para complementar a renda familiar. Nátia relembra, consternada, sua ansiedade com o transcorrer das horas, já que sabia que pontualmente, às 19h00min, sua mãe a levaria para a casa de sua avó e saíria para realizar os programas característicos daquela atividade: “Eu ficava triste, porque eu nunca tinha o privilégio de jantar com ela”. Lembra-se de chorar e rezar para que um dia pudesse ajudar sua mãe a não mais se submeter àquela situação.

Aos cinco anos de idade, sua mãe procurou o Fórum da cidade e entrou com pedido de pensão alimentícia. Quando seu pai foi notificado, ele, que morava no Estado de Rondônia, acabou procurando-a e convencendo-a a tentarem a vida conjugal. Quando Nátia tinha de oito anos a doze anos de idade, seu pai fez parte do convívio familiar, e sua mãe conseguiu cessar a prática da prostituição. Nesse período, sua mãe teve outro filho e, depois de dois anos de seu nascimento, seu pai outra vez abandona a família e sua mãe retorna à prostituição, atribuindo à

Nátia o cuidado com o irmão. A participante descreve com saudades o tempo em que pôde conviver com o pai, que era uma pessoa muito carinhosa com ela, a ponto de eleger aquela época como os melhores anos de sua vida: “Eu sonhava que ele iria voltar, daí as coisas iam voltar a ser como antes e minha mãe não precisaria mais fazer os programas dela”.

Conforme Nátia, durante praticamente toda sua infância, ela sempre desempenhou as atividades domésticas da casa, o que se intensificou, após o nascimento de seu irmão, já que o fato de ser dez anos mais velha do que ele lhe trouxe toda a responsabilidade quanto aos seus cuidados: “Eu acabei assumindo a maternidade do meu irmão por conta da vida que minha mãe levava... Eu não tive tempo para ser criança”. Nos poucos momentos em que podia brincar, gostava do sentimento de liberdade que podia expressar por meio das brincadeiras, rememorando que o espaço doméstico continuava sendo palco de suas representações lúdicas com as bonecas, do cuidado com a casa e da confecção da “comidinha”.

Ela começou a frequentar a escola aos oito anos de idade; sua primeira experiência escolar foi com uma professora que advertia as crianças, quanto ao seu comportamento, usando uma régua, com a qual as agredia, diante de condutas rebeldes. Diz Nátia: “Ela batia na gente com aquela régua... E era muito rígida... Eu lembro de ela brigar mais com as meninas, falando como devíamos nos comportar”. Nos seus próximos anos escolares, conta que passou a conhecer e a vivenciar outras experiências mais positivas com a escola, que, para ela, foi um espaço em que podia ser mais livre:

Eu gostava muito de aprender... Eu amava fazer trabalho e apresentação porque aí eu via que minha mãe estava presente ali né, quando, por exemplo, eu falava: “Mãe, hoje vai ter uma apresentação de escola”. Aí, ela ia, eu fazia de tudo para me apresentar, para mim mostrar para ela, aí eu ganhava um beijo e um abraço dela... Era muito gostoso.

Aos 14 anos de idade, começa a namorar e, logo na sua primeira experiência sexual – segundo ela, pressionada pelo então parceiro –, engravida. Com isso, passa a assumir ainda mais responsabilidades, além das que já possuía. Passados alguns anos, sua mãe, após um adoecimento repentino, descobriu que havia contraído o vírus do HIV, e, a partir disso, durante nove anos de sua vida, Nátia é quem passa a cuidar da saúde da mãe. Relata períodos depressivos e de grande tristeza na família, agravados com a notícia de que sua mãe estaria também com câncer em decorrência de uma grave hemorragia que passou a apresentar. Ela recorda:

Aí eu tive que ir trabalhar e fui cuidando dela, cuidando dela, até que um dia ela operou, aí ela foi na igreja e, quando ela chegou na porta da igreja, ela caiu e aí ela machucou a perna e o tumor do útero foi para o fêmur. Aí, não teve

jeito... Sozinha, eu carregava ela, como não tinha moto, na época, porque era muito caro essas coisas, eu andava com ela de bicicleta, pra baixo e pra cima. Tinha vez que eu chegava até de olheira no trabalho, porque eu madrugava no pronto-socorro com ela... Foi muito triste essa fase.

Após o falecimento de sua mãe, Nátia tornou-se, oficialmente, a responsável pelo cuidado com a família, e, alguns anos depois, conhece o homem que a violentaria. Conta que no início do relacionamento ele era uma pessoa tranquila e trabalhadora, ajudando-a com sua árdua rotina. Grávida de seis meses, Nátia conta ter passado por outro período de dificuldade. Um ex-namorado, com quem se relacionara por quatro anos, descobriu sua gestação e, enciumado, procurou-a. Acaba por entrar em luta corporal com seu atual esposo e, no decorrer da situação, acontece um assassinato: “O irmão do meu esposo enfiou uma faca nas costas do irmão do meu ex-namorado... Foi uma briga por motivo banal, que acabou nesta tragédia... Meu ex-namorado ficou com ciúmes e queria pisar na minha barriga e matar minha filha”. Depois desse fato, ela e a família mudam-se da cidade do ocorrido, abandonando tudo o que já haviam construído à custa de muita dificuldade.

Ela menciona que, até sua filha completar um ano e meio, conseguiram conduzir a família sem divergências. No entanto, quando seu esposo perdeu o emprego, passaram a sofrer a falta até mesmo de alimentação. Novamente, Nátia viu-se como única responsável pelo sustento da casa, tendo conseguido um trabalho como empregada doméstica, passando, nesse momento da vida, a maior parte de seu tempo fora de casa. Nesse período, seu esposo envolveu-se com pessoas ligadas ao tráfico de entorpecentes, passando, paralelamente, a mudar seu comportamento com a família. Em face dessa alteração na conduta do esposo, Nátia e ele discutiram, quando, então, aconteceu a primeira violência doméstica. Seu corpo ficou marcado e, para esconder o ocorrido, contou à família que havia caído e se machucado. Na mesma época, o seu esposo foi preso pela primeira vez, por práticas ilícitas, e, ao longo de sua detenção, Nátia não mediu esforços para ajudá-lo, movida pelas alegações, por parte dele, de sua inocência: “Depois da cadeia ele fez promessas, mentiu que não tinha participação em nada errado e pediu para eu ajudar ele... Ficou falando da nossa filha, que estava arrependido e eu acabei cedendo”.

Ela prossegue sua narrativa, afirmando que, depois que ele foi solto, ficaram juntos por um ano, sem situações de violência, até que, mais uma vez, ele voltou a apresentar os mesmos comportamentos de outrora. Houve mais duas agressões físicas violentas realizadas por ele, por não aceitar que ela estivesse disposta à separação:

Ele seguia meus passos, sabia de tudo o que eu fazia... Ele falava assim: ‘Não vai ser minha, você não vai ser de mais ninguém!’. Ele me bateu tanto um dia

que eu ainda sinto dores na cabeça até hoje, ainda ouço os sons daquela noite... Ele me desmaiou com um soco... Ele me mandava vídeos do Comando falando que, se eu ficasse com alguém, eu seria a próxima.

Após alguns meses de tortura psicológica, agressões e ameaças, o ex-marido foi preso outra vez, por tráfico de drogas. Nátia descobriu, através da mídia, que ele estaria comandando uma organização criminosa: “Eu só tive um pouco de paz agora que ele está preso”.

Hoje, Nátia continua a trabalhar e a cuidar das filhas, e agora, da neta, uma criança de três anos. Ainda não conseguiu afastar dos pensamentos toda a violência que sofreu ao lado do ex-esposo. Frequentemente, questiona-se, segundo ela, sobre quando conseguirá superar esse trauma e se relacionar com outra pessoa: “Parece que todos os homens que eu me envolver vai fazer o mesmo que ele me fez”.

Afirma estar cumprindo a promessa de cuidar da família, certa de que a memória de sua mãe está preservada, pois vem honrando a promessa feita a ela, em seu leito de morte, de que nunca se prostituiria:

Eu, igual a minha mãe, não choro na frente das pessoas, eu fico firme e forte, a Nátia não pode explodir ela tem que ser forte, ela chega em casa, entra dentro do quarto e chora, chora, chora, chora e, depois de chorar, pensa que fez uma promessa pra mãe de cuidar da família, é isso que eu penso todo dia.

Nesse momento da entrevista, seus olhos se encheram de lágrimas. Os meus também. Abraçamo-nos e nada mais precisou ser dito. O grande silêncio daquele momento, que não durou mais que alguns segundos, faz-me pensar em como essa promessa, tão influente na vida de Nátia, de ser a mulher forte, que chora intensamente na solidão do próprio quarto, escondida dos demais, atua como outra intensa violência produzida em sua vida, porque a ela é negado o direito de tornar público o seu sofrimento, pois ela entende esse gesto como fraqueza e vulnerabilidade.

O discurso de fortaleza atribuído às mulheres, verbalizado na expressão “carregar o mundo nas costas”, além de desumano, traz à tona a imposição de padrões normativos e a naturalização das desigualdades de gênero.

Levo comigo – e creio que sempre levarei – aquele triste olhar de Nátia, e o abraço que acomodou o reconhecimento da dor que nos uniu naquele instante.

2.2.3 Leonídia: Experiências dolorosas de masculinidade

Minha primeira relação sexual foi um estupro; a partir daí eu nunca mais fui a mesma [...] eu passei a odiar sexo. Eu já procurei muito ajuda, psicológica, ginecologista. Tomo remédio, não só pra isso, mas pros traumas da minha vida, pras violências, porque elas deixam as marcas que não saem assim, tirando com as mãos, fica lá dentro, acabando com tudo, com os sentimentos da gente [...] eu tive síndrome do pânico. Foi muito violenta minha infância, demais [...] apanhava tanto do meu pai que, às vezes, nem sabia por quê. Não precisava ser assim (LEONÍDIA).

Leonídia tem 36 anos de idade e está em processo de divórcio de um dos homens que a violentou durante sua vida, com quem foi casada por seis anos. Filha de mãe branca e pai pardo, reconhece-se como mulher de cor parda, heterossexual, classe social pobre, de religião evangélica. É mãe de três filhos e duas filhas, sendo um deles uma criança com Síndrome de Down, de seis meses de vida, que nasceu durante a realização desta pesquisa, fruto de seu relacionamento atual. Coursou até o ensino fundamental e, devido à necessidade de trabalho e conciliação das atividades com os cuidados das crianças, não teve ainda a oportunidade de voltar a estudar. Atualmente, reside com as duas filhas e trabalha como autônoma, na lida do campo em sua propriedade rural e na venda de produtos da agricultura familiar (verduras e hortaliças) e de sua própria confecção (pães e roscas). Sua jornada de trabalho é bastante árdua, cuidando sozinha de sua propriedade e produção rural. Leonídia diz ter as mãos calejadas pelo trabalho, o que sempre lhe foi sinônimo de hombridade, sendo o sustento e bem-estar dos/as filhos/as a sua prioridade.

Sua família é originária do Estado de Goiás e, em decorrência da dependência do álcool, seu pai possuía dificuldade em estabilizar-se nos trabalhos que encontrava, motivando várias mudanças de cidade ao longo de sua infância. Ele era trabalhador rural e mecânico e sua mãe dedicava-se somente aos cuidados do lar. Leonídia foi criada, juntamente com seus dois irmãos, tendo o trabalho como rotina desde muito cedo. Ela apresentou seu pai como um homem extremamente violento e ausente do ambiente familiar, dizendo: “Mesmo estando ali, ele não estava, sempre estava muito bêbado”.

Ela narrou, consternada, diversos episódios de violência física excessiva por parte de seu pai, e não foram raros os momentos em que seu olhar vagueou na busca de palavras que pudessem auxiliá-la na descrição desses episódios: “Foi uma fase tão difícil que eu fiz questão de apagar da minha memória, até para não sofrer... Hoje, ele fala que se arrependeu muito do que ele fez, mas que sabia que era necessário”.

Leonídia conta que, para a mãe, sobrava o cuidado com as feridas, a aplicação da salmoura. Declara que, em toda sua infância, nunca a viu discutir ou levantar a voz para o então esposo. Vez ou outra, buscava contemporizar os excessos nos castigos físicos, advindos da

correção para com os/a filhos/a, mas isso, segundo ela, não os/a livrava dos castigos. Como castigo, ela e seus irmãos eram impedidos de dormir e, sob a vigilância atenta do pai, tinham que pular ou ficarem abraçados durante a madrugada, e caso alguém pegasse no sono, eram surrados. Suas memórias trazem o olhar ameaçador dele ao menor sinal de contrariedade: “Só de olhar pra gente, a gente já sabia que quando chegasse em casa ele moía a gente no cacete, eu nunca vou esquecer aquele olhar”. Além disso, reporta-se a vários episódios em que ele agiu com requintes de crueldade: “Quando a pinga estava sarando, ele ficava pior, ele amarrava os nossos bichinhos em sacos plásticos e deixava morrer sufocado, daí você imagina, quando a gente acordava e via aquela cena, os bichinhos todos mortos, era terrível”.

Além das lembranças referentes às violências diversas, narrou episódios em que ela e seus irmãos presenciavam a forma como ele conduzia sua vida sexual, levando-a consigo aos bordéis para que não levantasse suspeitas, e tratando sua mãe como “escrava do sexo”. Leonídia rememora atitudes e sons que mais lhe pareciam um pedido de socorro e uma forma de violência: “Ele parecia um monstro, um cavalo, com a minha mãe, eu ouvia barulho, porque minha mãe gritava, falava que tava doendo, que tava machucando ela, mas ele não tava nem aí”.

Aos seis anos de idade, entrou para a escola e lá encontrou um espaço onde podia brincar e se divertir, experiências pouco similares às vivenciadas em casa. Percebeu, naquele ambiente, que seu jeito alegre e “danado” também deveria ser controlado. Quando completou sete anos, foi matriculada por sua mãe em uma escola de boas maneiras, tendo como justificativa a necessidade de “controlar sua macheza”, pois seu comportamento assemelhava-se em muito ao de seus irmãos e isso precisava ser “consertado”. Lá aprendeu a controlar seu corpo, seus gestos e seus pensamentos.

Ainda na infância, foi morar com o tio materno em Brasília, para fazer companhia à esposa dele, que estava adoentada e necessitava de cuidados. Tamanha surpresa foi constatar que ali também era um ambiente violento; não foram poucas as vezes em que, além de presenciar seu tio agredindo a esposa, ela e os primos também acabavam sendo castigados sem precedentes: “Eu vi ele batendo na minha tia, ele batia muito nela, na cara dela, e eu não sabia, quando eu mudei para lá que eu descobri... Ele batia nela e ela começou a ter síndrome do pânico, ela se entortava todinha, a cara dela ficava tortinha quando dava as crises nela, acho que era de tanto apanhar dele”.

Longe da mãe e dos irmãos, Leonídia somente tinha notícias da vida sofrida que continuavam vivendo, ao lado de seu pai, que costumeiramente lançava sobre eles a sua ira. Passados alguns anos, foi surpreendida com a chegada de seus familiares à Brasília. Soube,

então, que seu pai tentara matar sua mãe. Seus irmãos, além de impedi-lo, o agrediram fisicamente e o abandonaram. Sua mãe, sendo uma pessoa bastante religiosa, resistiu, por anos, à separação conjugal, mesmo enfrentando tantas adversidades. Ela havia se rendido às circunstâncias.

Construindo a nova vida em Brasília, Leonídia, agora na adolescência, estudava à noite e trabalhava durante o dia, com sua família. No trabalho, conheceu um rapaz com quem namorou por três meses. Conforme conta, naquela época ela era uma pessoa mais alegre, expansiva, e essa sua facilidade em fazer amizades teria sido interpretada, por seu então namorado, como promiscuidade, e ela é violentada sexualmente por ele, aos quinze anos de idade. O corpo desenvolvido para a sua idade, segundo ela, “denunciou” para o namorado que ela já havia mantido relações sexuais. Assim, mesmo diante de sua negativa, ele não se convenceu: “Eu perdi a virgindade desta forma, porque meu namorado achava que, porque eu tinha um jeito alegre, espontâneo, e um corpo mais desenvolvido, eu não era mais virgem.”. Após o estupro, se viu grávida e, foi agredida e obrigada pelo tio materno a casar-se com seu algoz.

Logo no início da convivência, ele a proibiu de estudar e ela, novamente, passou a coabitar com um homem agressivo. Seu então esposo violentava-a diariamente, motivado, segundo ela, por sua negativa em manter com ele uma rotina sexual. Suas experiências de infância, acrescidas à então violação de seu corpo, foram disparadoras de um trauma que, como ela conta, a acompanham até hoje.

Aconselhada a fugir pelo então sogro na época, que havia presenciado um episódio em que ela havia sido violentada fisicamente, Leonídia consegue voltar para a casa da mãe e passa a cuidar sozinha do filho, não tendo mais contato algum com o ex-esposo, que, depois de fazer algumas ameaças de morte, desistiu de importuná-la. Passados os anos, manteve poucos relacionamentos afetivos, que ela considera desastrosos, visto que reforçaram seus traumas e insatisfações, tendo apenas os/as filhos/as como deleites.

O último homem que a violentou, com quem ainda está casada, mas em processo de divórcio, ainda lhe causa transtornos, principalmente no que diz respeito a supostos episódios de alienação parental com a filha que possui com ele.

Seus planos de terminar os estudos e iniciar um curso de gastronomia foram adiados segundo ela, devido às necessidades especiais que o nascimento do seu filho caçula trouxe, pois ele precisa dela em tempo integral. Isso mudou os rumos de sua vida, reflete ela, dizendo: “[...] eu ainda estou aprendendo a conviver com isso, mas eu vou conseguir, eu tenho força e vou tirá-la de onde precisar”. Diz ser definida até hoje como uma mulher “indomável”:

Minha mãe me diz até hoje que, se eu não mudar, eu não vou parar com ninguém [...], mas eu não vou mudar [...] eu quero um companheiro que me entenda [...] eu não deixo ninguém me controlar mais, primeiro porque eu sou independente, segundo porque eu já vivi violência demais, já chega!

E assim terminou nosso último encontro, com um imperioso decreto de basta à violência em sua vida. O modo indomável de ser, maneira como se referiram a ela durante sua vida, parece ser o seu grito de liberdade por uma vida em que possa ser quem ela quiser.

2.2.4 Antonieta: De joelhos no chão, a figura feminina sustenta o patriarcado

Meu maior vilão em ter nascido mulher sempre foi o medo, medo de fazer alguma coisa errada, medo de ser culpada, medo de denunciar, medo de buscar meus direitos, medo de falar, medo de ser ouvida, o medo viveu comigo desde a infância, essa é uma realidade [...] (ANTONIETA).

Antonieta tem 27 anos de idade e está em processo de divórcio do homem que a violentou durante os doze anos de convivência, tendo com ele dois meninos e uma menina. Filha de mãe branca e pai negro, reconhece-se como mulher de cor parda¹⁶, heterossexual, classe social pobre, de religião evangélica. Com muito esforço e algumas dificuldades que lhe foram impostas, conseguiu terminar o ensino médio e, agora, sem as objeções do ex-esposo, complementa seu currículo estudando atendimento de urgência e emergência e instrumentação cirúrgica. Atualmente, é servidora pública municipal, e divide, bravamente, sua intensa jornada de trabalho de 40 horas semanais com o cuidado dos filhos e filha e, ainda, seus estudos.

Ela nasceu no Estado do Paraná e mudou-se com a família (pai, mãe e duas irmãs), de forma repentina, para Mato Grosso aos seis anos de idade. Tal mudança teve como pano de fundo afastá-la de um tio, casado com a irmã de seu pai, que a violentara sexualmente durante os longos meses em que morara na companhia deles, a pedido de sua mãe, enquanto ela e seu esposo cumpriam árdua jornada de trabalho no corte de cana em uma cidade vizinha. Sendo seu algoz obreiro¹⁷ em uma igreja evangélica, morando nos fundos daquele estabelecimento, parecia que ali seria um ambiente seguro para que a menina passasse alguns anos de sua infância. Seu comportamento havia mudado, mas ninguém percebeu o seu pedido de socorro e

¹⁶ Ao reconhecer-se como parda, Antonieta reflete: “Apesar do meu tom de pele ser bem claro, é notório, devido a alguns traços, que meus ancestrais são negros; não me considero branca devido ao sangue negro que eu tenho, nem posso me apossar de uma característica tão maravilhosa e dizer que sou negra (bem que eu queria), então, me identifico no meio termo”.

¹⁷ O obreiro, nas igrejas evangélicas, é o auxiliar do pastor; é visto como uma autoridade espiritual e eclesiástica, aquele que zela pela igreja. Fonte: <https://www.dicionarioinformal.com.br/obreiro/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

a objeção em continuar na casa dos tios, sendo violentada, foi interpretado como rebeldia: “Você vai ficar porque eu estou mandando”, dizia sua mãe, que a castigou naquele dia, sendo violentada duplamente, com uma surra pela desobediência e com mais uma sessão de violência sexual por parte do tio naquela mesma noite.

A violência sexual somente cessou meses depois, quando, não aguentando mais, Antonieta tentou revelar ao pai o que acontecia, mas foi impedida por sua mãe, que, na tentativa de evitar “maiores danos”, preferiu sair da cidade e, de sua parte, esquecer o ocorrido: “A minha mãe, ainda um dia, disse que ele poderia ter esquecido, mas ele não esqueceu, da mesma forma que eu também não esqueci... Ela tentou sempre minimizar a minha dor”.

Não bastassem as intempéries vividas, Antonieta convive até hoje com a culpa lançada sobre ela por sua mãe, à época dos fatos, tanto com relação ao abuso sofrido, por não ter reagido ou mesmo se oposto, quanto pelo fato de seu pai ter cometido uma traição conjugal. Conforme sua mãe, por estar ocupada com a saúde emocional da filha, em decorrência do abuso, ela acabou por negligenciar suas “atribuições de esposa”, facilitando, indiretamente, a traição.

Os inúmeros prejuízos emocionais e também físicos que o abuso lhe causara foram condutores de um quadro depressivo que a acompanhou até a adolescência, alimentado pela culpa da violência sofrida, pela inibição e cerceamento de sua liberdade, impostos pela mãe, chegando até mesmo a uma tentativa de suicídio.

Com sete anos de idade, começou a frequentar a escola, vendo ali um universo novo, diverso do isolamento doméstico que vivia. Seu interesse pelos estudos era notável e logo estava alfabetizada. Segundo ela, era movida, na época, pelo desejo de escrever histórias que fossem diferentes das que havia vivido, principalmente para tentar esquecer as dores do abuso sexual.

A rigidez na educação, aliada aos excessos, que, como ela mesma narrou, foram cometidos por sua mãe, pessoa extremamente religiosa, fez de sua infância um verdadeiro tormento. Sua mãe recorria a castigos físicos, verbais e psicológicos para “santificar a família” e, principalmente, ela, Antonieta, pois, segundo sua mãe, ela carregava um espírito maligno e sedutor que deveria ser contido. Seus longos cabelos pretos cacheados, seus gestos, roupas, pertences pessoais, acessórios, seu corpo, seus desejos, tudo foi conduzido com mãos de ferro por sua mãe, que a vigiava minuciosamente e a punia diante do menor sinal de deslize, como usar shorts e blusa sem mangas ou ler um livro diverso de qualquer conteúdo religioso. Essa punição, segundo ela, era uma das que mais a machucava, pois adorava ler e viajar por mundos diferentes daquele que conhecia, fantasiando possibilidades que lhe pareciam tão caras. Lia, lia, lia, escondida, à luz de velas, na madrugada, como uma prisioneira, longe dos “olhos de águia” de sua mãe, tendo apenas o silêncio e seus pensamentos como companhia. Seu espírito

impetuoso a impedia de obedecer, calada, às normas impostas. Em virtude desse comportamento, muitas vezes, segundo ela, além de ser surrada, foi também acusada, pela mãe, de envergonhar a família com sua rebeldia.

Por consequência da depressão, ficou fora da escola por longo tempo, não recebendo muitos incentivos, a ponto de sua mãe orientá-la a cursar somente até o ensino fundamental, com a justificativa de que seu futuro estaria no casamento e na maternidade. Quando retomou seus estudos, ainda com oito anos de idade, percebeu que a escola tanto podia ser um local de grandes experiências, como de diferenciações excludentes.

Preparada para o matrimônio desde a infância, conheceu seu futuro esposo na igreja, quando ainda tinha 13 anos de idade, estando ele, na época, com 26 anos. Seu pai, devido à diferença de idade dos dois, opôs-se à união, mas sua mãe incentivou-a, com a intenção, segundo Antonieta, de “domar” sua rebeldia, já que a figura masculina, naquele momento, lhe parecia “enviada do céu”. Casou-se muito nova, dois anos depois de conhecer o rapaz, alimentando sonhos de constituir uma família conforme os ensinamentos sacramentados e para fugir de sua mãe, por acreditar que sua vida melhoraria.

Contudo, alguns meses de vida em comum foram o suficiente para que Antonieta já tivesse se arrependido de sua escolha e percebido que o homem tranquilo e calmo, na verdade, era violento e impaciente. Seis meses após se casarem, ele nunca mais voltou à igreja. As atitudes agressivas de seu esposo correspondiam à altura às de sua mãe e, não raro, eram mais severas do que as maternas. Durante os anos de convivência, os episódios de violência doméstica e o sentimento de violação de seu corpo eram constantes, já que a cada relação sexual suas memórias relativas ao abuso eram revividas. Muitas foram as tentativas de separação, mas a ajuda que buscou na igreja só a frustrou ainda mais. Além das negativas de seu ex-marido, Antonieta esbarrava na objeção de sua mãe, que não aceitava que ela houvesse se arrependido. A ideia de estar novamente sob o jugo materno a fazia desertar da possibilidade de uma separação litigiosa. Seu pai, por sua vez, rendia-se às ordens de sua mãe e acatava suas decisões.

Com o passar do tempo e as divergências aumentando, Antonieta sentiu-se compelida a revelar sobre o abuso que sofrera e dialogar sobre suas lembranças com o então “companheiro”, na tentativa de dividir com ele aquele fardo tão pesado e buscar a sua cumplicidade frente às suas frustrações sexuais. No entanto, tamanha foi sua surpresa quando ele, reproduzindo o mesmo comportamento de sua mãe, acusou-a de ter provocado a situação e gostado do que vivera, visto não ter buscado ajuda a tempo. Sua revolta foi tão intensa que esse foi, para Antonieta, o último motivo para, finalmente, efetivar a separação conjugal.

Hoje, Antonieta reside sozinha com os filhos e a filha e busca recuperar o tempo perdido, proporcionando às crianças, segundo ela, o que lhe foi negado: uma vida tranquila e livre de normatizações. Sua mãe ainda a considera uma “mulher endemoniada”, classificação endossada por suas novas escolhas, já que ela própria assegura:

Eu não preciso de um homem para me sentir capaz de fazer alguma coisa, eu sou uma mulher que eu achei o meu lugar, eu estou onde eu quero estar... Eu estou engatinhando ainda, mas eu vou aprender a correr, o que eu não pude correr na minha infância, hoje eu vou correr, eu vou correr em busca de um futuro melhor... Hoje eu sou livre pra ser quem eu quiser, e eu quero ser tudo o que a minha mãe não queria que eu fosse! Livre!

Junto-me a ela em seus sonhos por um mundo onde a igualdade e a liberdade não sejam apenas aspirações, mas premissas de uma condição que nos é devida.

2.2.5 Vera: Sob as ordens e o domínio do “Senhor Terrível”

Eu lembro que com 14 anos eu escrevi uma carta para ele e eu falei assim, que eu não sabia porque que eu estava pedindo perdão para ele, mas eu sabia que tinha que pedir porque ele estava sempre zangado. Eu dizia que eu amava ele assim mesmo, eu queria que ele escutasse o que a gente falasse, porque a gente tinha tanto medo de falar [...] eu não estava querendo fazer nada de errado eu só queria dizer o que eu pensava [...] ele era tão rígido com a gente que chamavam ele de “Senhor Terrível” [...] a gente, quando ele chamava, às vezes, até fazia xixi de medo dele [...] Hoje ele fala para mim que ele nunca tinha visto a gente daquela forma. Foi depois da minha carta que ele passou a me olhar diferente e permitir que eu começasse a falar com ele (VERA).

Vera tem 41 anos de idade e não convive mais com um dos homens que a violentou durante sua vida, com quem foi casada por vinte e cinco anos, e está em processo de divórcio. Filha de mãe branca e pai negro, reconhece-se como mulher branca¹⁸, heterossexual, classe social pobre, sem religião praticante. Possui com o ex-esposo dois filhos, sendo que apenas o mais velho reside em sua companhia, o caçula preferiu ficar com o pai após a separação, explica ela, uma situação ainda temporária. cursou até o ensino médio e diz ter planos de voltar a estudar quando se sentir preparada. Trabalha, atualmente, como secretária em uma escola de

¹⁸ A participante assim se manifesta: “Meu pai era negro, minha mãe era branca, mas eu saí com o tom de pele da minha mãe. Eu tenho os dois pés na senzala. Se fosse no período da escravatura, eu ia trabalhar na Casa Grande. Eu não sou negra, e não sou branca, mas me considero branca com influência cultural negra”. Ao descrever sua identidade racial, Vera proclama uma hierarquia ao mencionar o lugar que ocuparia caso vivesse no período colonial. Em sua análise, ela revela a vulnerabilidade de sua posição frente à supremacia branca, mas destaca um lugar de privilégio em decorrência do seu tom de pele “mais para branco”, não estando entre os rejeitados, nem entre os aceitos, ela está no meio (KILOMBA, 2019).

educação infantil. Vera conta que sua mãe foi quem mais lhe forneceu exemplos positivos, lembranças afetivas significativas que a fizeram forte frente às adversidades da vida.

Uma infância de muitas privações é descrita, resumidamente, nas memórias de Vera. Sob o domínio severo de seu pai, o “Senhor Terrível”, como era tratado pelos vizinhos, ela, sua mãe, três irmãs e um irmão viviam atentos ao cumprimento fiel das regras e rotinas impostas por ele, marcadas pela ordem e pelo trabalho: “Ele tratava a gente como soldados”. A família residia em São Paulo, em um imóvel construído pelo próprio pai, com a ajuda de todas as pessoas da casa, durante os finais de semana em que ele estava de folga do trabalho, depois de cumprir intensa jornada como metalúrgico em uma indústria.

Os cuidados com as crianças e com os afazeres domésticos ficavam integralmente aos cuidados de sua mãe, responsável que era pela divisão da pouca comida que possuíam e por intermediar a severidade do esposo e a rotina das filhas e do filho. À medida que as filhas foram crescendo, passaram a ajudá-la nas atividades da casa, sendo que cada criança mais velha era responsável pelo cuidado da mais nova. Vera era a terceira filha do casal, condição esta que, muitas vezes, lhe custou os carinhos e cuidados da mãe. Ela recorda, dizendo:

A minha mãe não tinha muito tempo para me dar atenção... Ela tinha as duas adolescentes antes de mim, e depois, teve os dois pequenos, então, ela não tinha tempo para dar atenção para mim, daí quem cuidou muito de mim foi minha irmã mais velha que eu... Enquanto isso, a minha mãe estava lavando, passando, cozinhando.

Conta que sua mãe se casou muito nova, quando ainda tinha 13 anos de idade e que, em toda sua vida, nunca trabalhou fora ou manteve contato com o mundo externo ao ambiente doméstico, o que, segundo ela, favoreceu a submissão “fora do comum” ao seu pai. Relata que, quando seu pai saía para o trabalho, ele trancava os mantimentos e levava consigo a chave, como forma de controlar o consumo dos alimentos pela família. Sua postura controladora refletia-se até mesmo nas roupas que sua mãe podia usar: “Era ele que escolhia, tudo, tudo, ela fazia o que ele mandava, só saía de casa, se ele deixasse... Ela achava que aquilo tudo era normal”.

Rememorando as vezes em que sua mãe tentava evitar situações em que as crianças podiam ser surradas, Vera revela que seu pai era muito agressivo. Conta que, quando tal situação era inevitável, conforme o entendimento dele, a família toda era agredida fisicamente, na tentativa de protegerem umas/uns às/aos outras/os:

Ele não batia igual um pai deveria bater, eram surras que mais pareciam espancamentos, eram muito violentas, não precisava ser daquela forma... Ele batia como se estivesse lutando boxe com outro homem... Minha irmã desmaiou uma vez... Ele já quebrou a costela da minha mãe... Ele já deu um soco nela que o dente dela perfurou a pele... Então, a gente ficava muito preocupado e entrava no meio.

O comportamento paterno, seja pela agressividade, seja pela cobrança excessiva no que diz respeito ao trabalho, acabou causando, reflete ela, um dano emocional que ela considera significativo para suas relações sociais no presente: “Sem contar o dano físico né, porque eu tenho problema no ouvido até hoje depois que ele me bateu com a fivela da cinta e dores do trabalho pesado que ele mandava a gente fazer carregando materiais de construção”.

As crianças compartilhavam a realidade da mãe, e pouco podiam sair do espaço doméstico, tendo suas brincadeiras limitadas e escassos brinquedos à disposição: “Às vezes”, conta ela, “a gente podia brincar com nossos primos, mas meu pai ficava louco com a minha mãe porque eu gostava das brincadeiras dos meninos, jogar bola, soltar pipa... Eu quebrava muitas regras dele... Ele ficava muito bravo, se nós, meninas, brincássemos com meninos”.

Vera iniciou sua vivência escolar com seis anos de idade. Nessa época, já sabia ler e escrever, conhecimentos que aprendeu com suas irmãs mais velhas. De acordo com o que ela conta, o ambiente escolar era-lhe agradável somente nos períodos de aprendizado, pois o recreio e o convívio com as demais crianças representavam momentos de angústia, devido à sua dificuldade de interação:

[...] eu tinha umas duas amigas, no máximo, e também estava bom, porque eu não tinha tempo, eu não era uma criança que tinha tempo... Eu chegava em casa, eu tinha que fazer as minhas tarefas de casa, tinha que fazer as tarefas da escola e cuidar dos meus irmãos, então, era uma criança ocupada, eu não tinha tempo para interagir com as atividades da escola.

Descreve ter começado a trabalhar ainda muito nova, com 11 anos de idade, vindo a ser responsável, já com seus 12 anos, pela despesa de suas roupas, pertences pessoais e materiais escolares, realidade também vivenciada por suas irmãs. Lembra que, à medida que foi crescendo, ela e suas duas irmãs mais velhas começaram a alertar e orientar a mãe quanto às agressões excessivas de seu pai. Ademais, ameaçaram denunciar suas violências à polícia, o que fez com que ele não mais violentasse fisicamente sua mãe.

O pouco dinheiro que ganhava trabalhando com as irmãs na confecção de cartões, em um regime que, segundo ela, mais se assemelhava à escravidão, serviu também para proporcionar uma melhora significativa na qualidade de vida de sua mãe: “A gente passou a

comprar coisas diferentes pra gente comer... Dava presentes pra ela... Levamos ela pra sair... Foi um período de alegria pra nós, poder proporcionar isso pra ela”.

Na adolescência, seu corpo, muito “desenvolvido” para “sua idade biológica”, desencadeou, segundo ela, situações de assédios e até mesmo uma tentativa de abuso sexual. Com isso, ela passou a conter o seu comportamento, por acreditar que seu jeito expansivo chamava demasiada atenção dos homens. Ela afirma que isso a “tornou uma pessoa mais dura”.

Durante o ensino médio, ela conheceu o homem com quem iria se casar. Vera comenta que a sua postura protetora lhe chamou a atenção, fazendo referência à carência afetiva advinda da infância: “Ele começou a cuidar de mim. Se eu tinha frio, ele matava meu frio, se eu tinha fome, ele matava minha fome. Ele se preocupava comigo, mas eu acho que eu nunca gostei dele. Eu queria mesmo era suprir aquela carência”.

Com o tempo, o que lhe parecia uma demonstração de afeto, tornou-se uma obsessão. O comportamento gentil deu espaço a reações, segundo ela, “sufocantes”, agressivas e dissimuladas. Vera relata uma violência sexual, cometida pelo então esposo, bem como diversas situações de agressividade verbal e tentativas de intimidação.

A vida sofrida ao lado dele provocou, logo nos primeiros anos de convivência, um quadro depressivo, e o consequente uso contínuo de medicações, que frequentemente a deixavam indisposta, passou a ser o motivo para que ele a desqualificasse: “[...] ele falava muito para mim assim: ‘Como que você vai separar de mim? Como você vai viver desse jeito? Você precisa de mim, quem vai querer uma mulher igual a você? Você não dá conta de fazer nada!’”. Diz que, por várias vezes, pediu ajuda e conselhos à sua família, mas a resposta era sempre a mesma: “Ah, isso é normal! Ele é homem! Logo melhora! Casamento é assim mesmo!... Casou, tem que ser pra vida toda!”.

Com o tempo, Vera se viu pesando 180 kg, e, por motivos de saúde, submeteu-se a uma cirurgia de redução estomacal e passou a depender ainda mais do esposo, física e emocionalmente: “Eu me tornei uma pessoa muito doente, daí ele acabou se aproveitando da minha condição para acabar com o meu emocional”.

Passado um ano da cirurgia, Vera se viu recuperada e, já com os dois filhos, começou a investir em uma nova rotina, na tentativa de melhorar sua qualidade de vida e resgatar sua autonomia pessoal. Sua adaptação às medicações e acompanhamentos médicos melhoraram seu quadro clínico, e, paralelo a isso, percebia que a atenção repreensiva do esposo se intensificava à medida em que voltava a falar sobre separação e ele se opunha à ideia.

Movida pelo desejo de não causar prejuízos emocionais para os dois filhos, Vera decidiu continuar a convivência até perceber que sua saúde voltava a apresentar piora injustificada.

Descobriu, então, que os sintomas que sentia ocorriam porque vinha sendo medicada, sem seu consentimento, pelo esposo que, rotineiramente, introduzia em um suco, gentilmente oferecido por ele, doses do medicamento conhecido como “Boa noite, Cinderela”. Conta que, sob o efeito do medicamento, ficava totalmente dependente dele, e reconheceu episódios em que ele manteve relação sexual com ela estando sob o efeito dessa medicação:

[...] nós não estávamos mais dormindo juntos, mas sem que eu me lembrasse de nada, eu acordava na cama com ele... Um dia percebi um preservativo no lixo do banheiro e, após juntar outros episódios, descobri que ele estava me drogando e mantendo relação sexual comigo sem meu consentimento... Ele queria me tornar dependente dele de novo.

Mesmo diante do que, segundo ela, foi uma confissão dele a respeito daquela situação, Vera não conseguiu tempo suficiente para juntar as provas necessárias para incriminá-lo e decidiu sair de casa e abandonar o casamento. Relata, ainda, a grande dificuldade que teve em conseguir amparo judicial para a violência que vinha sofrendo: “Por eu não ter lesão, foi bem difícil, quando eu descobri, ele me disse que eu não ia conseguir provar nada”.

Hoje, tendo se passado quase dois anos de separação, Vera considera que sua saúde melhorou significativamente, de modo que voltou a desempenhar as suas atividades com disposição e tranquilidade: “Antes eu era doente por causa dele, ele me fazia uma pessoa doente”. Considera-se, agora, uma mulher mais decidida, confiante, que só se relaciona com quem lhe proporciona bem-estar. Caso contrário, prefere ficar sozinha: “Eu me sinto bem porque ninguém mais me diz o que eu tenho que fazer e o que eu não tenho que fazer, eu não aceito mais nada que tire minha liberdade, eu sou o que eu quiser ser”.

Realmente, este parece ser o caminho e também um grande desafio, mas o olhar dessa mulher me disse, desde o primeiro dos nossos quatro encontros, que, pelo menos para ela, “ser quem quiser ser” não é algo tão difícil, nesse momento. Essa compreensão foi o elo estabelecido entre nós.

2.3 Memória e infância como experiências

Solicitar que, por meio da memória, uma pessoa narre suas lembranças, principalmente as de infância, não é pedir para reviver esse tempo ou mesmo “conhecê-lo como ele de fato foi” (BENJAMIN, 1985, p. 224). Significa, antes de tudo, refletir sobre os seus sentidos no presente e no passado, já que a memória não se apresenta como um passado repetido. A possibilidade de evocar imagens significativas vivenciadas no passado e de relacioná-las com o que é vivenciado

no tempo atual implica em um processo de ressignificação das experiências, visto que o próprio ato de narrar expressa a riqueza da experiência e nos coloca na dimensão da criação, da imaginação e da produção de sentidos a partir do vivido, abrindo novas possibilidades de existir no futuro.

Benjamin (1985), em seus escritos, evidencia a luta contra o esquecimento e a importância das narrativas que realcem a experiência histórica passada, capaz de ser atualizada a partir de uma interpretação crítica, como forma de evitar novas barbáries. Com isso, o autor articula a incapacidade de narrar a ruína da experiência. Esse declínio está também associado ao declínio da tradição oral.

[...] a arte de narrar está em vias de extinção. São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. Quando se pede num grupo para alguém narrar alguma coisa, o embaraço se generaliza. É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências (BENJAMIN, 1985, p. 197).

Segundo o autor, são as experiências transmitidas de pessoa por pessoa e a transmissão das histórias orais que perfazem a figura do narrador plenamente tangível (BENJAMIN, 1985). As diversas transformações ocorridas no mundo acabam por privilegiar a informação direta, objetiva e pontual, em prejuízo do conhecimento adquirido por via das experiências compartilhadas. Adverte-nos o autor que a precariedade da experiência promove a perda da riqueza de conhecimentos, do detalhamento e da capacidade de interpretar, atributos que são adquiridos a partir da arte de narrar. Como mencionado no ato de apresentação das mulheres participantes, todas as histórias importam, “nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (BENJAMIN, 1985, p. 223).

Mediante essas reflexões, entendo que as memórias de infância trazidas nas narrativas nos permitem conhecer uma parte daquilo que cada uma das participantes percebe como importante de ser evocado e narrado e, também, como esses sentidos de infância reverberam nos modos como elas significam as experiências de violência vividas no presente, o que pode nos suscitar reflexões sobre as relações de gênero na nossa cultura.

Gagnebin (2009) instiga-nos a considerar, ainda, o nosso próprio presente em relação aos dilemas que nos foram legados pelo passado, e acrescenta que o ato de lembrar deve ser ativo:

[...] um trabalho de elaboração e de luto em relação ao passado, realizado por meio de um esforço de compreensão e de esclarecimento – do passado e, também, do presente. Um trabalho que, certamente, lembra dos mortos, por

piedade e fidelidade, mas também por amor e atenção aos vivos. Por amor e atenção aos que através do contato com experiências, poderão utilizar as narrativas e os detalhes de cada história, para a ressignificação também de suas subjetividades (GAGNEBIN, 2009, p. 105).

Assumindo o papel de pesquisadora, imersa nos estudos feministas, admito que trazer à tona a proposta desta pesquisa vem ao encontro dos meus anseios de resistência às normatividades, aos ideais conservadores e patriarcais que atravessam corpos e mentes, de homens e mulheres, que condicionam vidas a assumirem programações de gênero desde a mais tenra idade. Para tratar dessas questões, trago as análises de Butler (2017a) sobre o que move um relato de si no limiar das normas que nos constroem.

[...] a construção de um relato de si é perpassada por uma despossessão. Haverá sempre uma incompletude, uma opacidade, pois as condições do meu surgimento não estão ao meu alcance e o estabelecimento da minha singularidade é limitado pelos códigos que regem o humanamente reconhecível, com os quais devo negociar para falar de mim. De modo que “sou usada pela norma precisamente na medida em que a uso” [...] Desse modo, o relato que dou de mim mesma no discurso nunca expressa ou carrega totalmente esse si-mesmo vivente. Minhas palavras são levadas enquanto as digo, interrompidas pelo tempo de um discurso que não é o mesmo tempo da minha vida. Essa “interrupção” recusa a ideia de que o relato que dou é fundamentalmente apenas de mim, pois as estruturas indiferentes que permitem meu viver pertencem a uma sociabilidade que me excede (BUTLER, 2017a, p. 51, grifos da autora).

Narrar nossas experiências por meio de um relato de si mesmo parece, portanto, ser uma tarefa imbuída de sentidos, caminhos tortuosos, de vias interdidas, considerando que somos resultado de um conjunto de atravessamentos sociais que nos constituem constantemente, a depender das nossas relações sociais e dos discursos normativos que agem sobre nós cotidianamente e que nos impõem suas “verdades”. Benjamin (1985, p. 225) propõe-nos “escovar a história a contrapelo”, ao reconhecer distorções e a necessidade de olharmos os fatos na contramão das narrativas e discursos dominantes. Sendo assim, interessa-me analisar a interseccionalidade como ferramenta teórico-metodológica para essa subversão ao fornecer a possibilidade de que dimensões mais amplas sejam acessadas para a compreensão dos fenômenos sociais que permearam as trajetórias das participantes.

2.4 Interseccionalidade: Ajustando focos para um novo olhar

Embora já tenha fornecido algumas pistas até aqui sobre a importância da interseccionalidade na análise das proposições desta pesquisa, entendo ser necessário ampliar

o foco sobre seu conceito e historicidade. Traçando uma linha histórica, resgato o discurso proferido em 1851, durante a Convenção dos Direitos das Mulheres de Ohio, em Akron, nos Estados Unidos, pela militante abolicionista, mulher negra, nascida na escravidão, Sojourner Truth, em que ela questionou: “Eu não sou uma mulher?”, denunciando a condição de mulher negra em uma sociedade escravocrata, tornando-se a pioneira do pensamento feminista negro. Em suas palavras, além de questionar a universalidade da mulher, pauta endossada pelo feminismo branco da época, levanta questões, como a maternidade e a exploração do trabalho da mulher negra, expondo sua história ao mencionar que, dos treze filhos, teria visto a maioria ser vendida para a escravidão, traçando um paralelo diferencial em relação às mães brancas. Suas narrativas já articulavam alguns marcadores sociais e apontavam os novos desafios que estariam por vir para as teorias feministas (AKOTIRENE, 2019).

A partir daí, nas décadas de 1970 e 1980, feministas negras estadunidenses, como Audre Lorde, Patricia Hill Collins, bell hooks, Angela Davis, entre outras, vão reforçar esses questionamentos e debater os privilégios da branquitude e a invisibilidade da mulher negra, propondo o reconhecimento da raça como um marcador de opressão. Essa proposta abriu caminhos para que outros marcadores pudessem ser evidenciados, como classe, etnia, sexualidade, fator geracional, entre outros e, mediante esses debates, cada vez mais passou-se à contraposição dos discursos essencialistas, universais e o caráter excludente do saber ocidental, conforme já dialogado anteriormente.

Embora essas ideias de resistência já estivessem em disputa dando condições para o debate acerca dos marcadores sociais, o termo só foi conceituado especificamente anos depois da visibilidade do pensamento feminista negro, mesmo sendo ele sua condição propulsora e base teórico-política. A advogada Kimberlé Crenshaw (2002) discutiu o conceito de interseccionalidade no documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero, mencionando que

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Conforme seu modelo analítico, os diversos eixos de poder (raça, etnia, gênero, classe etc.) atuam como avenidas que compõem nossas experiências cotidianas, sendo por meio delas que as ações do desempoderamento se movimentam. Essas vias frequentemente se interpõem e se cruzam, criando intersecções intrincadas nas quais os eixos se entrecruzam produzindo dimensões diferentes de vulnerabilidades (CRENSHAW, 2002).

O entendimento de Butler (2017) sobre a interseccionalidade, com base no que identificou Crenshaw (2002), parte do princípio de que as diversas formas de dominação e desigualdades se cruzam, de modo que tal entrecruzamento influencia na forma como vários fenômenos podem ser agravados e vivenciados, como é o caso das violências sofridas pelas mulheres. Essa abordagem de análise, aliada ao pensamento feminista negro, ao interligar gênero aos diferentes marcadores sociais, permite-nos, mais precisamente, construir categorias de análise pelo viés da compreensão das opressões e das relações de poder. Nesse sentido, a interseccionalidade instrumentaliza-nos a entender a matriz colonial moderna e ocidental contra os grupos tratados como oprimidos (AKOTIRENE, 2019).

As mulheres são cruzadas por marcações sociais múltiplas e, dependendo do lugar que ocupem socialmente, suas experiências são diferentes, por isso, não reconhecer essa premissa, posto que experienciamos gênero, por exemplo, de modo diferente, leva ao reconhecimento de um discurso que exclui, já que não visibiliza outras possibilidades, outras formas de ser e estar no mundo (RIBEIRO, 2019). Essa perspectiva crítica potencializa, portanto, a cisão das hierarquias de poder ao questionar a gênese das desigualdades criadas pelo sistema neoliberal, que privilegia um determinado padrão de homem e de mulher, ao produzir performances normativas e relações de gênero fixas.

Efetivamente, o sujeito, constituído em gênero, classe e raça/etnia, não apresenta homogeneidade. Dependendo das condições históricas vivenciadas, uma destas faces estará proeminente, enquanto as demais, ainda que vivas, colocam-se à sombra da primeira. Em outras circunstâncias, será uma outra faceta a tornar-se dominante. Esta mobilidade do sujeito múltiplo acompanha a instabilidade dos processos sociais, sempre em ebulição (SAFFIOTI, 2015, p. 83).

Imersa nesse entrecruzamento de poder, Carla Akotirene (2019) defende que o pensamento neoliberal pode apropriar-se da interseccionalidade, levando-a à redução ou a sua simplificação crítica. A autora chama a atenção para ações que ela considera como fundamentais aos grupos marginalizados: a instrumentalidade conceitual de raça, classe, nação e gênero; sensibilidade interpretativa dos efeitos identitários, e atenção global para a matriz colonial moderna, como forma de evitar desvio analítico para apenas um eixo de opressão.

Segundo ela, a proposta do feminismo negro, questionador das verdades absolutas, não é provocar separações, mas visibilizar os marcadores sociais excludentes, como as opressões de raça, classe e gênero, de modo a entender, sobretudo, a necessidade de não as hierarquizar. Essa análise apresenta-se, portanto, como possibilidade de suscitar narrativas outrora silenciadas por meio de uma metodologia reflexiva, principalmente no que diz respeito às relações de poder e à subordinação. Neste sentido, essa perspectiva, ao combater as opressões múltiplas e imbricadas e discutir a produção das diferenças e a reprodução das desigualdades estruturais, pode ser considerada como um importante instrumento de luta política (HIRATA, 2014).

María Lugones (2012) propõe, em seus escritos, uma organização social sem dicotomias hierárquicas, um feminismo epistemológico resistente à dominação, que reconheça as contradições existentes e que seja construído por mulheres que vivem no “entre lugar” e sofrem diversas opressões interseccionadas, de raça, classe e gênero. Trata-se de um feminismo que represente a diversidade e seja um contraponto de resistência a opressões múltiplas, ressaltando que a despatriarcalização só é possível, se houver a descolonização do saber e do ser, a partir de um feminismo decolonial (LUGONES, 2012). Ainda nesta perspectiva, os estudos feministas são importantes para nos distanciarmos das abstrações universalizantes e problematizarmos as questões de dominação e subordinação, como proposto por Donna Haraway (2004):

A recusa em tornar-se ou permanecer homem ou mulher marcado/a pelo gênero é, então, uma insistência eminentemente política em sair do pesadelo da muito-real narrativa imaginária de sexo e raça. Finalmente, e ironicamente, o poder político e explicativo da categoria “social” de gênero depende da historicização das categorias de sexo, carne, corpo, biologia, raça e natureza, de tal maneira que as oposições binárias universalizantes, que geraram o conceito de sistema de sexo/gênero num momento e num lugar particular na teoria feminista sejam implodidas em teorias da corporificação articuladas, diferenciadas, responsáveis, localizadas e com consequências, nas quais a natureza não mais seja imaginada e representada como recurso para a cultura ou o sexo para o gênero (HARAWAY, 2004, p. 46, grifo da autora).

Joan Scott (1995) também destaca o interesse pelas categorias de classe, de raça e de gênero ao salientar o envolvimento da pesquisa com as narrativas tidas como abstratas, e entende que as desigualdades de poder estão organizadas ao longo desses três termos.

[...] a discrepância entre a alta qualidade dos trabalhos recentes de história das mulheres e seu status marginal em relação ao conjunto da disciplina (que pode ser avaliado pelos manuais, programas universitários e monografias) mostram os limites de abordagens descritivas que não questionam os conceitos disciplinares dominantes ou, ao menos, que não problematizam esses

conceitos de modo a abalar seu poder e, talvez, a transformá-los. [...] O desafio colocado por essas reações é, em última análise, um desafio teórico. Isso exige uma análise não apenas da relação entre a experiência masculina e a experiência feminina no passado, mas também da conexão entre a história passada e a prática histórica presentes (SCOTT, 1995, p. 74).

O desafio teórico a que se propõe a autora pode ser entendido como uma análise mais pormenorizada das relações de gênero na sociedade, ressaltando que um olhar não problematizado para o modo como as desigualdades de classe e de raça conformam o gênero pode colaborar para suspender a validade de experiências e interesses de muitas mulheres. “Seu potencial analítico assim como seu potencial transformador são, portanto, reduzidos” (BIROLI; MIGUEL, 2015b, p. 29).

João Manuel de Oliveira (2010) destaca também uma interessante expectativa acerca do desafio teórico dos feminismos contemporâneos. De acordo com o autor, essa abordagem localiza-se em um espaço hifenizado, marcado pela hibridização e pela necessidade de se estabelecer um diálogo com outras áreas de produção teórica, sem limites rígidos entre eles e perspectivas únicas (OLIVEIRA, 2010).

Levando em consideração as questões apresentadas até o momento, ratifico duas análises fundamentais para esta pesquisa: a da não existência de uma “mulher universal”, e sim de mulheres múltiplas, interseccionalmente marcadas por diferentes contextos, por suas existências e experiências; e o questionamento de teorias ancoradas em uma lógica binária do mundo que tende a relegar como seara particularmente feminina a proximidade com a natureza, com a reprodução, a passividade e a irracionalidade. Refletir à luz desses conceitos permite-nos “ressarcir vozes secularmente inaudíveis e obliteradas todas as vezes em que a mulher é tomada de modo universal” (AKOTIRENE, 2019, p. 28).

Ganha destaque, ainda, dentro das possibilidades da interseccionalidade, o marcador etário, já que a infância estará ocupando uma categoria central nesta pesquisa. Esse marcador social é importante para que possamos compreender, dentre outras coisas, de que forma as pessoas são definidas e organizadas pela sociedade, atribuindo a elas diferentes posições de privilégio, ou não, a depender das “fases da vida” em que estiverem. Desta forma, para além da etapa cronológica, o tempo é uma categoria social que define lugares e experiências diferentes, conforme entrecruzamento nas avenidas interseccionais dos marcadores sociais (CRENSHAW, 2002).

A ênfase na interseccionalidade consiste, portanto, no desafio em produzir saberes que, ao evidenciarem as lógicas de opressão e as condições de subjetivação em diferentes contextos, assim como as resistências, possam colaborar para sua supressão. O papel da pesquisa, calcada

nessa perspectiva metodológica, seria, portanto, dispor de uma análise crítica das inúmeras relações de poder que se observam em contextos baseados em ideais de privilégio, opressão e desumanização, que podem ser confirmados ou não. Gênero, no pensamento feminista negro, seria um marcador que, além de produzir diferenças, não pode existir separado de outros também produtores de desigualdades (BENÍTEZ; MATTOS, 2019).

Por fim, quando Chimamanda Ngozi Adichie (2015) trata da importância do feminismo para uma sociedade mais igualitária, entendemos a importância de sua declaração para que possamos questionar desigualdades. É por isso que, aqui, insisto em ajustar o foco para a possibilidade de novos olhares, no sentido de reconfigurarmos nossas relações sociais e abrir novos caminhos e possibilidades de ser e estar no mundo.

TERCEIRO ATO

As normas e regulações diárias para as “boas meninas”

Elas são as boas meninas. E boas meninas são bem mais do que a avalanche de normas e regulações diárias tentam insistentemente produzir – mesmo que seja difícil perceber.

Quando na família foram ensinadas que deveriam silenciar-se, obedecer e serem fortes o bastante para que pudessem sobreviver.

Meninos são meninos e meninas são meninas, entre eles, fronteiras tênues demais para serem impostas sem o uso da força.

Aos solavancos foram obrigadas a crescer rápido demais, e perceberam, assim como aquela menina do começo da história, que a vida podia ser bem cruel.

Menina-mãe-mulher, limites tão próximos que incisivamente lhes diziam qual era o seu devido lugar de tão “boa” que era, e a cada passo, a prisão foi lhes parecendo cada vez mais fria,

mas, em nome da ordem e do progresso, tudo valia.

Haviam apagado a palavra “proteção” de seus dicionários e lhes arrancado qualquer outra que a lembrasse.

Quando na escola, as boas meninas foram ensinadas que seus corpos deveriam ser educados até ficarem pa-ra-li-sa-dos, e que querer era sempre querer demais.

Tudo milimetricamente calculado para que as boas meninas não decepcionassem ninguém – esquecendo-se de que elas também eram corpo, corpo-desejo, corpo-gente. Corpos que se movimentam conforme o ressoar das palavras e das censuras, estariam eles protegidos?

As vozes imperativas que compõem suas infâncias roubadas, desprotegidas e limitadas gritam que NÃO!

Quando na vida, as boas meninas entenderam que o perigo dorme no quarto ao lado, as mesmas mãos que silenciavam sua boca só foram trocando de posição, até chegarem a locais onde elas não deveriam tocar.

Elas destruíam tudo o que deveria ser, pelo menos na imaginação, doce.

O corpo, lugar sagrado, ao mesmo tempo em que era violado, era negado o direito de existir: Senta direito menina! Fecha estas pernas!

A mente confusa não entendia porque, ao cair da noite, os joelhos que deveriam permanecer juntos e imóveis

eram forçados a se abrir para que dali em diante nada mais fosse sonho, tudo se tornasse pesadelo.

O que foi feito da obediência? Talvez ela esteja tão obsoleta quanto a proteção prometida.

Sempre ensinadas pelo “Não” a dizerem sempre “Sim”, as boas meninas foram e continuam a ter seus corpos violados e violentados.

Elas também choram, também sentem, também querem ser livres.

Guardaram seus brilhos nas sombras da escuridão para que pessoas pudessem deixá-las em paz – mas elas eram estrelas, mesmo que ainda não soubessem disso.

Por isso, as boas meninas continuam a usar as máscaras, esse é o plano de sobrevivência delas.

Mas as boas meninas insistiam em transgredir, a romper as normas e passaram a ser chamadas de indomáveis, acusadas de estarem possuídas com “espírito ruim”.

Elas continuaram a sonhar com o panda e a subir o quanto mais alto para que, de cima das árvores, pelo menos o vento pudesse lhes ser mais gentil - mesmo que estas não fossem coisas de menina.



PROTEÇÃO

CAPÍTULO 3 - INFÂNCIA, INOCÊNCIA, PROTEÇÃO E GÊNERO NAS MEMÓRIAS DE CORPOS EDUCADOS NA FAMÍLIA E NA ESCOLA



(LAERTE, s.d.)

Para iniciar este capítulo, elegi esta tirinha, da cartunista e chargista Laerte, como forma de representar o momento bastante emblemático de reação e “revigoramento de campanhas conservadoras de toda ordem” (LOURO, 2016, p. 29) que tem se estruturado nas últimas décadas, em várias partes do mundo, em particular, no Brasil. A crítica à violência cotidiana e crônica contra as crianças, evidenciada, neste caso, por meio da imposição de padrões de comportamento e de controle dos corpos, culmina na formatação de gêneros inteligíveis ou ditos coerentes entre sexo, gênero, prática sexual e desejo (BUTLER, 2017), frutos de uma infância modelar e ideal. Sendo a produção de gêneros inteligíveis uma das expressões dessa violência, ocorre que os estereótipos de gênero prescrevem modos de vida e limitam possibilidades e subjetividades de meninos e meninas.

Entendendo a linguagem, em todas as suas formas e manifestações, como mecanismo de manutenção do poder, temos, no enunciado do segundo quadrinho, “Aqui darão os primeiros passos para se tornarem homens e mulheres normais e felizes”, a evidência desse discurso normativo e moralizante, que, articulado com dispositivos de gênero e sexualidade na infância, dá sustentação ao conceito e à ideia de criança ideal, bem como condiciona a suposta normalidade e felicidade a essas duas categorias, desconsiderando contextos e experiências singulares. A partir dessas questões, torna-se notório um investimento maciço sobre a sexualidade e os corpos das crianças, de modo que diferentes instâncias sociais, em especial a família e a escola, exercem, cotidianamente, maneiras de se ensinar e viver a sexualidade, imersas em uma rede de saberes e poderes que retroalimentam a cisheteronormatividade.

Partindo do pressuposto de que a cisheteronormatividade penetra nessas instâncias e restringe quaisquer manifestações da diversidade humana de gênero e sexualidades, entendo que aprendemos desde muito cedo uma linguagem social que autoriza o que e quem pode falar, o que mostrar, o que esconder e o que silenciar e, ainda, quais vidas são passíveis de serem

vividas e quais não são inteligíveis dentro de um padrão de “normalidade” construído, tendo como referências principais o gênero, a raça, classe social e o marcador etário. Assim, “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (FOUCAULT, 2014, p. 41).

O que Guacira Lopes Louro (2016) chamou de pedagogia da sexualidade problematiza esse corpo educado e convida-nos a pensar a educação das crianças e a infância como assuntos privilegiados da vontade de saber (FOUCAULT, 1988) ao constituí-las em objetos de intervenção disciplinar e higienista. A perspectiva foucaultiana auxilia-nos, ainda, a compreender a infância, e também marcadores sociais como gênero, raça e sexualidade, imersos em uma trama histórica, como elementos de discursos e de poderes, historicamente constituídos em relações de interesses diversos. O debate das cores “azul para os meninos e rosa para as meninas”, fortemente reforçado por diversas instituições de poder, indica uma matriz central da sociedade cisheteronormativa, pensada para a produção e reprodução da vida, como forma de legitimar os gêneros a partir da correlação entre as cores azul, como simbologia de força, e rosa, como passividade, representações típicas dos estereótipos e da inteligibilidade dos gêneros.

O conceito de gênero, amplamente veiculado por meio dos movimentos feministas¹⁹, na tentativa, em geral, de questionar as desigualdades entre homens e mulheres na sociedade, veio, ao longo do tempo, ganhando novas formatações e contextos, sobretudo por meio das linhas mais críticas do movimento, sendo fundamental a ampliação desse debate para uma melhor compreensão de como ele afeta as relações sociais de gêneros. É justamente por meio da problematização de seu caráter histórico, que são refutadas as explicações essencialistas e, por conseguinte, excludentes, entre os gêneros, dito aqui no plural para mostrar a possibilidade de ruptura da dicotomia feminino e masculino, ainda que possam existir formas idealizadas de ambos. Em suas constituições, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas (LOURO, 1997, p. 22).

Para Butler (2017), não existe uma essência natural que determine a cada pessoa sua categoria de gênero antes do corpo, antes da interação com o outro, não há um conjunto definido de atributos ligados a um sexo ou a outro, não há identidade de gênero por trás de expressões de gênero, o qual é performativamente construído ao longo da vida. Ao rejeitar a suposição essencialista, a autora aponta também que o conceito de performatividade não está relacionado apenas às influências sociais. Ao pensar o gênero como performativo, ela suscita uma prática

¹⁹ Escrito no plural para evidenciar a pluralidade do movimento, possuindo este várias abordagens, pautas, inserções e histórias.

reiterativa das normas reguladoras do sexo, sendo que, por meio dessa repetição, tanto pode ocorrer a reafirmação das normas quanto a possibilidade de subversão e ressignificação, isso à medida que as práticas que o estabelecem são questionadas.

Gênero, portanto, como um conceito histórico, é dinâmico e se configura como uma ferramenta política que influi incisivamente no processo educativo. Esse processo, durante a infância, implica em um movimento em que as crianças aprendem, elaboram, significam e assumem normas e valores da sociedade em que vivem, tornando-se, assim, atores sociais (PINTO, 1997, p. 45).

Entendendo a sociedade organizada por meio dos interesses das pessoas adultas, são elas – em especial, as brancas e de classe abastada, responsáveis também pelas formulações legislativas e modelos educativos –, as autorizadas a definir o que é “melhor” para as crianças, ora com a intenção de “protegê-las” e prepará-las para a vida adulta, ora elegendo, conscientemente ou não, quais delas não são dignas dessa proteção. Dentro desta última prerrogativa, crianças negras, que não correspondem às normas de gênero, remetidas, cada vez mais, a diversas condições de desigualdade social e privações, desde o trabalho infantil às inúmeras formas de violência, são as mais atingidas.

Essa dinâmica, além de conferir um poder às instituições socializadoras da criança, em geral, centradas na lógica adultocêntrica, coloca-a em um lugar de subalternidade, hierarquicamente delimitada, à medida em que os marcadores sociais a atravessam. A criança ideal, digna de proteção, é considerada “um vir-a-ser. Ela é potencialidade e promessa para o futuro (ROSEMBERG, 1976, p. 1467). Nesta sociedade adultocêntrica, a criança ideal seria, ainda,

[...] um dado universal, uma categoria natural ou cópia do adulto, uma tábua rasa, e a infância é vista como o período do ainda não, em que a criança é só um projeto de adulto, ou ainda como uma primeira etapa de um percurso linear, no qual, inevitavelmente, a criança passará da irracionalidade para a racionalidade, da imaturidade para a maturidade, do não saber para o saber (SIMÃO; ROCHA, 2007, p. 191).

A imagem de passividade, incompletude e irracionalidade, conferida à criança ideal, alimenta a justificativa de “proteção” da infância ao mesmo tempo em que gesta discursos fundamentados na dita “ideologia de gênero”²⁰, retórica que confere poder e controle sobre ela.

²⁰ De acordo com estudos de JUNQUEIRA (2019) essa expressão foi criada pela igreja católica, por volta da década de 1990, através do Pontifício Conselho para a Família e da Congregação para a Doutrina da fé que, aliados ao discurso radical da moralidade sexual do Papa João Paulo II, tinha como objetivo o discurso antifeminista e heteronormativo.

Neste sentido, a família e a escola prestam, por meio das relações sociais, um papel fundamental na edificação dos discursos e modos de ser, seja pelos conteúdos ensinados, seja nos comportamentos das pessoas que atuam nesses contextos.

Nessa direção, quando menciono as relações sociais e a educação, fazendo referência à infância ideal, torna-se imperativo pensar acerca dos pressupostos teóricos que tratam da construção histórica, social e cultural também desse conceito, entendendo que a compreensão sobre a infância reflete o interesse que a sociedade detém sobre a criança, visto que, de forma romântica, a infância ideal vem sendo caracterizada como um período de pureza e inocência e, principalmente, etapa de vida assexuada.

Importante citar que, ao falar da infância, como uma categoria histórica, social e cultural, não me reporto a uma única infância, mas sim às infâncias vividas por diferentes mulheres que, interseccionadas por diversos marcadores sociais (gênero, raça, religião, sexualidade etc), constituem suas subjetividades e têm seus corpos marcados pelo controle, pela punição e pela separação dentro da lógica binária. Refletir sobre a infância mostra-se uma tarefa árdua, já que a onda conservadora tem transformado essa reflexão em uma batalha ideológica, buscando reforço maciço nos conceitos essencialistas e reducionistas para sustentar, no imaginário social, a ideia de uma criança ideal e a necessidade de que ela seja protegida, principalmente das questões que tratam de gênero e sexualidade.

Associado a esses pressupostos, está o discurso do desenvolvimento infantil, que associa a criança a uma etapa de vida determinada, como forma de produzir verdades sobre ela, que têm a validade de prescrições e normalidades. No que diz respeito ao discurso de desenvolvimento aliado à infância, essa narrativa tem como um de seus efeitos de poder dizer o que a criança é e fazê-la existir de uma determinada forma.

Esse discurso, influenciado pela episteme de matriz psicológica, produz uma colonização da infância. No entanto, o que é regular e normativo não pode ser compreendido sem a sua abjeção, por isso, ao tratar do gênero e da sexualidade como interrogantes, o objetivo é colocar em debate a força da produção das normas regulatórias na constituição das masculinidades e feminilidades na infância (SOUZA; SALGADO; MAGNABOSCO, 2018). Diante desse desafio, dialogo com a perspectiva crítica feminista, a interseccionalidade e os estudos da infância, na tentativa de romper com o que Spivak (2018, p. 76) denomina de “violência de inscrição epistêmica imperialista, social e disciplinar”, trafegando em uma “prática textual radical das diferenças”. Convém, assim, levantar questões que nos permitam olhar para a infância pelo viés da dúvida, no que diz respeito a sua matriz discursiva de progresso, sustentada por instituições sociais como a família, a escola e a igreja, em direção a

um ideal cisheteronormativo que anuncia e impõe performances de gênero, por meio de uma educação diferenciada para meninas e meninos, reproduzindo modelos padronizados de comportamentos socialmente desejáveis para cada sexo.

3.1 “[...] Pra mim a infância é inocência, é proteção e eu não fui protegida” - Inocência e proteção e suas implicações nos dispositivos de gênero e sexualidade na infância

Para pensar na infância contemporânea e suas implicações nos dispositivos de gênero e sexualidade, faz-se necessário realizar um deslocamento histórico para compreender de que forma ela foi sendo desenhada, influenciada e delimitada na cultura ocidental. A ideia de infância vigente, na cultura ocidental, começa a ser construída na modernidade, época em que se faz notar o interesse maior sobre os saberes a respeito das crianças. Philippe Ariès (1981), em suas análises sobre a construção social do conceito ocidental e moderno de infância, tendo como parâmetro o contexto social europeu, descreve uma contradição histórica a respeito do sentimento de infância ao longo do tempo. Conforme seus estudos, na sociedade medieval, as crianças não eram consideradas em sua infância ou singularidade, não tinham um lugar dentro da sociedade; eram como pequenos adultos, participando de todas as atividades, incluindo as sexuais. A família não se preocupava com sua educação, não sendo considerada, ainda, a transmissão de valores, o que mais importava era a autoridade do patriarca.

A partir do século XVI, vemos surgir o que o autor denomina de respeito pela infância, mencionando que até alguns livros foram retirados do acesso das crianças devido à preocupação com o pudor e para evitar afrontas à castidade. Torna-se evidente, nesse momento, uma maior interferência da igreja nos processos educativos, de modo que a insistência na razão balizava a ignorância da infância, conferindo-lhe fraqueza, inocência e reflexo de pureza divina ao associá-la a uma infância sagrada, representada por meio da iconografia religiosa. A comparação imagética da criança com a do anjo passou a reforçar o ideal de comportamento das crianças. Ingenuidade, gentileza e graça faziam parte dessa representação, associada à não existência de alma e sexo nas crianças. Elas, frágeis criaturas, ao mesmo tempo em que necessitavam de proteção, precisavam de disciplina, sentimento estendido para a ordem familiar (ARIÈS, 1981).

A relação entre a devoção da “santa infância” e o movimento de interesse, pela igreja, nos processos de disciplina infantil, culminam com a criação das escolas, onde os mundos da criança e do adulto sofrem separações. Esse dispositivo substitui a aprendizagem como meio

de educação e passa a impor maior rigor moral e a necessidade de isolar a criança para manter sua inocência primitiva, preparando-a para a vida adulta. Dessa forma,

[...] a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles. Apesar das muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida a distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio. Começou então um longo processo de enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até nossos dias, e ao qual se dá o nome de escolarização (ARIÈS, 1981, p. 277).

Ainda para esse autor, os ideais de escolarização eram advindos da necessidade de disciplinar as crianças, principalmente no que se refere a não as deixar sozinhas para se evitar a promiscuidade, não as mimar e, com isso, cultivar a seriedade (atributo importante da vida adulta) e potencializar a prudência. Extingue-se, assim, a antiga familiaridade, que passa a dar lugar a uma reserva nas maneiras e na linguagem, como forma de proteção. Nessa época, dá-se destaque também à família, em especial à formação nuclear (pai, mãe, filhos e filhas), sendo que “a história social da criança é também a da família, já que ao se destacar a criança, no cenário social, emerge com ela a família” (ARIÈS, 1981, p. 148).

Quando a criança assume lugar central dentro da família, esta passa a preocupar-se com sua higiene e saúde física, cuidado esse designado à mulher, responsável, também, pelo bem-estar do patriarca no interior do espaço doméstico. Esse novo modelo, influenciado pelo crescente capitalismo da época, refletiu na forma com que as relações de gênero foram sendo moldadas a partir de então, já que a responsabilização pela prole trouxe para a mulher, dentre outras funções e simbologias, o ideal de amor materno e instintivo (SALGADO, 2019). Ariès (1981) deixa patente, em suas considerações, que o conceito de infância não pode ser apreendido fora da história da família, ressaltando que ela e a escola foram as principais instituições responsáveis pela solidificação desse ideal na cultura ocidental.

A religião aparece novamente como grande apoiadora desses conceitos, sendo ela a mantenedora da moral e dos bons costumes, com a tarefa de enobrecer e conferir um valor sagrado à união conjugal, apresentando a família nuclear patriarcal como modelo de referência da paz social e capaz de oferecer uma “proteção” mínima como base necessária à manutenção da ordem social (DONZELOT, 1980). Segundo esse autor, vários são os focos de luta que se organizam em torno da criança para protegê-la ao máximo dos contatos que podem feri-la ou depravá-la, e, conseqüentemente, desviá-la da linha reta de seu desenvolvimento idealizado. A aliança formada entre os dispositivos de vigilância (Estado, família, escola, igreja), tratados por Donzelot (1980) como a “polícia das famílias”, organizou uma rede de coerção e banimento

social dos que não correspondem à ordem, principalmente as famílias de classes mais vulneráveis economicamente, recaíndo à mulher a culpa pelo ocasional “descontrole” de sua família. Atualmente, essa imagem ainda é representativa na realidade de muitas mulheres, sobretudo, das mulheres negras.

De certa forma, ainda de acordo com Donzelot (1980), esse movimento de proteção à infância incidiu nas relações sociais entre adultos e crianças, já que a norma estatal e a moralização filantrópica colocaram a família diante da obrigação de retê-las e vigiá-las, se não quisessem ser, elas mesmas, objeto de vigilância e disciplinarização.

Esse delinear histórico permite-nos compreender o surgimento da família nuclear, da escola e do sentimento de infância contrapostos à hipótese de que essas instituições sempre existiram e sempre apresentaram a mesma denominação social ou de que exista uma natureza infantil essencialista, universal e imutável. As contribuições de Ariès, embora criticadas por obliterar outras infâncias experienciadas em outros contextos, são importantes também para problematizarmos a matriz discursiva, à luz da constituição de uma infância típica, ideal, modelar, que fornece a base para a criação das teorias do desenvolvimento da criança e como esse ideal ganha um status de naturalidade na nossa sociedade, a ponto de não conseguirmos mais ver a infância fora desses moldes. Assim, proteção, inocência, fragilidade e incompletude são características basilares que sustentam os dispositivos de saber-poder sobre esse conceito.

Esse sentido da infância e, por conseguinte, das relações entre adultos e crianças, embora tenha sido gestado no contexto das sociedades europeias, nos grupos que ocupavam as posições sociais e raciais privilegiadas, intensificou-se, em meados do século XVIII, a partir de uma grande produção epistêmica e discursiva sobre o tema da conservação das crianças, estendendo-se ao imaginário social e à educação nos países ocidentais (DONZELOT, 1980). Essas significações atravessaram séculos e influenciam, ainda hoje, instituições e ideologias políticas por meio da retórica do conservadorismo moral em nome do Estado-nação (SALGADO, 2019).

Isso se comprova nos discursos das participantes da pesquisa, que, quando questionadas, corroboram os sentidos herdados do conceito ocidental e moderno de infância ideal, mantendo-se o manto sagrado da inocência e purismo assexuado, reforçado pela incompletude e irresponsabilidade:

Tatiane: Para você, o que é a infância?

Antonietta: Infância para mim é leveza, irresponsabilidade sem cobrança. Porque a criança, nessa fase, é só uma vez que a gente vive, então, na minha opinião, seria uma fase sem cobrança, leve, sem muita exigência. Acho que é

a pureza também. Ser criança é ser livre de maldade, brincar, se divertir, ter limite, óbvio!

Vera: A infância é proteção [...] ela tem que ter regra, acima de tudo. Eu acho que a infância é isso, acima de tudo a gente tem que proteger a criança, porque ela é um ser inofensivo, puro. Eu vejo as crianças assim, inocentes, e é bom que elas sejam assim, e talvez é muito pior se elas entendessem como é o mundo [...] O pai e mãe é para mostrar o que é certo, o que é errado, porém, não pode tirar a inocência da criança, porque a criança inocente, ela não tem malícia, ela não tem as coisas que os adultos têm, isso tem que ser preservado [...]. A criança tem que entrar na parte lúdica, criança é brincar, mas também não pode ser só a parte lúdica, a gente tem que deixar uma pitada de realidade, porque, assim, a vida não é fácil, se você não mostrar para criança a realidade, chegar numa certa idade, você não consegue mais muita coisa, ela vai entender só depois dos sete anos, depois ela vai formar a opinião dela só depois dos sete anos que ela vai começar a ter opinião dela.

Nátia: Eu acho que infância é uma fase muito importante, em que a criança é preparada para as coisas do mundo. Se a gente criar bem a criança, no futuro ela vira uma pessoa de bem. [...] A infância também tem essa ideia de que a criança é pura, ingênua, sabe? Que não tem malícia e nem maldade no coração. Nessa fase, a gente não tem responsabilidade de nada, é só brincar e não pensar em nada, bem, eu acho que é assim que deveria ser.

É possível observar, nos discursos, a criança imersa em uma imagem da esperança, de um “vir-a-ser”, colocada como uma pessoa adulta em “fase de construção”. Associadas a essas percepções, foram elencadas palavras, como inocência, pureza, irresponsabilidade e ingenuidade. Entendida propriamente como uma “fase de vida”, essa concepção ideal de infância parte do pressuposto de que o futuro da nação está nas mãos da criança, por meio da preservação de suas qualidades puras e não corrompidas, ela – a criança – necessita ser vigiada e protegida contra os perigos do mundo. Percebo, assim, que a dependência da criança em relação ao adulto, reforçando a visão adultocêntrica das relações sociais, também é um fato social e não natural.

O brincar aparece também como uma prerrogativa da infância ideal, com a ressalva de que a seriedade da vida adulta deva ser apresentada à criança desde cedo, como contribuição ao seu desenvolvimento. Caterina Lloret (1998 *apud* BRITO, 2015) menciona que, com o passar do tempo, algumas posturas sociais são postas como ideais para cada idade, entre elas, o brincar e estudar, na infância, e trabalhar, constituir família e demais obrigações, na fase considerada adulta. Ainda segundo a autora, essa categorização possuiria grande influência sobre nossas vidas, indicando, gentilmente ou não, quem podemos ser, o que podemos fazer e o que não é permitido em cada idade. Sobre isso, Foucault (1987) explicita que os procedimentos disciplinares revelam um “tempo evolutivo”, no qual as fases são integradas umas às outras e convergem para um lugar estável.

[...] as técnicas administrativas e econômicas de controle manifestavam um tempo social de tipo serial, orientado e cumulativo: descoberta de uma evolução em termos de “progresso”. As técnicas disciplinares, por sua vez, fazem emergir séries individuais: descoberta de uma evolução em termos de “gênese”. Progresso das sociedades, gênese dos indivíduos, essas duas grandes “descobertas” do século XVIII são talvez correlatas das novas técnicas de poder e, mais precisamente, de uma nova maneira de gerir o tempo e torná-lo útil, por recorte segmentar, por seriação, por síntese e totalização (FOUCAULT, 1987, p. 135, grifos do autor).

Por meio das ideias de progresso e evolução, foi-se aferindo concretude tanto às experiências coletivas quanto às individuais. Desta forma, as etapas da existência humana passam a ser articuladas a esse viés, desde a incompletude da criança até a estabilidade racional da vida adulta, alçada, principalmente, na corporificação branca, de classe média e masculina (BURMAN, 2008). Essa discussão traz à tona, novamente, os discursos hegemônicos que oferecem modelos únicos e universais, bem como categorias explicativas para os comportamentos infantis, autorizando verdades e censuras, produtos dessa visão desenvolvimentista.

O modelo de desenvolvimento infantil, muito associado à psicologia e à educação, acompanha os incisivos esforços em nome da defesa da ordem social (DONZELOT, 1980), o que contribui para a configuração desse ideal de criança e de pessoa singular. A psicologia do desenvolvimento²¹, muito mais do que uma episteme científica, opera, neste sentido, como um regime de verdade, ao possuir um caráter normativo. Muitas vezes, é usada para justificar modelos idealizados de infância, constituindo imaginários dominantes – um conjunto de associações e relações afetivas culturais mobilizadas em torno da “criança” –, que opressivamente obliteram as reais condições de vida das crianças, posto que a complexidade e a diversidade de suas vidas são tipicamente reduzidas e abstraídas a uma “criança” simbolizada como única. Isso significa que as crianças, cujas vidas não se conformam ao modelo dominante de infância e cujas circunstâncias de vida e práticas cotidianas falham na confirmação dessas normas idealizadas, ficam à margem do que se considera como uma vida inteligível, relegadas, muitas vezes, a marginalizações e patologizações (SALGADO; SOUZA, 2018).

²¹ A psicologia do desenvolvimento pode ser definida como uma disciplina científica que tem por objetivo estudar e descrever os padrões de comportamentos do ser humano ao longo da vida. Ela conquistou esse status ao longo do século XX, com a utilização de metodologias inspiradas no positivismo e nas ciências naturais. Como parte desta teoria, a psicologia do desenvolvimento infantil se dedica a perceber as mudanças e o comportamento, do nascimento até a adolescência. Parte da vontade de saber sobre o assunto tinha relação com a necessidade de oferecer material que auxiliasse os cuidados e a educação durante a infância (BECKER et al., 2013).

Os discursos ancorados na ordem e no progresso e, portanto, na modernização da sociedade, na higienização da família e da criança e na formação dos jovens cidadãos, continuaram a implicar na educação das mulheres, de modo que “a esses discursos vão se juntar os da nascente psicologia, acentuando que a privacidade familiar e o amor materno são indispensáveis ao desenvolvimento físico e emocional das crianças” (LOURO, 1997, p. 96). Sobre essa condição, Burman (2008) aponta que, no caso da menina, esta acaba sendo duplamente “protegida” na sociedade desenvolvimentista, já que, na condição de criança e de futura mulher, deve ser preservada, disciplinada e vigiada. Tal pensamento ecoa nas entrevistas das participantes, quando refletem sobre suas famílias:

[...]

Antonietta: Minha mãe achava que, do jeito repressor dela, estava protegendo a gente, sei lá, acho que por sermos todas meninas lá em casa, esse negócio de proteção era bem rígido [...] a gente nem sabia, na verdade, do que a gente estava sendo protegida, porque não podia questionar.

[...]

Leonídia: Meus dois irmãos homens eram criados mais soltos que eu, eu era mais protegida pela minha mãe. Eu até achava que era bem desigual, mas a gente não entendia, né, achava que devia ser assim mesmo.

[...]

Nátia: As meninas eram mais protegidas que os meninos; eles podiam ser mais livres.

As descrições de proteção apresentadas pelas participantes da pesquisa evidenciam o controle do corpo da criança, tendo como base de referência o sexo biológico e as representações de gênero. A menina, ainda mais infantilizada que o menino, deve ser colocada em uma redoma de vidro e de lá só sair quando pronta para completar sua missão terrena, a maternidade, fazendo jus a sua função na manutenção da ordem e do progresso. Embora esse ideal de proteção possua grande influência no imaginário social, é importante evidenciar que fatores diversos, como classe, raça, cultura e outras condições socioeconômicas, são produtores de diferentes experiências sociais. Mesmo diante disso, Burman (2008) segue ratificando a necessidade de interrogarmos os discursos que sustentam a proposta desenvolvimentista e as suas consequências: crianças como o nosso futuro; crianças como nosso passado (individual e coletivo); crianças como boas, inocentes e sagradas; crianças como bestiais e incivilizadas. Essas concepções constituem fontes culturais que informam nossos enquadres para o que é considerado como desenvolvimento, seus pontos de partida e suas metas. O desafio é encontrar novos caminhos para problematizar como as crianças se desenvolvem em diferentes culturas,

classes e contextos geográficos, convergindo no sentido de que o desenvolvimento não seja a força motriz que reproduza privilégios culturais e globais.

A infância, associada ao purismo assexuado e à inocência, presente também nos discursos das participantes, conjuga, historicamente, a comparação da criança ao anjo, reforçando o ideal religioso prescrito por Ariès (1981) em sua contextualização histórica. A criança, ao ter sua imagem comparada a essa figura celestial, é concebida sem sexo, gênero, raça ou sexualidade (RODRIGUES; PRADO; ROSEIRO, 2018 *apud* RODRIGUES, 2018). Nesse sentido, as contribuições de Foucault (1988) são importantes para refletirmos acerca da construção dos discursos da sexualidade nos corpos infantis, com a finalidade de compreendermos como essas manifestações normalizam e instauram saberes produtores de "verdades" absolutas.

Foucault (1988), ao tratar dessa construção histórica, delimita os conjuntos estratégicos do poder ligados à sexualidade: a histerização do corpo da mulher; pedagogização do sexo da criança; socialização das condutas de procriação e psiquiatrização do poder perverso. Segundo ele, as crianças, em meados do século XVII, vagavam sem incômodo nem escândalo, sendo que seus corpos "pavoneavam" sem restrições (FOUCAULT, 1988, p. 09). No entanto, com o advento da modernidade associada à moral cristã, a sexualidade é cuidadosamente silenciada e transferida para a conjugalidade familiar, com atributo meramente reprodutivo. Esse novo viés conduz a norma que detém a verdade sobre a sexualidade.

Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este status e deverá pagar as sanções. [...] As crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interditá-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado [...] em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber (FOUCAULT, 1988, p. 10).

Para esse autor, a noção de inocência e proteção impõe-se e acopla-se à associação da sexualidade com o pecado (FOUCAULT, 1988). A sexualidade é, para ele, um dispositivo de poder-saber, não pela via da interdição, e sim pela via da produção discursiva, afirmando ser por meio desse controle (dos discursos, comportamentos, instituições, regulamentos, saberes) que se dá também a "vontade de saber" sobre o sexo, que produz saberes tanto disciplinares quanto produtivos: "o que é próprio das sociedades modernas não é o terem condenado, o sexo, a permanecer na obscuridade, mas sim o terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o

como o segredo” (FOUCAULT, 1988, p. 42). O caráter produtivo do poder diz respeito ao fato de que ele

[...] não apenas nega, impede, coíbe, mas também "faz", produz, incita, chamando a atenção para as minúcias, para os detalhes, para táticas ou técnicas aparentemente banais, ele nos faz observar que o poder produz sujeitos, fabrica corpos dóceis, induz comportamentos, "aumenta a utilidade econômica" e "diminui a força política" dos indivíduos” (MACHADO, 1993, p. XVI *apud* LOURO, 1997, p. 40, grifos do autor).

Com isso, há uma convergência nos mecanismos de poder como instâncias de produção discursiva para a emergência da sexualidade heterossexual familiar como norma. As dissidências podem ser aqui evocadas como os corpos à margem da norma, posto que “a produção do não simbolizável, do indizível, o ilegível, é sempre uma estratégia de abjeção social” (BUTLER, 2015, p. 271).

Na direção desse pressuposto, a necessidade de proteção das crianças ganha fôlego nos últimos tempos quando as questões da sexualidade se associam às questões de gênero. Proteger a criança das dissidências, do desvio da norma cisheterossexual é o discurso embasado em ideais de matriz religiosa ultraconservadora, que gestam a chamada “ideologia de gênero”. Conforme explicita Amana Mattos (2018), citando Junqueira (2017; 2018)²², esse termo há muito tempo vem ganhando força nessas bases religiosas no sentido de contraposição aos discursos que se dedicam a desnaturalizar as hierarquias sexuais e de gênero, tendo como argumentos a conservação da moral, dos bons costumes e da família nuclear. Aqui, segundo ela, a perspectiva desenvolvimentista também reforçaria estes preceitos, ao mencionar que a aprendizagem dos papéis de gênero se daria por meio da imitação, ainda na infância, de figuras modelares para a criança, reforçando o binarismo e as hierarquias nas relações de poder, ao validar uma ideia de normalidade à reprodução de papéis dados socialmente e patologizar experiências diferentes deste processo. O pânico moral criado em torno dessa retórica coloca vigilante a sociedade dita “de bem”, na tarefa de proteger a anunciada inocência e ingenuidade das crianças. Essa naturalização da produção de masculinidades e feminilidades, alicerçadas em padrões sociais e históricos dominantes, de matriz cisheteronormativa, continua a vigiar e a punir os corpos infantis que não correspondem ao padrão de inteligibilidade de gênero.

²² Junqueira, R. D. (2017). “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? *In*: Ribeiro, P. R. C. & Magalhães, J. C. (Org.). Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade. Rio Grande: Ed. da FURG. Junqueira, R. D. (2018). A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, v. 18, n. 43, p. 449-502.

Assim, discursos, imagens, processos educativos e diversas práticas convergem no sentido de reforçar a ideia de uma criança imaginária, que se caracteriza como uma “criança ideal-típica” (BURMAN, 2008), materializada por meio da infância modelo, que desconsidera as intersecções diversas e cria prerrogativas que delimitam quais infâncias são passíveis de serem protegidas. Isso está presente no que narram as mulheres participantes da pesquisa, quando indagadas a respeito de suas infâncias:

Tatiane: Para você, o que é a infância?

Leonídia: Infância, para mim, sei lá, eu nem tive. Não sei te falar o que que é infância. Brincar? Sei lá, não sei o que é infância, não sei te responder o que é infância. Eu não tive isso que as pessoas falam que é infância. Esse período de pureza, de tranquilidade, de paz mesmo, sabe?

Nátia: [...] Infância é brincar, ser feliz, ir na escola, ter amigos, não ter que se preocupar com problemas, fazer uma coisa que, tipo, eu não tive entendeu... Parece que... Vou falar igual a minha filha... Parece que eu fui escrava na minha infância.

Maria de Nazaré: A infância, pra mim, quando eu passei por ela, era brincar, correr, conversar com amigos, avó, tios. [...] Eu acho que uma infância feliz é uma infância sem violência, sem discussões, não pode faltar alegria, amor, respeito um com o outro, e pouco eu pude viver assim, por causa da violência que a gente sofria pelo meu pai.

Tatiane: O que foi a sua infância?

Nátia: Tristeza, eu só consigo mesmo me lembrar de tristeza. Eu tive que ser tipo, adulta, rápido, eu não tive tempo pra ser criança.

Vera: Como eu te disse, pra mim a infância é inocência, é proteção e eu não fui protegida [...] Minha infância, ela foi mais forte, desprotegida, em relação à violência; eu acho que a minha infância foi muito violenta, não só por conta de ter apanhado, mas por que esse medo que a gente tinha do meu pai, já era uma violência. Essa preocupação se a gente podia abrir a boca, não falar com meu pai, isso já era uma violência.

Leonídia: Eu não tive infância, tudo era muito duro, eu tive um pai que não deixou a gente ter infância. Sempre fomos privados de tudo. Não podia sair na porta, não podia brincar com ninguém, não podia responder nada. Só quando ele não tava em casa, quando a gente tava sob os cuidados da sua mãe, aí ela permitia a gente fazer alguma coisa, né. Ninguém ia em casa porque todo mundo tinha muito medo dele, né, ele era violento, agressivo.

Maria de Nazaré: Dos meus três anos até os oito anos foi assim, até boa. Mas depois, foi uma peleja. Você vendo a mãe da gente sofrendo, você sofrer junto do lado, é muito difícil lembrar estas coisas (choro). Aí, você vendo sua mãe correndo atrás do sustento da casa, pra gente ter pelo menos as coisas de comer, e do outro lado ter uma pessoa destruindo tudo... Destruindo tudo... E ainda sendo violento com a gente.

Tatiane: Você se refere a quem?

Maria de Nazaré: Ao meu pai. Se comprava um trem aqui, quebrava na mesma da hora... Minha mãe, Tati, ela já sofreu foi muito, muito, muito mesmo. Ela trabalhava fora e ele envolveu com a bebedeira, parou de trabalhar e foi acabando com tudo. Ele trocou nossa casa, que minha mãe tinha ganhado o terreno e conseguido os materiais tudinho, em troca de pinga, a troca de pinga!

Os discursos proferidos pelas participantes da pesquisa evidenciam contradições entre a infância idealizada e a infância real. Suas memórias dão conta de que, para elas, a infância ideal não se concretizou, visto que suas experiências foram marcadas pela violência, exploração do trabalho infantil e privações diversas, marcando a omissão da suposta “proteção” dentro do discurso moralizante da infância. Suas experiências com o masculino reforçam ainda mais essa premissa, já que elas são marcadas pela dor física, opressão e pela violação de seus corpos desde a infância.

Tatiane: Se você pudesse mudar algo na sua infância, o que você mudaria? Por quê?

Antonietta: Olha, o abuso que sofri, o abuso sexual que eu sofri por parte do meu tio. Nunca teria ido para casa deles e nunca teria acontecido o que aconteceu. Se eu soubesse, na época, tivesse aprendido como me defender, eu mesmo tinha me protegido. Eu era uma criança impetuosa, eu tinha gritado, eu tinha pedido socorro, eu não tinha ficado com medo das ameaças dele, mas como eu não sabia de nada o que é que tava acontecendo, esse abuso foi muito pior do que ele poderia ter sido.

Maria de Nazaré: Primeiro, eu acho que uma infância feliz é uma infância sem violência, sem discussões. E daí, se eu pudesse mudar alguma coisa, eu mudava a violência do meu pai, não precisava ser assim.

Tatiane: Quando você se lembra desta ou destas violências que você vivenciou na infância, quais sentimentos são presentes em sua memória?

Maria de Nazaré: Tudo, mágoa, raiva. Dos oito anos de idade até meus treze anos, aconteceram muitas situações de violência em casa que é muito difícil de lembrar. Dói demais, e saber que isso ia se repetir até a minha vida adulta é muito difícil.

Leonídia: Ah, não sei, viu, porque o que passou, passou, porque, na verdade, se eu quisesse ter uma infância diferente, eu teria que ter mudado de pai, né. Porque meu pai ganhava muito bem uma época, e se não bebesse daquele jeito, não fizesse o tanto de coisa errada que ele fez, talvez a gente tivesse tido um futuro diferente. Porque tudo foi muito difícil pra gente.

Nátia: Eu queria que na infância meu pai e minha mãe tivessem ficado junto. Daí ela não teria que se prostituir e a gente tinha sido feliz. Essa parte da minha

infância foi muito dura. Só eu, minha mãe, e depois meu irmão, passamos muita dificuldade por causa da vida que a gente levava.

Vera: [...] Talvez se eu pudesse mudar alguma coisa seria o trabalho pesado, porque isso prejudicou a minha saúde. Em casa, desde pequenos, meu pai fazia a gente trabalhar igual adulto. Ele fazia a gente descarregar caminhão de concreto, saco de cimento, tijolo, e olha, porque as pessoas nem sabiam como ele era dentro de casa, com a comida, que ele trancava pra gente não pegar e era tudo muito regrado e o tanto que ele era violento. [...] Para o meu pai criança não tinha que ter opinião mesmo. A palavra dele era a última e era lei. A forma que ele educou a gente, a violência, acho que era medo de eu não aprender. De eu não ter entendido a parte falada e tivesse algo que marcasse em mim que aquilo era sério. Se eu tivesse desobedecido uma ordem dele eu tinha que ser punida. E ele pensava que, se eu não aprendesse com ele, no mundo seria muito mais cruel ainda. E a gente escutava muito isso antigamente. Tinha amor, proteção e cuidado no que ele fazia.

Esses relatos remetem à retórica da proteção ao questionarmos quais infâncias são dignas de vivenciar e merecer a áurea protetiva, quando em contextos tão desiguais e ideológicos quanto o nosso. Tais relatos me permitem afirmar que não coube, a elas, a tríade infância-proteção-inocência. A preservação do ideal de inocência, influenciado pela episteme de matriz psicológica, que forneceu, também, base para processos educativos produtores da colonização da infância, serviu para garantir a manutenção de um comportamento que não lhes permitiu questionar, perceber ou mesmo reagir contra práticas violentas. A infância, tida como base do futuro de uma nação, em nome do seu desenvolvimento e progresso, não é a mesma vivenciada em contextos de privações, sendo essa realidade refletida nas estatísticas de violência, abusos, homicídios, trabalho escravo, prostituição infantil, dentre outras situações de vulnerabilidade social. A proteção da infância modelar, inocente e pura, projetada como o futuro da Nação, tem como o seu oposto as violações às infâncias que não refletem os parâmetros da criança-ideal (SALGADO, 2019).

Olhar para a infância pelo viés da dúvida, portanto, no que diz respeito a sua matriz discursiva de progresso, é buscar perceber também em quais contextos essa produção é sustentada. Instituições sociais, como a família e a escola, com grande auxílio de vieses religiosos, ainda sustentam discursos e práticas que materializam as bases para que a criança seja integrada em direção a esse ideal de infância que, além de outras segregações, anunciam performances inteligíveis de gênero, por meio da normatividade de uma educação diferenciada para meninos e meninas. Os discursos nos constituem, produzem nossas subjetividades, nosso modo de pensar, nossos comportamentos e relações, por isso, não pode ser pensado fora do regime de poder.

[...] homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder” (LOURO, 1997, p. 41).

Todos nós estamos nessa teia, produzindo efeitos, nas nossas diferentes relações de poder. A partir desses elementos, que não ocorrem de forma isolada, mas relacionam-se entre si, é possível refletir acerca dos processos que marcam infâncias e processos de subordinação e desigualdade vivenciados por crianças no contexto familiar, educacional e social, processos estes interseccionados por diferentes marcadores sociais que produzem os efeitos de gênero sobre os corpos infantis.

3.2 “Não faz isso que é coisa de menina! Não faz isso que é coisa de menino!” - Performatividades de gênero ensinadas e aprendidas na família

Faz parte da realidade da cultura ocidental o fato de que, muito antes de nascermos, nossos corpos são capturados por discursos que buscam produzir verdades que, interagindo com as mais diversas pedagogias de gênero construídas socialmente, indicam a forma idealizada de viver o masculino e o feminino. Essas expectativas orientam o caminho a ser percorrido ao longo da vida e são pontos de referência fundamentais para a constituição psíquica desde a infância. Ainda que possam existir formas idealizadas e dominantes relativas a nossas vivências, tanto a masculinidade quanto a feminilidade devem ser pensadas sempre no plural, já que não existe uma só maneira de ser mulher, assim como não existe uma só maneira de ser homem.

Quando fazemos alusão ao tratamento diferenciado dado às meninas e aos meninos, estamos discutindo também as expectativas que uma determinada sociedade tem em relação ao futuro tanto da mulher quanto do homem, e essas expectativas variam de lugar para lugar, de cultura para cultura, bem como estão interseccionadas com diversas questões sociais, principalmente com classe e raça. Quando Butler (2017) problematiza a representação da identidade, elucida que gênero nem sempre se instala de forma coerente, mas sofre influências de diferentes contextos históricos, bem como do encontro de diversas variantes “[...] raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar também gênero das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida” (BUTLER, 2017, p. 21).

Ao questionar a binaridade dos gêneros e seus efeitos, a autora argumenta a existência de um discurso que age, define e aprisiona corpos, comportamentos e identidades, a partir de uma matriz de inteligibilidade hierárquica binária contínua e ligada a uma estrutura reguladora, rígida e poderosa, que se naturaliza como norma e oblitera a subjetividade (BUTLER, 2017).

É importante frisar que é na família que se iniciam as primeiras impressões relativas às normas, regras e comportamentos para a criança no que diz respeito ao “seu lugar” de gênero. Essa instituição, quando baseada em um ordenamento patriarcal, busca posicionar a inteligibilidade do gênero amarrado ao princípio cisheteronormativo. O patriarcado, como forma específica de dominação masculina (RUBIN, 1993), quando presente no processo educativo, dentro da ordem familiar, centraliza, na figura do pai, a maneira como a vida deve acontecer e se manter, embora reserve à figura feminina o papel relativo à educação das crianças.

O patriarcado é, “como o próprio nome indica, o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens”, conforme Saffioti (2015, p. 44). Todavia, esse modelo absoluto de patriarcado, que faz referência apenas às relações de poder entre homens e mulheres é, de acordo com Grada Kilomba (2019), questionado por feministas negras e reanalisado sob um aspecto mais crítico, incluindo “raça” como um marcador capaz de alterar as relações sociais e sancionar, aos homens negros, posições hierárquicas diferentes em relação aos homens brancos nesse ordenamento. Esse deslocamento no entendimento do termo, aponta a autora, faz com que elas passem a se referir a ele como patriarcado racial, asseverando a importância da intersecção de raça nas relações de gênero.

Ao serem indagadas sobre quem era responsável pelos seus cuidados na infância, as participantes afirmam que essa tarefa era desempenhada por alguma mulher da família, mesmo que sob o domínio do pai.

Tatiane: Você se recorda de quem era responsável por seus cuidados, na maior parte do tempo, durante sua infância?

Antonietta: Era minha mãe, mas também minha irmã mais velha, ela que penteava meu cabelo, ela que dava banho, ela que cuidava de mim e da minha outra irmã.

Vera: Da minha mãe, sempre [...]. Meu pai trabalhava muito e não ficava muito em casa, mas, mesmo assim, a última palavra em casa era sempre a dele.

Leonídia: Minha mãe [...]. Meu pai não participava porque ele bebia muito, mas a ordem quem dava era ele, mesmo minha mãe sendo a base da família.

Maria de Nazaré: Minha avó materna e minha mãe, quando ela estava em casa, porque ela trabalhava o dia inteiro. Meu pai, quando tava em casa, ele era quem mandava.

Nátia: Minha avó e minha mãe.

Alguns desses discursos certificam a presença do patriarca na sustentação do modelo dominante de opressão de gênero, sendo dele a última palavra nas relações familiares. Esse modelo, considerado ideal na cultura ocidental, estabelece um padrão de família, no qual se espera que todas as pessoas, inclusive as crianças, se enquadrem, e contribui para produzir, também, no imaginário social, performances normativas de gênero.

O modelo “normal” é a família nuclear constituída por um casal heterossexual e seus filhos. Essa forma de organização social é, na verdade, mais do que normal, ela é tomada como natural. Processa-se uma naturalização — tanto da família como da heterossexualidade — que significa, por sua vez, representar como não-natural, como anormal ou desviante todos os outros arranjos familiares e todas as outras formas de exercer a sexualidade. Esse padrão está presente explícita ou implicitamente nos manuais, nos discursos, nas políticas curriculares e nas práticas (LOURO, 1997, p. 133-134, grifo da autora).

Obviamente, essa não é a única configuração de família existente. A pesquisadora nigeriana Oyèrónké Oyèwùmí (2004), ao afirmar que a família nuclear é um modelo especificamente euro-americano, ressalta a importância de rompermos com esse padrão tido como ideal e universal, apresentando a existência de outros modelos de família e de relações de gênero baseados na perspectiva africana. A autora expõe exemplos de centralidade de poder dentro da família diversos do patriarca, como os baseados na idade e na matrifocalidade. Segundo ela, a família nuclear seria um modelo generificado, centrado em uma mulher subordinada, um marido patriarcal e as crianças. Por meio dessa estrutura, com uma unidade conjugal no centro, gênero também seria considerado como uma categoria natural e essencial, já que, de sua lógica cisheteronormativa, dependeria sua existência. Os escritos de Oyèwùmí (2004), assim como outros contra hegemônicos, são importantes à medida que, por meio do feminismo crítico, possam nos permitir conhecer, questionar e estudar outros contextos, outras organizações familiares e possibilidades de relacionamento social e de gênero, a ponto de suscitar que essas experiências sejam levadas em conta na construção teórica geral frente à violência estrutural contra as mulheres.

Dentro dessa lógica estrutural, pensando novamente a família nuclear como modelo ocidental hegemônico, a mulher é considerada o esteio da organização familiar e forçosamente a responsável pela ordem e pela harmonia desse espaço social. Donzelot (1980), ao descrever

o papel que a mulher passou a assumir junto à episteme médica no seio familiar ocidental em meados do século XVII, também menciona essa atribuição construída historicamente. Sinaliza que a mulher é quem se torna a guardiã da pessoa doente e da criança, responsável pela ação educativa e vigilância “a mulher, a mulher do lar, a mulher dedicada, é salvação do homem” (DONZELOT, 1980, p. 39). Esse discurso acompanha a formatação ocidental familiar moderna, que, ao atribuir à mulher a responsabilidade integral pelas crianças, também a culpa, caso algo saia do controle ou fuja da norma.

[...]

Maria de Nazaré: Quando a gente desobedecia alguma regra, ou fazia algo de errado, meu pai falava que minha mãe não educava a gente direito, principalmente porque ela passava muito tempo fora de casa, trabalhando, ele culpava muito ela. [...] Quando eu engravidei, com 13 anos, ele já estava separado da minha mãe, mas ele, por todo custo, queria matar ela, ficou ameaçando, falando que ela não tinha cuidado direito, por isso que eu tinha engravidado.

[...]

Vera: Meu pai descontava na minha mãe qualquer coisa errada que a gente fazia, como se fosse também culpa dela. Muita coisa que eu ia fazer eu ficava pensando, com medo de magoar minha mãe, com medo de sobrar para ela, porque tudo que acontecia meu pai falava: “Viu! Aconteceu isso porque você não cuidou direito, era responsabilidade sua!”. Então, eu sempre tive muito medo de magoar ela.

Os excertos de Maria de Nazaré e Vera reforçam veementemente a construção social do feminino em que pese a responsabilidade do bem-estar familiar de responsabilidade exclusiva da mulher. Isso repercute, também, nos modelos de maternidade e paternidade. O fato de não ser considerado responsabilidade paterna o cuidado com as crianças da casa demonstra o quanto nossa cultura é machista, ao impor essa obrigação apenas às mulheres. Ribeiro (2018) afirma que desde a infância somos ensinadas ao exercício da maternidade, assinalando que nos é divulgada uma ideia romântica e natural a esse respeito. Acrescenta, contudo, que, junto a esses ensinamentos, criam, em nós, a culpa, afirmando que, vez ou outra, ouvimos frases do tipo “que mãe é essa que deixou isso acontecer?”. Essas sobrecargas nos discursos, validadas pelas normas de gênero e pelo patriarcado, evidenciam, conforme a autora, a fase de uma sociedade cruel e hipócrita.

Outra questão importante apresentada na narrativa de uma das participantes diz respeito à associação da culpa com a ausência materna em decorrência do trabalho exercido no ambiente externo ao familiar. É justamente a mulher negra, que trabalha fora de casa para o sustento familiar, quem sofre mais tragicamente os efeitos da culpabilidade. Tal imagem, associada à

desintegração de sua família, ideia bastante propagada pela ordem dominante, foi uma das pautas que o feminismo negro buscou combater, já que atrelava essa ideia como algo característico da raça negra. Expressões da questão social, como a gravidez na adolescência, citada por Maria de Nazaré, supostamente reiteram a incapacidade das mulheres negras no desempenho da maternidade. Esse ideal possui como base representações resultantes de construções racializadas de gênero, nas quais a mulher negra, antes uma figura boa e submissa da escravidão, que cuidava da prole da família branca, foi substituída pela imagem da matriarca dura e forte, voltada para o trabalho e que descuidava de suas crianças. O trabalho duro, que tira mulheres negras de suas casas, a ponto de que elas próprias não tenham tempo para suas próprias famílias, é fruto da extrema desigualdade social e não uma característica particular da raça (BENÍTEZ; MATTOS, 2019).

Baseada nessa construção social de “desvalor” do feminino na família e das desigualdades sociais que contribuem com essa edificação, poderia dizer que o capitalismo, ao perceber as vantagens que o patriarcado poderia lhe conferir em nível de exploração humana, se apropriou dele na intenção de transformar a família em um lugar de exploração de seus membros, em especial, das mulheres. É na família que as crianças fazem seus primeiros aprendizados relativos à divisão sexual do trabalho. No seio da família, a dominação masculina pode ser observada em muitas atividades, já que, ainda que a mulher trabalhe fora de casa, lhe são atribuídas as tarefas domésticas, sendo essas funções divididas com as meninas. O trabalho doméstico, não remunerado ou valorizado, serve para baratear o custo da vida social.

As crianças observam as divisões existentes no ambiente familiar e a reiteração desse comportamento produz a naturalização das desigualdades, no que diz respeito às atribuições domésticas. Esse processo de diferenciação produz a ideia da figura feminina como serviçal e dos cuidados com o lar, a sua obrigação primeira, estabelecendo com a figura masculina uma relação de passividade e submissão. Algumas das participantes da pesquisa demonstram ressentimento com essas diferenciações ao revelar que as tarefas domésticas lhes eram destinadas muito precocemente e, devido a elas, eram vigiadas e controladas quanto a sua execução. Sobre isso, Gayle Rubin (1993) afirma ser presumível dizer que a criação da “feminilidade” nas mulheres, durante sua socialização, é um ato de violência psíquica, sugerindo, ainda, que essa violência deixaria um grande ressentimento nelas, contra a coibição a que foram submetidas ao longo da vida.

Tatiane: E as tarefas domésticas, quem era responsável por elas?

Antonieta: A minha irmã. Com seis anos de idade, ela já cuidava de uma casa cozinhava e lavava. Fazia tudo. Eu, embora fosse mais desajeitada, desde pequena também aprendi que era para fazer tudo dentro de casa, que a menina tinha que fazer tudo dentro de casa, mas eu não gostava muito, não, eu detestava, na verdade.

Leonídia: Eu fazia as tarefas de casa, mas meus irmãos também faziam. Minha mãe falava: “Mas isso é coisa de menina!”; daí meu pai falava: “Não! Vai aprender os dois a fazer também, pra aprender a se virar na vida”. Era mais minha mãe que cobrava isso de menina e menino, ela era muito católica e eu acho que a religião dela influenciou também no jeito que ela agia.

Maria de Nazaré: Desde pequena, eu ajudava minha mãe e cuidava dos meus quatro irmãos, porque eu era a mais velha. Isso foi muito marcante pra mim, porque eu tinha toda esta responsabilidade em casa, mas me sentia uma menina ainda. Não sei como explicar.

Nátia: A partir dos oito anos, eu já era responsável pelos serviços de casa, mas antes eu também já ajudava, tipo com uns cinco anos. Eu era obrigada a cuidar da casa. Depois do almoço, por exemplo, minha mãe falava: “Vai brincar depois de lavar vasilha e limpar a casa. Aí, você pode brincar”. Quando era 13h30min, eu já tinha terminado tudo, tudinho. Aí, ficávamos lá, aquele monte de criança brincando, aí, nós brincava até às cinco horas. Eu brincava com minhas primas. Mas eu só podia brincar depois que eu fizesse meu serviço. Eu nem aproveitei minha infância, porque, como eu disse, minha infância foi tão sofrida que eu fui tipo meio escrava. Eu tinha muita responsabilidade muito nova, cuidando das tarefas de casa e do meu irmão, eu era tipo a mãe dele. Quando eu tinha doze anos, ele tinha dois anos, daí, eu cuidava. Eu acabei assumindo a maternidade do meu irmão.

Ao longo da história, a divisão sexual do trabalho, ou seja, a separação entre atividades masculinas e femininas, e a naturalização da desvalorização do feminino, condicionadas a elas, tornou-se uma das pautas fundamentais das lutas feministas. Essa bandeira, no entanto, ganhou formato diferente a depender do movimento a que pertencia. Enquanto as mulheres brancas lutavam pelo direito de trabalhar fora de casa e exercer atividades remuneradas análogas às exercidas pelos homens brancos, as mulheres negras, que já acumulavam duplas jornadas – em casa e nos trabalhos mal remunerados –, lutavam por melhores condições de trabalho. Esse recorte histórico do pensamento feminista é importante para pensarmos que, de acordo com o contexto, as crianças, sobretudo as meninas negras, também são direcionadas aos afazeres domésticos desde muito novas, conforme relatos das participantes da pesquisa. Suas narrativas dão conta de que é quase impossível vivenciar uma infância lúdica e gozar de liberdade quando se refere ao gênero feminino, particularmente em contextos sociais marcados pela raça e pela classe. Desse modo, a exploração do trabalho doméstico da menina é naturalizada desde muito cedo, transformando essa função em um ato de servidão, não sendo ofertado a elas a prerrogativa de proteção evocada em contextos dominantes.

A escritora bell hooks (1995) corrobora essa ideia ao enfatizar que as mulheres, desde muito novas, são socializadas para desenvolver a capacidade de cuidar dos outros, sendo esta capacidade explícita nas famílias negras tradicionais. O fato de, segundo ela, muitas meninas negras terem sido criadas em ambientes onde a mãe trabalhava fora de casa fez com que a elas fosse direcionados tanto a responsabilidade dos afazeres doméstico quanto o cuidado com as demais pessoas da casa. Destaca, ainda, que o tempo não é algo valorizado à mulher negra, já que ela deve estar sempre à disposição para ofertar-se ao outro, qualquer que seja sua necessidade. Em contato com outras mulheres negras, afirma ela, percebeu que o tempo para pensar só lhe era permitido quando terminasse os afazeres doméstico, “era sempre um tempo roubado” (hooks, 1995, p. 474). Assim como a autora, Nátia somente podia “ser criança” quando cumprisse a agenda de “ser menina” naquela condição de exploração.

Uma pesquisa do IBGE (2019), divulgada recentemente, mostrou que a jornada de trabalho das mulheres, dedicada aos afazeres domésticos²³ e aos cuidados de pessoas, é 10h24min superior à do homem, por semana. Essa desigualdade, além de causar exaustão, impacta fundamentalmente em outros espaços da vida da mulher, sendo na infância, com a tentativa de conciliar os estudos e brincadeiras com essas atividades, seja na fase adulta, nas tantas outras jornadas que lhes são associadas. Conforme os dados da pesquisa no ano de 2019, mulheres que não trabalhavam fora de casa dedicaram, em média, 24 horas semanais a afazeres e/ou cuidados, enquanto os homens, na mesma situação, dedicaram apenas a metade desse período, 12,1 horas. Essa diferença manteve-se quando relacionada a homens e mulheres que exercem atividades laborais fora de casa: as mulheres dedicaram em média 8,1 horas a mais às atividades de afazeres e/ou cuidados que os homens. Utilizando-se de um recorte racial, a pesquisa também mostrou que, enquanto cerca de 40% das mulheres pardas e pretas realizavam cuidados, a taxa de realização entre as brancas era de 33,5%. A partir da evidência dessas diferenças e da sobrecarga das tarefas domésticas e de cuidados impostos às mulheres desde a infância como associada ao seu sexo biológico, é cristalino que, para elas, sobra pouco tempo para que outras atividades sejam realizadas, inclusive aquelas no ambiente externo ao lar.

Outra questão destacada nas narrativas das participantes da pesquisa, que merece atenção, diz respeito à relação menina-cuidado. De acordo com Erica Burman, essa relação – mãe-bebê – é uma ficção recente na sociedade pós-guerra, salientando que a mãe como

²³ Afazeres domésticos, segundo o IBGE (2019), compreendem as seguintes atividades: 1. Preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar as louças; 2. Cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos; 3. Fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos; 4. Limpar ou arrumar o domicílio, garagem, quintal ou jardim; 5. Cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados); 6. Cuidar dos animais domésticos.

cuidadora em tempo integral da criança nunca foi tão difundida quanto tem sido atualmente. Segundo ela, ao contrário de sua representação frequente nos textos de desenvolvimento da criança, essa analogia é lamentavelmente imprecisa e, ao ser baseada em significativos movimentos ideológicos, reduz a função parental do casal heterossexual ao reservar à figura materna todo o ônus dos cuidados, do bem-estar e do desenvolvimento da criança, com efeitos legais, políticos e práticos (BURMAN, 2008).

O trabalho de produção de pessoas, denominado como reprodução social, é tratado pelo capitalismo como um meio de se gerar lucro e, por vezes e historicamente, está a serviço do binarismo de gênero e das cisheteronormatividades, lançando mão de preceitos biológicos para justificar a exploração do corpo feminino (ARRUZZA, BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Nesse sentido, “resulta que o que é aceito como ‘instinto materno’ pode bem ser um desejo culturalmente construído, interpretado por via de um vocabulário naturalista” (BUTLER, 2017, p. 160, grifo da autora). O movimento ideológico a que a autora se reporta pode ser associado ao advento do capitalismo, responsável por intensificar a divisão sexual do trabalho e, conseqüentemente, a divisão da esfera pública e privada. A esfera privada é considerada como um lugar das mulheres, e a esfera pública, um espaço dos homens. Dentro dessa lógica, é estabelecida a maternidade como principal atribuição das mulheres, que passam a estar subordinadas à produção de pessoas que sustenta a base do capitalismo – o capital humano (STOLKE, 2006).

A religião é um marcador importante quando buscamos considerar essa formatação de gênero que aprisiona meninos e meninas em esferas diferentes. É dela também o papel de reforçar e naturalizar as censuras e ditar o destino da mulher para as pessoas responsáveis por sua educação desde a infância. Isso é importante, no sentido de pensarmos a religião como um marcador de peso nas nossas interações sociais, já que, se tomarmos algumas religiões de matriz africana como exemplo veremos que elas não entendem que esse seja o único modo de se vivenciar as experiências de gênero, não atribuindo inclusive a fé como atributo próprio apenas das pessoas cisheteronormativas, prerrogativa percebida nas religiões ocidentais. Talvez por isso essas religiões sejam tão estigmatizadas na cultura ocidental.

Tatiane: Que experiências foram mais marcantes na sua infância? Por quê?

Maria de Nazaré: A responsabilidade de ser mãe, com treze anos. Porque de uma menina, de uma criança, passou a ser uma adolescente e uma dona de casa. Mesmo tendo me marcado, porque eu era muito nova ainda, foi meio que natural, porque eu já era mãe dos meus irmãos.

Tatiane: Você acha que deixou de fazer algumas coisas devido às responsabilidades que você assumiu na infância?

Nátia: Sim, muita coisa. Porque o tempo que era pra eu estar brincando e me divertindo, ou até pensando mais na escola, logo eu assumi papel de irmã e de mãe [...]. Quando eu fui crescendo, eu fui desfazendo das minhas bonecas e fui cuidando mais do meu irmão, só troquei a boneca pelo boneco, meu irmão (risos). Daí, eu não tive infância e nem adolescência, porque quando eu cresci um pouco mais, eu já engravidei, daí, eu já me tornei mãe de verdade e dona de casa.

Vera: Nós éramos em muitos em casa, cinco crianças. As mais velhas cuidavam das mais novas, eu não queria ser mãe dos meus irmãos, mas a vida me proporcionou isso.

Tatiane: Durante a sua vida de menina, você percebeu diferenças nos modos como meninas e meninos eram tratados e educados?

Antonietta: Os meninos tinham mais liberdade, né? Os meninos podiam ir para rua, podiam brincar, as meninas não, pelo menos era assim que aconteceu em casa. “Ah, não! Você não pode ficar na rua até tarde! Você é mulher!”. Eu queria ir para beira do rio, eu queria acampar, tomar banho no rio, pescar, ser livre, entende?. Não precisava ser aquela liberdade sem limite, mas poder fazer as coisas sem as pessoas falarem que era errado.

A experiência com a maternidade precoce aparece como uma das experiências mais marcantes da infância de uma das participantes. Essa questão, desvelada também por outras participantes, no transcorrer desta pesquisa, mostra que a maternidade exercida e estimulada antecipadamente entre elas, seja no cuidado com irmãos e irmã mais jovens, possa ter conferido a elas um status de naturalidade frente à questão.

Com base na explicitação de maior liberdade conferida aos meninos, não são raros os discursos de que educá-los é mais fácil, pois, em relação a eles, a vigilância é reduzida; já as meninas, devem ser controladas, acompanhadas, e seus impulsos tendem a ser reprimidos. Butler (2017) afirma que gênero é uma forma de regulação social, em que o corpo só passa a existir na medida em que se sujeita aos discursos normativos. A partir deste assujeitamento, tanto menino quanto menina passam a ser inseridos nos domínios inteligíveis por meio da determinação do seu sexo. Entretanto, essa inserção não adquire uma significação estável e permanente, pelo contrário, o discurso normativo precisa ser reiterado gradativamente com a intenção de reforçar o efeito naturalizador. Rubin (1993, p. 3) descreve gênero como um produto da atividade humana histórica, argumentando ser, esta categoria, “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas”.

Butler (2017) aporta contribuições importantes para o entendimento da relação entre gênero e sexualidade, questionando, além da suposta coerência entre essas categorias, o binarismo entre os gêneros. Para isso, ela descreve gênero como performatividade, considerando que “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2017, p. 69). Sua ideia de performatividade de gênero envolve a noção de que sendo gênero e sexo discursivamente criados e reificados, ambos precisam ser desnaturalizados, posto que não se trata de refutar a existência de ambas as categorias, mas questionar as diferenças produzidas entre elas, buscando analisar as táticas discursivas que as materializam.

Essas táticas, utilizadas por várias instâncias, neste caso, em especial, pela família, vão delimitar as fronteiras entre o permitido e o não permitido para os gêneros, em um processo transmitido e reforçado de socialização das diferenças.

Tatiane: O que foi ensinado e aprendido por você, quando era criança, em relação a ser menino e menina em sua família?

Antonieta: Que cada um, meninas e meninos, tinham seus mundos separados, menina para um lado e menino para o outro. A minha mãe mesmo, ela não deixava a gente brincar com menino de jeito nenhum. E tanto que olha só o que aconteceu! Quem fez mal para mim foi um adulto, não foi um menino, não foi uma criança, e pior, atrás de uma igreja! Então, para ela, assim, menina brinca com menina e menino brinca com menino. Na cabeça da minha mãe era assim e pronto.

Vera: Eu só tive um irmão, o resto era menina, e ele é o mais novo, então, assim, só com o tempo que eu fui percebendo que tinha separação, isso de menina, isso de menino, aquilo. Eu lembro bem assim, que o que incomodava era eu e minhas irmãs estarmos juntas com meninos, isso era proibido. Eu percebi muita influência da família externa, né? Que falavam que menina tem que ser menininha e menino tem que ser macho, então, eles falavam muito em relação a isso, sabe? Os vizinhos também. Se os vizinhos vissem meu irmão lavando a roupa, também falavam: “Menino não tem que fazer isso”.

Nátia: Que menino tem que ficar junto com menino e menina tem que ficar junto com menina. Cada um tem suas coisas e faz suas coisas separados.

Tatiane: Que coisas eram estas?

Nátia: Suas coisas, seus brinquedos, amizades, conversas, seu jeito de fazer as coisas. E que também, quando chega em uma idade, a menina não pode mais ficar perto do menino.

Tatiane: Você se lembra do porquê disso?

Nátia: Porque podia acontecer alguma coisa, tipo namorar, querer pegar no corpo do outro, estas coisas [...]. Minha mãe não gostava que eu andava com meus primos, quando eu fui crescendo. Porque eles foram crescendo e já estavam andando com outras pessoas, daí ela não gostava. Tipo, ela falava assim: “Isso não é comportamento de menina, não! Isso aí é de menino!”.

Tatiane: E se comportar como menina era fazer o quê?

Nátia: Era ficar em casa, ler um livro, não ficar igualzinho os moleques, ficar correndo para lá e para cá jogando bola, enturmar com outras pessoas. Eu sempre fui quieta, na minha. [...] Mas eu queria ir nos jogos de bola com meus primos, aí minha mãe falava: “Não! Você não vai! Isso daí é para menino! Não é de menina!”. Aí, eu não ia. Aí, eles iam tudo jogar bola em outro bairro, longe, aí, eu não ia, minha mãe não deixava. Também porque ia um monte de menino e só duas, três meninas, aí ela proibia. Embora ela fale que era um corpo recatado, não queria ser assim.

Leonídia: Que menino era menino e menina era menina. Que menina não vestia shorts, porque era de menino, que tinha que vestir, e menina tinha que vestir saia porque era menina. Não podia misturar as coisas, cada um tinha suas coisas. [...] Minha mãe sempre falava: “Não faz isso que é coisa de menina! Não faz isso que é coisa de menino!”. Ela falava pra mim: “Você não pode jogar bola, você não pode deixar ninguém te tocar!”. Essas coisas assim: “Porque você é menina, menina tem que se guardar!”. Essas coisas assim.

Tatiane: Tem que guardar o quê?

Leonídia: A virgindade, ué! Para o marido! Depois que eu fui estuprada, Tati, eu até me senti culpada, sei lá! [...].

[...]

Vera: Na minha época, na cabeça do meu pai, a menina tinha que casar virgem, por isso, ele ficava com essa vigilância com a gente, e a gente tinha muito medo até de se aproximar de homem.

Antes de analisar a forte evidência binária que existe nas memórias de infância das participantes, no que diz respeito ao que lhes foi ensinado e aprendido em relação a ser menino e menina na família, chamo a atenção novamente para a exploração do corpo feminino. Duas participantes expõem a “guarda” da virgindade feminina para o futuro marido, justificada na proteção excessiva do corpo da menina, futura esposa. Burman (2008) afirma que assuntos ligados à guarda da pureza sexual das mulheres, centrais para os ideais da colonização, não são diferentes daqueles que dizem respeito à proteção da criança na contemporaneidade. O corpo da mulher a serviço do homem pode, então, ser pensado como um advento do capitalismo, de modo que ela, além de não dispor de sua sexualidade, sofre a culpa dos discursos religiosos infiltrados por todos os seus poros, a ponto de ressaltar como a educação feminina consiste em um aprendizado de culpabilidade, tema que será evidenciado mais adiante.

Verena Stolke (2006), em uma análise do processo de colonização das Américas, precisamente da experiência colonial ibérica, descreve como o valor moral foi sendo atribuído à virtude sexual das mulheres e como essa moralidade trouxe consequências para a edificação dos estereótipos de gênero ao longo dos tempos. Ela assevera que a sexualidade feminina se tornou muito valiosa, ao passo que as circunstâncias socioideológicas permitiram às mulheres a função decisiva de transmissão dos atributos familiares de geração em geração. Aos homens, nesse processo, cabia a tarefa de cuidar para que essa transmissão ocorresse satisfatoriamente por meio do controle rigoroso da sexualidade feminina. A subordinação e o confinamento da mulher ao ambiente doméstico eram consequências também desse processo. A igreja, nesse contexto, certifica a autora, validou, por meio dos códigos e dogmas religiosos, a relação entre pureza social e virtude feminina, assegurando que a virgindade antes do casamento e a castidade depois dele eram bens morais incondicionais à salvação cristã.

Stolke (2006) analisa, portanto, que essa ideologia colonial estruturou política, moral e simbolicamente as identidades e hierarquias sociais e tornou-se exemplo intercambiado para que outros contextos, inclusive o nosso, viessem a definir as relações de gênero e a experiência das mulheres enquanto seres humanos sexualmente identificados, o que se comprova nas memórias narradas pelas participantes desta pesquisa:

Tatiane: O que foi ser menina na sua família?

Maria de Nazaré: Foi aprender a como me comportar como mulher na sociedade. Aprender a lavar, cozinhar, passar, cuidar de criança, porque eu cuidei dos meus irmãos. Foi uma experiência de vida. Porque eu, quando me casei, eu tinha 13 anos. Eu já sabia de tudo, daí pra mim não foi tão difícil a vida de casada. Eu já vim instruída daquilo, do cuidado com uma família.

Antonietta: Na minha família, eu aprendi que menina é ser criada para fazer serviços domésticos em casa, que elas tinham que estudar só até a oitava série e depois não era mais importante porque elas tinham que cuidar da casa dos filhos e do marido, só isso. E que elas têm que casar no mínimo com 16, no máximo com 18 anos e ter uma família. Elas têm que ter filhos enquanto elas são novas, para elas não ficarem velhas e ter filhos muito velhas. Já os meninos, na minha família, eu aprendi que menino é criado para ser livre, porque ninguém vai falar mal dele, certo? Ele pode ter a liberdade dele até os vinte e tantos anos, ele pode estudar o que ele quiser, no tempo que ele quiser, depois ele vai escolher uma dessas meninas criadas para o casamento, que faz crochê, que limpa a casa, que faz uma boa comida, para ter um lar. Daí, eles vão formar um lar, daí, ele vai dizer como funciona e ela vai obedecer. [...] Às vezes, a gente até quer fazer as coisas diferentes disso, mas é difícil, é muita gente interferindo na sua vida.

Nátia: A minha experiência como menina foi mais ou menos, porque eu sentia falta da minha mãe, porque desde quando meu pai separou dela, ela quase não parava em casa, ela ficava fazendo os programas dela na rua, porque tinha que

sustentar a gente. Tinha dia que eu dormia doente, não tinha o carinho dela, minha avó que cuidava [...]. A gente era muito pobre, daí, quando ela saía pra trabalhar, eu que cuidava das coisas, do meu irmão. Eu não gosto nem de lembrar, porque eu sentia muita falta da minha mãe, mas eu sabia que ela precisava trabalhar.

Tatiane: O que foi a sua infância?

Antonietta: Minha infância foi de muita cobrança, muita cobrança, você tem que ser excelente, você tem que cuidar da sua irmã, você não pode fazer isso, você não pode fazer aquilo, você não pode brincar com menino, você não pode jogar bola, você não pode sentar de perna aberta, você não pode usar short, era muito “não pode”!

A partir das narrativas apresentadas, verifica-se um contexto onde, educadas para servir, as mulheres participantes da pesquisa relatam experiências de gênero marcadas pela submissão e obediência, além de apresentarem situações em que essa categoria, interseccionada com questões de classe, será determinante para uma condição de maior vulnerabilidade social.

Nessa direção, um artigo apresentado pela escritora Olívia Maria Gomes da Cunha (2007), denominado “Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição”, oferece uma percepção histórica de como a submissão e a obediência estiveram, ao longo do tempo, relacionadas à condição feminina, entrecruzadas com questões raciais e de classe social. Em seus escritos, ela descreve a formação de uma consciência moral e pedagógica do trabalho doméstico, tendo como contexto as relações sociais no Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XIX. Conforme descreve a autora, o fim da escravidão fez emergir um contingente de mão de obra feminino que, de acordo com os preceitos morais de uma sociedade patriarcal branca, deveria ser “domesticado” para atender às necessidades das famílias burguesas da época. A igreja, com a justificativa assistencialista de prestar às meninas pobres e negras auxílio em sua formação, tomou para si essa missão e passou a ofertar, a essas meninas, ensinamentos práticos e valores cristãos, habilitando-as não só para a domesticidade, mas também para a maternidade e, em alguns casos, para o magistério. Por trás desses ideais, contudo, estava a necessidade de salvaguardar a tranquilidade das famílias burguesas que dependiam da existência desses serviços para manter sua ordem social e, por conseguinte, viam, na domesticação de meninas ainda jovens, a possibilidade de suprir futuramente suas necessidades. Cunha (2007) aponta, ainda, que a construção da domesticidade esteve atrelada a certa concepção “natural” do feminino baseada em preceitos de submissão, obediência e servidão, associando esses atributos e espaço social a determinadas mulheres, efeitos que ainda se refletem cotidianamente na atualidade.

Não obstante, somos atingidas por discursos religiosos que ainda sustentam esses preceitos, reforçando a função feminina para o lar e condenando a possibilidade de educação para além desse ideal, como declarado por Antonieta. Sobre isso, destaco matéria publicada pelo site do jornal *Correio Braziliense* (SOARES, 2019) noticiando o discurso, para uma plateia de mais de 200 pessoas, de um líder religioso que refuta a possibilidade de estudo de suas filhas, sob a justificativa de que, caso elas demonstrassem maior inteligência que seus futuros maridos, o casamento estaria fadado ao fracasso, já que ele, na posição de “cabeça” da casa, não poderia consentir que ela exercesse essa função de dominação ao se tornar “corpo”.

Discursos como esse, moralizantes e condenatórios às mulheres, portanto, proferidos ao longo do tempo, somente vêm carregados de novas formatações, ainda mais negacionistas, com ideais bem definidos: o de manter a mulher “recatada e domesticada”. Esse é apenas um entre tantos outros casos que nos oferecem elementos para escancarar os meios discursivos utilizados para “conformar” as performances de gênero desde a infância, atingindo, sobretudo, as meninas, que são levadas a incorporar os símbolos da cisheteronormatividade, vinculados ao casamento e à formação da família nuclear. A esse respeito, Rubin (1993) acrescenta que gênero não é apenas uma identificação com um sexo, ele obriga também que o desejo sexual seja orientado para o outro sexo, sendo essa categoria um produto das relações sociais de sexualidade para a garantia do casamento heteronormativo.

As análises realizadas por Butler (2016; 2017) convocam-nos a repensar sobre os conceitos de sexo e natureza ao contestarem a universalidade das categorias que diretamente acabam por associar poder e dominação ao masculino e obediência e submissão ao feminino. O efeito discursivo do gênero é violento justamente à medida que reforça essas questões e o apresenta como natural, binário e hierarquizado. Apesar de o efeito performativo dos discursos evidenciar que, na infância, precisamente sob forte influência da família e de agentes externos, como a igreja e pessoas próximas ao convívio, somos condicionadas/os ao cumprimento de uma agenda pré-estabelecida sobre como ser e estar no mundo, o efeito disruptivo em relação às normas é evidente, em um movimento de resistência. A fala de Antonieta expõe o desejo de fugir dessas convenções, mas diante das normas e dos padrões, visíveis no enunciado “é muita gente interferindo na sua vida”, vemos os efeitos dos discursos e dos ecos sociais que nos censuram, funcionando como “juízes da normalidade” (FOUCAULT, 1987).

O processo de reiteração das normas presentes nas falas das participantes da pesquisa corrobora o conceito de performatividade analisado por Butler (2015), cujos efeitos produzem o que nomeiam. Segundo ela, performatividade não é uma encenação no sentido de uma performance artística ou de uma manifestação, de modos de se expressar, posto que remete

muito mais aos discursos e aos atos que produzem o efeito de gênero, e não o contrário, a expressão de um gênero, a manifestação de um gênero (BUTLER, 2015). Os significados de nos comportarmos como meninos e como meninas desde a infância dizem respeito, então, a como usamos determinadas roupas, como nos adornamos, a como conduzimos nosso corpo a sentar de uma determinada maneira, a ter determinadas preferências até pelos brinquedos e brincadeiras. A isso podemos denominar performatividades de gênero.

Vejamos, a seguir, o que as participantes narram a respeito de seus brinquedos e brincadeiras de infância:

Tatiane: Você podia brincar livremente na sua infância ou lembra-se de proibições?

Antonietta: Eu não podia brincar com menino e eu queria brincar com menino, porque as brincadeiras deles eram mais legais. Eles podiam jogar bola, brincar de queimada, essas coisas mais legais. E as brincadeiras das meninas eram mais paradas, e eu não gostava daquilo. [...] Daí, só podia aquelas bonecas mais parecidas com bebês, aquelas bonecas que lembrava filho mesmo, né? E era meio que treinando a gente pra ser mãe, né?

Tatiane: Ela falava que tinha brinquedo de menina e brinquedo de menino?

Antonietta: Sim! Porque ela não deixava a gente jogar bola, brincar com determinadas bonecas, as que eram maquiadas, e ela sempre falava assim para mim: “Senta igual uma menina, senta igual uma menina, senta igual uma moça, não senta assim que você tá igual moleque. Você tá igual moleque brincando, correndo desse jeito! Não faz isso!”. E eu adorava o estilingue, tudo isso eu não podia porque era de menino. Brincadeira de menina, para ela era panela, brincar de casinha, brincar com os bebês. E eu não gostava de brincar disso, de jeito nenhum.

Leonídia: Lembro de ser proibida de jogar bola, porque era coisa de menino; eu odiava, porque eu queria fazer tudo o que meus irmãos faziam [...] eu tinha meu joguinho de comidinha, que era mais coisa de menina. Eu tenho até hoje esse joguinho guardado. Meu pai não gostava que eu jogava bola, porque dizia que era coisa de menino.

Tatiane: Suas amigas eram mais com meninas ou meninos?

Leonídia: Com meninas. Não sei, talvez por que, né?! A família vai dizendo que brincar mais com a menina é que era certo, daí eu cresci brincando com as meninas, de coisas de meninas.

Maria de Nazaré: Não podia jogar futebol, né? Mas como eu te falei, nós brincávamos com os meninos, era mais liberado. Mas os meninos não podiam nem tocar nas nossas bonecas. Eles também não queriam, nem era um adulto que brigava com eles, não que eu me lembre, isso era deles mesmo. Às vezes, a gente pegava uma boneca para brincar, mas era só entre as meninas, eles não aceitavam [os irmãos]. Nós podíamos até brincar com os brinquedos e as

brincadeiras deles, mas eles não podiam brincar com os nossos, com bonecas, estas coisas.

Nátia: Eu tinha as minhas bonecas, né? Eu sabia que tinha elas e como tinha que brincar. Sobre isso, eu lembro que meu pai conversou essa parte comigo: “Menina brinca de boneca e menino brinca com carrinho.” Eu devia ter uns oito anos quando ele falou isso pra mim. Daí, eu tinha a minha caixinha com minhas bonecas e meu irmão tinha a caixinha dele com os carrinhos.

Vera: Tinha censura por parte do meu pai, das brincadeiras tidas como de meninos, mas a minha mãe sempre tentava fazer com que ele não visse. A gente sempre brincava nos momentos em que ele não estivesse em casa. Tinha também por parte dos meus avós, mas por parte da minha mãe, não, por ela a gente podia brincar livremente. Nossa vida já era tão dura, que eu acho que ela tentava amenizar. As brincadeiras dos meninos eram muito mais divertidas, eu gostava de jogar bola com meus primos, eu gostava de empinar pipa, coisa que meu pai ficava louco com minha mãe, mas eu gostava das brincadeiras dos meninos porque a brincadeira das meninas era muito chata. Mesmo porque eu tinha duas bonecas em casa para cuidar, eu não precisava brincar de boneca, eu já tinha dois irmãos mais novos para cuidar. Não queria brincar de boneca! Era muito mais legal ficar lá, voando no alto, de jogar bolinha, mas era tudo separado, menina tinha brincadeira de menina e menino tinha brincadeira de menino, não podia nem brincar junto. Eu quebrava todas as regras, minha mãe ficava quase doida, não por ela, mas ela sabia que, se o meu pai chegasse, visse eu brincando daquilo, ia dar confusão na certa, ele ia falar que aquilo não era coisa pra menina!

Os discursos das participantes sobre as brincadeiras e os brinquedos mostram, mais uma vez, que vários são os artefatos utilizados como dispositivos que atuam a favor das normas de gênero e a serviço do binarismo, na demarcação de lugares sociais e produção de subjetividades. Muitas são as vozes sociais que participam do processo de censura e classificação dos brinquedos e brincadeiras que, supostamente, não são indicados para um determinado gênero. O jogo de futebol aparece como o tabu às meninas, visto que, culturalmente, esse esporte está relacionado a uma prática “naturalmente masculina”, e, por outro lado, a boneca é veementemente negada para os meninos, que, avessos aos assuntos domésticos, são preparados para ocupar o espaço público. Sobre essa questão Rubin (1993) aduz que:

Longe de ser uma expressão de diferenças naturais, a identidade de gênero exclusiva é a supressão das semelhanças naturais. Ela exige repressão: no homem, de qualquer versão de traços “femininos”; nas mulheres, a de traços definidos como “masculinos”. A divisão dos sexos resulta na repressão de algumas características de personalidade de praticamente todo mundo, homens e mulheres. O mesmo sistema social que oprime as mulheres em suas (do sistema) relações de troca, oprime a todo mundo em sua insistência numa rígida divisão de personalidade (RUBIN, 1993, p. 28, grifos da autora).

À menina, no preparo para a maternidade, são ofertadas bonecas, como signo da relação mãe-bebê, e os artefatos domésticos para que se associe ao espaço privado e, envolta pela passividade, tenha seu corpo controlado. Algumas das mulheres participantes da pesquisa queixam-se do fato de não estarem autorizadas a brincar com os meninos, classificando suas brincadeiras como mais divertidas e agitadas. Esse assunto, as brincadeiras e os brinquedos, desperta grande interesse da família, visto que se faz necessário um momento de pausa para a orientação exclusiva, no sentido de evitar dissidências: “Meu pai conversou comigo sobre essa parte”, recordou-se Nátia.

Novamente, o conceito de gênero apresenta-se como uma importante categoria de análise. Segundo Scott (1995), tratar de gênero nos possibilita compreender como as pessoas se constituem cotidianamente por meio de inúmeros significados imersos em fatores culturais, normas, leis e instituições, conceituando esta categoria como um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. Conforme Louro (2016, p. 14-15): “Os corpos são significados pela cultura e são continuamente, por ela alternados. [...] De acordo com as diversas imposições culturais, nós nos construímos de modo a adequá-los aos critérios estéticos, higiênicos, morais dos grupos a que pertencemos”.

Esses entendimentos implicam compreender, nos discursos das participantes, como são instauradas nas famílias as práticas discursivas próprias para os gêneros por meio de diversos artefatos e situações, cumprindo estes a função de produzir os sentidos para o feminino e o masculino na infância. As estratégias estereotipadas de categorização utilizadas impõem fronteiras entre as crianças e atuam na performatividade dos corpos.

Pierre Bourdieu (1999), em seu estudo sobre a dominação masculina, argumenta que as concepções reducionistas penetram em nossa cultura, no nosso inconsciente e se reproduzem.

[...] o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social (BOURDIEU, 1999, p. 19-20).

A partir dessa e de outras análises apresentadas até aqui, pode-se compreender que os corpos são marcados pela cultura, obedecem a questões históricas e sociais mais vastas, recebendo influência de diferentes contextos étnicos, raciais, econômicos, políticos e religiosos que, atravessados por discursos normativos, orientam e legitimam as formas inteligíveis ou não

do gênero, bem como delimitam de que forma este deve ser performado. Ser homem e ser mulher passa, no contexto apresentado, pela validação social de instituições, como a família, que vai determinar o comportamento construído para cada gênero. Nesse processo, a escola também aparece como uma instituição em destaque, posto que “[...] qualquer espaço social pode transformar-se em instâncias e práticas pedagógicas, desde que orientados para a constituição de sujeitos” (FILHA, 2005, p. 197).

3.3 “Senta direito! Fecha as pernas! [...] você é muito pra frente, menina!” – Performatividades de gênero ensinadas e aprendidas na escola

Assim como a família é responsável primeira pela educação das crianças, a escola é local privilegiado onde ocorrem experiências interpessoais na infância. Conforme aponta Edlamar Cavalcanti (2003), a família detém um importante lugar como instituição reprodutora de discursos que preservam relações de poder entre as pessoas, acabando por difundir e generalizar características que, segundo aponta a autora, podem vir a privilegiar imprecisamente qualquer pessoa, seja ela homem ou mulher, pobre ou rico, preto ou branco. Louro (2000) considera, ainda, que a escola

[...] se apresenta como um espaço social que foi se tornando, historicamente, nas sociedades urbanas ocidentais, um *locus* privilegiado para a formação de meninos e meninas, homens e mulheres é, ela própria um espaço generificado, isto é, um espaço atravessado pelas representações de gênero (LOURO, 2000, p. 77).

Assim, a escola, enquanto espaço extensivo da educação familiar, atravessada por diversas relações de poder, consiste em um ambiente importante no que diz respeito à reiteração dos discursos e atos que produzem os efeitos performativos de gênero. As ponderações das participantes desta pesquisa sinalizam essas questões:

Tatiane: Na escola, você percebeu diferenças nos modos como meninas e meninos eram tratados e educados?

Maria de Nazaré: Eu lembro das filas e separações de meninos e de meninas. Lembro que, quando tinha alguma atividade, separavam os meninos das meninas. Eu senti diferença mais tarde também, quando eu voltei a estudar depois de adulta, fazendo EJA²⁴, no ano passado. Uma professora disse: “Porque menina tem que vestir é rosa e menino tem que vestir azul. Menina

²⁴ EJA: Educação de Jovens e Adultos.

tem que brincar de boneca e menino tem que brincar de carrinho”. Eu até discuti com essa professora sobre isso.

Tatiane: Me fala mais sobre este episódio. Em que contexto você se lembra que ela falou isso?

Maria de Nazaré: Uma amiga da classe fez uma pergunta e ela já respondeu com outra, com ironia. Eles estavam discutindo política e aí, nesta parte, ela [professora] rabiscou no quadro, de um lado, escreveu menina e, de outro, menino. Daí a colega falou assim: “Por que isso, professora? Por que separar os meninos das meninas?” Aí, a turma falou que ela estava sendo preconceituosa e ela disse que não, que ela não ia mudar a opinião dela e pronto. Era aula de História. Mas isso começou porque os meninos e as meninas na sala começaram a discutir sobre política, sobre o Bolsonaro, falando que uns votavam nele por isso e por aquilo e outros que não votavam por isso e por aquilo. Daí ela, a professora, foi e entrou na questão. Ela disse que ela, do jeito que ele [Bolsonaro] estava falando era certo, porque ela tinha um filho de dois anos e que ela ensina pra ele que menino tem que brincar de carrinho e vestir azul. E a menina tem que vestir rosa e brincar de boneca. Menino não pode pegar em boneca. Daí, a turma começou aquela discussão, porque ela disse que ela tem filho menino e não aceitava que seja de outro jeito a criação dele, que cada um (menino e menina) tem seu lugar e pronto, que esse negócio de homem casar com homem, e mulher casar com mulher era coisa de outro mundo.

Vera: Sim eu percebi. Às vezes, os professores falaram assim: “Vamos fazer um mutirão, vamos limpar a escola!” E os meninos falaram: “Não, eu não vou nem para escola, isso não é serviço de menino, não sou mulher para fazer faxina!” Se a professora pedisse pra algum menino fazer alguma coisa na sala também, tipo apagar o quadro, eles não iam, falavam que era coisa de menina. Pra serviço que era de força, eles até ajudavam, tipo arrastar uma mesa, pegar alguma coisa pesada, mas tudo o que remetia a algum trabalho doméstico, era com as meninas. Aí, eu percebi que as professoras pararam até de chamar, só chamavam as meninas mesmo.

Nátia: Só na primeira série, que eu tinha uma professora chamada Berenice, ela era bem gordona, ela dividia nós: menina sentava de um lado e meninos do outro lado, porque a menina não podia se misturar com o menino, porque logo eles já começavam a namorar e não ia prestar. Aí, ela tinha uma régua enorme e, se nós misturasse, ela dava reguada na nossa cabeça. Não podia misturar; e antigamente não era essas cadeiras, não, eram bancos. Daí, menino de um lado e menina de outro.

Tatiane: O que que você achava disso?

Nátia: Ah, ela falava que, se a gente se misturasse, a gente ia namorar, mas nós nem tinha tamanho, nem sabia o que que era namorar, nós só queria brincar. Eu devia ter uns oito anos, eu nem pensava em namorar. Ela não deixava nós ir de roupa curta. Quando nós íamos de saia, ela puxava nossa saia e fazia a gente voltar. Ela queria que nós fosse de calça ou de short, era só abaixo do joelho, e os meninos, também.

Tatiane: E ela falava que não podia ir de saia por quê?

Nátia: Porque ela falava que nós íamos mostrar a calcinha para os meninos, e aí os meninos iam querer pegar na nossa bunda. Que a gente ia provocar eles. Quando ela deixava a gente brincar tudo junto, e acontecia alguma coisa, se nós brigar ou, então, o menino puxava a roupa da menina, rasgava, aí, então, ela falava: “Suas meninas assanhadas!”. Aí, ela brigava. Ela dizia que as meninas eram assanhadas, porque tinha umas diferentes, umas meninas peraltinhas, então, ela deixava nós brincar juntos, e quando as meninas ficavam pulando, pulando nos meninos, grudando no pescoço, aí que ela brigava. “Ê, menina assanhada!” – ela falava. “Por isso que eu não gosto que vocês se misturam, porque depois estão aí, tudo namorando. Não tem nem tamanho!”. [...] A diretora via o que ela fazia, e ninguém falava nada. Ela falava que fazia aquilo porque era nosso castigo, porque nós estávamos teimando com ela. Nunca ninguém queixou nada com ela, não, achavam normal bater nas crianças. Às vezes, a gente apanhava dela e nem sabíamos por quê. Ela repreendia mais as meninas, nos comportamentos. Ela falava que as meninas eram assanhadas, que elas provocavam os meninos, por isso que eles ficavam puxando elas ou rasgava a roupa.

Nos discursos das participantes da pesquisa, há diversos pontos a serem problematizados no que diz respeito às performances de gênero no espaço escolar. O primeiro para o qual chamo atenção são as separações das crianças por gênero. Muitas escolas ainda fazem uso dessa prática – separação por filas, divisão de grupos e tarefas – para reforçar as regras binárias que nos regulam socialmente. Essas atitudes ainda mostram a força dos discursos normativos agindo sobre o planejamento das atividades que possuem como justificativa uma melhor “organização” ou diferenças biológicas. Assim, não podemos deixar de pensar a escola como “uma rede de vigilância e controle [que funciona] para garantir seu sucesso e atacar os possíveis ‘desvios’ (FERRARI, 2010, p. 548, grifo do autor).

Na fala da professora “[...] esse negócio de homem casar com homem, e mulher casar com mulher é coisa de outro mundo”, reitera-se a cisheteronormatividade e expõe-se a grande dificuldade que a escola possui em lidar com essa questão. A situação, que poderia ser utilizada para propiciar uma problematização referente a uma polêmica política, que reforça estereótipos de gênero (submissão e dominação), acabou conduzida pelo viés do sexismo. Quando Louro (1997) questiona a forma como a escola produz as diferenças e quais os efeitos que elas têm sobre os sujeitos, entendo que parte dessa resposta esteja nessas memórias das participantes. Vemos que, do ensino primário à educação de pessoas adultas, os padrões se repetem, a norma é reiterada, os padrões comportamentais do feminino e do masculino são reificados. Os meninos reivindicam uma natureza masculina baseada na força física, que é avessa ao feminino, como se essa realidade fosse internalizada, um fato ou uma verdade absoluta sobre eles, quando, na verdade, tais atributos estão sendo produzidos e reproduzidos o tempo todo, mediante performances sociais contínuas, dando forma aos gêneros normativos.

Ainda nos discursos das participantes, evidenciam-se, também, as regras e valores conservadores que organizam muitos ambientes escolares, bem como o poder disciplinador que “[...] delimita espaços. [...] Informa o "lugar" dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos” (LOURO, 1997, p. 58, grifo da autora). A separação justificada pelo comportamento “naturalmente” incontrolável sexualmente dos meninos é contraposta pela imposição da culpa nas meninas. Nesse sentido, mais uma vez, ressalto que a educação das meninas é imersa no aprendizado da culpabilidade.

A prática violenta, coercitiva e adultocêntrica de correção das crianças, por meio da pedagogia do medo e da ameaça, tanto no sentido de conter a sexualidade e mantê-las inocentes quanto de corrigir os comportamentos que desejam transpor a norma, além de ser validada por muitas instituições, frequentemente é justificada por vias moralizantes, o que vai de encontro com o que analisa Foucault (1987, p. 245, grifo do autor): “[...] a prática que normaliza à força o comportamento dos indisciplinados ou dos perigosos pode ser por sua vez ‘normalizada’ por uma elaboração técnica e uma reflexão racional. A técnica disciplinar torna-se uma ‘disciplina’ que, também, tem sua escola”. Esse poder disciplinar age tanto na punição dos comportamentos “naturalmente” tidos como apropriados para cada gênero quanto na correção de corpos dissidentes e que necessitam de enquadramento, sendo “treinados no silêncio e num determinado modelo de fala” (LOURO, 2016, p. 21).

Importante pensarmos também sobre o corpo no espaço escolar, já que muito se evoca sobre as expressões, gestos, toques e acesso ao corpo (seu e da outra pessoa) autorizados ou não nesse ambiente. As crianças, logo nos primeiros contatos com a escola, já passam a perceber os discursos que permeiam esse acesso e que estão em circulação no processo de subjetivação nos diferentes espaços. A prática repressiva funciona, então, no sentido de garantir que os comportamentos de meninos e meninas estejam em conformidade com o “natural”.

Nas narrativas das mulheres, nesta pesquisa, o controle de seus corpos desde a infância tem destaque, tanto na escola quanto na família. Isso coincide com o que Louro (1997) denomina como construção das “identidades escolarizadas”. De acordo com a autora, os antigos manuais ensinavam às educadoras e aos educadores os cuidados que deveriam ser tomados com os corpos e as almas das crianças. A forma de se sentar, de andar, as maneiras de colocar o caderno sobre a mesa, os posicionamentos de seus corpos proporcionam, afirma ela, a produção de um corpo escolarizado. No entanto, hoje existem outras regras, teorias e conselhos, produzidos em consonância com as novas condições, com os novos instrumentos e práticas

educativas, sendo que, mesmo assim: “[...] a escola continua imprimindo sua ‘marca distintiva’ sobre o sujeito (LOURO, 1997, p. 62, grifo da autora). Nas escolas, segundo Corrigan (1991 *apud* LOURO, 2016, p. 17), os corpos “são ensinados, disciplinados, medidos, avaliados, examinados, aprovados (ou não), categorizados, magoados, coagidos, consentidos [...]”.

Vejamos como essa disciplinarização do corpo manifestou-se na vida das participantes:

Tatiane: Sobre o corpo, o que foi ensinado e aprendido por você, quando era criança?

Antonietta: Eu aprendi que o corpo da menina tem que ser um corpo mais recatado, um corpo mais quieto, eu digo um corpo preguiçoso, senta, cruza as pernas, a mãozinha tem lugar certo de colocar.

Nátia: A orientação sempre foi que, como eu era menina, eu tinha que me sentar de um jeito diferente dos meninos. Se a gente era menina, tinha que ter modo de menina. Tipo, era raro eu vestir um short, eu tinha saíha, vestido. Quando eu sentava de perna aberta, logo falavam que não era assim, que é para sentar: “Menina tem que sentar assim, menino senta assim!”.

Tatiane: Como era esse assim?

Nátia: Menina com a perna cruzada e menino com a perna aberta, arreganhada. Às vezes, a gente esquecia, daí logo brigavam, mas parece que quanto mais fala, mais a gente quer fazer ao contrário. Eu fui percebendo, sozinha, que as meninas tinham que ficar mais quietas e comportadas, e que os meninos, não. Eles eram homens, eram mais agitados. Eles podiam correr, brincar, pular, sair pra qualquer lugar, pra jogar bola, era mais liberado, e nós, meninas, não, tinha que se comportar como menina.

Leonídia: Que o corpo da menina tinha que ser mais calmo, tipo, isso foi mais no curso de boas maneiras, em casa nem tinha tanto isso. Mas pensando assim, o corpo dos meus irmãos era mais livre.

Essas declarações apontam que, ainda hoje, pouca coisa foi ressignificada na sociedade no que diz respeito ao controle e construção dos corpos de meninas e meninos. Por meio dos diferentes discursos, atravessados por relações de poder, representados na produção do conhecimento, nas práticas de disciplina, vigilância e na reiteração das normas, naturalizam-se os comportamentos generificados e tornam os corpos úteis, produtivos e dóceis, enquanto a segregação acaba adquirindo ares de naturalidade. Essas impressões sobre o corpo ganham reforço atualmente, devido à onda conservadora de base religiosa, uma vez que os corpos, que já eram vigiados e punidos, agora passam a ser violentados e legados ao esquecimento quando não correspondem à inteligibilidade normativa de gênero. Muitas meninas continuam sendo impedidas de exercer livremente o controle de seus corpos, de movimentar-se de acordo com suas predileções pessoais quanto à prática das mais variadas atividades. Contudo, a reiteração

da norma ocorre em um processo de negociação, confronto e resistência, ganhando sentidos diferenciados conforme diversos fatores, como expõe a fala de Nátia: “[...] mas parece que quanto mais fala, mais a gente quer fazer ao contrário”.

Outro ponto importante para ser problematizado no tocante aos efeitos da norma no comportamento das crianças, principalmente nos corpos das meninas, diz respeito ao que foi mencionado na descrição do corpo apresentado pelas participantes. “Um corpo quieto e preguiçoso” diz muito a respeito da forma como ele vai interagir socialmente, mais precisamente no processo de aprendizagem, entendendo que os sentidos presentes no corpo delimitam muito esse espaço.

Na tentativa de analisar os discursos para além do dito, mas também na busca de compreender a produção desses discursos e os ecos sociais que ressoam e carregam as normativas de uma forma reiterativa de atos, julgo importante associar a análise de Djamila Ribeiro com a descrição acima. Ao compreender o lugar da mulher na sociedade, ela afirma que “o mundo não é apresentado para as mulheres com todas as possibilidades” (RIBEIRO, 2019, p. 37). Quais são os sentidos desse discurso? Podem ser muitos, mas, no momento, chamo a atenção para as negações impostas pela norma às meninas, desde a infância. “Você não pode! Você não é! Isso não é assim!” – essas são as vozes sociais para as meninas, que usurpam seu potencial criativo, mesmo no ambiente escolar, local que deveria proporcionar justamente o contrário. Essa realidade vem à tona no diálogo com Antonieta:

Tatiane: Na escola, você percebeu diferenças nos modos como meninas e meninos eram tratados e educados?

Antonieta: Sim, muita diferença. Os meninos podiam falar o que eles queriam, e as meninas, se elas vão falar alguma coisa, nossa! “Que feio você falando isso! Que feio você fazendo isso! Você é uma menina! Você não pode estar falando esse tipo de coisa!” Principalmente quando a gente começou a trabalhar o corpo humano, né? Os meninos podiam perguntar, fazer aquelas piadinhas, e as meninas não podiam falar nada. A menina perguntar o que que era aquilo já era o fim do mundo. Eu lembro que a gente tava trabalhando o corpo humano e uma menina perguntou qual que era a função do testículo no corpo do homem, daí a professora virou e perguntou para ela: “Muito bonito para uma menina fazer um tipo de pergunta dessa!” Daí, todo mundo começou a rir e ficava falando: “A fulana quer saber sobre isso!” – tirando sarro, tipo assim: “Como é que não pode saber?” Detestava essa professora, ela era muito racista. Aí, eu falei assim: “Qual a diferença do menino e de uma menina querer saber, às vezes, os meninos têm e não sabem qual que é a função!” Daí, ela falou assim: “Você tá querendo saber também?” Daí, eu falei: “Tô!” Aí, outra menina também já falou, também que queria saber. E aí eu lembro que ela explicou, mas assim, ela ficou com raiva de mim porque eu tinha provocado, né, as outras meninas para entrar na conversa também. Nas reuniões da escola, ela era a única professora que falava mal de mim, ela não

gostava do meu jeito, falava que eu tinha um “queismo”. Um dia eu perguntei o que que é isso? O que que é “queismo”? Ela disse que era querer saber das coisas, e ela não gostava porque eu era uma menina que queria saber demais das coisas. Eu tinha uns doze anos na época [...] Eu tive professores mais tradicionais quando eu era mais nova, na adolescência melhorou um pouco. Mas na educação infantil eles falavam que a menina tinha que ser tratada diferente do menino, sim, e que era aquilo que era certo. Advertiam a gente, falando que a menina não fala assim, quem falava assim era o menino, que menino não faz isso e quem fala assim é menina. Falava: “Senta direito! Fecha as pernas!” E só agora eu lembro, na minha cabeça assim: “Você é muito para frente menina! Você é muito para frente! Você não tem que ficar fazendo isso, que isso não é atitude de mulher. Você fica igual menino, não para sentada!” Tipo assim, tinha professores que falavam muito isso. E era sempre assim, é a forma de repreender deles, era que a menina não pode querer ser igual um menino e o menino não pode querer ser igual uma menina. E eu lembro deles menosprezar muito o menino quando, por exemplo, ele se machucava, caía e chorava, eles já falavam assim: “Olha lá, a menininha chorando!” E isso era o que a gente ouvia de professoras mulheres. “Olha lá! Ele tá fazendo igual uma menina!” Então, assim, a gente via que tinha muito machismo na escola.

Dentre vários elementos a serem analisados no discurso de Antonieta, detenho-me mais atentamente ao “queismo”. A professora, na intenção disciplinar de “domesticar” corpos femininos, sobretudo os negros, ao não encontrar palavras que pudessem expressar seu sentimento de contrariedade em relação à menina negra que queria saber demais, faz uso deste neologismo²⁵ para descrevê-la. O “queismo” associado a frases como “você não pode estar falando esse tipo de coisa!”, gera narrativas lançadas com a intenção de censurar, de controlar a voz da menina. A autoridade da professora demonstra que ali existe uma relação de poder sobre um grupo que ela está julgando “menos inteligente”, e “[...] isso revela as complexas dinâmicas entre ‘raça’, gênero e poder” (KILOMBA, 2019, p. 55, grifo da autora). O termo “queismo”, muito além do que revela, denuncia, portanto, o apagamento da voz feminina e negra na escola. Autoras feministas negras ressaltam essa evidência ao mencionar que, para elas, o conhecimento e a intelectualidade, além de serem negados, são também condicionados a espaços estranhos a elas.

Dialogando com Spivak (2018), noto que a pergunta “pode o subalterno falar? ” ganha materialidade na memória de infância de Antonieta. A relação entre violência epistêmica e poder são colocados pela autora ao evidenciar que o subalterno, no caso a menina negra, é impedida de se expressar: ela é/foi realmente considerada enquanto sujeito? Sobre isso, é importante pensarmos que a construção desse sujeito é forjada pelo pensamento colonial e

²⁵ Opto por classificar a palavra “queismo” como neologismo por entender que seu uso, naquela situação, difere do sentido existente na língua portuguesa. Neste caso, a palavra “queísmo” é grafada com acento e significa o uso abusivo da palavra “que”.

construída por meio de um modelo universal de ser humano de base europeia, intercedido de uma linguagem epistêmica masculina e hegemônica. Desta forma, assumir como legítimos a sua voz e o seu conhecimento implica em desnaturalizar a relação colonial do saber, agente do silenciamento de mulheres, sobretudo, das mulheres negras.

Quanto a isso, hooks (1995) traz importantes considerações ao explicitar que a intelectualidade está fundada no racismo e no sexismo, ressaltando que esse conceito, de base ocidental, ao autorizar quem pode falar, elimina a possibilidade de que outras vozes, principalmente as vozes femininas e negras, possuam destaque. Segundo ela, o patriarcado de supremacia branca detém uma cultura que atua para recusar e tornar o conhecimento, para a mulher negra, um lugar interditado, sendo ela frequentemente confrontada com discursos e práticas que, além de invalidá-la e desautorizá-la, conduzem à internalização e questionamentos quanto a sua capacidade. Essa condição, segundo ela, está baseada na consciência cultural coletiva, sexista e racista, de que ela veio ao mundo somente para servir, chamando nossa atenção para o impacto do gênero e do racismo na valorização da intelectualidade das mulheres negras: “são fatores que informam e moldam tanto nosso senso do que é ou pode ser a intelectual negra quanto sua relação com um mundo de ideias que transcende as produções individuais” (HOOKS, 1995, p. 466).

Anzaldúa (2009) contribui com essa análise ao afirmar que a linguagem, além de ser um discurso masculino, é-lhes autorizada, fazendo referência ao silenciamento das vozes femininas desde a infância e à forma como esse silêncio é associado ao bom comportamento “garotas bem-comportadas não respondem” (ANZALDÚA, 2009, p. 306). Em contrapartida, segundo ela, ser questionadora, palavra à qual estou associando o termo “queísmo”, é sinônimo de malcriação e algo depreciativo para as meninas.

Agrava-se a questão quando analisamos o contexto em que a professora questiona a vontade de saber de Antonieta e demais meninas da classe. A elas, não é devido ter curiosidade sobre nada que diga respeito ao corpo e à sexualidade. Definitivamente, a elas esse saber não é autorizado. Aquelas que se atrevem a se expressar são alvos de questionamentos vexatórios por quem deveria, em tese, proporcionar o conhecimento. Muito provavelmente, a professora corroborava com a ideia de que a sexualidade humana é também assunto masculino e vê em Antonieta a figura da menina desviante, da que causa incitação, e na posição de mulher negra, a que pode apresentar uma sexualidade mais afluada, baseando essa premissa em ideais racistas advindos de uma cultura escravocrata que sexualiza o corpo negro.

Ante o exposto, conjuntamente com as questões aqui levantadas, o campo da sexualidade é recoberto por tabus no espaço escolar e tratado com atitudes repressivas, condicionando sua aprendizagem, muitas vezes, ao proibido, fonte de culpa e vergonha.

Redobra-se ou renova-se a vigilância sobre a sexualidade, mas essa vigilância não sufoca a curiosidade e o interesse, conseguindo, apenas, limitar sua manifestação desembaraçada e sua expressão franca. As perguntas, as fantasias, as dúvidas e a experimentação do prazer são remetidas ao segredo e ao privado. Através de múltiplas estratégias de disciplinamento, aprendemos a vergonha e a culpa; experimentamos a censura e o controle “a partir das várias estratégias de disciplinamento, os/as alunos/as vão aprendendo a vergonha e a culpa e experimentando a censura e o controle, vão aprendendo a lidar com a sua sexualidade como algo privado, deixando de perceber a dimensão social e política que a envolve” (LOURO, 2016, p. 27, grifo da autora).

No discurso de Antonieta, é inegável, ademais, que as meninas, mesmo imersas nas condições censurantes de uma educação sexista, em que são desprovidas de muitas atividades, estímulos e incentivos, resistam às desigualdades de gênero praticadas e imputadas a elas e contestem as relações de poder, requisitando serem ouvidas. Naquele espaço, ainda, é importante ratificar que são percebidas outras situações discriminatórias que reforçam o machismo, o racismo, a intolerância religiosa, a discriminação de classe e a homofobia.

Mesmo que as análises se debrucem sobre as memórias de mulheres, não posso negligenciar o fato de que também os meninos são atingidos pelo machismo ou por outros tipos de violências do ambiente escolar, ainda que em proporções menores em relação a elas. A violência mais comum direcionada a eles é o fato de que, para legitimar seu pertencimento ao gênero masculino, devem distanciar-se de tudo o que possa relacioná-los com o que está construído, no imaginário social, em torno do feminino, posto que este é marcado socialmente pela submissão e inferioridade. Para isso, a vigilância sobre ele também é instaurada, garantindo, principalmente, que, em situações como as apresentadas no discurso de Antonieta, ele não demonstre dor ou chore e consiga “validar” sua tênue masculinidade. Ainda a respeito disso, Louro (1997) argumenta que as tecnologias utilizadas pela escola almejam alcançar como resultados o autodisciplinamento contínuo e a validação da masculinidade por meio do controle de “explosões” e impulsividade, contendo o quanto necessário for os sentimentos. Consequentemente, podemos supor, conforme mencionado pela autora, que expressar emoções e mostrar-se frágil, são consideradas, em contraponto, características femininas e, por isso, desqualificadoras para os meninos.

Quando questionadas acerca de situações de preconceito ou discriminação no contexto escolar, as participantes da pesquisa assim respondem:

Tatiane: **Você se recorda de ter sofrido algum preconceito ou discriminação na escola?**

Antonietta: Sim, por ser crente, eu era chacota, ainda mais eu, que era muito debochada, que tinha um comportamento mais tido como um comportamento diferente, um comportamento de menino. Eu não podia me expressar porque o pessoal já falava assim: “Lá vem a crente! Qualquer coisa que eu quisesse falar ou perguntar de teor sexual já era piada, falava que eu era crente do rabo quente. A própria religião já soava como uma censura! Eu não podia me expressar, era uma censura de expressão, era uma censura de opinião, era uma censura de comportamento, eu não podia me vestir do jeito que eu queria, tem que ser assim, pronto, do jeito que a igreja manda você ser, eu não podia ser a pessoa que eu queria. E essa professora acabou ajudando nisso também, porque não podia se posicionar, não podia falar nada. Ela era machista, machista e racista ao extremo. Eu lembro que ela falou dos testículos uma vez, ela falou na sala que negro tinha nascido de uma chocadeira, daquelas galinhas de encruzilhada de macumba, galinha preta, e que não servia para nada. Essa mesma professora também chamava a gente que era crente de “Creuza”, por causa de uma novela que passava na televisão que a personagem que se vestia de crente e saía pra fazer strip a noite, e aí, qualquer coisinha que a gente fazia, o comportamento que a gente tinha, ela chamava a gente de “Creuza”. No último dia de aula, eu levei flores para os professores e esperei a aula inteira para falar para ela que eu não ia dar flor para ela porque ela era machista e preconceituosa, porque ela era uma pedra no sapato das mulheres, e foi a primeira pessoa na minha vida que falou que eu era feminista, ela falou assim: “Você vai ser daquelas feministinha barata!” E aí eu falei: “Obrigada! Melhor do que ser machista e racista como você! E seu lugar não é numa escola ensinando!” Daí, ela falou assim: “Você não pode falar assim comigo!” Aí, eu falei que eu podia porque aquele era o último dia de aula e eu nunca mais ia ver ela, foi um alívio!

Vera: Na escola eu acho que foi por causa da pobreza, porque a gente era muito pobre, e a gente não tinha dinheiro para comprar muito material. O pouco que a gente tinha era porque ganhava dos outros, então, o uniforme, às vezes, tava manchado, rasgado, cheio de bolinha, então, a gente sofria bullying por conta da nossa pobreza. Às vezes, eu penso que, na escola, a gente não participava das coisas porque a gente não tinha dinheiro para contribuir. Às vezes, a escola pediu uma prenda, alguma coisa, então, isso, para gente, que era pobre, já é um fator de exclusão. Pedir pra levar um prato de salgado pra escola, como é que eu ia levar se um quilo de carne moída tinha que dar pra gente comer quase uma semana! Algumas professoras chegaram até excluir mesmo a gente, tratava diferente mesmo, já nem contava com a nossa participação. Naquela época, eu não entendia, mas hoje eu entendo isso como discriminação, era muita, muita discriminação mesmo! Ao mesmo tempo que tinha professor que falava: “Não, deixa eles participarem assim mesmo!” Tinha outros que falavam: “Vai com a sua pobreza pra lá!” [...].

As memórias de infância de algumas das participantes, a partir do tempo presente, ratificaram muitas das discriminações que aqui já mencionei. Nesses excertos, os sentidos

produzidos sobre esse passado no espaço escolar voltam-se a experiências violentas vivenciadas por meio do entrecruzamento do racismo, intolerância religiosa, sexismo e discriminação de classe. Muito embora, se tratem de percepções individuais, entendo que tais discursos foram lançados sobre outras pessoas e, com certeza, atingiram e produziram marcas em outros corpos em diferentes proporções. As memórias de Vera são narrativas dessas marcas corporais que recebem classificações indistintas relacionadas a sua condição social no espaço escolar. O que ela evidencia como uma discriminação decorrente da condição econômica de sua família não é uma realidade estranha a inúmeras crianças no Brasil, já que vivemos em um país extremamente desigual em nível de distribuição de renda. Nos discursos da escola, sua presença é apenas tolerada, sendo que, ao primeiro sinal que dê conta de sua fragilidade, no caso a econômica, ela é excluída. Se ser menina já era um problema que ela tinha que enfrentar, ser menina e pobre parecia um problema de proporções ainda maiores, sobretudo para aquelas meninas cujo corpo carrega traços afrodescendentes. De maneira explícita, Vera expõe, em suas memórias de infância, ter vivenciado situações de segregação, em que classe social e gênero, ao se entrecruzarem, compuseram experiências de violência significativa para ela. Sua experiência mostra-nos como uma solicitação, aparentemente simples – um prato de salgado –, pode delimitar espaços de privilégio.

As narrativas de Antonieta corroboram também a segregação e a criação de espaços de privilégio no ambiente escolar, denunciando, agora, o sexismo associado ao racismo. Além de ser vista como “diferente”, ela é censurada tanto pela escola quanto pela religião, e, em decorrência dela, passa a ser cerceada. Mesmo sendo ela um corpo que se coloca como questionador daqueles abusos, que se contrapõe ao processo disciplinar, interrogando inclusive a legitimidade do lugar que a “educadora” possui naquele espaço, sabemos que as violências descritas por ela são estruturais e de difícil embate. O racismo, assim como o sexismo, são sempre estruturais, à medida que, conforme destaca Silvio Almeida (2018), suas expressões integram a organização econômica e política da sociedade, beirando a uma normalidade e não a uma patologia social ou desordem institucional. Segundo ele, os espaços são racistas porque as pessoas que o compõem assim o são, ou seja, esses espaços são apenas a “materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos” (ALMEIDA, 2018, p. 36), transformando-o em regra, e não exceção.

No caso da professora de Antonieta, mulher descrita pela participante da pesquisa como branca, de forma bastante explícita, ela ratifica a suposta superioridade da branquitude acionando proposições do senso comum ao relacionar racismo a suas impressões preconceituosas sobre religiões de matriz africana. Tal proposição remete a uma herança

escravocrata eurocristã que, através de uma visão maniqueísta, associou tudo que é bom à branquitude e o que é mau, à negritude. Com base em uma análise de Kilomba (2019), toda uma história de escravidão associada a uma vivência de opressão colonial, barbaridade, dor e estereótipos raciais é ratificada por meio do discurso da professora. A condição da pessoa negra, sendo reduzida a nada, reproduz um discurso colonial que expõe a objetificação dessas identidades, posicionando-as no lugar da “outridade”, de uma existência na perspectiva alienante do sujeito branco, que, nesse caso, é encarnado pela professora. A fala da professora de Antonieta coloca todas as pessoas negras da sala de aula, meninas e meninos, na condição de “outra/o” quando as/os reduz à condição de não existência humana. Dessa forma, estão, todas elas, experimentando o racismo. Essas experiências segundo Kilomba (2019), não são pontuais, mas sim a somatória de experiências que pessoas negras acumulam durante a vida.

Em seu discurso, a professora está, ainda, segundo Kilomba (2019), reverberando todo uma cadeia de termos associados às pessoas negras ao remeter à primitividade, à ignorância, à sujeira, ao oculto e, no caso específico, à animalidade, retirando-lhes a humanidade e identificando-as a animais – galinhas pretas. Nessas condições, o sujeito negro, como afirma Kilomba (2019), torna-se aquilo com o que o sujeito branco não quer ser identificado, por isso coloca-o na condição de “outro”, ao negar sua humanidade. É por meio dessa cadeia discursiva que o racismo é materializado: “nós nos tornamos a corporificação de cada um desses termos, não porque eles estão inscritos fisicamente na superfície de nossas peles e não porque eles são reais, mas por causa do racismo, que funciona discursivamente e não biologicamente através do discurso” (KILOMBA, 2019, p. 159). Ela pergunta:

[...] quem é “diferente” de quem? É o *sujeito negro* “diferente” do *sujeito branco* ou o contrário, é o *branco* “diferente” do *negro*? Só se torna “diferente” porque se “difere” de um grupo que tem o poder de se definir como norma – a *norma branca*. Todas/os aquelas/es que não são brancas/os são construídas/os então como “diferentes”. A branquitude é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os “Outras/os” raciais “diferem”. Nesse sentido, não se é “diferente”, torna-se “diferente” por meio do processo de discriminação (KILOMBA, 2019, p. 75, grifos da autora).

São esses os discursos que reafirmam os privilégios da branquitude que, na maioria das vezes, obtêm êxito em silenciar vozes oprimidas e forçar crianças negras a se identificarem com a branquitude, tendo em vista suas imagens não serem positivas. O processo de construção da diferenciação, da naturalização dessas “diferenças” é, tal como descreve Kilomba (2019), também legitimada no espaço escolar, por meio de outras formas de agenciamento, como as

fontes históricas, hegemonicamente centradas no homem branco e vencedor, que, com bravura, “conquistou” povos “primitivos” e “descobriu” territórios já ocupados.

Anzaldúa (2000), ao constatar o apagamento social das pessoas negras e de etnia não hegemônica, destaca que seus discursos são considerados sem importância pela episteme dominante, a ponto de sua linguagem ser comparada à dos loucos. Acrescenta que os olhos dos brancos não estão interessados em conhecer o que lhes é diferente, outra língua, outra cultura, ou tudo que não esteja relacionado a suas verdades absolutas, afirmando que “as escolas que frequentamos, ou não frequentamos, não nos ensinaram a escrever, nem nos deram a certeza de que estávamos corretas em usar nossa linguagem marcada pela classe e pela etnia (ANZALDÚA, 2000, p. 229).

As palavras da professora incidem, ainda, assustadoramente, interseccionando raça e gênero, na condição da menina negra, visto que, se no caso do menino negro, já no discurso da professora é “nada”, o que será ela então? Tais discursos mostram a incapacidade da escola em lidar com as relações de poder que hierarquicamente segregam as pessoas e as (des)qualificam, conforme as percepções individuais de suas/seus agentes. Por meio dessas análises, noto que vários tipos de discriminação estão em operação o tempo todo nas relações sociais, inclusive no espaço escolar. O controle do corpo está em constante reconfiguração e toma formas diversas, a depender da situação e de diferentes marcadores sociais.

Sobre o controle dos corpos no ambiente escolar, Louro (1997) chama a atenção, também, para algumas práticas reducionistas que delimitam atividades no espaço escolar, tendo o sexo biológico como referência. A autora destaca, em sua análise, a prática esportiva, mais precisamente, a disciplina de Educação Física, ao afirmar ser esta uma área que explicitamente infere na construção das identidades de gênero. Para Sheila Scraton (1992 *apud* LOURO, 1997), muitos docentes dessa área alegam que os cuidados com relação à sua sexualidade levam-nos a evitar jogos que promovam muito contato físico entre as crianças, ou que possuam elevado grau de agressividade para as meninas. Sinaliza, ainda, que tais atividades vão contra a “natureza” feminina e expectativas de gênero, acrescentando, em seu argumento, a possibilidade de terem seus corpos machucados, como os seios e os órgãos reprodutores. Em relação a essa alegação, observo que algumas participantes da pesquisa trazem memórias de infância análogas às apresentadas pela autora, bem como evidenciam a divisão de atividades escolares por fatores biológicos. Vejamos:

[...]

Leonídia: Eu amava jogar handebol, e eu era goleira na escola, uma vez bateu aqui, assim, no meu peito, ficou vermelhinha na hora, porque eu sou morena,

né? Aí, o pessoal: “Nossa!” Minha mãe disse: “Aí, vai ficar um maior que o outro! Isso não é esporte pra meninas!” Só sei que eu não estava nem aí que ficasse, eu queria brincar, né? Eu gostava de fazer esportes.

[...]

Antonietta: As aulas de Educação Física ficaram muito marcadas para mim, também porque as meninas não queriam fazer Educação Física, a maioria não queria fazer e eu queria muito fazer. Eu pensava: “Tira esse short, dá para mim!” Por que eu não podia usar short, né? “Deixa eu poder correr e brincar com os meninos, jogar futebol!” Meu sonho era poder correr livre pela aquela quadra e chutar uma bola.

Tatiane: Você sentia que a escola também colocava alguma barreira para que você pudesse praticar esporte também?

Antonietta: Eu lembro que a escola começou a bater na tecla que tinha que fazer, que tinha que fazer, mas daí tinha a igreja. Eu não sei quem foi o abençoado que inventou isso, que a igreja conseguiu um papel que mandava para escola para suspender os membros da igreja da Educação Física prática, porque a gente não usava shorts. Nisso, a gente tinha que fazer uma prova teórica. Eu lembro desse papel como se fosse hoje. Então, a minha mãe usou desse papel para me proibir de fazer Educação Física prática. Daí, naquela época, eu fui obrigada a cumprir essa regra. Com 10 anos, eu já não fazia mais Educação Física prática. Isso me causava muita revolta. Eu lembro que o pastor leu essa lei na igreja e eu fiquei muito revoltada.

[...]

Maria de Nazaré: Eu aprendi, na escola que eu estudei, a fazer crochê, ponto cruz, biscuit, só que, assim, eu sei fazer tudo isso, mas não era uma coisa que eu queria. Eu não queria ficar dentro de casa fazendo estas coisas, cuidando de casa. Eu queria outras coisas mais divertidas, então, eu achei o meio de me divertir, que era a bola. A gente ficava ali correndo, gritando, me fazia muito bem, era meu meio de me expressar, de aliviar o estresse que eu passava dentro de casa, porque era estressante você só cuidar de casa.

Tatiane: Houve situações em que você foi obrigada a fazer coisas por ser menina?

Antonietta: Crochê, eu odiava crochê e eu era obrigada.

Como fica evidente, inicialmente, as atividades escolares que emergem das memórias de infância das mulheres que participaram desta pesquisa refletem situações em que foram obrigadas a certas atividades, tendo como fator seu sexo biológico. Ocupações relacionadas ao espaço doméstico eram tidas como apropriadas a elas, à medida que contribuía para prepará-las para o futuro, no caso, a ocupação do ambiente interno e o cuidado para com as pessoas em seu entorno. Segundo Maccoby (2002 *apud* SILVEIRA; SOUZA, 2008), gênero é um tema central na infância, além das interações entre as crianças, a escola, os brinquedos, os jogos, o vestuário e os acessórios produzem modos de vivê-lo que são produzidos discursivamente. A família e a escola prestam, desse modo, um papel fundamental na edificação desses discursos

e modos de ser, seja pelos conteúdos ensinados, seja nos comportamentos dos sujeitos que atuam nesses contextos. A religião, nessa composição, irá desempenhar um papel fundamental no que diz respeito à forma com que os corpos são significados dentro e fora do ambiente escolar.

A atmosfera religiosa que cercava a vida escolar de uma das participantes da pesquisa demonstra a relação da escola com outros discursos que circulam em seu espaço, participando de forma direta na reiteração normativa. Tanto a igreja quanto o Estado têm manifestado um profundo interesse na maneira como as pessoas se comportam ou pensam, “podemos observar, nos últimos dois séculos, a intervenção da medicina, da psicologia, do trabalho social, das escolas e outras instâncias, todas procurando nos dizer quais as formas apropriadas para regular nossas atividades corporais” (LOURO, 2016, p. 42). A parceria existente entre a igreja e a escola, em especial no que diz respeito à educação das normas de gênero, é uma situação muito importante a ser observada no contexto desta pesquisa. O controle dos gestos, do comportamento, da fala, das vestimentas, dentre outras formas de censura em nome da religião, é algo recorrente nas memórias de Antonieta ao longo de toda sua infância, inclusive a escolar. Os sentidos desse controle são percebidos quando ela evoca as frequentes formas de adaptação e negociação que teve de utilizar para ser um pouco menos violentada.

As estruturas normativas presentes em algumas religiões frequentemente são associadas aos processos educativos no espaço escolar e ganham, ali, um ambiente propício para o controle e a censura. Atualmente, o contexto brasileiro é pautado por disputas morais que indicam ora os conflitos, ora as pactuações entre a religião e a educação. A visão laica do Estado é constantemente questionada por grupos religiosos que insistem, desde tempos remotos, em adentrar os muros escolares e as práticas educativas com a intenção de “moralizar” as crianças e mantê-las dóceis. Essa disputa é ainda mais acirrada quando questões de gênero e sexualidade são tratadas naquele ambiente. Num movimento atemporal, estas questões enfrentam resistência conservadora que, a depender do perfil da unidade escolar, ganha mais ou menos evidência. O embasamento moral da educação escolar tem feito crescer os grupos que estão atentos aos currículos, práticas e ao que é ensinado na escola.

A radicalização dos discursos que visam, reiteradamente, censurar as crianças, principalmente as meninas, demonstra a expressiva influência que a religião detém sobre esse espaço. Dessa relação, faz-se importante perceber como essa radicalização nos discursos ultraconservadores tem adquirido substância à medida que se reitera a necessidade de preservar a pureza e a sexualidade das crianças, bandeiras fortemente levantadas pelo conservadorismo

cristão. Nessa missão, temas forjados, como o “kit gay”²⁶, e a ideologia de gênero ganham materialidade em um contexto de profundo agitação e pânico moral que lançam como estratégia de empoderamento ações, como a proposta do movimento Escola Sem Partido ou mesmo o *homeschooling*²⁷. O discurso do Escola Sem Partido, embora de origem político-ideológica, possui evidente alinhamento com bases religiosas ultraconservadoras, compondo, nesta relação, mais uma tentativa de interferência do fundamentalismo religioso nas práticas educativas. A abordagem “liberal” do projeto remete à “liberdade da família”, assumida como um conceito que se universaliza, de base nuclear, heteronormativa, branca e de religiosidade cristã (MATTOS, 2018).

Conforme mencionado anteriormente, o termo ideologia de gênero não é reconhecido academicamente porque gênero não é uma ideologia, sendo sua composição erroneamente e violentamente empregada na produção de distorções interpretativas da questão e utilizada para rotular ações educativas que questionem explorações e desigualdades sociais (MATTOS, 2018). Nesses termos, importante ressaltar, mais uma vez, que a proposta e a discussão de tais questões estão sendo realizadas por pessoas que não atuam no espaço escolar, políticos e religiosos, que, sem diálogo e reflexão, principalmente com a comunidade escolar, refutam a ideia da diversidade de toda ordem, das discussões de gênero e de sexualidade, limitando essas e outras questões a uma universalidade que exclui, segrega e, não raramente, conduz à morte. Contudo, sendo essa abordagem realizada de forma crítica, passa a ser considerada como uma ameaça aos valores morais da família cisheteronormativa; o acirramento dessas questões, dentre tantas outras depreciativas, leva para o espaço escolar a tensão, o medo quanto a possibilidades e limites nos debates mais críticos, principalmente os relacionados às performances de gênero e à sexualidade (MATTOS, 2018).

O relato de Vera, abaixo, traz memórias que remetem a questões de gênero e sexualidade na escola:

Tatiane: Me fala sobre sua experiência na escola, como era seu contato com as outras crianças, as brincadeiras.

Vera: Eu tinha mais amizade com meninas, embora eu quisesse ter mais amizade com meninos. Eu não tinha paciência para as meninas, eu achava que as coisas que os meninos faziam eram bem mais legais. As coisas de meninas

²⁶ O “kit gay” é algo que não existe, já foi um termo pejorativo criado a partir da oposição de partidos conservadores ao “Projeto Escola sem Homofobia”, proposto no ano de 2011, pela então presidenta Dilma Rousseff, que versava sobre o debate da diversidade sexual e do combate à homofobia nas escolas. O argumento desses partidos era de que tal campanha, ao abordar a temática, acabava por estimular e contrapor-se à cisheteronormatividade, daí a transposição do nome para “kit gay” (CARVALHO; SÍVORI, 2017).

²⁷ Modalidade de ensino realizada em casa, onde a criança não frequenta o espaço escolar.

eram muita perda de tempo. Os meninos sabiam se divertir muito mais. Eles corriam mais, entendeu? É muito mais legal brincar com menino do que com menina. Menina, não, menina queria só brincar daquelas coisas paradas, eu queria agito, eu queria correr, pular. “Ah! Vamos brincar de bonequinha, de maquiagem, de comidinha!” Eu não tinha paciência para isso! Eu queria agito, e o agito era as brincadeiras dos meninos. Eu lembro que a escola também reforçava isso, as professoras colocavam assim: “Menina vai para esse lado, menino vai para esse lado! Vocês brincando desse lado, menina brinca desse lado.” Então, já era separado, então, não tinha oportunidade dos meninos brincarem com as meninas e as meninas brincarem com os meninos para misturar as situações. Já vi essa divisão, e ali mesmo, as coisas aconteciam, né? Eu lembro que tinha comentários de pais que, se soubessem que o filho tinha pego numa boneca na escola, meu Deus do Céu! Ia na escola e fazia um barraco. As professoras tinham muito medo de falar sobre estas questões. Eu lembro quando começou a se falar de educação sexual, os pais fizeram um motim na frente da escola. Eu me lembro do dia que aconteceu isso, que os pais foram para frente da escola, porque as professoras tinham falado sobre educação sexual. Eu lembro que teve pais que foram na escola e falava assim: “O que que estas professoras tinham na cabeça?! Tá dando aula de educação sexual!” Isso porque teve um aluno que falou para o pai que a professora enfiou uma camisinha na banana. “Onde já se viu, o que que isso?! O que que essa professora tinha na cabeça?!” O resto daquele ano não teve mais aula de educação sexual. Eu achei que os pais iriam quebrar a escola, foi muito sério, então, não era tudo que você podia fazer, falar, naquela época, os professores tinham medo, e com razão!

Na narrativa de infância de Vera, apreende-se que ela dá sentido às tensões envolvendo gênero e sexualidade presentes no cotidiano escolar durante sua infância, tensões estas não diferentes do tempo presente. Percebemos que meninos e meninas que circulam no espaço escolar caracterizam-se pela composição de grupos, em que o critério é a afinidade, seja pelo modo de ser ou pelos gostos pelos brinquedos e pelas brincadeiras. Esses aspectos definem aproximações e distanciamentos que influenciam a maneira como as crianças passam a performar seus gêneros. Os brinquedos e as brincadeiras não ficam incólumes no espaço escolar, e sobre eles vão incidir, também, discursos de regulação dos corpos infantis, principalmente no caso em questão, na figura da boneca que deve ser distanciada de modo firme das mãos dos meninos.

Porém, nem sempre a escola mostra-se capaz ou preparada para lidar com questões do cotidiano, em especial, aquelas ligadas à sexualidade, ao gênero e às diversas formas de violência, uma vez que ela também se vê atingida pelo “pânico moral” construído em torno do conceito de gênero que, em decorrência da pressão social, acaba optando pelo silenciamento destas questões. O fato de a família “reivindicar” o silenciamento do assunto está relacionado, novamente, a uma base moral de sociedade eurocristã que opta pela censura e universalização de corpos e experiências. Louro (1997), no entanto, assevera que a escola é uma parte

inseparável dessas discussões, pois, como instituição social, ela está imersa em uma cultura e nas formas de pensar e constituir as performances normativas de gênero.

A escola é um dos cenários mais importantes dos vários tipos de demonstração cultural da sociedade e o gênero é uma dessas demonstrações. O apagamento compulsório das questões de gênero nas escolas é, por si só, um efeito discursivo normativo produtor de violências.

3.4 “[...] eu era muito bruta, parecia uma machona [...]” - Relações entre a criança ideal-típica e os gêneros normativos

Logo no início deste capítulo, discuto a infância e suas implicações nos dispositivos de gênero e sexualidade, perfazendo um deslocamento histórico que nos permite compreender de que forma esse conceito foi construído e quais as implicações dessa construção para a compreensão do termo na contemporaneidade. Posteriormente, analisando os discursos de saber-poder presentes em campos específicos de investigação, a família e a escola, evidencia-se a influência desses discursos nas performances de gênero das crianças ao entendermos a educação diretamente relacionada aos modos de subjetivação.

Tais conceitos, que não se autogovernam, por sofrerem influências de diversos dispositivos de poder na sociedade, fornecem indicações de como devemos nos portar, orientam nossas ações, nossos discursos, práticas e compreensões, levando-nos a, dentro de classificações universalizantes indistintas, traçar linhas de normalidade e anormalidade. Esses processos discriminatórios e reducionistas segregam e atingem os mais diferentes grupos societários, particularmente, as crianças. Recai sobre elas, sustentada por um olhar adultocêntrico, a necessidade constante de reafirmação da norma, no sentido de dar sustentação à cisheterossexualidade e à família tradicional.

À medida que a criança passa a ser reconhecida, a infância ganha, como já tratado anteriormente, o status de “vontade de saber” (FOUCAULT, 1988), imersa em um jogo de poder que passa a descrever, analisar e regular suas condutas, à luz de uma visão desenvolvimentista. A psicologia do desenvolvimento, juntamente com outros dispositivos, é a base para a produção de uma criança ideal-típica ou uma “criança fictícia”, abstraída de gênero, de classe, de raça e de outros marcadores sociais que a interseccionam. A subscrição de um sujeito prototípico evita, como evidenciado por Burman (2008), análises da avaliação de diferentes infâncias em diferentes circunstâncias e modos de fronteiras políticas de pertencimento nacional, ou mesmo a exclusão, no sentido de delimitar que infância é reconhecível. Essa delimitação, ao desumanizar formas de existência, produz um ideal de

existência infantil branco, assexuado e materialmente provido. Todavia, essa criança ideal (ou mitológica) é uma irrealdade (BURMAN, 2008), se considerarmos os diferentes matizes sociais que constituem interseccionalmente as infâncias.

Tensionando essas questões, importa-me pensar a relação entre o conceito de criança ideal típica, proposto de Burman (2008), e a construção dos gêneros normativos, como forma de refletir sobre a necessidade desenvolvimentista de enquadrar os corpos infantis dentro de uma matriz inteligível de gênero e sexo, tendo este último “um poder produtivo, o poder de produzir, demarcar, circunscrever, diferenciar os corpos que controla” (BUTLER, 2002, p. 18). Sobre o corpo, mais uma vez, podemos ressaltar sua importância nesse processo.

[...] O corpo sempre está em algum lugar! Ele é o alvo! Por ele, micropoderes o tocam e o convocam às práticas de inclusão e normalização. O corpo a ser punido, vigiado, disciplinado, produtivo, normalizado e incluído é resultado das forças que o mantêm em vida produtiva. Esforços, junções, conexões, interesses políticos e culturais, dele não se desgrudam e dele não abrem mão. [...] O corpo, forma corpo, forma-identidade, forma-subjetividade, forma-criança, não passa de efeitos de discursos e de tecnologias de saberes e poderes que, em redes e conexões que extrapolam tempo e espaço, fazem-no desejar a sair por aí (RODRIGUES; PRADO; ROSEIRO, 2018, p. 24).

Quais os interesses políticos em torno de um corpo normalizado? A resposta a esta questão pode ter vários vieses, mas foquemos na matriz relativa ao gênero normativo. Muitas das memórias de infância das participantes desta pesquisa denunciam comportamentos e anseios que não são bem-vindos na sociedade normativa.

Tatiane: Como foi ser menina?

Vera: Eu nunca pensei nisso, sabe, mas assim, exatamente, eu nunca me comportei como uma menina que eles queriam, como uma criança modelo pros outros [...] Eu sentia que as pessoas tinham dificuldade em lidar com o meu jeito diferente. [...] Meu irmão, ele foi criado com quatro meninas, como é que a gente ia fazer pra ele não ter contato com boneca? Isso era quase impossível! E aí, a gente inclui ele nas brincadeiras. E para o meu pai não perceber, a gente falava que ele era como se fosse o papai, ou como se fosse o filhinho, porque ele era pequeno, ou ele era o papai ou ele era o filhinho, a gente nunca deixava ele falar que ele era mamãe. Meu pai falava que ele ia ser viado.

Tatiane: Por quê?

Vera: Porque meu irmão é muito emotivo, e isso ele não aceitava, porque homem não chora [...]. Ele falava que ele não era uma criança normal. E eu acho que isso causava medo no meu pai. Eu via que os homens são criados para não falar de sentimento, eu não sei, parece que é um pré-requisito de homem não falar sobre seus sentimentos.

Tatiane: Me fala mais sobre esse seu desejo de jogar futebol.

Maria de Nazaré: Pra poder jogar, eu tinha que sair escondido. Porque, se meu pai visse, ele não deixava, ou se ele soubesse que eu estava jogando, ele já ia buscar, e já vinha batendo no caminho. Ele pensava que quem jogasse, a menina que jogava futebol ia virar sapatão, só pode.

São muitos os sentimentos evocados por mulheres, durante a infância, que tiveram dificuldade em performar os modelos impostos. Percebo suas frustrações ao mencionar a não correspondência a uma determinada normalidade dos discursos da cultura de como ser criança. O “jeito diferente”, a referência de avaliação dos termos “criança modelo” e “criança normal” a que se referem as participantes da pesquisa têm relação direta com as expectativas de gênero construídas socialmente, para as quais as crianças que não apresentam um comportamento do gênero normativo são tidas como diferentes, como anormais, como desviantes, dissidentes e, por isso, precisam receber influências diversas para se realocarem dentro de um padrão de normalidade. Sendo assim, assuntos da infância são também assuntos de gênero (BURMAN, 2008). Não obstante, é importante refletirmos sobre a invisibilidade do gênero na infância, da negligência ao nos reportarmos ou não a esse termo, uma vez que tanto a família quanto a escola possuem e produzem um protótipo de criança ideal, segundo o qual, espera-se que a menina, principalmente ela, contenha seus desejos, seus prazeres e desenvolva a submissão como uma prerrogativa de sua existência.

Tatiane: Você se lembra de ter sido acusada de não ser uma criança “normal” por conta do seu comportamento?

Leonídia: Sempre! Eu tive que fazer curso de boas maneiras duas vezes. Porque a convivência com homens me levou a ser uma mulher, me levou a ser uma menina parecida com homem. Acho que, se minha mãe não tivesse levado eu pro curso, eu tinha virado sapatão. Eu era muito machona. Então, eu fiz curso de boas maneiras duas vezes.

Tatiane: Por que você fez de novo?

Leonídia: Pra aprender mais, eu era muito dedicada. Eu comia de colher, e o que eu via no curso era muito difícil pra eu me adaptar [...]

Tatiane: Você acha que esse curso te ensinou o quê sobre ser menina?

Leonídia: Ele me ensinou muito. Porque assim, como eu te disse, eu era bruta, parecia uma machona, e o que que o povo queria na época? Queria que menina se portasse como menina, uma criança modelo, sabe? [...]

Tatiane: Você gostava deste curso?

Leonídia: O primeiro não, mas o segundo, sim. No primeiro, eu não gostava porque eu queria ser a menina que eu era, eu gostava de ser daquele jeito, não queria ser a menina que ela estava ensinando. Eu queria ser igual os meus irmãos, correr, pular, fazer as mesmas coisas que os meninos faziam. No segundo curso, eu já estava com mais idade, daí, eu já gostei um pouco, e daí, eu passei a me policiar mais. Eu lembrei agora que, no último curso, tinha dois meninos na turma pela primeira vez, e já naquela época eles eram afeminados.

Tatiane: Afeminados?

Leonídia: Sim! Se comportavam como meninas.

Tatiane: E como eles eram tratados no curso?

Leonídia: Eu não me lembro bem, mas era assim também, como eles tinham que se portar na sociedade, mas como homens, né?

Tatiane: Você acha que estes ensinamentos te limitaram na sua infância?

Leonídia: No primeiro, não, porque eu era mais nova, no segundo, um pouco mais, porque eu era moça já, mas, mesmo assim, eu continuei a subir em árvores e me dependurar nos galhos até os 15 anos, mesmo que aquilo não era coisa de menina.

Na justificativa a respeito de sua participação no curso, Leonídia a faz como um ensinamento que confere a sua sexualidade uma orientação cisheteronormativa, condicionando-a à reiteração normativa realizada durante a participação no curso de boas maneiras. Ademais, existem sentimentos ambíguos em suas memórias em relação ao modo dissidente de ser menina e de ter vivido a sua infância: ela diz gostar de ter sido mais livre como os meninos, mas, ao mesmo tempo, afirma precisar do curso para ter os seus comportamentos sujeitados. Ainda em relação ao curso de boas maneiras, este aparenta ser um espaço de profundo disciplinamento, do conserto do que é nomeado socialmente como abjeto, desde a menina “machona” ao menino “afeminado”. Tais métodos são utilizados pelas famílias, na educação das crianças, tendo como justificativa “enquadrá-las” na vida em sociedade e reforçar a vigilância sobre elas. Se a existência da menina pobre e negra já é rechaçada, a menina pobre, negra e “machona” é inconcebível. Talvez a preocupação não estivesse exatamente na menina “machona”, ou no menino “gay” e afeminado, mas sim na pessoa adulta que esses sujeitos se tornariam. O controle desses corpos é atravessado pela projeção da criança como um “vir a ser” baseado na completude das normas de gênero impostas pela sociedade.

A criança determinada a performar o que a família espera dela, determinada a assumir uma performance normativa de gênero que lhe garanta um convívio em sociedade, passa a se policiar, a se conter, a obliterar seu comportamento num movimento que não se trata apenas de regular, mas de promover a regulação do eu (BURMAN, 2008). Essa autorregulação é violenta,

no sentido de influenciar escolhas e possibilidades concretas ao longo da vida, manter as meninas desde a infância no “seu lugar”, submissas e caladas.

Fadado a buscar o reconhecimento de sua própria existência em categorias, termos e nomes que não criou, o sujeito busca o sinal de sua própria existência fora de si, num discurso que é ao mesmo tempo dominante e indiferente. As categorias sociais significam, ao mesmo tempo, subordinação e existência. Em outras palavras, o preço de existir dentro da sujeição é a subordinação (BUTLER, 2017b, p. 29)

Os gêneros inteligíveis, como aponta Butler (2017), são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência normativa sexo-gênero-prática sexual e desejo, sendo eles bem distintos em seus efeitos produtivos: se o indivíduo não repete a norma, não é habilitado como sujeito. É no registro da inteligibilidade que se registra também o nascimento da abjeção, como forma de legitimá-la. A abjeção está no campo do não inteligível, e, ao ocupar esse lugar, está no campo do não visível. Nesse sentido, estão as infâncias dissidentes e que não correspondem ao padrão heteronormativo de sociedade. As linhas que entrelaçam gênero e sexualidade permitem-nos entender, portanto, o modo como os padrões de gênero, quais sejam a masculinidade e a feminilidade normativas, reiterados em processos educativos em diferentes contextos, vão incorporando a heterossexualidade como o único modelo de sexualidade possível, e o quanto essa imposição tem rechaçado comportamentos sexuais tidos como abjetos. A coerência entre sexo-gênero-sexualidade surge, por meio da norma, como uma imposição social imersa em investimentos reiterativos responsáveis por determinar quais vidas devem ser “ajustadas” e validadas como vivíveis.

De uma forma simplificada, nascer não é o suficiente para que uma criança seja enquadrada dentro dos parâmetros generificados de ser menina e ser menino, existe toda uma previsibilidade, no que se refere à sexualidade, que é de ordem heterossexual. Durante toda a vida, há um investimento maciço para que elas confirmem essa previsibilidade. A homossexualidade, tendo sido construída no imaginário social como uma doença, um pecado e que, portanto, merece não só a cura, mas também a condenação, deve ter a sua ocorrência evitada a toda ordem. A produção da sexualidade infantil está, desta forma, alicerçada no caráter normativo dentro do que é estabelecido historicamente na relação homem-heterossexual. Nesse sentido, há a necessidade da instauração constante da norma para que as crianças sejam capturadas pelas identidades de gênero e sexuais, “em outras palavras, a ‘unidade’ do gênero é o efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade do gênero por via da heterossexualidade compulsória” (BUTLER, 2017, p. 67, grifo da autora). Essa necessidade de

reafirmação faz-se de muitos modos, por meio de constantes disputas nas relações de saber-poder.

A criança é um artefato biopolítico que garante a normalização do adulto. A polícia de gênero vigia o berço daqueles que estão para nascer para transforma-los em crianças heterossexuais. A norma faz sua ronda em torno de corpos frágeis. Se você não for heterossexual, é a morte que o espera. A polícia de gênero exige características diferentes para o garotinho e para a garotinha. Ela molda os corpos para desenhar órgãos sexuais complementares (PRECIADO, 2013, p. 98).

A criança falada nestes termos, pensada para garantir a normalização da pessoa adulta, deve ser vigiada em todos os sentidos para que não cruze a fronteira erigida pela norma, mesmo que, para isso, sejam acionados dispositivos pedagógicos cruéis, que passam a possuir justificativa para sua utilização em nome da manutenção da inteligibilidade e da reprodução heterossexual.

[...]

Antonietta: Minha mãe demonizava tudo. Ela parou de dar boneca pra gente e aí ela começou a dar ursinho. Eu tinha um panda enorme, eu tinha ganhado da minha tia, e aí, falaram para ela...é até debochado falar isso...que coisas vazias, ocas, acumulam espíritos, e que podia ser que a minha rebeldia, a minha vontade de fazer tudo ao contrário do que eles pediam, era por causa daquele panda, porque o panda era oco por dentro. Daí ela começou a achar que tinha espírito dentro do panda, e o panda era meu travesseiro, só dormia com o panda. Ela queimou o meu panda, eu fiquei um mês sem olhar na cara dela. Eu tinha doze anos, mas eu tinha o meu panda desde os oito anos de idade! Isso marcou muito a minha infância. Ela colocar fogo no meu panda foi o cúmulo para mim. Ela falou assim: “Se for um espírito mau, vai sair agora, vou botar fogo neste panda e esse espírito vai sair de você também!” Eu lembro que eu gritei tanto, e eu ainda apanhei, eu apanhei lutando pelo meu panda! Eu falei para ela que quem tinha espírito ruim lá em casa era ela, que ela era quem era má, que crente igual ela eu nunca queria ser, daí, pronto, eu apanhei muito, muito mesmo, minha irmã teve que entrar no meio, até.

O “espírito mau” faz reverberar uma forma de poder adultocêntrico colonizador que dialoga veementemente com o poder disciplinar. O castigo atribuído à criança é uma tentativa de disciplinarização do seu comportamento, destoante do ideal para as meninas, tanto nas normas de gênero quanto nos preceitos religiosos, como é o caso de Antonietta. Dentre essas dissidências, também está a rebeldia que, no caso da menina negra, se acentua em relação a sua associação à anormalidade e, com ela, alistam-se discursos de correção provenientes de diferentes dispositivos frente a qualquer manifestação incoerente de se viver a infância. Sobre a vigilância constante do gênero normativo, Butler (2017c) argumenta que

[...] aqueles que insistem que o gênero tem sempre de aparecer de uma maneira, que buscam por criminalizar ou patologizar aqueles que vivem seus gêneros ou suas sexualidades de maneiras não normativas, estão eles mesmos agindo como polícia ainda que não pertençam a nenhuma força policial ou manejem uma arma (BUTLER, 2017c, p. 35).

Wittig (1981 *apud* BUTLER, 2017), nesse sentido, conclui que somos obrigados, em todos os sentidos, a corresponder ao nosso sexo biológico e tudo mais que essa caracterização compreenda, dado o fato de sermos categorias políticas e não naturais. As análises de Butler (2016; 2017) sobre gênero convocam-nos a repensar os conceitos de sexo e natureza, contestando a universalidade das categorias que diretamente acabam por associar características fixas para cada sexo, gerando, como efeito, a estigmatização das identidades sexuais, bem como a dominação do masculino e a obediência e a submissão do feminino.

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discurso”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2017, p. 27, grifo da autora).

Butler (2017, p. 42) apresenta gênero como um efeito, produtor também de outros efeitos, sendo que um deles é a “estilização”. Estilização dos corpos, dos comportamentos, dos gestos, das predileções, tudo isso atua na formação de um sujeito marcado pelo gênero, que se constitui desde a infância. Assim sendo, “o gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero” (BUTLER, 2017, p. 56). Essas práticas reguladoras, no entanto, não ocorrem sem resistência. Apesar do empenho de toda ordem na tentativa de dominação das crianças, elas escapam e resistem a esse gerenciamento, como declara Antonieta: “porque eu questionava as normas”; “eu apanhei lutando”.

[...]

Antonieta: Várias vezes, eu tentava questionar as normas da minha mãe, e eu era muito castigada por isso. A resposta era sempre: “A casa é minha, o filho é meu, tem que fazer o que eu quiser, o que eu mandar!” Eu cortava as pontas dos meus cabelos, eu fui a primeira que fez sobancelha em casa, também apanhei. Eu tinha onze anos quando isso aconteceu, quando eu cortei o cabelo, eu tinha nove. Minha mãe me bateu e falou que eu era a vergonha da família, que eu tava envergonhando a família só porque eu tirei as pontas dos meus

cabelos. Usar a calça também. Uma vez eu tentei, mas é lógico que eu apanhava, né? Não podia usar nem shortinho de baby doll. Até hoje eu não posso entrar na casa dos meus pais de calça, nem de brinco, nem de batom, esmalte; se eu for lá, eu tenho que tirar tudo isso e colocar uma saia, pra me transformar na pessoa que eles querem, pelo menos por fora. A minha mãe me batia tanto que eu apanhei até depois de casada, apanhava do meu marido e da minha mãe, porque eu questionava as normas. [...] Mas mesmo assim, eu nunca obedeci sem resistir, e sempre que eu conseguia, eu era a Antonieta que eu queria ser.

A fala de Antonieta mostra que as crianças questionam, antes de serem silenciadas, resistindo a um mundo previamente inventado. A resistência, assim, emergente pela própria existência da norma, abre caminho para outras possibilidades de vidas, pois como afirma Foucault (1988, p. 91): “[...] lá onde há poder, há resistência”. Nesse sentido, entendo que as memórias de infância das mulheres que compõem esta pesquisa são de grande importância para compreendermos que, desde cedo, as vidas de muitas crianças vêm sendo marcadas por experiências sociais subalternizadas, no que diz respeito às relações de gênero, raça, classe e outros marcadores sociais. Suas memórias são potentes para que possamos refletir sobre a nossa cultura, a educação sexista e as abstrações universalizantes, especialmente quanto à ideia de que a matriz hegemônica não é a única via possível de ser e estar no mundo.

QUARTO ATO

Memórias violentas – sobre meninas e seus brilhos

As memórias das boas meninas não eram tão boas assim, tantas coisas haviam sido tiradas delas, que as lembranças do passado, que agora se projetavam no presente, eram dolorosas demais e resistiam em aparecer. Aquele olhar, olhar ódio, olhar gélido, aquele que estremecia por dentro despertando tanto medo e retração, permanecia em suas mentes, e se refletia agora, na face de novos algozes.

Os senhores terríveis, os verdadeiros “endemoniados” continuavam a ofuscar o brilho das boas meninas.

O fogo que eles traziam nos punhos ardia mais que o amor que elas acreditavam ter encontrado.

O que haviam aprendido com o amor não era amor, era ódio, era dor, dor revestida, revirada, remexida, aquilo era tudo, menos amor!

Socos, murros, pauladas, foram tantas as tentativas de quebrá-las ao meio, que juntar seus próprios cacos passou a ser mais uma de suas tarefas diárias.

Depois que eu começar, eu não vou parar! Não dá para sair de cima dela? E ele não, e ele não, ele não ouvia!

O tiro que ele deu, por enquanto, só havia alcançado o chão, mas estava chegando cada vez mais perto, tão perto que ela sabia que seria o próximo alvo.

Como você fala assim comigo? Que porcaria é essa? Quem te autorizou a falar? E as boas meninas continuavam a engolir a seco cada palavra que tinham vontade de gritar.

Exagero! Besteira! Além de louca, você é tão fraca - eles diziam. E elas já haviam engolido tanto choro que, com o tempo, ele descia mais fácil do que as palavras não ditas.

Elas não estavam felizes, por que as outras pessoas tinham que estar? Em algum lugar no caminho, elas haviam deixado cair a alegria, junto com todas outras coisas.

A noite já não adormecia mais em seus olhos, e elas lembravam diuturnamente que ter nascido menina era um fardo pesado demais porque elas queriam ser tudo, mas não podiam ser nada, nada mais do que lhes era permitido enquanto boas meninas que eram, propriedades antes mesmo de ser gente.

Não se espantem! É apenas a vida real, é apenas como as coisas funcionam.

As várias vozes imperativas continuavam dizendo a elas que deviam se comportar, se re-compor, todas as vezes em que eram des-compostas sem sua permissão.

Elas estavam fazendo o melhor que podiam, sempre estavam, mas nunca era o bastante, eles estavam sempre tão zangados!

O que haviam feito para deixá-los assim? As culpas eram tantas que a remissão já fazia, desde a infância, parte da rotina das boas meninas, afinal, estavam pagando por pecados que nem se lembravam de ter cometido.

Mas vou conta-lhes uma coisa, um segredo que vem sendo guardado a sete chaves: não foi culpa delas, não foi culpa dos seus “espíritos brilhantes”, não foi a roupa, o sorriso, o cabelo, o “corpo de mulher”, o jeito delas se portarem, não foi nada disso.

Apenas não sabiam como lidar com esse brilho, porque as boas meninas estavam descobrindo que eram estrelas e isso sempre pareceu demais.

passado

presente



olhar atento

☆ cuidadoso



CAPÍTULO 4 – AS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO NAS MEMÓRIAS E NAS EXPERIÊNCIAS DO PRESENTE

Examinar o passado é um grande exercício para compreendermos o presente. Assim sendo, passo a dialogar com as violências de gênero nas memórias e nas experiências do presente das mulheres participantes desta pesquisa. A infância, nesta perspectiva, é trabalhada como experiência social, não como um passado somente, mas sim como experiência. É o campo discursivo, uma arena de intenções, interdições e possibilidades de subversão. A experiência dessas mulheres, quando trazida para o presente, ganha sentidos, abre-se a sua ressignificação com aquilo que o passado traz, em seus contrapontos, como uma compreensão crítica.

Não é que o passado lança sua luz sobre o presente ou que o presente lança sua luz sobre o passado: mas a imagem é aquilo em que o ocorrido encontra o agora num lampejo, formando uma constelação. Em outras palavras: a imagem é a dialética na imobilidade. Pois, enquanto a relação do presente com o passado é puramente temporal e contínua, a relação do ocorrido com o agora é dialética – não é uma progressão, e sim uma imagem, que salta. – Somente as imagens dialéticas são imagens autênticas (isto é: não-arcaicas), e o lugar onde as encontramos é a linguagem (BENJAMIN, 2006, p. 504).

O olhar sensível lançado por Benjamin (2006) sobre o passado permite-nos olhá-lo como um lampejo, que traz para o presente outras possibilidades para compreender nossa própria história. Existe, nesse movimento, um passado a ser questionado, que nos interroga ao ser produzido como memória e que produz uma outra forma de enfrentar os dilemas do presente, e, a partir disso, escová-lo a contrapelo.

[...] para Benjamin, o obstáculo real à enunciação verdadeira da história, a essa retomada do passado na fidelidade transformadora do presente, não é tanto de ordem epistemológica ou científica, mas muito mais, de cunho ético e político: a dificuldade do sofrimento vir a ser realmente dito, isto é, a exigência de trabalhar essa narração árdua, de desfazer os nós da dor na multiplicidade das palavras, de torná-la como que mais fluida para poder levá-la, diz Benjamin, no fluxo de uma narração redimida “até o mar do feliz esquecimento” (GAGNEBIN, 2013, p. 119, grifo da autora).

Ao desfazer os nós da dor na multiplicidade das palavras, como afirma Benjamin, a proposta é analisar o quanto as experiências da infância dessas mulheres, os discursos imersos em relações de saber-poder e a educação do feminino para a culpa vão marcar seus relacionamentos amorosos e sexuais, as conjugalidades, os prazeres e os desejos. As análises preliminares mostram que a violência de gênero acompanha a vida dessas mulheres, de suas

infâncias, apresentando-se como um fenômeno oscilante quanto ao grau de intensidade durante a vida, em que o exercício de rememoração acompanha um fluxo semelhante ao transcrito por Gagnebin (2013, p. 87): “[...] o pensamento para, volta para trás, vem de novo, espera, hesita, toma fôlego. É o exato contrário de uma consciência segura de si mesmo, do seu alvo, e do itinerário a seguir”.

4.1 “[...] quando eu era criança, era um peso, um peso muito grande ser menina” - Diálogo de temporalidades e experiências: o passado que ressignifica o presente

Considerando que o patriarcado e o machismo, aliados à visão adultocêntrica, são alguns dos traços característicos da sociedade brasileira, propor uma discussão de gênero e infância exige uma desconstrução epistemológica significativa. Em tese, crianças, consideradas como um “vir a ser”, devem ser “protegidas” da dissonância subversiva que venha a condicioná-las a uma sexualidade desviante, que fuja dos preceitos da lógica conservadora de matriz cisheteronormativa. Nesse sentido, a violência contra meninas e mulheres serve à manutenção da lógica falocêntrica, corroborando para a preservação da cultura opressora que as atinge.

O falocentrismo compreende uma série de sentidos simbólicos conferidos ao pênis na ordem do poder que, usado conforme os valores e regras culturais, diz respeito à dominação, como, por exemplo, a superioridade masculina sobre o feminino. Sua lógica conecta-se ao patriarcado, na medida em que essa relação é conferida. O falo é, nesse sentido, um traço constitutivo que define “castrados” e “não-castrados” (RUBIN, 1993). Nesta acepção, todos nós somos “castrados”, já que também os homens precisam se submeter a regras, no entanto, em regimes totalitários de poder, ou culturas que fomentam a dominação e a subordinação entre as pessoas, como no patriarcado, há quem julga ter esse poder. Essa lógica diz respeito ao “fala-poder” ou o “poder-fala”, centrada no homem, preferencialmente no homem branco. “A ‘fala’ é autorizada por um ‘falo’ que sempre esteve em posse dos homens brancos, que dominaram os discursos e as produções de verdade” (TIBURI, 2018, p. 58, grifo da autora). Essa lógica, além de normalizar a violência de gênero, também é produtora de silenciamentos e invisibilidades, contribuindo para o assujeitamento feminino.

Com base nestas considerações, entendo que a violência de gênero, foco da pesquisa em tela, por meio das narrativas das mulheres participantes, se apresenta como um efeito discursivo do poder regulatório cisheteronormativo, de modo que o termo “violência de gênero” passa a ser usado como mais geral que “violência contra a mulher” (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995).

A violência de gênero, originária diretamente das desigualdades histórico-culturais reverberadas nas relações entre homens e mulheres, estabelece interseções relacionais com os marcadores sociais e associa-se ao ordenamento patriarcal e heteronormativo que confere aos homens anuência de dominação e controle perante às mulheres. Nessa lógica, a ordem patriarcal é uma das formas de manutenção da violência de gênero, uma vez que está na base das reproduções de gênero que validam as relações de desigualdade. Atualmente, a compreensão patriarcal tem sido reformulada sob um viés mais abrangente de análise, visto o entendimento quanto à existência de variações na forma como esse poder se estabelece e se regulariza, assim como as formas de oposição que as mulheres, ditas no plural em decorrência também da diversidade da categoria, desenvolvem em cada contexto. Saffioti (2015) descreve o patriarcado como um sistema sócio-político que expressa uma forma de dominação própria das sociedades divididas em classes, de forma a naturalizar a submissão entre os gêneros. Os pressupostos do patriarcado estão enraizados em nossa cultura e possuem como alicerce a suposição de que a condição de gênero é decorrente de uma natureza biológica, a qual impõe direitos e deveres diferentes às pessoas baseadas em seu gênero. O fato é que esses padrões sociais e de comportamento cobram, desde muito cedo, a utilização de máscaras, no sentido de corresponder às expectativas e performances normativas de gênero, a ponto de serem um enorme fardo a ser carregado.

Nas narrativas das mulheres que participaram desta pesquisa, percebo que a violência de gênero se tornou cotidiana em suas vidas, não como um evento isolado, mas como um acúmulo de acontecimentos recorrentes que, ao mesmo tempo em que mostram um padrão estrutural de abuso ganhando sentido de coletividade, evidenciam a diversidade de eventos e agentes que atuam para sua materialização. As memórias dessas mulheres, a partir do tempo presente, reportam-se a situações de violência atemporais, mostrando que o passado coexiste com o presente, assim como o presente coexiste com o passado (KILOMBA, 2019), produzindo sentidos diversos que cancelam suas vidas e relacionamentos sociais, como bem expressa o depoimento de Antonieta.

Tatiane: Ter nascido menina na sua família foi o quê para você?

Antonieta: Hoje como mulher, eu tô satisfeita por ter nascido menina, pelas escolhas que eu fiz, porque eu lutei contra as coisas que minha mãe fazia comigo, eu apanhava, mas eu lutava. Mas quando eu era uma criança, era um peso, um peso muito grande ser menina. Porque eu não tinha coordenação motora para pintar, eu não tinha coordenação motora para fazer um crochê, daí, assim, o que eu queria fazer eu não podia fazer, porque eu era menina,

entende? Então, para mim, ter nascido menina, na minha infância, foi muito pesado.

O fragmento acima nos dá pistas dos efeitos deletérios do patriarcado nas experiências de gênero na vida de tantas meninas que, desde muito cedo, têm suas escolhas e predileções cerceadas em virtude de sua condição biológica, sobretudo as negras, que, além dessa sobrecarga, são mais cobradas quanto às atividades domésticas e à servidão. Desempenhar uma performance normativa de gênero é algo a ser cobrado incisivamente, mesmo que, para isso, seja necessário o uso da violência. Convém ressaltar, também, que as próprias mulheres internalizam o modo patriarcal de dominação masculina por meio da naturalização e acabam sendo levadas à reprodução desse padrão normativo.

Sobre o assunto, Saffioti (2001) aponta que a violência de gênero pode ser praticada diretamente pelo patriarca ou por seus prepostos, mencionando o fato de que ele, exatamente em decorrência de seu poder, conta com numerosas pessoas adeptas para a implementação e a defesa diuturna da ordem de gênero garantidora de seus privilégios e recebe, inclusive, autorização simbólica para punir quem não corresponder ao seu projeto de dominação-exploração. Muitas mulheres, criadas em ambientes violentos, onde o patriarca preservava seu domínio e controle, sabem, conforme aponta bell hooks (2019), que a violência é agravada em decorrência de elas próprias acreditarem que ele possuía esse poder e, por meio dele, o direito de usar a força para manter sua autoridade. Em decorrência disso, nesses contextos, argumenta a autora, algumas mulheres também acabam por exercer uma autoridade repressiva sobre as crianças como forma de dominação, mesmo em lares onde os homens não são violentos, como é o caso de Antonieta.

Vejam, a seguir, fragmentos dos relatos das participantes:

Tatiane: O que foi ser menina na sua família?

Leonídia: Um privilégio, senão eu tinha apanhado igual o mais velho. Ser menina só me livrou de mais violência, porque minha mãe falava pro meu pai não me surrar nos peitos, porque eu já estava ficando mocinha. Daí, ele me batia mais nas pernas, no rosto, dava tapa na cara, murro. Eu lembro que um dia ele foi me dar um tapa e eu abaixei, daí, ele acertou a parede que era de madeira que estrondou a casa, se tivesse acertado, tinha me quebrado no meio, eu tinha desmaiado. Ele ficou com tanta raiva, até hoje ele sente dor na mão, mas não me bateu, eu acho que ele viu que dói bater, né? Não me bateu, só xingou muito, e disse que ia me matar.

Tatiane: Que experiências foram mais marcantes na sua infância? Por quê?

Leonídia: São poucas as coisas que eu me lembro da minha infância, eu mesma fiz questão de apagar, até pra não sofrer, porque o modelo de homem que eu tive era meu pai, que acordava a gente, quase todos os dias, e surrava. Às vezes, ele puxava a gente pelo pé, às vezes, pela coberta, ele derrubava a gente da cama. Às vezes, ele gritava, e a gente já tava pronto, tinha que estar pronto, quatro horas, três horas, duas da manhã, que ele chamasse tinha que tá pronto, tinha que sair doido, correndo muito, ou apanhava [...] Ele olhava pra gente com aquele olhar de ameaça, que intimidava [...] Eu nunca vou esquecer aquele olhar. Hoje, Tati, eu não gosto de briga, de confusão, me dá uma coisa ruim, assim, não sei explicar, fico ansiosa. Quando ele ia brigar com minha mãe, nós tínhamos tanto medo, que nós ficávamos quietinhos, quietinhos, pra não sobrar pra nós, tínhamos medo do que ele era capaz de fazer. E ele xingava muito, muito mesmo, todo mundo, nós, minha mãe, eu odeio que xinga também, porque eu lembro dele.

Tatiane: Como você vê o tipo de educação recebida por você na infância?

Leonídia: Ai, Tati! É complicado eu te dizer, porque eu não sei se era necessário o tipo de educação que meu pai deu pra gente, aquela violência não era amor, se bem que era muito raro uma palavra de amor dele. Ele batia muito na gente, eu chegava a ficar na salmoura. Qualquer coisa que a gente fazia, era fio, fio de energia, eu tenho as pernas cortadas dele bater na gente. Então, é complicado. Hoje eu não trato meus filhos da mesma forma, de jeito nenhum! Não é porque meu pai me espancou de uma forma agressiva que eu trato meus filhos dessa forma. Eu acho que a gente tem que aprender com os erros, a gente tem que olhar pro passado e aprender com ele.

[...]

Vera: Os vizinhos chamavam meu pai de terrível, diziam que o que ele fazia com a gente não era normal. Nós éramos escravas dele. Ele fazia a gente descarregar caminhão de concreto, saco de cimento, tijolo, e olha, porque as pessoas nem sabiam como ele era dentro de casa, com a comida e o tanto que ele era violento. [...] Nós éramos muito pobres e ele trancava o armário da comida quando ele saía de casa, deixava pra minha mãe a quantidade que ele achava que dava pra aquele dia, e só quem podia abrir aquele armário era ele, daí, ela tinha que se virar pro pouco que tinha, dar pra todo mundo, às vezes, faltava é claro, isso ficou muito marcado também. [...] a violência dele era tanta, que só do jeito dele falar com a gente, fazia a gente fazer xixi na calça, de medo. A gente tremia e fazia xixi na calça, de medo. A gente já sabia que ele só chamava a gente quando algo estava errado. Por umas duas ou três vezes, eu lembro que eu fiz xixi na calça só dele me chamar, por isso, pra mim, a violência nunca foi a resposta, eu vim da violência, eu vim de uma infância violenta, eu sofri violência, mas para mim ela nunca foi a resposta para nada. Fazer xixi nas calças só do meu pai me chamar já era uma violência. E com a violência, você só vai trazer mais tormenta para você para os outros, mais dor e sofrimento.

[...]

Nátia: A gente começou a discutir, eu e meu ex-marido, e aí, ele pegou me empurrou no banheiro e falou assim: “Como que você fala assim comigo?” Daí, ele pegou um facão e me deu duas facãozada, assim, no meu braço. Aí, a hora que ele me bateu assim, no meu braço, ele pegou, me jogou no banheiro e bateu no meu rosto, na hora que ele me bateu no meu rosto eu comecei a chorar, a gritar e eu ajoelhei e falei: “Olha aqui ó, esse roxo que você deixou no meu braço, esse tapa que você bateu no meu rosto, essas lágrimas que eu

tô chorando agora, você vai chorar o dobro, você vai ver!” Eu falei pra ele que nem meu pai, nem meu irmão nunca bateu em mim, e ele tava batendo.

Alguns dos excertos acima mostram que, nos contextos atuais, o sentido dado pela violência no trato com as crianças foi ressignificado pelas mulheres, mencionando não fazerem uso dela para solução de conflitos. A rememoração de tais lembranças/experiências de infâncias violentas, muitas vezes, “abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido, ao recalcado, àquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras” (GAGNEBIN, 2009, p. 55). Somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não o reproduzir novamente, mas a ousar esboçar outra história e a inventar o presente, como nos casos apresentados, sendo a repulsa à violência, portanto, uma resposta apropriada às situações de conflito (GAGNEBIN, 2009). Dessa forma, a importância dada à memória e a falar sobre o passado pode estar na possibilidade de não repetirmos, mais uma vez, as barbáries vividas. “Renunciar a contar e a transmitir, mesmo por falta de palavras e por excesso de dor, significaria, de uma certa maneira e sem querê-lo, pactuar com a ignomínia. Há, portanto, que obrigar-se a falar e a escrever” (GAGNEBIN, 2013, p. 109).

Essas dolorosas memórias de infância corroboram a caracterização da sociedade adultocêntrica, machista, heteropatriarcal e autoritária, ao evidenciar que experiências de violência ocorrem ainda na infância para muitas mulheres, tendo na figura do pai repressor, o primeiro algoz. Aliadas a essas questões, estão as relações de poder nas interações familiares, que instituem a criança como propriedade das pessoas adultas. A ela, em especial, à menina negra, considerada em sua incompletude infantil e subalternidade, ao ser capturada em um status de abjeção, é concedida a anuência social para ter seu corpo marcado pela violência e pela submissão adultocêntrica, tudo isso para que continue nesse lugar de inferioridade. Saffioti (2015) lembra que, na sociedade patriarcal em que vivemos, existe uma forte banalização da violência, de forma que há uma tolerância e até um certo incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua virilidade baseada na força/dominação com fulcro na organização social de gênero. Dessa forma, é “normal e natural que os homens maltratem suas mulheres, assim como que pais e mães maltratem seus filhos, ratificando, deste modo, a pedagogia da violência” (SAFFIOTI, 2015, p. 74). Nátia, em um contexto de divergência com o ex-marido, suscita essa relação. Ela verbaliza ao ex-companheiro que nem o pai e o irmão, as primeiras figuras masculinas de suposta autoridade e poder no ambiente doméstico, não haviam lhe agredido, deixando implícito o fato de que, se alguém tivesse esse “direito”, seriam eles, reconhecendo a autoridade patriarcal existente, histórica e culturalmente construídas nestas relações.

Ainda sobre a banalização da violência, chamo a atenção para a autorização dada pela mãe de Leonídia para o uso da violência, advertindo a figura masculina apenas de que não a empregasse na região dos seios. Em suas narrativas, nascer do sexo feminino teria sido um privilégio que lhe poupou agressões ainda mais intensas, mesmo que as relatadas já beirassem ao absurdo. Essa postura evidencia uma triangulação da violência no ambiente doméstico, representada na figura da mãe que consente, do pai que violenta e da criança agredida.

Neste ponto, ancoro-me em bell hooks (2019), quando assevera que essa violência, assim como a violência contra as mulheres, ganha materialidade sustentada pelas regras hierárquicas baseadas na autoridade coercitiva. Sendo assim, é necessário reconhecermos que nossa noção de masculinidade é validada pelo uso do poder, do controle e da dominação. Segundo ela, é preciso romper com esse modelo de educação que naturaliza a manutenção do poder pelo uso da força. A autora, nesse mesmo sentido, expressa uma importante contribuição acerca da noção de amor ligada à violência, chamando atenção à fala de Leonídia “aquela violência não era amor”. Para hooks (2019), a analogia entre amor e violência como forma de correção é muito frequente nas interações de controle de pessoas adultas sobre as crianças, nas quais, além de suscitar uma noção equivocada de amor, ligando sua demonstração ao emprego da violência, informa às crianças que este sentimento seria uma anuência passiva frente à ausência de uma relação dialógica, o que certamente influenciará, explica ela, os sentidos futuros dados a esta relação.

Os relatos de Vera, referentes à exploração violenta de seu pai, remetem ao entendimento de que a violência faz parte de uma organização social multifatorial ao conjugar outros fenômenos, tais como, nesse caso, a classe social. Suas palavras dão conta de um contexto de vida muito pobre, em que os excessos “do Senhor Terrível” conferiram, a essa condição social, agravantes ainda maiores, como a exploração desumana de sua força de trabalho e a privação alimentar.

A violência praticada pelo pai reverbera na vida de muitas mulheres em diversos sentidos, principalmente em seus relacionamentos afetivos no futuro, situação esta que, talvez, possa estar associada à naturalização da violência ou ao fato de que “quem convive com a violência dia após dia assume que ela é parte intrínseca da condição humana” (MANDELA, 2002 *apud* MELO, 2016, p. 19). A aprendizagem da violência, materializada em comportamentos tidos como naturais ou observados e repetidos desse fenômeno, abre espaço para novas situações de agressão e dominação nas relações íntimas. É isso o que emerge das memórias abaixo apresentadas:

Tatiane: Você consegue perceber alguma semelhança entre o comportamento do seu pai com algum dos homens que te violentou?

Maria de Nazaré: Meu primeiro marido, ele só vivia bravo, o tempo todo, até hoje. Meu pai, quando passou a beber, também era assim. Meus dois ex-maridos não deixavam eu ir na casa da minha mãe, não podia conversar com ninguém, eu vivia presa o tempo todo, dentro de casa. Do mesmo jeito, era a vida da minha mãe. Eu não sei como explicar eu ter tido uma infância violenta e depois só me relacionar com homens agressivos. [...] mesmo que a gente tivesse ali, vendo as violências dele, a minha mãe não teve tempo pra sentar e falar sobre isso com as filhas, porque ela trabalhava demais, coitada, e ainda apanhava do meu pai [...] Aconteceu comigo igual aconteceu com a minha mãe, porque eu sempre trabalhei muito, batalhei pelas minhas coisas e apanhei muito. Eu fiquei casada com meu primeiro marido por dez anos, e eu sofri muita violência, ele saía pra beber, festava com a mulherada e eu que era a errada. Depois que a gente se separou, passou um tempo e eu conheci o rapaz da denúncia. Depois de um ano, ele começou a me bater também. Eu tenho o nariz quebrado, uma costela quebrada da violência de 2017. No primeiro relacionamento, era violência verbal, psicológica e marcas pelo corpo, igual eu lembro que era com a minha mãe.

[...]

Vera: Eu, diretamente, não sofri preconceito, porque minha pele é branca, mas meu pai é negro. Eu via o que meu pai e minha irmã, que é negra, passaram. Assim, ele era parado constantemente pela polícia, no trabalho, ele demorou muito mais para conseguir melhorar de cargo, e olha que ele é muito inteligente. Isso me tocava muito, porque eu vivia isso, pelo meu pai. E eu sofria com ele. Ele tinha certeza que tinha que trabalhar mais que todo mundo, e que o trabalho nunca ia te tirar nada. E ele acabou passando isso pra gente, mas eu sempre achei que era uma forma positiva. Ele sempre teve que batalhar muito mais, e ele passava isso pra gente. [...] A minha irmã e meu irmão mais novos, inclusive, que eram negros, eles sofriam muito mais com isso [...] Isso foi muito marcante na minha vida, a vida do meu pai, enquanto pessoa negra, trouxe muito isso pra mim, uma violência que marcou em mim também. Tem pessoas que falam que eu sou fria, durona, mas a vida me ensinou a ser assim, mais realista. [...] Naquela época, eu hoje olhando daqui pra lá, eu consigo perceber essas dificuldades que a gente passou. Mas hoje eu faço diferente com meus filhos, porque eu sei que ele não tinha a facilidade de se comunicar. Então, ele fez do jeito que ele sabia fazer. O trauma dele eu sei que era de muito antes, de uma vida sofrida por ser negro e pobre, que ele trouxe pra família dele, por isso ele tinha essa postura. As vezes, que eu falava alguma coisa pra alguém e falavam: “Mas isso não é violência, não?” E você vai crescendo, achando que é normal e não vê isso como violento. “Ah! Você está exagerando, mas por que você está chorando?”; “Ah deve ser besteira mesmo!”. E daí vai passando, você vai acreditando nisso e você vai achando que é normal. Isso também é uma forma de violência.

[...]

Nátia: [...] Eu, igual à minha mãe, não choro na frente das pessoas, eu fico firme e forte: “A Nátia não pode explodir, ela tem que ser forte, ela chega em casa, entra dentro do quarto e chora, chora, chora, chora; e, depois de chorar, pensa que fez uma promessa pra mãe, de cuidar da família.” - é isso que eu penso todo dia.

Conforme exposto nesses relatos, a violência pode ser analisada também por um ângulo geracional. No caso de Maria de Nazaré, a violência de gênero ultrapassou gerações e, em suas reminiscências, suas experiências se assemelham às vivenciadas pela mãe, mulher negra que, segundo ela ressalta, trabalhava horas a fio e mal tinha tempo para se dedicar à própria família, sobretudo, sendo violentada pelo esposo na época, realidade não muito diferente de tantas outras mulheres negras.

Sobre o contexto contemporâneo de violência, uma pesquisa publicada no ano de 2016, realizada pela Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres - ONU Mulheres, demonstra, por meio do Relatório III da Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - PCSVDF^{MULHER} (CARVALHO; OLIVEIRA, 2017), a transmissão intergeracional da violência doméstica. A pesquisa foi realizada pela Universidade Federal do Ceará e contou com amostragem de mais de 10.000 mulheres, com idades de 15 a 50 anos, moradoras daquele Estado. Os resultados apontaram que quatro em cada dez mulheres que vivenciaram/presenciaram situações de violência na infância disseram sofrer o mesmo tipo de violência na vida adulta, ou seja, há uma reiteração da violência doméstica, o que foi denominado pela pesquisa como transmissão intergeracional de violência doméstica (TIVD). A perpetuação do fenômeno sugere, segundo os estudos, uma maior incidência em famílias em que a mulher, o homem ou ambos estiveram expostos à violência na infância, em um movimento explicativo de que “violência no lar dos pais pode gerar violência no lar a ser criado pela criança quando estiver adulta” (CARVALHO; OLIVEIRA, 2017, p. 20). As diferentes formas de violência descritas por Maria de Nazaré – “violência verbal, psicológica e marcas pelo corpo” – também dão sustentação para constatar a perversidade desse fenômeno, “trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral” (SAFFIOTI, 2015, p. 18).

As memórias de infância de Vera trouxeram sentidos para sua vida relativos à violência interseccionada não só com classe, mas também com raça, ao descrever as desigualdades raciais em meados dos anos 1970 que, infelizmente, não diferem das atuais, inclusive no que concerne à política de segurança pública, condições de trabalho, privilégios da branquitude e explorações. Ela atribui a esse passado, associado às precarizações econômicas, o reconhecimento de sua postura “fria e durona”. Em suas narrativas, mesmo não se assumindo enquanto pessoa negra, Vera traz para si o reflexo dessa violência. Face ao exposto, pude refletir sobre a afirmação de bell hooks (2000), no tocante ao amor e às pessoas negras, quando ela menciona que a luta pela sobrevivência era algo muito maior que esse sentimento, considerado por ela como um “luxo”.

Em suas análises, garante que a escravidão condicionou as pessoas negras a reprimirem seus afetos e perceber a realidade de forma mais prática, influenciando, mesmo após esse período, na capacidade de amar. Ela constata assertivamente que, mesmo após a abolição da escravatura, o racismo ainda persiste na sociedade, levando as pessoas negras a manterem a mesma postura emocional, o que, ao longo do tempo, segundo a autora, passou a ser considerado um sinal positivo e de personalidade forte, como realça Vera.

Ademais, é ensinado, sobretudo às meninas negras, que suportar a dor e “carregar o mundo nas costas” diz respeito, também, como no caso de Nátia, a abdicar de suas necessidades em favor das dos outros, especialmente as ligadas à família, como um sinal de força. Hooks (2000) problematiza, ainda, que as crianças negras, ao perceberem tal comportamento, aprendem, desde muito cedo, que a expressão de sentimentos seria um traço de fraqueza e que estariam também sendo condicionadas a se fecharem, a chorarem às escondidas, aprendendo que emoções podem comprometer sua sobrevivência em um mundo racista, capitalista e machista, que lhes é tão cruel, ideia passada de geração em geração, como ressalta a autora.

Hooks (2004) afirma, ainda, que, no patriarcado, somente um sentimento é autorizado para os homens: a raiva. Ela aponta que a validade da masculinidade está neste sentimento; não importando sua intensidade, seria ela naturalizada pela ordem patriarcal. O fato de várias participantes destacarem que este sentimento era frequente nos homens violentos de suas vidas – “ele só vivia bravo”, “ele estava sempre zangado” – corroboram com essa premissa.

No que tange às violências praticadas contra as mulheres, é evidente, também, o amplo processo de naturalização e reprodução dos mecanismos que dão sustentação ao ordenamento patriarcal e cisheteronormativo dominante, que atravessa as relações entre homens e mulheres, algo bastante evidente nas declarações das participantes:

[...]

Antonietta: Ele [ex-esposo] não queria que eu estudasse. Quando eu chegava da escola, ele não falava comigo. Se a gente tivesse em algum lugar e eu soubesse falar de algum assunto diferente, ele ficava já chamando a minha atenção, falando que eu queria me expressar demais. Ele me censurava demais, o tempo todo, igual a minha mãe. E marcou muito o dia que ele começou a rasgar as minhas roupas, eu tinha uma saia assim, sereia, e aí ele achou que eu fiquei muito provocante com aquela saia e ele rasgou a saia com uma faca no meu corpo. E ele falou assim: “Eu já falei para você não usar essa saia!” Também teve uma vez que eu tava discutindo com a minha irmã mais nova e ele foi lá na casa da minha mãe e me pegou pelos cabelos e saiu arrastando pelo quintal. Daí, ele falou para mim assim: “Eu já falei para você ficar aqui! Eu não quero que você saia de casa!” Se quando eu era criança, eu não podia sair, quando eu casei, ficou pior, e olha que pra ser pior que a minha mãe, tinha que ser muita coisa. [...] Uma vez eu falei para minha mãe que eu vivia um relacionamento abusivo debaixo do nariz dela e ela nem ligou. E eu

achava que relacionamento abusivo, que violência, era mulher que apanhava de dia, de tarde, de noite, daí, eu tinha dúvida se realmente eu vivia um relacionamento abusivo.

[...]

Antonietta: Ele tinha uma mania de ficar me ofendendo para as pessoas, ele me ofendia gravemente. Uma vez, a gente tava na casa da minha mãe e eu cruzei as pernas e embolei a saia e coloquei no meio das pernas, e aí ele falou para mim assim, que ele já tinha mandado eu parar de sentar como se fosse uma vagabunda. E aí a minha irmã falou: “Que que você falou?” Ele falou: “Assim é jeito de mulher sentar? Senta igual uma vagabunda!” Ele queria ser dono de mim e do meu corpo, isso me incomodava muito, porque a vida toda eu nunca fui dona do meu corpo, primeiro era a minha mãe, depois foi meu ex-marido. [...] Teve várias vezes da minha irmã mais velha interferir assim, e falar que ele tinha muita sorte da minha mãe ser quem ela era, porque, se ele fizesse aquilo com uma filha dela, ele já ia ter se arrependido muito. Mas ele falava: “Mulher é minha, eu faço o que eu quiser.” Mesma fala da minha mãe quando a gente era pequeno: “A filha é minha, eu bato quando eu achar que devo!” [...] Depois que eu tive meu primeiro filho, com dezenove anos, eu entrei em depressão, e aí eu passei a pesar 90 kg. Meu marido me incentivava a ficar gorda por causa de ciúme, eu tinha 20 kg a mais, e ele me incentivava a permanecer gorda. Quando eu emagreci, ele falou assim, que eu tava feia, eu era mais bonita antes. Eu não era mais bonita não, eu sei disso, eu olhei para ele e pensei assim: “Como assim? Por que que ele tava falando isso?” Eu colocava uma roupa mais curta, ele falava que eu tava feia. Aí, eu colocava uma roupa mais fechada, ele falava que eu estava bonita, e aí eu comecei a ver a minha mãe nele, e isso foi um fator que acabou com a nossa relação, o fato dele me tratar como se eu não fosse nada.

[...]

Vera: Eu acho que o meu ex-marido me frustrou em todos os sentidos, e quando eu falava que ia embora, ele ficava bom por um tempo, mas voltava tudo de novo. Eu lembro que no aniversário do meu filho, eu fui no cabeleireiro e fiz uma escova e eu cheguei em casa, ele falou assim: “Que porcaria que você fez! Vai agora lavar esse cabelo, que coisa horrível!” Nossa, aquilo me magoou demais. Outra vez eu acordei muito cedo e fui na padaria comprar pão para fazer o café da manhã, porque ele saía muito cedo para o trabalho, e aí ele falou assim: “Pra que essa porcaria? Joga isso fora!” Primeiro dia que eu comecei a tomar as medicações pra depressão eu salguei o arroz e deixei ele queimar, ele tacou na parede. Então, assim, foram muitas frustrações. E ele me cobrava muito que eu tinha que manter as coisas em ordem, que tinha que estar todas as coisas no lugar, que as coisas têm que acontecer tudo muito do jeito que ele achava que tinha que ser. Ele me desqualificava enquanto pessoa o tempo todo, e isso foi me frustrando de todas as formas. Então, assim, eu juro que foi ele que me enlouqueceu, a forma com que ele falava que eu era louca. Não podia gastar comigo, eu tinha que ficar feia, porque ele sempre foi muito ciumento. Passado algum tempo depois, ele falava assim: “Você tava linda aquele dia!” – Quando ele queria me agradar, né? – “Mas eu tava com muito ciúmes, aí eu não quis falar, porque eu não consegui imaginar você lá na festa, todo mundo olhando”.

Várias são as possibilidades de análise dessas narrativas, tendo em vista a constatação de múltiplas violências. De acordo com as Diretrizes Nacionais do Femicídio (ONU

MULHERES, 2016), publicadas no ano de 2016, muitas das situações presentes nas memórias das participantes da pesquisa figuram entre as razões da desigualdade de gênero materializadas na forma de violência. Começo por destacar a censura e a limitação intelectual da mulher, da qual Antonieta foi vítima, com a imposição de barreiras para seus estudos. Essa tentativa de silenciamento se amplia quando entendida também como consequência da limitação profissional, social e econômica, visto que estão interligadas. O empoderamento intelectual das mulheres, nas relações de gênero, é, para a ordem patriarcal, uma disfunção de sua lógica, visto que a inteligência e a independência financeira podem, eventualmente, levá-las a uma liberdade antes desconhecida. A ocupação da mulher em outros espaços, sobretudo ocupando postos de trabalho, situação que serve também aos interesses do capitalismo, retirou dos homens o controle absoluto que detinham sobre elas, conseqüentemente, recorrem muito mais à violência na busca de garantir a hierarquia de gênero, na qual ocupam posição de dominação (hooks, 2019).

O sentimento de posse relaciona-se com a violência, à medida que ela é empregada, caso a mulher venha a não corresponder aos padrões patriarcais de gênero. Nessa posição, o homem investe-se da autoridade simbólica que lhe permite determinar o que pode ou não ser feito pela mulher, onde ir, o que vestir, com quem falar etc. A ideia naturalizada de poder sobre ela é tamanha, que mesmo a capacidade de se perceber em um relacionamento abusivo é prejudicada. Destarte, ao mencionar que a violência de gênero é estrutural, refiro-me ao fato de que a superioridade masculina possui bases tão profundas em nossa cultura ocidental, a ponto de algumas demonstrações de violência, por vezes, não serem percebidas pelas próprias vítimas.

O controle sobre o corpo, sobre seus desejos, sobre sua estética e sua autonomia é também evidenciado nas narrativas. A anuência conferida pela lógica de dominação patriarcal ao corpo da mulher faz dele alienável e estranho a ela, sendo que essa relação começa, como já tratado aqui, na infância, e se estende ao longo de sua vida, iniciando-se na família e, posteriormente, quando a mulher é “entregue” ao esposo na forma do contrato conjugal e colocada aos seus serviços por meio da obediência. Segundo essa lógica de dominação, a “incompletude” da mulher só se finda na relação com o outro (no caso, o homem) e é necessário, assim como no caso das crianças, que haja um controle sobre sua suposta irracionalidade. Antonieta, por exemplo, deixa visível que a violência sobre ela aumenta à medida que o presente se aproxima do passado (KILOMBA, 2019), fazendo-a rememorar e ser transportada para sua infância, quando o controle e dominação do ex-esposo se assemelham aos exercidos por sua mãe.

A manifestação de desprezo pela mulher e pelo feminino fica evidente também, ao passo que elas são desconsideradas, desqualificadas e inferiorizadas. A ameaça de perda de algum privilégio serviu como disparador nas memórias narradas para que a dominação e, por conseguinte a violência, fossem intensificadas. Ênfase, neste ponto, os relatos de Vera, quando ela descreve como o relacionamento abusivo que viveu com seu ex-marido a levou ao adoecimento psíquico. Em seu caso, a característica de mulher forte, como ela mesma se autodescreveu, sucumbia frente às reiteradas situações frustrantes de violência doméstica e aos ataques verbais desqualificantes de um de seus principais algozes. Sua fala reporta-se, ainda, à crítica ao seu desempenho como “dona de casa”, tendo o crivo de seu ex-esposo como fiscalizador, o que intensificou as situações de violência, evidenciando que aquele espaço se constituía como um local de validação de seu certificado como esposa.

Em todos os casos, é possível dizer que a violência se produz e se reproduz nas relações, devido aos jogos de poder. Mesmo que violência e poder possuam conceitos diferentes, ambos atuam em conjunto na relação de dominação masculina e de submissão feminina. O poder, para Foucault (1979), reconhece a presença de relações variáveis, que se manifestam diversamente, através de múltiplas convergências. No caso em questão, as relações de gênero, emergem na família, na escola, nas relações conjugais, dentre outras.

[...] Em lugar de tomarmos a violência como violação ou transgressão de norma, regras ou leis, preferimos considerá-la sob dois outros ângulos. Primeiro, como conversão de uma diferença e de uma assimetria na relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, de exploração e opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Segundo, como ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como uma coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência (CHAUÍ, 1985, p. 35).

Segundo essa mesma autora, as relações de assujeitamento, semelhantes às aquelas presentes nas narrativas acima, são violentas, uma vez que são marcadas pela anulação de uma pessoa, no caso, a mulher, sobretudo as mulheres negras, devido à submissão à vontade e à ação de outra, no caso, o homem. A violência, nessas situações, almeja a sujeição consentida ou a supressão disseminada pela vontade do outro. A violência completa-se com a interiorização da vontade e da ação do outro, qual seja, aqui, a dominação masculina. Para Chauí (1985), a perda da autonomia não é percebida nem reconhecida, como aconteceu com Antonieta: “[...] eu tinha dúvida se realmente eu vivia um relacionamento abusivo”. Deste modo, a violência absoluta

configura-se, na perspectiva da autora, como aquela que resulta em alienação, identificação da vontade e da ação de alguém com a vontade e a ação contrária que a dominam.

A naturalização da violência de gênero e os padrões de existência em consonância com a inteligibilidade social, racial e de gênero incide sobre as vidas de mulheres e crianças, bem como da população LGBTQIA+, que foge a esses padrões, vidas essas desprovidas de humanidade valorativa, existências que não são tratadas e assumidas exatamente como vidas, já que estão sempre à sombra do outro – o homem, sobretudo o branco. Essas vidas, consideradas destrutíveis e “não passíveis de luto” (BUTLER, 2015) materializam-se predominantemente frente à resistência aos padrões raciais, adultocêntricos, normativos e patriarcais, estando justificado qualquer tipo de violência perpetrada contra elas.

Nesse cenário, a precarização da vida é sentida, sobretudo para as mulheres negras, na falta de políticas públicas, pela violência de gênero, pelo racismo, pela falta de trabalho, de acesso à educação, dentre outras situações de violência. Os excertos a seguir testemunham isso:

[...]

Vera: Meu primeiro emprego, inclusive, eu peguei pela minha aparência, eu tenho certeza disso. Eu cheguei para trabalhar e eu não sabia nada, nada mesmo. Ninguém estava importando se eu conseguia fazer o serviço ou não, mas eu era um rosto bonito ali na frente. Eu tinha 14 anos e eu fui trabalhar em um escritório, em uma empresa grande. E a minha irmã, que tinha a cor negra igual à do meu pai, que era cinco anos mais velha do que eu, a única coisa que ela conseguiu ser foi caixa de supermercado, e olhe lá, ainda. E assim, ela estudou fez Técnico em Enfermagem e aí, sim, ela conseguiu um emprego. Ela foi a única dos meus irmãos que fez um curso técnico, porque eu paguei pra ela, porque eu via a dificuldade que ela tinha pra arrumar um emprego bom. E isso aconteceu também com a minha irmã mais velha, ela era mais branca, como eu. Ela não teve esforço pra conseguir o primeiro emprego, mas minha irmã mais nova coitada, ela sofreu. Minha irmã mais velha, que é branca, só passou por uma situação assim, mais constrangedora, quando o chefe dela chamou ela, e não faz muito tempo isso, não, disse que ela estava engordando muito e que ele não ia comprar outro uniforme pra ela, ele disse: “Ou você emagrece pra caber no seu uniforme, ou você vai ser demitida” Eles não contratam pessoas que estejam acima do peso. E a minha irmã negra, eu tenho certeza que, se ela não tivesse estudado, ela não tinha conseguido melhorar o emprego dela. Eu percebi as dificuldades dela e paguei, e mesmo assim, do curso dela, ela foi uma das últimas a conseguir emprego. Eu acho que ela nem percebia isso, mas eu percebia. Ela achava que ela não era inteligente o bastante, tinha a autoestima bem baixa.

[...]

Antonietta: No início da pandemia já se instalou um medo diário, a incerteza de tudo, e o maior medo, como chefe de família... o desemprego! E como mulher, eu tinha a certeza absoluta que seríamos mais afetadas na questão do desemprego! E depois de infectada, a dura realidade do desemprego, sem nenhum aviso prévio, e também a obriedade de que conseguir emprego em meio a uma pandemia é quase que impossível! Como mulher e mãe, eu digo

que a pior coisa é viver a incerteza do momento, e sem saber o que esperar do amanhã! E a pergunta é: “Quem vai contratar uma mulher solteira com 3 filhos, e que testou positivo pra Covid 19?”. Antes, já tínhamos que lidar com o rótulo mulher/mãe e estado civil, e, nessa pandemia, você pode ter certeza que testar positivo vai ser um rótulo a mais pra mulher, “infectada”. Foi muito difícil passar por isso e ficar desempregada na mesma semana. Acho que isso acabou afetando muito minha recuperação, demorei mais pra me recuperar porque estava muito preocupada! Infelizmente, ainda vivemos em uma sociedade que a mulher sempre é a mais prejudicada! Porque isso entra em outras questões também, somos responsáveis pelos filhos, somos afetadas e culpadas pelo abandono paterno, e, no meu caso específico, ele não colabora financeiramente, daí, é um montante que acaba nos sobrecarregando. O medo de infectar as crianças. São várias obrigações e nenhum direito executado, como deveria ser. E a gente percebe que o governo não está nem aí pra isso.

Para muitas pessoas, as violências e opressão aparecem de várias maneiras, e essas narrativas evidenciam tal premissa. Em outras palavras, tratar de violências, no plural, diz respeito às inúmeras formas, a depender dos diversos eixos de organização de poder com que esse fenômeno afeta as mulheres ao longo de toda sua vida. As narrativas de infância de Vera explicitam seu relacionamento com a irmã, uma mulher negra, ao reconhecer, segundo ela, seus privilégios como mulher branca na inserção no mercado de trabalho. Nessa memória, gênero, raça e classe se relacionam em sua descrição para tratar das dificuldades que sua irmã encontrou na busca por uma colocação no mercado de trabalho, violência que também foi percebida pela própria Vera e que marcou sua vida. Na divisão racial e sexual do trabalho, sua irmã foi classificada pela perspectiva dominante como imprópria para ocupar um cargo que tinha como pré-requisito única e exclusivamente a aparência, sendo, no máximo, validada para ocupar cargos de menor remuneração e em trabalho ligados à servidão. Como bem descreve Vera, a capacidade e o desempenho não eram fatores importantes, já que foram sobrepostos ao requisito da aparência mais próxima ao ideal eurocêntrico de beleza.

Isso posto, a mulher negra e pobre, ao buscar uma vaga no mercado de trabalho, primeiramente, terá de enfrentar o racismo, o sexismo e a discriminação de classe. Contudo, poderíamos indagar: racismo no Brasil? “Como seria possível... Isso é coisa rara aqui, somos todos brasileiros, acima de tudo, e Deus acima de todos! Quando o negro se esforça, ele sobe na vida, como qualquer um!”. Estas são frases que permeiam o imaginário social, frutos de um regime discursivo e simbólico que reitera o racismo de forma estrutural, desconsiderando expressamente as desigualdades sociais presentes nas relações advindas de um passado escravocrata (KILOMBA, 2019).

No caso em questão, não se trata apenas de uma mulher buscando colocação no mercado de trabalho, trata-se de uma mulher negra e pobre, pensada a partir de diversos estereótipos que

condicionam suas relações sociais. Ela tem que provar que é inteligente e capaz tanto quanto e muito mais que as outras pessoas, sempre em uma relação de desconfiança e desconsideração, o que não acontece com as mulheres brancas, visto que sua imagem já lhe garante acesso a privilégios. A irmã de Vera consegue, mesmo que a duras penas, dissociar-se desses estereótipos, à medida que prova seu “valor” por meio dos estudos, ocorrendo o que Kilomba (2019, p. 176) descreve ao afirmar que as pessoas negras são forçadas a prover uma performance excelente de si mesmas, “uma performance excelente de negritude”.

Em outro exemplo citado por Vera, uma de suas irmãs, embora mulher branca, tem de enfrentar outro tipo de discriminação, baseada em sua aparência, no seu ambiente de trabalho, a gordofobia. A pressão estética para que mulheres se mantenham magras também pode ser considerada como outro tipo de violência perpetrada à questão de gênero.

No caso de Antonieta, a precarização de sua vida foi sentida, dentre tantas outras vezes, em um momento de grande dificuldade. No decorrer desta pesquisa, ela foi acometida pela Covid-19, doença causada pelo coronavírus SARS-COV-2, responsável pela pandemia a que me referi no início desta dissertação e, com isso, pôde sentir na pele, mais uma vez, os reflexos de inúmeras formas de violência. Em seu cenário de fragilidade, muito além dos efeitos físicos da doença, materializaram-se os efeitos sociais e subjetivos da Covid-19. Tais efeitos ficam nítidos, por exemplo, quando ela afirma ter sido dispensada de seu trabalho enquanto se recuperava, um efeito tão agravante quanto os físicos, gerando um medo que, segundo ela, foi instalado antes mesmo de seu adoecimento, visto que os sentidos produzidos pelas tantas violências em sua vida já lhe anunciavam que as mulheres seriam as mais afetadas, neste momento. Se para ela, mulher negra, o mercado de trabalho já é um desafio, em momentos de crise, adoecida e estigmatizada, ficaria ainda pior. Os rótulos, que já eram uma realidade em sua vida, ganharam o acréscimo “infectada”, representando, no imaginário social, o medo conjugado desta pandemia. Saliento, também, o fato de que ela, devido a sua condição de gênero, sua condição racial e de classe, sequer teve o direito de se recuperar do adoecimento sem as preocupações advindas de sua condição social, já que o que lhe ocorreu interferiu incisivamente em seu processo de cura: “demorei mais pra me recuperar porque estava muito preocupada”. Os encargos da maternidade, sendo ela a única responsável pelos cuidados das crianças, também contribuíram para que seu quadro se fragilizasse, uma vez que o período de recuperação lhe exigia um isolamento social inclusive delas, que não foi possível cumprir em decorrência de sua realidade, intensificando ainda mais a violência sobre si, movida pelo medo de infectá-las.

Diante das considerações de Antonieta, compreendo que a pandemia da Covid-19 trouxe uma série de questionamentos e incertezas, aprofundando desigualdades que sempre existiram, mas que se acentuaram nessas condições. O aumento da violência doméstica, como já evidenciei anteriormente, a insegurança alimentar e econômica, a precarização e instabilidade no mercado de trabalho, as desigualdades na responsabilidade do cuidado com as crianças, e a sobrecarga do trabalho doméstico demonstram que a pandemia tem gênero, classe e raça, atingindo incisivamente as mulheres pobres e negras, desprovidas historicamente do acesso à direitos básicos e fundamentais.

A desigualdade de gênero, em tempos de pandemia, foi observada também na produção científica, tendo como resultado o acúmulo de jornada pelas mulheres. Pesquisas divulgadas pela CNN Brasil (FOSTER, 2020) apontam que a pandemia tem ocasionado impactos negativos na vida acadêmica de mulheres, sobretudo das que são mães, mensurando que 52% delas não conseguiram concluir suas pesquisas. Evidenciando ainda mais o abismo existente entre homens e mulheres em período de crise, o site divulgou, também, que 17,4% dos pesquisadores homens, com filhos, conseguem dedicar tempo aos seus projetos, enquanto que, para as mulheres, esse quantitativo é menor do que 10%. Esses números corroboram com os condicionantes que venho apresentando ao longo desta escrita, de que a lógica patriarcal de dominação masculina é estrutural em nossa sociedade, levando à desigualdade de gênero em todos os espaços e situações, intensificando-se em períodos de crise, especialmente para as mulheres em maior vulnerabilidade.

Visivelmente, a ordem dominante e as lideranças políticas e econômicas não se mostram interessadas em perceber violências vivenciadas por mulheres, como Antonieta, embora experiências como a dela não sejam exceção. Chamam a atenção os desdobramentos que a pandemia pode ter para alguém que já vivencia um contexto tão desigual. Com isso, mediante essas narrativas, a afirmação de vigilância e a negação de direitos das mulheres, de Simone Beauvoir (2009), citada na seção introdutória desta pesquisa, faz muito sentido.

A seguir, trago alguns fragmentos dos relatos das participantes, dando ênfase ao atendimento que receberam da justiça:

Tatiane: Sobre o acesso à justiça, você se sentiu protegida pela Lei Maria da Penha?

Vera: Na verdade, quando eu cheguei na delegacia pra fazer a ocorrência, o policial riu da minha cara, né, eu não tava machucada, eles mandaram eu ir para casa e voltar só depois. Então, quer dizer, precisava eu me machucar para depois eles me atenderem. Ele perguntou assim: “Você tem hematoma? Ele te bateu?” Quando eu disse que não, ele falou: “Ah, tá, então, qual é o

problema?”. Nesse dia, o rapaz nem registrou. E aí eu fui de novo. E daí, na segunda vez que eu voltei lá, outro rapaz me atendeu, ele riu da minha cara de novo. Ele registrou, porque eu botei pressão. E o rapaz que me atendeu da primeira vez, ele falou que para eu fazer denúncia, eu precisava de uma testemunha. Eu disse assim: “Você não está registrando por causa disso? Daí, ele falou: “Não, ele não te machucou, não teve agressão física”. E aí eu falei para ele assim: “Então, seguinte, você vai fazer um papel, você vai escrever nesse papel que, se alguma coisa acontecer comigo, eu vim aqui, você não quis registrar.”. E aí eu falei para ele que era para ele colocar lá que se acontecesse alguma coisa comigo, ele mesmo ia dar notícia para os meus filhos. Eu falei para ele: “Você conhece ele? Eu tô casada com ele há 25 anos e eu não conheço ele! Você não vai registrar BO porque ele nunca me bateu antes? Não precisa bater para matar.” Porque, assim, quando eu procurei a delegacia, a gente já tinha tido uma briga séria antes, e a perseguição dele tava demais, ele tava me ligando falando que eu tinha um amante, a gente já tava em separação de corpos, eu dormia no chão. Tive um grande problema porque meus filhos achavam que eu tava errada, eles não acreditavam que ele estivesse me drogando, e aí eu permaneci com ele na mesma casa até que meus filhos perceberam que era ele o causador da situação. Então, eu acabei me submetendo a essa situação para provar pros meus filhos que o que eu falava sobre ele era verdade. Ele dava um jeito de colocar os meninos contra mim [...] Então, assim, a Lei [Maria da Penha] é boa, mas a pessoa demora demais para perceber que ela tá sendo vítima, isso aí pode ser fatal. E as pessoas ainda menosprezam a violência doméstica, elas não entendem a gravidade desse tipo de violência. Esse negócio de briga de marido e mulher ninguém mete a colher, as pessoas acabam se afastando e não querendo denunciar ou não querendo se meter. E sobre a justiça, tem uma coisa também. Eu acho que o que teria que melhorar é a demora na finalização do processo da justiça, quando você entra na justiça, você quer se livrar daquilo ali, você não quer assinar o nome de casado nunca mais na vida, e isso leva muito tempo pra acontecer. O meu já dura três anos! Meu divórcio já dura três anos! Eu quero recomeçar a minha vida e eu não posso, porque eu estou amarrada nisso aí. No meu caso, ainda está leve, mas eu conheço mulheres que o marido, mesmo separado, diz pra elas: “Você ainda está casada comigo!” Isso é um sofrimento muito grande, é outra violência. A partir do momento que não rompeu o vínculo, ele ainda se acha o dono dela. Vai fomentando um ódio na pessoa que está cumprindo a protetiva e isso é muito prejudicial pra mulher. Tem caso que o marido mata a mulher depois de mais de um ano separado, porque ele ainda acha que é o dono dela. Tem tanta coisa que a mulher fica com medo de denunciar, e isso é uma delas, ela tem medo do que será depois, porque sabe que a justiça é lenta! E eu não tinha pensado nisso antes de participar da pesquisa, e eu passei a prestar mais atenção nestas coisas.

Maria de Nazaré: Às vezes, eu até reclamo, porque eu já cheguei a pensar: porque existe essa lei se tem coisas que ela não favorece a gente? Por que, às vezes, acontece do cara ir preso, ficar duas horas e sair, daí já vem de novo perturbar. E como que fica a gente? Porque, no meu caso mesmo, meu ex-marido, eu chamava a polícia, eles levavam ele preso, com uma semana ele estava solto. Teve vezes de ele sair da cadeia e eu não estar em casa, e quando eu chegava, ele estava aqui dentro de novo, escondido. Daí, assim, quando eu chamava a polícia, eles até vinham, mas daí ele corria e eles não iam atrás. Daí, ficava a mesma coisa, porque ele voltava depois, já tava chamando tanto a polícia que uma vez o rapaz disse: “Vocês de novo? A gente pega ele e vocês voltam depois, não adianta nada”. Daí, nesta vez, eles não vieram. Daí, eu acho que essa lei protege e não protege, sabe. Acho que, no meu caso, não

protegeu tanto assim. Eu tinha tanto de papel de medida protetiva que eu até joguei estes dias alguns fora.

[...]

Leonídia: Ele (ex-esposo), o homem que a violentou sexualmente] me batia todo dia, todo dia, de cinto, de pau, de qualquer coisa, ele me jogava as coisas da casa, me batia mesmo, como se eu fosse a filha dele, eu tava toda cortada, toda machucada, toda arranhada [...] Os vizinho ouvia e contava pro meu tio, meu tio contava pra minha mãe, mas a família, aquela família católica que não pode intrometer, né? Que casou acabou, né? Então, para eles, né? Era normal a mulher ser violentada, era mulher! Minha mãe não opinava. Às vezes, eu pensava como que ela, depois de tudo que passou com meu pai, não falava nada? Foi um tempo muito difícil, aquele. Nem gosto de lembrar. [...] Quando meu ex-marido [homem da denúncia de 2017] tentou me matar pela primeira vez, eu fui fazer o boletim de ocorrência, aí, o rapaz lá disse que eu já tava assegurada pela Maria da Penha, só que eles não fizeram nada, só fizeram Boletim e me mandou embora, isso foi na Polícia Militar, me falaram que eu tinha que voltar e representar na Civil. Aí, quando eu voltei, né, já tinha acontecido outra violência e eu tava toda machucada, e daí, quando perguntaram, eu falei: “Eu liguei para vocês e vocês não foram!” Eu tive que fazer um barraco lá, porque a escritã da Civil achou um absurdo eu estar machucada e ninguém ter feito nada, eles não tinham nem pedido corpo delito. “Como que uma mulher chega aqui com agressão, com filho machucado, vocês não me manda fazer um corpo de delito?” Ela brigou com o policial da militar. Ela me levou pra sala dela e me explicou o que que era Lei Maria da Penha, e falou tudinho. Então, assim, eu acho a lei meio vaga, porque, dependendo de quem te atende, você é tratado de uma maneira diferente. Ela funciona pra quem tem medo mesmo da justiça, porque quem não tem, vai lá e mata, porque não segura nada as medidas protetivas, eu liguei duas vezes pra polícia e eles nunca foram. Então, eu acho que a lei protege muito pouco, acho que ela devia ser melhor, porque tinha que ser igual em todos os lugares, não só na cidade maior, onde tem delegacia da mulher.

Tatiane: Você acha que o Estado protege as mulheres que vivem violências domésticas?

Antonietta: Eu acho que um pouco. A demora da conscientização, várias situações que acontecem antes que a mulher consiga chegar na denúncia para fazer. Por exemplo, até o fato da igreja mesmo é uma coisa que dificulta. Muitas igrejas que a mulher apanha e ainda é julgada pelo que ela faz ou porque que ela falou, como se ela tivesse alguma satisfação a dar por ela ser violentada. A igreja, grande parte da sociedade, até mesmo a justiça, ainda passa muita insegurança para mulher nessa questão. [...] “Casou vai ter que viver.”. Era esse lema que a gente tinha aprendido em casa, então, era obrigatório viver, porque o peso e a medida sempre foi a religião. “Quem mandou você casar?”. Ela [mãe] me dizia muito isso e eu busquei refúgio em pessoas da igreja, que também me disseram isso, até porque eu já tinha visto muito isso [...]. Uma vez, eu cheguei no pastor, e essa foi uma das últimas vezes que eu fui na igreja. Eu falei: “Pastor, esse homem me trai, ele é agressivo dentro de casa, ele quebra tudo.” Aí, o pastor falou assim: “Ele te bate?” Daí, eu falei que sim. “Já chegou vez dele me agredir sim.” “Ele já te machucou?” Aí, eu falei para ele assim: “Não! Ele nunca me deu uma facada. O tiro que ele me deu pegou no chão, só.” Aí, ele falou assim: “Ah, irmã, então, perdoa! Perdoou ele.”. Inclusive, ele foi meu último pastor, depois disso, nunca mais eu voltei [...]. Eu conheci meu marido em uma igreja e a

gente começou a namorar. Ele aparentava ser uma pessoa muito tranquila, muito calma, e é da igreja, então, eu achei que ele era uma pessoa boa. E eu achava que ele era mais novo, ele não era, ele é 13 anos mais velho que eu. Na época, eu tinha 13 e ele tinha 26. Meu pai descobriu que ele tava mentindo a idade dele, que ele era bem mais velho que eu, daí meu pai proibiu, meu pai não queria, meu pai proibiu eu de ir em vários lugares, para não encontrar com ele. Só que, aí, a minha mãe resolveu incentivar. Foi muito esperto, por ele ser da igreja, a minha mãe começou a incentivar também, como uma forma de me domar. Ela achava que, se eu tivesse alguém, eu ia mudar o meu comportamento, ia ser mais calma, e minha mãe incentivou. O meu pai chegou a levar o meu ex-marido na justiça, o juiz acabou dando uma permissão para eu casar com 15 anos de idade. E daí eu já queria, porque achava que aquilo era bom, minha mãe também não se opôs, ela até incentivava. E aí acabou que eu fui casada com 15 anos, e a igreja tem influência nisso. Antes, eu pensava muito como a igreja manda, que eu tinha casado com a pessoa errada, que não era para ser, mas mesmo assim, eu tinha que aceitar aquele destino, a religião sempre disse isso, hoje eu não penso mais assim, eu sofri, mas aprendi. [...] A religião, na minha vida, marcou muito. Nas minhas amizades, eu consegui abrir os meus possíveis horizontes, aprendi a conhecer as pessoas e sempre olhar o melhor que elas têm, sem o pré-julgamento que a religiosidade ensina as pessoas a terem! Com meus familiares religiosos, tudo certo, até que não se fale em religião, virou um tabu, é assunto difícil! Penso que a minha vida amorosa e sexual com certeza foi a mais afetada, e, alguns casos, a religião acaba te deixando fria e frígida, porque, na verdade, a intenção é te deixar invisível como mulher. [...] na última briga que eu tive com a minha mãe, ela falou pro meu ex-marido desse jeito: “Se você amasse ela, não tinha levado ela embora praí, afastado da igreja. E olha a bagaceira que virou tudo, né? Se você realmente ama ela, eu quero ver se você é homem, se você é macho mesmo de verdade, eu vou acreditar que você é macho de verdade, se você trazer ela de volta aqui do lugar que vocês saíram, eu só acredito vendo!” Ela fala isso pra ele e instiga ele pra mais violência contra mim, essa senhora é minha mãe!

Neste ponto, dialogando ainda acerca da precarização da vida das mulheres, julgo importante demonstrar mais formas de violência presentes em suas vidas, agora no que diz respeito à experiência delas no acesso à justiça. Em suas memórias sobre o assunto, a maioria delas fez referência à incredulidade no sistema de garantia de direitos, sobretudo o policial, desde a proteção do cumprimento das medidas protetivas pelo ex-esposo à fase inicial de registro da ocorrência.

Ao refletir sobre a resposta no campo legal e policial, entendo que o primeiro acesso à Lei Maria da Penha, que acontece na delegacia, foi, para a maioria delas, mais uma forma de violência, marcada por inúmeras situações vexatórias. A elas, em sua maioria mulheres negras, foi negado, além de outros direitos, o de serem vítimas. A dificuldade apontada em registrar o boletim de ocorrência – na medida em que se viram bombardeadas por dúvidas quanto à legitimidade da denúncia, decorrente de violências, principalmente as não físicas – tem como pano de fundo as bases patriarcais que continuam a naturalizar e a validar a supremacia

masculina, mesmo que sob processos violentos. As mulheres negras, nesse processo, são violentadas multiplamente, ao não serem reconhecidas dentro da universalidade da categoria mulher pensada na supracitada legislação, que tem como base mulheres brancas, heterossexuais e de classe média.

Ainda em relação ao acolhimento em situações de violência, é exemplar o fato de Maria de Nazaré, mulher negra, ter sido repreendida quanto ao seu comportamento na condução da denúncia pela pessoa que deveria, em tese, garantir sua proteção, sendo desconsiderados os diferentes eixos de poder que permeiam e condicionam suas experiências de violência no âmbito doméstico, bem como evidenciadas representações estereotipadas nesta relação.

O acesso à justiça é pensado, conforme algumas delas sinalizam, a partir dos valores, entendimentos e padrões morais de quem as recebe durante o atendimento, condicionando, inclusive, a validade da violência a esses fatores. Essa premissa, além de demonstrar a fragilidade do apoio institucional dado à violência de gênero, sustenta decisões equivocadas que continuam servindo como base para o sistema patriarcal e a cultura ocidental machista e misógina. Lúcia Gonçalves Freitas (2014), usando de uma abordagem crítica, analisa a justiça brasileira no trato à violência de gênero e descreve como os argumentos relativos à violência contra as mulheres são baseados em valores ideológicos individuais, produzindo decisões muitas vezes ligadas mais às atitudes éticas e aos valores morais do que às regras puras do Direito, que, para o senso comum, se projetam como neutras e universalizantes, referindo-se, especificamente, às sentenças proferidas pelo STF. Os discursos ainda são bastante estigmatizados no espaço judiciário e, como ressalta a autora, conceitos relacionados à violência doméstica, como o de família, ainda são concebidos em contextos universalizantes, conservadores e moralizantes. Nesse sentido, algumas decisões tendem a desqualificar a mulher, principalmente as negras e desprovidas de recursos econômicos, ao revestir de naturalidade e até justificar como práticas pedagógicas as situações de violência.

A lógica exposta por uma das participantes, de que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, diz muito sobre a forma como o imaginário social entende que a violência deva ser tratada em nível de acesso à justiça. Na cultura patriarcal, esse dito popular está relacionado tanto à anuência social conferida ao homem quanto ao uso da força para “disciplinar” suas esposas e filhas, bem como à forma privada com que as violências ocorridas no ambiente doméstico devem ser tratadas, desconsiderando, portanto, a denúncia. Como identifica Vera, a justiça pode contribuir para que situações de violência sejam evitadas, mencionando, nesse caso, a celeridade nos trâmites processuais, principalmente em ações de divórcio. Segundo ela, mesmo “separados de corpos”, os homens ainda sentem que têm o

“direito”, conferido simbolicamente pelo patriarcado por meio da união conjugal, de controlar e dominar as ex-esposas.

O contrato conjugal, mencionado nas narrativas, está atrelado a questões morais e religiosas e deve ser mantido a todo custo, mesmo em situações de violência. Antonieta traz à tona esse aspecto, quando rememora a ocasião em que, pela primeira vez em sua vida, a mãe incentivou sua escolha, justamente quando ela decide se casar, com apenas 15 anos de idade, com um homem muitos anos mais velho. Esse apoio, nada benevolente, estava relacionado à necessidade materna de domar a rebeldia da filha, ainda que fosse através da autoridade patriarcal de um homem que viesse a possuí-la, dominá-la e garantir que ela se mantivesse na vida cristã e cumprisse seu dever de esposa e futura mãe. Ao matrimônio apressado, validado sob esses moldes e tendo o apoio da religião, a violência seria permitida como forma de correção.

Esse discurso religioso, que banaliza a violência, presente nas narrativas e memórias das participantes da pesquisa, tem como efeito manter as mulheres subservientes ao imprimir o verbo “suportar” em seus comportamentos e justificar a violência por vias essencialistas. Quando ela acontece no ambiente doméstico, onde “naturalmente” é concedido ao homem o poder de dominação, crianças e mulheres são expostas aos discursos normativos e às mais variadas formas de assujeitamento. Noto, ademais, que o discurso de “mulher virtuosa” se coaduna com o ordenamento patriarcal e heteronormativo traduzido na mulher domesticada, esposa exemplar, recatada, fiel serva da igreja. Esses atributos implicam no cumprimento das normas de gênero, imersas em um regime de verdade que visa legitimar a submissão.

As mensagens da Nova Direita dirigidas às mulheres têm sido, precisamente, as de que nós somos parte da propriedade emocional e sexual dos homens e que a autonomia e a igualdade das mulheres ameaçam a família, a religião e o Estado. As instituições nas quais as mulheres são tradicionalmente controladas – a maternidade em contexto patriarcal, a exploração econômica, a família nuclear, a heterossexualidade compulsória – têm sido fortalecidas através da legislação, como um *fiat* religioso, pelas imagens midiáticas e por esforços de censura (RICH, 2010, p. 19).

Esse *fiat* religioso a que a autora se refere pode ser entendido como as bases que sustentam o fundamentalismo neopentecostal, extremamente conservador, que tem se apresentado com frequência na contemporaneidade, sendo ele responsável pela produção e reprodução de discursos que violentam, matam e legitimam desigualdades de toda ordem (gênero, raça, classe, sexualidade, nacionalidade etc). Nessa direção, o discurso de saber-poder, em especial o religioso, tem focado seus esforços na tentativa de legitimar, cada vez mais, o

ordenamento patriarcal e cisheteronormativo e a submissão feminina, contribuindo, assim, com o aumento das violências de gênero.

Importa-me problematizar, ainda, a representação máxima do poder masculino sobre o corpo feminino, a violência sexual. As memórias das mulheres participantes da pesquisa denunciam que todas elas, mesmo que de maneiras diferentes, contrariando suas vontades, tiveram seus corpos violados pelo poder exercido pelo “macho”, como prova de “sua capacidade de submeter a outra parte, ou seja, aquela que, segundo a ideologia dominante, não tem direito de desejar, não tem direito de escolha” (SAFIOTTI, 1987, p. 18).

Tatiane: Como era o ambiente na sua casa?

Maria de Nazaré: Era tenso. Tudo era regulado. Só servia ele pra sexo. Porque, se eu falasse, era motivo de briga.

Tatiane: Ele já te agrediu porque você se negou a manter relação sexual com ele?

Maria de Nazaré: Sim, já. As brigas eram, a maioria, por isso. “Ah! Você não quer dar pra mim? Porque você está dando pra fulano!” Quando ele chegava, tinha que estar disponível totalmente pra ele, mesmo tendo casa pra limpar, filho pra cuidar, trabalho, estudo, tudo; nada importava, eu tinha que ficar à disposição dele. Eu levantava às três horas da manhã, porque tinha que estar no trabalho às quatro horas. Quantas vezes eu reclamava de alguma dor que estava sentindo e ele falava que estava com frescura. Dizia que era falta de sexo, por isso eu estava com aquela frescura. E foi assim que nosso casamento foi acabando. Porque mesmo à força, querendo ou não, ele dizia que eu era a mulher dele, eu tinha que fazer com ele. Eu sentia ódio, raiva, vontade de me matar. Quando ele me obrigava a fazer sexo com ele, era como se estivesse me violentando. Porque fazia com a gente tudo o que queria. Eu ficava muito nervosa. E eu sei que a maioria dos casamentos é assim, tem que fazer sexo obrigado, desde a época da minha mãe é assim.

[...]

Tatiane: Então, sua primeira relação sexual foi com treze anos e você disse que não sabia nem o que estava acontecendo?

Maria de Nazaré: Sim, eu nem sabia o que era tirar a virgindade. Eu não tinha consciência de nada do que tinha acontecido. O cara era mais velho que eu, não falou nada, simplesmente foi fazendo e pronto, acabou.

[...]

Tatiane: O que que é “me perdi”, que você me disse?

Nátia: Perder a virgindade. Ainda assim, o pai da minha filha, na época ele era meu namorado, eu tinha pouco feito 14 anos, ele me ameaçava, falava que, se eu não ficasse com ele, ele ficava com outras mulheres.

Tatiane: Ele te ameaçou?

Nátia: Sim, ele me ameaçou. Eu tinha 14 anos, não sabia nadinha da vida. Daí eu engravidei, né? Minha mãe quase morreu do coração. Ela tinha deixado eu namorar, mas acho que ela não imaginou que eu ia engravidar logo.

Tatiane: O que você acha disso? Dele ter te ameaçado?

Nátia: Eu acho que isso foi errado, porque eu era muito inexperiente, foi meio forçar a barra, né?

[...]

Leonídia: Foi minha tia que me falou sobre sexo, mas eu já sabia, porque meu pai era tipo um garanhão. Porque ele fazia aquilo com a minha mãe, a gente via, escutava, e eu lembro disso, ela era escrava do sexo dele. Na minha casa não tinha porta, daí a gente via meu pai e minha mãe, ele parecia um monstro, um cavalo com a minha mãe, eu ouvia barulho, porque minha mãe gritava, falava que tava doendo, que tava machucando ela, mas ele não tava nem aí. Ele tratava ela como puta, como uma puta, era na hora que ele queria, do jeito que ele queria, e não importava se nós estivéssemos em casa ou não. Se a gente estava acordada ou não. Ele parecia um monstro, um animal. Sei lá, eu cresci assim, pensando nisso de uma forma muito violenta, o estupro só cresceu ainda mais isso em mim. Depois que eu cresci, eu entendi que sexo pra mim é de vez em quando, quase nunca, eu passei a ter repulsa, e isso foi até hoje na minha vida, não gosto de sexo. Eu pensava assim, se minha mãe não gosta, se ela sofre assim, isso não é bom.

Tatiane: Alguma vez, nos seus relacionamentos, você já teve relação sexual para agradar o parceiro?

Leonídia: Todos. Não tem nenhum que eu queria, é muito raro. Meu segundo esposo dizia que eu tinha um corpo limitado, eu queria um companheiro, mas que não tocasse em mim, entende? Deixa eu te falar a verdade, de todo meu coração. Não sou muito de sexo, não gosto, não é uma coisa que eu penso, que eu queira. Eu não gosto que faça barulho que, quando faz barulho, lembro da minha mãe, do meu pai, entendeu? Daí, aquilo já entra na minha cabeça: “Meu Deus! Meus filhos vão acordar, vão ver igual eu e meus irmãos!” Eu faço tratamento psiquiátrico, psicológico, tomo remédio, não só pra isso, mas pros traumas da minha vida, né? As violências deixam marcas que não são assim, tirar com a mão. Não, elas ficam lá dentro, acabando com tudo, com os sentimentos da gente. Eu tive síndrome do pânico. E eu percebo que os meus dois irmãos também estão com os mesmos sintomas que eu, da síndrome do pânico, porque foi muito violenta nossa infância, demais.

Antonietta: Ele queria que eu tivesse obrigação sexual com ele, quando ele quisesse, eu não podia falar nada, e esse era o motivo das nossas brigas. Ele falava que eu tinha que cumprir as minhas obrigações de esposa, minha mãe falava isso também, pra todas nós em casa [...] Esse é um assunto que me enoja muito, só que acho que é importante falar... Ele achava ter posse sobre meu corpo, por causa do casamento, a minha última gestação foi ocasionada por um ato violento, ele estava bêbado e drogado, foi assim que ele justificou depois, só que ele usava de força frequentemente, quando não física, psicológica, ele dizia que era minha obrigação! E eu odiava sexo, quando me livre dele a primeira coisa que eu pensei foi: “Ufa! Não preciso mais fazer sexo!”. Acontecia dele quebrar as coisas quando eu me negava, às vezes esmurrava a parede e falava que por isso ele ia na zona, que por isso que ele ia atrás de outras mulheres! E uma vez ele foi reclamar com minha mãe sobre

isso, ela falou bem assim: “Se a mulher fica negando o marido é porque ela tem outro! Porque servir o marido era obrigação da mulher.” Me lembro que ele me infernizou por isso durante um bom tempo, rasgou roupas minhas, jogou creme de cabelo fora, jogou minhas maquiagens fora, e chegou a me dar um tapa na cara dizendo que, se ele me pegasse com outro, mataria os dois! Quando eu engravidei da minha filha, eu já estava querendo me separar dele, e lembro que, nesse dia, eu mordi a boca dele pra ele me soltar e ele me enforcou e me chamou de vagabunda, e me agarrou pelos cabelos, me machucou, e uma coisa que me marcou muito é que eu amamentava meu filho do meio, depois do ato violento, eu fui amamentar meu filho, eu estava chorando, enquanto meu filho mamava. E eu quis muito o aborto, tentei, só que foi mal sucedido! E como não tive suporte nenhum, me lembro que ganhei 5 quilos na gestação, minha filha nasceu com 2,300 quilos em um parto de 36 semanas! Eu vou te falar uma coisa bizarra, eu só descobri o que que era um orgasmo depois que eu me separei dele, antes disso, eu nem sabia o que que era um orgasmo. O modo dele agir comigo, da forma com que eu fui criada, eu acabei pegando uma aversão sexual, eu não queria ter relação com ele de jeito nenhum e eu escapava. Já teve vezes que eu fingi que eu tava dormindo, eu demorar para entrar no quarto, esperar ele dormir, mentia para ele que eu tava menstruada, eu fazia de tudo para não ter relação sexual com ele. Teve uma vez que eu comecei a me abrir. Eu falei para ele que me machucava, que eu não gostava. Mas ele não aceitava. Foram dez anos de sexo que eu não gostava. Essa coisa de mulher precisa disso, precisa daquilo, não! É a necessidade dele! Pronto, acabou, o que eu sentia, deixava de sentir, não tinha importância. Na verdade, eu dava graças a Deus quando acabava, porque era outra forma dele me violentar [...].

As violências narradas pelas mulheres participantes da pesquisa dão conta de que a sexualidade da mulher é vivida na ausência, principalmente de prazer e autonomia, devendo ser vivida a serviço do homem. Para as mulheres, sobretudo as negras advindas de um passado escravocrata de exploração sexual intensa, a ideia de que seus corpos, a sexualidade, os direitos reprodutivos lhes pertencem é uma afronta ao ordenamento patriarcal e heteronormativo (TIBURI, 2018). O “dever conjugal”, que obriga mulheres a manter relação sexual com seus parceiros íntimos, ainda que contra seus próprios desejos, expressa a violência nos relacionamentos. O fato é que “há relações amorosas estáveis, legais ou consensuais, no seio das quais o estupro é a norma. Isto é, dado o poder que a sociedade confere ao homem, julga-se este com o direito de manter relações sexuais com sua companheira, mesmo quando ela não apresenta disposição para tal” (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995, p. 4). A “cessão” ao ato sexual, sob pressão, é uma violação ao corpo da mulher, materializada na forma de violência sexual invisibilizada em decorrência do constrangimento social. Acrescido a essas situações está o fato de que os traumas de infância e as memórias dolorosas de violências vividas repercutem na relação das mulheres com a própria sexualidade e o prazer, de modo a fazer com que elas tenham aversão ao prazer sexual, sentimento este que passa a ser, também, um disparador de violência de gênero nos relacionamentos.

Outras memórias, muito difíceis de serem expressas em palavras, são desnudadas, dando vazão a sentimentos que lhes permitiram compreender o momento presente:

[...]

Nátia: Depois de tudo que aconteceu comigo, pensando na minha vida inteira, das coisas que aconteceram comigo, com a minha mãe, depois que eu me separei do meu ex, tudo na minha vida mudou. Hoje eu tenho trauma de relacionamento, eu não consigo gostar mais de ninguém, se uma pessoa fala que me ama, eu não acredito, eu não consigo falar, assim: “Ah, eu vou casar!” Vem na minha cabeça logo: “Não! Entrar mais em casamento para mim, não!” Eu posso arrumar uma pessoa assim, que eu encontro final de semana, ficar com ela, mas, assim, eu peguei trauma, parece que todas as pessoas, parece que todos os homens são iguaizinhos meu ex, parece que todos os homens vão bater no meu rosto, vai me violentar, parece que todos os homens vão me trair, parece que tudo, tudo, tudo que eu vejo ele vai estar na minha frente, eu peguei trauma disso.

Tatiane: **Você gostaria de falar alguma coisa que eu não te perguntei sobre as memórias da sua vida?**

Nátia: Eu arrependo de uma coisa, que eu não tenha ouvido os conselhos da minha mãe, quando ela falava “Vai fazer curso.”, eu não fazia, “Vai fazer uma faculdade.”, eu não fazia, só queria festa. Uma parte também, quando eu tava casada, eu pensava: “Pra que estudar? Eu já tenho minha família, minha vida já está completa!”, mas eu estava errada. E essa lembrança me faz ter arrependimento.

Tatiane: **Você acha que a forma como seu pai conduziu a vida dele tem reflexo na sua vida de hoje?**

Leonídia: Com certeza. Se meu pai tivesse sido um homem maduro, pai presente, eu não tivesse visto ele fazer certo tipo de coisa, né, que ele fez com a minha mãe, acho que eu seria diferente. Talvez por isso que eu seja uma mulher muito, como fala, não tem a palavra para te dizer, agora eu não seria uma mulher que não confia em ninguém, entendeu? Porque, daí, eu vi tudo aquilo, eu sei o que que o homem é capaz de fazer com uma mulher. Então, pra mim, hoje, homem é uma coisa que, se pisou na bola, é só uma vez, não penso duas vezes. Então, eu sou muito desconfiada, essa é a palavra certa.

Tatiane: **Você tem dificuldade em ter alguém que queira controlar sua vida?**

Leonídia: Tenho, não consigo deixar ninguém entrar na minha vida pra me controlar, ninguém consegue me controlar! Não adianta, jamais, se posicionar e falar: “Não! Você tem que fazer isso deste jeito!” Não aceito mesmo. Primeiro, porque eu sou independente, né? Segundo, porque, depois que eu vi o que meu pai fazendo com a minha mãe, as coisas que ele fazia com a gente! Não quero isso pra mim nunca.

[...]

Leonídia: Quando eu fiquei menstruada, foi na casa da minha tia, daí, eu contei para minha avó, não contei para minha mãe, porque aquilo me deixou envergonhada dela, né? Não precisa ser assim. Ela se escondeu de mim,

achando que eu não precisava saber, mas daí, olha o que aconteceu comigo, acabei sendo estuprada depois. Não precisava ser assim. Ela devia ter sentado comigo e explicado, falado o que era menstruação, explicado aquilo que meu pai fazia com ela, explicado que o jeito que ele fazia com ela era errado, porque a única coisa que ela dizia era que não podia, que não podia namorar, que não podia pensar naquilo, que não podia, que não podia, mas não explicava por que não podia [...], mas eu, como não gostei disso que ela fazia, eu já faço com minhas filhas tudo diferente.

Tatiane: Você gostaria de falar mais alguma coisa sobre esse assunto, que nós não chegamos a mencionar?

Leonídia: Sim, eu vejo os erros que tive, e os erros que meus pais tiveram e eu mudo isso, né? Eu tento mudar para os meus filhos, né?

Tatiane: Se você pudesse mudar algo na sua infância, o que você mudaria? Por quê?

Vera: Eu não sei se eu mudaria alguma coisa, porque, apesar de tudo, o que eu sou hoje foi por causa disso, talvez, se eu pudesse mudar o trabalho pesado, porque isso prejudicou a minha saúde. A forma com que meu pai cobrou do meu irmão que ele fosse homem, trabalhasse na construção com ele, como um adulto, isso me machucou bastante, porque ele não conseguia fazer, ele ainda era uma criança, e eu, como já tava adolescente, eu acabei assumindo a minha tarefa e a dele, para não ver meu pai judiar do meu irmão. Ele falava: “Você tem que ser homem, você tem que tentar fazer isso.” E eu achava que isso era muito terrível, essa parte eu tiraria. Eu acho até que isso me faz pensar que eu sou forte pra fazer qualquer trabalho, como um homem faz, sabe? Porque ele falava: “Você dá conta de fazer, todo mundo faz, por que que eu não ia dar conta?” Eu tinha tanta raiva que eu trabalhava dobrado pra proteger meu irmão.

[...]

Vera: Quando eu penso na minha infância, eu me pergunto como é que eu deixei a minha mãe passar por aquilo, apanhar tanto, meu Deus?! Por que eu não agi, fiz alguma coisa? E quando eu penso no meu relacionamento, no meu casamento, eu não tenho arrependimento, porém, eu não consigo entender por que que eu passei por aquilo, por que que eu me permiti passar por aquilo. Você sabe, a pessoa inteligente que eu era, como é que eu deixei isso acontecer? Como é que eu deixei chegar até esse ponto? Por que eu entreguei, não só minha vida, mas a dos meus filhos também? Eu queria tanto proteger eles, eu queria tanto dar um lar para eles, segurança, eu acabei estragando. Poxa! Eu demorei demais para perceber, mas eu penso que eu fiz o melhor que eu podia fazer.

[...]

Vera: Eu acho que a minha depressão vem desde a infância, de quando eu não era entendida pelos meus pais. Só que, como eu era uma pessoa ativa, eu não tinha muito tempo para pensar nisso. E aí, quando eu casei, juntou os problemas conjugais, os problemas da maternidade, os problemas financeiros, e aí, eu tive a minha primeira crise de depressão, eu acho que eu já tinha, pela vida difícil que a gente teve na infância.

Tatiane: A sua maneira de pensar atual tem relação com o tipo de educação que você viveu na sua família e na escola?

Antonietta: Essa mulher de hoje é totalmente oposta à educação que ela recebeu em casa. Da maneira que eu fui criada, eu tenho uma oposição muito grande, hoje eu consigo perceber isso. Hoje eu percebo que a maneira que a minha mãe se comporta é insana. Ela fala que o meu comportamento é de uma pessoa que está endemoniada. É totalmente oposto da base da minha educação. O meu pai me trouxe os valores muito bons, e a minha mãe para mim foi uma figura de repressão totalmente. A escola foi um lugar que me recolocou no mundo. Lógico que eu tive pessoas que reforçaram o machismo e os valores repressores da minha casa, da minha mãe. Mas eu também tive pessoas que tinham uma visão diferente e me mostraram um outro mundo, uma visão que me ajudou a construir a pessoa que eu sou hoje, mais feliz, mais questionadora, mais expressiva, eu gostei muito disso. [...] Minha mãe e meu ex colocaram na minha cabeça que ninguém gostava de mim, que o meu jeito não era o jeito certo de ser. Hoje vejo que eu não era uma pessoa ruim, que eu não fazia tudo errado, eu não fazia as coisas do jeito que eles achavam que era o certo, isso não faz de mim uma pessoa pior. Eu me fechei por muito tempo, porque eu não tinha respaldo, eu não tinha incentivo, e hoje eu me tornei uma pessoa muito melhor.

As participantes da pesquisa, em suas memórias, trazem experiências com o masculino deveras marcadas pela dor, opressão e pela violação de seus corpos desde a infância, seja na figura do pai opressor, do companheiro violento, de um parente abusador ou de tantos outros homens que fizeram parte dos enredos de suas vidas, que, mesmo não tendo sido enunciados verbalmente estão ali, compondo o coro normativo que orchestra suas experiências. Essas memórias levam à percepção do quanto a violência é cotidiana em nossas vidas, sobretudo quando ampliamos nosso olhar para os fatos e os sentidos dados a elas e em nosso modo de agir, nos relacionarmos e expressarmos etc.

Bell hooks (2004) assevera que, ao redor do mundo, milhares de mulheres vivem com homens em situação de falta de amor, sofrendo e chorando devido a esta condição. Esses homens, ela destaca, não podem dar o que não tiveram, não podem ensinar o que não sabem, não sabem como amar. Esta é uma consequência direta da lógica patriarcal cisheteronormativa, ou seja, a dificuldade em amar, mesmo que seja a si mesma/o.

Tatiane: **Você me contou situações da sua infância. Trazer essa história passada permite a você pensar no presente de outra maneira, de modo diferente?**

Antonietta: Com certeza! Permite pensar nas coisas que eu vivi no passado, me fazem reforçar a ideia de que hoje eu não aceitaria as coisas que eu vivi. A Antonietta de hoje não aceitaria as coisas que eu aceitei antes. A Antonietta de hoje falaria, gritaria, se faria respeitada! A Antonietta de antigamente talvez pensaria, mas não diria. A Antonietta de antes me tornou uma Antonietta muito melhor hoje. Eu sou uma mulher que eu achei o meu lugar, eu sou uma mulher que está onde eu quero estar. A de lá atrás influencia muito a de hoje. A Antonietta de antes me deixou na minha memória tudo que eu não quero ser

mais. Infelizmente, a pessoa que eu fui antes eu não quero ser hoje, não. A pessoa que eu não quero me espelhar é a pessoa que eu fui anos atrás. Eu não aceitaria mais não ter voz, eu quero ser respeitada. Tudo que eu vivi me serve muito de experiência hoje. Meu passado espelha hoje o meu futuro. Se eu fosse a Antonieta que eu sou hoje, eu tinha terminado meu casamento no primeiro mês, e não tinha vivido dez anos sofrendo, tinha poupado de muita coisa.

[...]

Maria de Nazaré: Permite. Eu já tive violências passadas que aconteceram na minha casa, com a minha mãe, que no presente, aconteceram comigo. Quase iguais, por causa de bebida do homem. Eu penso muito sobre o que minha mãe viveu e o que eu vivo, foi muito sofrimento. Hoje eu tenho claro pra mim que eu quero uma vida diferente pra mim, sem violência. O que eu passei me faz ser mais forte, de perceber o que é violência, identificar, sabe? Não quero mais viver daquela forma, quero um futuro diferente disso pra minhas filhas também, eu falo muito pra elas sobre isso, que elas tenham a história minha e da vó delas como exemplo.

[...]

Nátia: Acho que sim. Na minha infância, o que eu não tive, amor, carinho, atenção, eu faço pelas minhas filhas. Minha mãe queria que eu me formasse, que eu tivesse uma profissão, porque ela morria de medo de eu me prostituir. Eu passo necessidade até de comida, às vezes, mas a prioridade é pagar o curso da minha filha. O que eu vivi com meu ex-marido também me faz mais forte, porque eu superei, eu sobrevivi àquele tempo difícil, e isso, pra mim, também é uma vitória.

[...]

Vera: Com certeza. Essa recordação me fez confirmar tudo aquilo que eu já vinha pensando, porque, quando a gente tá contando para outra pessoa, a gente fica assim: “Nossa! Será que foi isso mesmo? Espera aí! Será que foi isso mesmo? Eu não havia percebido isso!”. Mas foi isso mesmo. Da forma com que você me perguntou, várias coisas me fez pensar, talvez, que, na época, eu não tinha percebido que aquilo tinha acontecido daquela forma. Conversar sobre tudo isso me trouxe até um alívio, o entendimento, quando a gente entende melhor as coisas, e me esclareceu, e me serviu de experiência para o futuro. A questão do abuso, que eu te contei, por exemplo, eu nunca tinha pensado nisso como um abuso, como uma violência. Quando você me perguntou a primeira vez se eu tinha sofrido abuso, eu falei que não, depois pensando hoje no que é um abuso, que eu fui lembrar que o meu tio fazia comigo era um abuso. Daí, eu pensei assim: “Não, peraí! Eu nunca tinha pensado que eu sofri um abuso.” Não foi nada assim, concreto, mas era uma violência, era um abuso, era um assédio. Depois que a gente conversou, eu fiquei pensando quanto tipo de violência que eu tinha sofrido e eu não tinha nem percebido. Eu sabia que a minha infância tinha sido difícil, mas pensar nisso hoje me traz o entendimento e que eu fui muito mais violentada do que eu imaginava. Eu não sabia. Fala assim: “Ah! Isso me afeta hoje? Não!” Eu só consigo entender que isso me afetou muito naquela época, muito mais do que eu imaginei, e por causa daquilo, eu consigo perceber, hoje, antes de acontecer. Hoje eu sei que, se uma pessoa me olhar daquele jeito que meu tio me olhava, eu sei o que ele tá pensando, então, é diferente, mas isso já aconteceu. Só que eu não tinha percebido de onde eu tinha aprendido. E tem coisa que a gente aprende, a gente não lembra onde a gente aprendeu, a gente só sabe que sabe. E quando eu puxei a minha história foi que eu pude perceber

as situações que eu tinha vivenciado. Quando eu tava lembrando hoje, quando eu contei para você minha história, eu comecei a pensar assim, eu não permito mais que alguém faça aquilo comigo, mas, àquela época, eu não tinha entendimento.

[...]

Leonídia: Sim, muito! A gente, naquela época, não sabia que a gente vivia tanta violência. Tem tanta coisa que, eu mesmo, eu apaguei da minha memória, pra me defender, como se fosse um apagão, mas eu sou o que eu vivi. Se me chamam de indomável é porque a minha infância me trouxe coisas que me fizeram assim. As surras do meu pai me fazem odiar violência. Isso não é resposta pra nada. São coisas que eu vou levar pra sempre.

A resignificação dá-se por meio do olhar atento e cuidadoso para os cacos da memória, mostrando questões nunca antes refletidas. Nesse sentido, a compreensão de alguns fatos vividos exige que assumamos o ponto de vista do outro, uma transposição de experiência, uma fusão de horizonte, de modo que “o sujeito é posto em ação pelo outro, sai de si sem retorno, destina-se ao outro porque é o outro que lhe dá sentido”, num movimento que pode ser considerado de alteridade (NATOLI, 2008, p. 60). A resistência ao esquecimento e o significado da memória aparecem, então, como propostas de mudança de curso em favor do presente, no sentido de que não sejam repetidas as violências e experiências dolorosas do passado (GAGNEBIN, 2009). Esse passado coexiste com o presente, e a memória de situações diversas de violência é parte do presente, e, nessa impressão de sentidos, a “sensação de atemporalidade é uma característica do trauma clássico” (KILOMBA, 2019, p. 181).

As narrativas das participantes da pesquisa mostram que falar sobre a violência, para elas, foi, ao mesmo tempo, um processo doloroso, mas, ao mesmo tempo, de resignificação da dor. O ato de narrar fez com que, por meio do passado, as participantes (e espero que eu também) pudéssemos melhor compreender o presente, dando sentidos diversos a cada memória tecida em discurso. Essa complexidade aponta que incorporar tais narrativas fez com que surgissem questões importantes sobre uma infância marcada, para além da violência, por um passado que se materializa no presente quando se percebe o quanto a educação feminina foi conduzida pelo aprendizado da culpa e o quanto isso reverbera em suas experiências atuais.

4.2 “[...] sempre foi o meu sorriso, o meu cabelo, o meu jeito, sempre foi isso, a culpa sempre foi minha” - A educação do feminino para a culpa



(NANI, s.d.)

Mais uma vez, utilizo uma charge para introduzir um tópico. Charges possuem como característica satirizar temas polêmicos do contexto social e a que elegi não é diferente. A rigor da interpretação, trata-se da culpa investida nas meninas por situações de violência sexual e, conforme já mencionado, esse sentido ainda é bem evidente no imaginário social e marca o modo repressivo como o tema vem sendo tratado pela sociedade, inclusive por muitas religiões, conforme representado na charge. Residem, aí, as bases discursivas para a “cultura do estupro” e a tolerância do uso da violência contra crianças e mulheres, que são, costumeiramente e de formas diversas, acusadas de provocar seus algozes.

Durante o diálogo sobre as violências que permearam as memórias das participantes da pesquisa, o aprendizado para a culpa como uma educação do feminino foi ganhando sentido no presente, acabando por se tornar uma categoria de análise. A educação, para além dos processos formais, acontece na interação, sendo reiterada para as meninas em moldes conservadores e machistas. Percebo que, nos diferentes espaços sociais, sendo que aqui enfatizo, especificamente, a família e a escola, a menina passa, em diferentes proporções, dependendo de seu contexto de vida, por um processo de inculcação da culpa como efeito discursivo dessas e de outras instituições que a condicionam a incorporar sentimentos tóxicos referentes ao seu comportamento e modos de ser.

Vera: Eu lembro que com 14 anos eu escrevi uma carta para ele [pai], e eu falei assim, que eu não sabia por que eu estava pedindo perdão para ele, mas eu sabia que tinha que pedir, porque ele estava sempre zangado. Eu dizia que eu amava ele assim mesmo, eu queria que ele escutasse o que a gente falasse, porque a gente tinha tanto medo de falar [...] eu não estava querendo fazer nada de errado, eu só queria dizer o que eu pensava. Hoje ele fala para mim que ele nunca tinha visto a gente daquela forma. Foi depois da minha carta que ele passou a me olhar diferente e permitir que eu começasse a falar com ele. [...] Apesar de tudo, a minha mãe ensinava muito para gente a não ter raiva do meu pai, tudo que ele fazia, ela sempre tinha uma explicação para o que que ele fez, embora ela até não concordasse com aquilo.

Tatiane: Por que que você acha que a sua mãe, mesmo sabendo que seu ex-marido te agredia, ela ficava do lado dele?

Antonietta: Porque ela achava que ele era um coitado, que, como eu era rebelde desde a infância, era eu quem provocava a situação de agressão, por causa do meu jeito. Uma vez que eu falei para ela que ele me agrediu, ela já me perguntou: “O que que você fez para ele fazer isso? Que que você falou para ele? Também, você sempre teve esse seu comportamento aí, desse jeito!”, querendo dizer que era eu que batia de frente com ele. E ela falava assim: “Ah! Foi só um momento, não vai acontecer de novo.” Minha mãe fez eu achar que a violência era normal, eu só fui entender isso depois que eu comecei a viver, e eu comecei a ver que isso não é normal, a gente não nasceu para ficar apanhando o tempo todo, pra ser desrespeitada. Eu pensei em denunciar várias vezes, mas eu pensava na minha mãe, e acabava recuando. Ele teve várias crises violentas, assim; ele ficava muito violento quando eu ficava grávida e aí eu contei para minha mãe. Uma vez, ela falou assim: “Ah, entendi! Tem homem que fica assim mesmo quando a mulher tá grávida.” [...] Não falei para minha mãe que eu tinha me separado, e quando ela descobriu, ela falou assim: “Você vai se arrepender!” Eu falei para ela: “Se eu me arrepender, eu assumo as minhas consequências. Eu não arqueei quando eu fiz a escolha errada e você não me apoiou? Então, eu arco de novo.”

Tatiane: Você acredita que a violência doméstica tem alguma relação com a forma como homens e mulheres são vistos e tratados na nossa sociedade?

Antonietta: Sim, muito. Porque a mulher tem que dar explicação o tempo todo e o homem tem o direito de dar uma explicação do porquê ele bateu. E a explicação do homem sempre vale mais do que a da mulher. A sociedade que a gente vive é muito machista. E quando você vai conversar com as pessoas, elas falam assim: “Não! Mas você vai achar uma pessoa melhor!”. Ela não olha para você e fala que você vai conseguir, ela acha que você precisa de um homem. Acha que a mulher precisa de um homem, que é impossível viver sem um homem. E muitas mulheres pensam assim, por isso que é tão difícil denunciar. Desde pequena, eu fui criada pensando que eu era incapaz, isso refletiu muito depois, quando eu cresci. Poucas pessoas falam que eu vou dar conta de criar meus filhos sozinha, fala que eu tenho que arrumar um homem para ajudar a cuidar dos meus filhos, eu não acho! Eu acho que eu tenho capacidade para fazer tudo sozinha, e muito bem feito. Se eu arrumar um homem que vai vir somar comigo, ótimo! Se não, eu não preciso de ninguém. O mais difícil é a mulher entender que ela está sendo violentada, que ela não tem culpa disso. Isso é um processo muito grande, porque a gente aprende desde pequena que sempre a mulher tem a culpa de alguma coisa, é sempre culpa da mulher! Então, isso dificulta muito para mulher. Meu maior vilão em ser mulher sempre foi o medo, medo de fazer alguma coisa errada, medo de ser culpada, medo de denunciar, medo de buscar meus direitos, medo de falar, medo de ser ouvida, o medo viveu comigo desde a infância, essa é uma realidade, mas hoje eu tô buscando força pra mudar isso.

Nas narrativas acima, ficam evidentes as formas de dominação naturalizadas e a recorrente banalização da violência de gênero, bem como o imenso sentimento de culpa do

gênero feminino nas relações patriarcais. É perceptível que desde a infância os discursos dirigidos a elas possuem como efeito reduzir suas capacidades de atuação e conduzi-las a uma sujeição. O processo de assujeitamento, como descrito por Butler (2017d, p. 98), não diz respeito apenas a uma subordinação, mas atua como “uma garantia e manutenção, uma instalação do sujeito”, uma subjetivação. Nesse processo, a sujeição opera como um processo de normatização que tem efeitos de subjetivação. Trata-se de um poder que não apenas domina, mas produz o sujeito. Butler (2017d) analisa como a violência passa a fazer parte da vida psíquica pela produção da culpa, da autopunição, interrogando como o poder produz subordinados e como estes passam a dispor dessa consciência de si. A culpa, nesse sentido, não é vista com sentido de vitimização, porque tanto Vera quanto Antonieta têm a consciência de que isso acontece, mas como uma estratégia para a dominação e assujeitamento.

Ainda no tocante ao processo de subordinação e assujeitamento, Butler (2017b, p. 29) afirma que, quando “as categorias sociais garantem uma existência social reconhecível e duradoura, muitas vezes se prefere aceitá-las, ainda que funcionem a serviço da sujeição, a não ter nenhuma existência social”. Sobre isso, podemos pensar acerca da manutenção de relacionamentos abusivos, da validação social da mulher com o casamento, da ideia de incapacidade que paira no imaginário de tantas mulheres: “desde pequena eu fui criada pensando que eu era incapaz”. Ao situar a mulher como a completude do outro, no caso do homem, a sujeição seria um “efeito paradoxal de um regime de poder em que as próprias ‘condições de existência’, a possibilidade de continuar como ser social reconhecível, requerem a formação e a manutenção do sujeito na subordinação” (BUTLER, 2017b, p. 36, grifo da autora).

No caso de Vera, o medo do velho pai patriarcal, segundo bell hooks (2004), silencioso e zangado, a levou também ao silêncio, medo ainda maior de romper com a pouca relação afetiva existente. O medo, assim como a culpa, está presente em muitas relações entre homens e mulheres/meninas, aponta a escritora, sendo esse sentimento responsável por nos distanciar do amor e bloquear a possibilidade de verbalização de como nos sentimos. Diferente do que hooks (2004) descreve a respeito de sua relação com seu pai, Vera teve coragem de romper os “muros de seu terrorismo patriarcal” e decidiu expressar como se sentia, escrevendo uma carta ao pai. Mas, para ambas, a constatação foi semelhante, perceberam que o medo foi o responsável por manter a relação longínqua, “seu medo dela se tornar tão próxima, e o medo dela de buscar ser próxima dele. O medo nos impede de sermos próximas aos homens das nossas vidas; nos deixa distantes do amor” (BELL HOOKS, 2004, p. 05). A postura da mãe de Vera reafirma as normativas de gênero na comprovação dominação/submissão ao relegar o

controle ao esposo e ensinar as crianças, mesmo em contextos de violência, a admirar e serem gratas pelo sustento material, disciplina e presença do patriarca (BELL HOOKS, 2004). Em seus relatos, ela não sabe por qual razão se deve desculpar, mas acredita que é necessário fazê-lo, como efeito dos discursos normativos, em vista da sua percepção de que o fato de o pai “estar sempre zangado”, certamente estaria relacionado a algo ligado ao seu comportamento. Assim, a quebra do silêncio é angustiante, à medida que a menina/mulher acredita estar sempre fazendo algo de errado, estando ela em constante estado emocional de culpa.

No caso apresentado por Antonieta, o sentimento de culpa também a conduziu ao medo generalizado, reverberando em todos os sentidos de sua experiência como mulher. A culpa é-lhe investida, ao passo que sua espontaneidade é tida como rebeldia e considerada como justificativa para a correção, mesmo que por meio da violência, já que tal comportamento não é tolerado para o feminino e foge às normativas de gênero e a “sua essência”. Esse sentido disciplinar conferido à violência de gênero contribui para que mulheres tenham uma visão de si muito reduzida, já que muito se assemelha à tradição disciplinar dispensada às crianças, suscitando, além de sua infantilização, em especial, das mulheres negras, características como irracionalidade e incompletude, ambas carecendo de correção.

Muitas vezes, as mulheres, inseguras se realmente foram vítimas de violência, são dissuadidas a não denunciar e levadas à compreensão de que são culpadas, porque provocaram o homem, porque não cumpriram com seus deveres de esposa e de mãe de família, porque, de alguma forma, não se comportaram de maneira devida ou, em outras palavras, desenvolvem a resignação, ingrediente importante da educação feminina, qual seja, “a aceitação do sofrimento enquanto destino de mulher” (SAFFIOTI, 1987, p. 35). O discurso da mãe de Antonieta ao normalizar a violência dá conta ainda de que o ex-gênero não poderia evitá-la, não considerando este fenômeno como uma questão social, mas como provocação expressa da filha que, além de violentada, deve provar sua inocência e assumir os sentimentos de vergonha e culpa que seriam dele.

[...]

Antonieta: No primeiro ano de casada, eu já queria separar. Eu pedi ajuda a minha mãe, mas ninguém me ajudou, ela falava que, já que eu tinha escolhido casar, eu tinha que ficar, eu tinha que aguentar, que a mulher virtuosa, ela tinha que suportar porque era da natureza dela. Desde muito cedo, a minha mãe plantou na gente uma coisa assim: “Você plantou, você vai ter que colher, entendeu?” [...] Eu sei de mulher que chegou para pedir ajuda na igreja e aí, falaram assim: “Ah, se você tivesse aqui na igreja, isso não tinha acontecido!” Mas era uns casais dentro da igreja e acontecia isso aí, não era argumento. Vão falar que ela apanhou porque ela fez alguma coisa. E isso acontece muito, muito mesmo, você não tem ideia do quanto que isso acontece, a culpa é

sempre da mulher. Lembro que uma vez, uma mulher que era membro da igreja começou a fazer greve de limpeza dentro de casa, aí o homem, que era diácono da igreja, chegou em casa e bateu na mulher. Daí, o pastor falou assim, isso no culto, pra todo mundo ouvir, em tom de deboche: “Ele bateu, mas ela limpou a casa, então, resolveu.” Ele falou aquilo para que servisse de exemplo para os casais que estavam ali, principalmente para as mulheres. Ela devia se sentir culpada por ter sido agredida, eu achei um cúmulo aquilo! Naquela época, eu ainda não era casada e eu já achava aquilo horrível, a forma com que isso é silenciado e escondido pela igreja [...].

O discurso que age sobre as mulheres é validado sob condições sociais de subordinação, frutos de uma sociedade patriarcal cisheteronormativa, que busca maneiras diversas de manipulá-las e aviltá-las. A narrativa de Antonieta, lembrada a partir de uma antiga representação social de gênero, o discurso religioso patriarcal da “mulher virtuosa”, produz o efeito de culpa vinculada à religião, enquanto reverbera um ideal normativo de mulher, utilizando-se da retórica moralizante, essencialista e excludente. Por meio desta locução, podemos analisar registros históricos que mostram como a culpa foi sendo introduzida no imaginário coletivo e associada à subjetividade das mulheres tendo a igreja como propulsora ao simbolizar, por exemplo, uma suposta natureza desagregadora à figura de Eva (LIMA, 2010) e a de bruxa ardilosa. A propagação do mal no mundo, representada pela figura de Eva e sua “desobediência no paraíso”, faz com que discursos religiosos ressoem o controle das ações das mulheres, condicionando sua valoração às submissões normativas.

Nas narrativas direcionadas à Antonieta, o discurso religioso aparece, mais uma vez, visto que, ao estar próxima das “palavras de Deus”, garantiria para si a salvação, o perdão ao “pecado original de Eva”, advindo de suas atitudes insubmissas. Esse sentido coletivo da culpa estaria, pois, aliançado a discursos de poder muito profundos na cultura ocidental, baseados no ordenamento religioso patriarcal de gênero, que sinaliza a inferioridade e a submissão femininas, ditando às mulheres padrões de feminilidade e virtuosidade. Mediante essa perspectiva de análise do discurso, é possível verificar o quanto preleções reguladoras, construídas sobre a feminilidade, atravessam o tempo e diversos saberes, bem como produzem efeitos de memória no presente. No período de caça às bruxas, no contexto europeu,

[...] foi estabelecido que as mulheres eram inerentemente inferiores aos homens — excessivamente emocionais e luxuriosas, incapazes de se governar — e tinham que ser colocadas sob o controle masculino. Da mesma forma que ocorreu com a condenação da bruxaria, o consenso sobre esta questão atravessava as divisões religiosas e intelectuais. Do púlpito ou por meio da escrita, humanistas, reformadores protestantes e contrarreformadores católicos, todos cooperaram constante e obsessivamente com o aviltamento das mulheres. As mulheres eram acusadas de ser pouco razoáveis, vaidosas,

selvagens, esbanjadoras. A língua feminina era especialmente culpável, considerada um instrumento de insubordinação. Porém, a principal vilã era a esposa desobediente, que, ao lado da “desbocada”, da “bruxa” e da “puta”, era o alvo favorito de dramaturgos, escritores populares e moralistas (FEDERICI, 2017, p. 201-202, grifos da autora)

Um olhar de gênero para a desigualdade nas relações sociais significa não só identificar as disparidades existentes, mas convergir no sentido de apreender como esses referenciais e discursos, que, lançando mão de contradições do passado, se imbricam, sobretudo, na construção subjetiva da mulher à culpabilidade (LIMA, 2010).

A mulher evocada no discurso da mãe de Antonieta carrega, além da culpa, a fortaleza em seus ombros, é aquela que tudo deve suportar. Uma vez instalada a pedagogia da culpa, a dominação pode, então, ser julgada como justa, uma vez que é exercida para corrigir o desvio feminino, e acontece mediante o perdão masculino de “consagração a Deus”.

Ainda nessa perspectiva de análise, é possível notar como os efeitos dos discursos condicionam a educação para a culpa, independentemente da idade e do contexto da mulher. Os excertos abaixo vão ao encontro dessa afirmação ao trazerem outra dimensão da violência de gênero, a violência sexual, historicamente gestada em bases patriarcais para atribuir a culpa de sua ocorrência às meninas e mulheres.

Tatiane: Que experiências foram mais marcantes na sua infância? Por quê?

Antonieta: A minha primeira experiência de relação sexual foi o estupro, né? Quando eu tinha seis anos. Daí, a segunda, que foi com meu ex-marido, foi muito traumática, muito feia. Depois que eu fui morar com ele, eu já me arrependi muito rápido. É tanto que eu fiquei doente depois da nossa primeira relação sexual, eu fiquei internada uns dezesseis dias. A minha doença era psicológica, e eu não queria falar com ninguém, eu só sei que foi uma experiência assim, muito horrorosa. Eu pedi para ele parar, ele não parou, acabou me machucando, ressuscitou muitas memórias ruins do abuso, e eu achei péssimo, não gostei. Ele tinha muito isso, ele falava: “Depois que eu começar, não vou parar.” E aí eu me sentia violentada, abusada, eu achava que, se eu não tivesse gostando, podia parar sim, e ele não, e ele não tinha isso, no início, para mim, isso foi um choque, eu tinha outra ideia de vida sexual, não era aquela, entende? Daí, foi onde começou os nossos problemas. Mas a experiência mais marcante que eu tive na minha infância foi a experiência do meu abuso sexual, foi tão ruim que não teve nada de bom que pode compensar isso, que pudesse diminuir isso, e isso é muito presente na minha vida hoje, ainda. Quando ele começou a tocar em mim, eu não entendi aquilo, eu achava que aquilo era um carinho, porque ele era o meu tio! Eu achava que ele tava fazendo carinho, carinho, entende? Ele ficava fazendo uns carinhos durante o dia que eu achava que era carinho, né? Aí, na primeira vez, à noite, que ele teve oportunidade, ele já penetrou. Ele já tirou a minha roupa e pronto, não chegou nem devagarzinho, já chegou, tirou a minha roupa, mandou eu ficar quieta e pronto, e eu não sabia o que era aquilo, eu não entendia. Ele fez como

se fosse a coisa mais natural do mundo [...]. Pra me intimidar, ele falava que ia fazer com a minha irmã, se eu contasse. Daí, durante o dia, várias vezes, ele ficava fazendo carinho na minha irmã, olhando pra mim, fazia isso na minha frente para me intimidar, era como se ele dissesse: “Isso é para você não gritar à noite.” E aí, eu não vou mentir, né? Para ele não fazer com ela, eu fiquei quieta. Ele me machucava bastante, nossa! Ah, desculpa! [choro] É só eu lembrar disso, eu choro, eu tenho muita raiva.

Tatiane: Sobre o abuso, você consegue perceber o que este fato trouxe para sua vida?

Antonietta: A minha sensação de incompetência [...]. Um dia, eu comprei veneno, eu queria me matar de toda forma. Isso não era só por causa do abuso, mas também por causa da nossa criação, que parecia que tudo sempre era culpa minha, sabe?! A questão do abuso mexeu tanto comigo que até hoje eu penso em certas situações, eu me retraio, eu já acho que a pessoa tá invadindo meu território, já tá sendo abusiva comigo, e aí, eu já mudo completamente. Eu comecei a ter aversão a homem também, até hoje eu tenho uma aversão, eu não confio em ficar com um homem sozinha. “Ah! Vamos ali, que eu vou te levar!” Não vou, não fico sozinha com homem, não confio. Eu não conseguia ficar perto do meu pai. Meu pai é carinhoso, eu não consegui receber carinho do meu pai. Na época, eu entendi que todo homem era abusador. Eu tinha medo do meu pai fazer as coisas comigo, eu não confiava em homem de jeito nenhum. Eu imaginava meu pai fazendo isso comigo; se eu tivesse andando na rua e um homem andasse perto de mim, eu já começava a chorar, saía correndo, eu tinha muito medo. [...] Eu não conseguia falar e eu acho que até hoje eu tenho uma dificuldade de falar o quê que eu realmente sinto. Mas só que, hoje, eu consigo colocar em palavras, e, na minha infância, na minha adolescência, não conseguia. O fato da minha mãe me inibir somatizou e aquilo me causou mal.

Tatiane: Você acredita que sua mãe tenha te culpado pelo abuso?

Antonietta: De uma certa forma, sim, porque ela falou que eu era muito entendida na época, mas como assim? Eu só tinha seis anos! Ela disse que eu devia ter me oposto, ter falado alguma coisa para minha tia, alguma coisa assim. A questão da minha mãe é tão forte que, quando eu fui falar do abuso, eu sentia mais segurança de falar para o meu pai, porque eu sabia que, se eu falasse para o meu pai, ele ia se chatear com a pessoa que cometeu abuso, já minha mãe, não, ela ia me culpar pelo abuso. Mas eu falei para ela, eu não consegui fazer isso com palavras, eu comecei a falar em atos, eu comecei a me comportar diferente, eu era muito risonha, muito alegre, brincalhona. Daí, ele tirou isso de mim. Uma vez, eu falei para ela que a culpa também era dela, porque, se eu não tive coragem de falar para ela, de não confiar nela, era por causa do comportamento dela [...] porque, se você sorrisse para um homem, você tava se abrindo, já. Qualquer coisa que a gente fazia, a gente já se sentia culpada, mesmo se a gente não tivesse culpa de nada. Então, era muito difícil, minha mãe colocava muita pressão na cabeça da gente. Eu acho até que tem muito mais mulher machista do que homem, por isso que ele é tão alimentado hoje. O fato de ter acontecido praticamente dentro da igreja, um lugar que todos achavam que eu estaria protegida, mexeu muito comigo também, fez eu crescer revoltada com essa coisa de igreja. [...] Eu só contei pro meu ex-marido do abuso dez anos depois que a gente já tava junto. Antes disso, eu nunca tinha comentado com ele. Nesse dia que eu contei para ele do abuso, ele falou para mim que, se eu não mudasse meu comportamento, ele ia

procurar uma pessoa lá fora, como ele já tinha feito outras vezes, porque ele era homem e tinha necessidade. E a gente fica com esse sentimento mesmo, de ter culpa, porque a gente é criada assim, achando que só eles têm necessidades. Nesse dia, eu falei para ele que ele nunca tinha me perguntado o porquê que eu era assim. Que eu estava esperando isso há dez anos, ele me perguntar. Daí, ele perguntou. E aí, eu respondi para ele que eu tinha sido abusada, e sabe qual foi a resposta dele? “Você falou para sua mãe?” Eu falei: “Não!” Daí, ele disse: “Ah, então você gostou!” Me machucou tanto isso que eu entrei para o quarto e, nesse dia, eu chorei até umas quatro horas da manhã. Daí, eu olhei no espelho e falei: “O que que você tá fazendo com esse homem?” Daí em diante, eu falei para ele: “Eu não quero mais, eu vou largar de você.”

As potentes memórias de infância de Antonieta remontam ao como a educação do feminino para a culpa pode produzir efeitos nefastos à vida das mulheres. Sua memória evidencia que, na época dos fatos, cerca de vinte anos atrás, teve dificuldades em dar um sentido para o que aconteceu e perceber que aquele episódio se tratava de uma forma de violência, chegando a denominá-lo como relação sexual, significado este que é efeito da culpa e mecanismo de negação da violência. A sujeição a que fora submetida baseou-se em um jogo de poder violento, marcado pela intimidação e impotência. Assim, a produção da culpa e as muitas formas de censura, em sua infância, foram tão intensas, o rompimento do silêncio se constituiu em uma outra forma de violência, além de levá-la a desenvolver uma noção deturpada de masculinidade.

Quando finalmente decidiu romper o silêncio a respeito do abuso, ao invés do consolo que buscava, tanto por parte de sua mãe quanto por parte de ex-esposo, a censura e a acusação de negligência novamente fizeram parte do enredo de sua vida, mesmo após muito tempo transcorrido. Essas reações têm muito a nos dizer acerca do conceito socialmente construído do feminino e do processo de aprendizado da culpa, marcado pelo assujeitamento e a subserviência existencial de mulheres. Nesta lógica, os afetos das mulheres perdem importância (HOOKS, 2000), passando a questionar-se sobre suas qualidades valorativas. A sensação de incompetência feminina frente a situações de violência, que emergem das memórias de Antonieta, associa-se, também ao sentimento de culpa. Ao indagar-se: “Como assim? Eu só tinha seis anos!”, pedagogicamente foi-lhe imposta a culpa, já que foi acusada de não ter reagido por ser uma “criança entendida” ou por não ter denunciado o fato. Aqui, a incensada retórica da inocência e pureza não coube à Antonieta. Essa indagação faz parte da chamada “cultura do estupro”, que, sob preceitos extremamente machistas, patriarcais e misóginos, busca encontrar, na menina/mulher, uma justificativa para o comportamento agressivo do autor da violência e, por consequência, atribuir a ela a culpa pela violência sofrida.

Outros discursos aliançados a estas interpretações estão presentes nas memórias das participantes desta pesquisa:

[...]

Vera: Meu corpo era de mulher, quando eu ainda era criança, e isso preocupava a minha mãe, que ficava orientando a gente para que escondesse o corpo, pra não chamar a atenção dos homens. Quando aconteceu a situação de abuso, eu já tinha dezessete anos, e foi um parente, com uma pessoa de dentro de casa. A minha irmã tava grávida e eu fui na casa dela para ajudar a cuidar dela e meu cunhado me assediou. E aí, o meu pai falou assim: “Se isso for verdade, eu não quero você mais na minha casa.” E eu falei: “Se o senhor acreditou nisso, então, sou eu que não quero mais ficar na sua casa! Eu vou subir, vou fazer minha mala.” Da forma com que meu pai falou, fez parecer até que eu tinha provocado, porque ele não falou nada pra meu cunhado, ele não me defendeu. Quer dizer, eu sou capaz de fazer o que eles estão falando, mas ele não é capaz de fazer o que eu estava falando que ele tinha feito? Eu me sentia culpada, porque o meu cunhado tentou me aliciar e aquilo ficou na minha cabeça por muito tempo. Eu sofri muito com isso na minha vida, porque namorados das minhas primas, às vezes, se olhasse para mim diferente, elas achavam que eu estava dando mole, mas eu chamava atenção por conta do meu corpo, e isso me causava culpa, as palavras do meu pai me trouxeram essa culpa. Eu acho que até a forma com que eu agia, eu dançava, eu brincava, era muito risonha, alegre. Então, isso chamava muita atenção, e aí as pessoas acabavam achando que eu tinha provocado alguma situação. E aí eu me calei, já era calada, eu me calei mais ainda. Isso fez de mim uma pessoa muito amarga, o que as pessoas me acusavam, de que o meu jeito não era o jeito certo de mulher agir, então, quando eu fiquei em depressão, eu me tornei tudo aquilo que eu não era no passado, eu me tornei uma pessoa dura, amarga, eu falava coisas para as pessoas que elas ficavam até três dias sem falar comigo. Eu não tava feliz. Por que que as pessoas tinham que estar?

[...]

Leonídia: Eu sempre tive um corpo de mulher, desde muito nova, e isso me trouxe muito problema, porque os homens confundiam isso, com o meu jeito alegre, e eu sempre fui muito assediada. Desde pequena, eu sofro por ser bonita, às vezes, eu falava: “Deus, eu não queria ser bonita!” Eu sofro com isso, é complicado, o assédio sexual de homem é terrível. E desde a minha infância, eu era uma menina muito alegre, eu conversava com todo mundo, eu brincava, daí, pensavam que eu era atirada, o povo confundia isso, achando que eu era safada, tanto é que eu fui violentada. Foi um rapaz que eu estava namorando. Ele achava que eu era muito bonita de corpo, já estava mais desenvolvida, ele achava que eu não era mais virgem. Por eu ser espontânea, conversar muito, né? Meu corpo era desenvolvido, pernão, bundão, peitão, cintura bem fininha, né? Então, ele achava que eu não era virgem. Ele só chegou, me segurou, e aí já “colocou para dentro”, arrancou a minha roupa como se eu fosse uma boneca e me violentou, como se faz um estupro mesmo, eu mal sabia o que estava acontecendo, e aquilo me deixou chocada, e até hoje eu tenho problema sexual, eu não gosto de sexo. Eu acabei sendo estuprada por ser alegre demais. Quando ele viu que eu era virgem, ele ficou assim: “Você é virgem? Eu te violentei? Porque saiu muito sangue.” Daí, eu disse pra ele: “Eu te falei que eu era virgem, eu te falei que eu não queria.” E eu acabei engravidando desta violência [...] até hoje ninguém sabe que foi um

estupro, porque ninguém ia acreditar, ele era meu namorado, e nem contei por causa do meu filho, que hoje já tá com 19 anos.

Tatiane: Você gostaria de falar mais alguma coisa sobre esse assunto, que nós não chegamos a mencionar?

Antonietta: Eu sempre tive muito orgulho do meu cabelo, de ter um cabelo grande, encaracolado, muito grande, né, que chega até passar da cintura. E, esses dias, chegaram para mim, falaram assim: “Você sabia que esse cabelo seu alimenta malícia nos homens?” Eu falei: “O problema é deles, o cabelo é meu, e eu não vou cortar, eu vou usar da forma que eu quiser.” E a minha mãe vive... falou para mim que eu tinha que voltar para igreja o mais rápido possível, porque toda vida foi assim, eu saía na rua, o homem mexia é com a Antonietta. [...] Eu sempre falei para ela que eu levava a cantada dentro da igreja, e olha que, naqueles momentos, eu estava vestida da forma com que a igreja queria. A minha mãe, ela sempre teve uma coisa com ela, que o fato de eu ser assim muito bonita, ter cabelo grande, eu despertava muita malícia dos homens, que eu tinha um espírito maligno que me acompanha por conta disso, então, tudo que aconteceu comigo, sempre foi culpa minha, porque eu tinha esse espírito. Eu tenho esse espírito, né? Por isso, que eu tenho que saber me vestir, tem que saber me comportar [...]. Então, para ela, sempre foi o meu sorriso, o meu cabelo, o meu jeito, sempre foi isso, a culpa sempre foi minha, até do abuso que eu sofri, e ela pensa isso até hoje.

As memórias narradas pelas participantes da pesquisa reforçam veementemente como são utilizadas diferentes argumentações para que a culpa de situações de violência continue a ser atribuídas às meninas e mulheres, em diferentes contextos. São situações performáticas, uma vez que se repetem reiteradamente ao longo do tempo, com a intenção pedagógica de fomentar, no imaginário social, que “sempre será o sorriso, o cabelo, o jeito” femininos, como justificativas para as violências praticadas e, por este ângulo, a “explicação” validada e ouvida é a masculina. A pergunta padrão, para casos como os dessas mulheres, é sempre: “o que você fez para ele ter agido assim?”, reforçando, com isso, a lógica patriarcal produtora de efeitos de poder, como a misoginia social que expressa, em corpos femininos, a culpa incontestada.

Uma pesquisa publicada no ano de 2014 pelo IPEA (2014), realizada pelo Sistema de Indicadores de Percepção Social – SIPS e denominada “Tolerância social à violência contra as mulheres”, trouxe questões importantes para pensarmos os efeitos produzidos pelo discurso, no que diz respeito à perspectiva de gênero. No estudo, foram ouvidas mais de três mil pessoas, dentre elas, 66,5% eram mulheres, em diferentes estados e municípios brasileiros, que responderam a questões fechadas relacionadas à cultura e às relações de gênero no Brasil. Chamo a atenção para uma proposição levantada: 58% das pessoas entrevistadas concordaram, total ou parcialmente, que “se as mulheres soubessem se comportar haveria menos estupros”. Esse dado deixa evidente a forma com que, no imaginário social, o pensamento que reverbera, mesmo entre elas, é o de culpabilidade por parte das mulheres. Neste sentido, a cultura do

estupro, leia-se patriarcal, machista e misógina, além de propagar a culpa nas mulheres, é também produtora da tolerância e do incentivo à violência sexual contra elas, à medida que busca justificativas para tal fenômeno. Esse tipo de pensamento é tão arraigado que, até mesmo mulheres, como vimos nas declarações das participantes da pesquisa e nas falas da mãe de Antonieta, são também propagadoras e, por conseguinte, promotoras da educação para a culpa, corroborando com o caráter estrutural do patriarcado.

A desconfiança acerca do comportamento de Vera, que, ao invés de protegida, foi julgada, reflete bem essas questões. No seu caso, anulou-se o fato de o agressor tê-la assediado e ser o único culpado por isso. Muito frequentemente, em casos de julgamento de violência sexual, mulheres têm suas vidas pregressas analisadas para que possam ser classificadas como vítimas inocentes ou como mulheres que haviam “provocado” o crime. Sendo assim, as bases legais estariam legitimando o discurso da “mulher virtuosa”, como forma de reiterar a cultural patriarcal e violentar as mulheres repetidamente.

Qual vida merece ser protegida? Qual vida não é passível de proteção? Quais infâncias não merecem a proteção? Aquelas meninas cujos corpos são exuberantes e desenvolvidos estariam fora da prerrogativa de proteção da cultura patriarcal, tendo em vista terem sido elas as responsáveis por “provocarem” o desejo masculino?

A imagem da mulher como “provocativa” e do homem de “ímpeto incontrolável” são, ainda hoje, mobilizadas para imprimir nas mulheres a culpa. Como consequência disso, desde a infância, por meio da moral sexual dita protetora, meninas são educadas a não chamarem muita atenção, a esconderem seus corpos e mantê-los cobertos o tanto quanto for possível, para que se protejam. Isso acaba por produzir a ideia de que somente à mulher cabem os limites, que nossos corpos não nos pertencem, que somos vítimas em potencial de algo externo a nós, mas que está diretamente condicionado a como nos portamos na sociedade.

Conforme descrito pelas mulheres nesta pesquisa, isso traz, como consequência, a introspecção, a depressão, a repulsa pela sexualidade – expressa como algo impuro e sujo –, a dificuldade em relacionar-se, de modo que o aprendizado da culpa tem como um dos seus efeitos mais nocivos a perda da vontade de viver. Se a alegria foi, conforme narrado por Antonieta, um dos motivos que desencadeou o abuso de seus corpos, por que manter-se e mostrar-se alegre? Aprende-se, portanto, que a amargura é o caminho mais seguro, a fim de preservar a si mesma.

Cabe, do mesmo modo, pensarmos que a beleza também produziu a culpa, já que elas mesmas se percebem bonitas, assumindo que isso ocasionou a violência de que foram vítimas. Entretanto, isso não é vivido por todas as mulheres. Assim, podemos refletir: quais são as

“meninas marcadas” pela violência? As que, por serem bonitas e alegres, são violentadas? As “protegidas”, isto é, aquelas que correspondem às normativas da criança ideal, quais sejam, as passivas, apáticas, inocentes e “angelicais”? Quando as crianças violam o ideal da criança-típica, a penalidade que lhes é imputada é o fato de não corresponderem mais às indulgências e aos privilégios associados ao status de infância (BURMAN, 2008).

Ademais, quando a inocência é maculada pelo adulto da própria família, o discurso modifica-se, já que a criança passa de inocente à sedutora, de carente de proteção à representação da rebeldia, à encarnação do “espírito maligno” no corpo da menina que possui fogo, desejo, e que pode causar mal para o homem, ao provocá-lo. Vale destacar, também, que o efeito discursivo do “espírito maligno”, produzido enquanto reiteração do discurso da culpa, pode ser associado, mais uma vez, à identificação da figura feminina com antigas representações sociais de gênero. Neste caso, são como criaturas demoníacas e desafiadoras, tal como as mulheres perseguidas durante a caça às bruxas, na Europa, uma construção social que, segundo aponta Silvia Federici (2017), exerceu um papel fundamental no senso de possibilidade e na degradação da identidade feminina, deixando marcas permanentes no imaginário social, percebidas até a atualidade. No caso de Antonieta, mulher negra, com traços corporais que ela mesma evidencia como de influência negra, pode estar associado, ainda, à regulação da sexualidade das meninas negras e a uma suposta malignidade a esta associada (COLLINS, 2019), imagens construídas com base em discursos racistas e sexistas de orientação cristã.

As vozes sociais complacentes legitimam também a masculinidade impulsiva sexualmente, como justificativa para o homem ter que satisfazer seus desejos sexuais a qualquer custo, independentemente da parentalidade ou da idade da vítima (SAFFIOTI, 2015). Toda essa ideologia machista recai sobre as mulheres, uma vez que seus corpos são vistos como objeto de prazer, a partir do que a sociedade patriarcal, racista e conservadora se sustenta socialmente. “É importante lembrar que o que parecem ser ideias e práticas naturais e normais relativas à sexualidade são, na realidade, ideias cuidadosamente fabricadas e promovidas por escolas, religiões organizadas, meios de comunicação e, sobretudo, políticas governamentais” (COLLINS, 2019, p. 233).

No Brasil, o racismo, a discriminação de classe e o sexismo seguem entrelaçados na estrutura social, amparando a cultura do estupro e, por conseguinte, a produção da culpa para o feminino. Os elevados índices de violência, inclusive a sexual, conforme já destacado anteriormente, recaem expressivamente sobre as mulheres negras e pobres, assemelhando-se à realidade das mulheres participantes desta pesquisa. Por mais que todas as mulheres estejam propensas à violência sexual, é importante observarmos qual é o grupo mais vitimado, no caso,

as mulheres negras, sendo seus corpos negados à privacidade, erotizados, desumanizados e hiperssexualizados historicamente (RIBEIRO, 2018; COLLINS, 2019; KILOMBA, 2019).

Não à toa, as participantes da pesquisa, de maioria negra, evidenciaram como suas existências foram reduzidas aos seus corpos desenvolvidos, marcando, neles, a erotização precoce, fato que também foi produtor de culpa frente à violência. A forma como Antonieta descreve seu cabelo e os efeitos que ele causa nas pessoas, relacionando-o a possíveis assédios, remete ao que diz Kilomba (2019) ou afirmar que o racismo surge como uma forma de interesse pelo “exótico”, referindo-se à beleza negra. Desta maneira, os estereótipos racistas e sexistas contribuem para a prática de violências, por terem nelas impressas, desde muito jovens, marcas sociais ligadas à lascívia, impureza e indignidade, impressões essas diferentes daquelas dirigidas às mulheres brancas, quais sejam a castidade, a fragilidade e a pureza. Diante dessa construção social da imagem das mulheres negras, continuamente estupradas desde o período colonial, e como essa violência reverberou ao longo do tempo, tem-se a existência de uma colonização da cultura do estupro, ao tornar seus corpos violáveis e relegá-los ao papel de servir, seja na cama ou na cozinha (RIBEIRO, 2018; 2019).

Essas constatações são importantes para refletirmos o quanto, em determinados contextos, a depender dos marcadores sociais, corpos são ressignificados, objetificados e violentados com maior frequência. Nesta perspectiva, as análises, com base no pensamento feminista negro, são fundamentais para o destaque das múltiplas opressões existentes e “por tratar raça, classe, gênero e sexualidade menos como atributos pessoais e mais como sistemas de dominação nos quais os indivíduos constroem identidades únicas” (COLLINS, 2019, p. 223).

Contudo, a partir destas análises, percebo que as pressões sociais sobre as mulheres são intensas e demasiadas, relacionadas intimamente à constituição de gênero e a outros eixos de poder, com base em princípios de uma educação a partir do que se convencionou ser ideal para homens e mulheres, implicando para elas, desde a infância, uma educação do feminino para a culpa, cristalizada no discurso religioso do perdão e do silêncio, de base cisheteropatriarcal, presente na sociedade.

QUINTO ATO

Entre esquecer e lembrar, resistir é um caminho – sobre boas meninas e o prazer de brilhar

O caminho para que pudessem se perceber como estrelas foi tão difícil, quantas vezes quiseram desistir desta busca!

Esquecer era outro plano de sobrevivência que haviam encontrado, mas as memórias não podiam ser deixadas ao léu.

Eram elas que dariam o impulso que buscavam a tanto tempo para rever suas histórias, reavaliar seus caminhos e corrigir rotas.

Ah! Como são boas estas meninas! Esqueçam isso! Perdoem! Isso não foi nada, é coisa da sua cabeça! E ela é sempre tão cheia de ideias frívolas e infantis!

Como assim eu não vou lembrar? Me fala, como eu vou esquecer? Eu tinha era que falar!

Apagar as memórias e silenciá-las era algo tão reiterado que eram sentidas na mesma proporção das porradas que já haviam recebido.

Eles também não esquecem, mas diferente delas, guardavam lembranças de autoafirmação, validadas pelo que lhes é concedido a muito tempo: o poder!

O poder tocá-las, o poder violá-las, violentá-las, o poder matá-las!

Santos homens aqueles! Eles sabiam que era necessário corrigi-las, afinal, elas tinham um péssimo hábito de seduzi-los! Os santos homens de bem!

Haviam dito a elas que, se não fossem deles, não poderiam ser de mais ninguém! Tinham medo de que descobrissem que pertencer a elas era sempre o lugar mais seguro.

Suas promessas sempre tão frágeis não duravam mais do que alguns dias e logo tudo se repetia, e de novo, e de novo, e de novo, até eles dizerem qual era a hora de parar. Acorda, ainda não acabei! Minhas mãos precisam te dizer ainda o quanto eu mando aqui.

As prisões que haviam sido colocadas eram tão seguras, mas ao mesmo tempo continuavam tão frias! Não dava mais para continuar privadas de existir.

E tudo aquilo não era o que nós queríamos, sabe!? Mas não tínhamos força! Eu sei, a prisão nunca foi o lugar onde vocês deveriam estar.

Alguém, por favor, diga a elas como acabar logo com isso? Ninguém responde, ninguém quer falar sobre isso, mesmo que a resposta exista, ela é desinteressante demais para ser dita.

O silêncio sustentava tanta coisa que a fizeram acreditar que ele era importante, e as boas meninas passaram a temer a própria voz.

Se a marca no corpo não servia para denunciar sua dor, a marca da alma talvez devesse mesmo ser esquecida, já que de nada valia.

E elas choraram, quase a madrugada toda para que olhassem para si e de frente para o espelho, percebessem o quão grande eram.

Mesmo com a certeza de que tudo sempre esteve contra elas, era chegada a hora tão esperada!

Elas juntaram suas memórias, seus cacós, e tudo o que haviam feito delas e resolveram resistir! Aquele ali não era mais seu lugar, juntas gritaram o mais alto que podiam até alguém responder.

Elas buscavam seu próprio céu, com espaço grande o bastante para que seu brilho pudesse resplandecer.

E as boas meninas, que agora não eram tão “boas” assim (e que se dane!), voltaram a olhar para o céu e a se sentirem estrela, descobriram o prazer de brilhar!

Podiam agora ser! Ser gente, ser livre, ser viva, ser feliz, e tudo mais que quisessem ser!



quem é ouvida,
pertence

CAPÍTULO 5 - AS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO COMO PERFORMATIVIDADES

O ciclo de violência, presente nos casos de violência de gênero e nas narrativas das mulheres participantes desta pesquisa, aparece como um fenômeno que funciona, cuja incidência confere naturalidade à produção da violência normativa de gênero pela via da reiteração, imprimindo-lhe caráter performativo. Valendo-me da perspectiva de Butler (2017), afirmo que homens e mulheres, no ciclo de violência, ao reproduzirem os comportamentos sociais generificados frente às situações de violência de gênero, reiteram a norma e contribuem para que ela se cristalice no imaginário social e se mantenha enquanto substância, dando, assim, uma aparência natural à dominação e à submissão tipificadas em relacionamentos abusivos.

Esse caráter natural vai incidir na produção da banalização da violência de gênero e, por conseguinte, na produção de esquecimento em memórias que não podem aparecer porque suas vidas não são consideradas importantes. Nesse sentido, a violência é normatizada, esquecida e não denunciada. Nesses termos, a existência de meninas e mulheres depende de sua subordinação às normas de gênero. Quando isso não ocorre, seus corpos, atravessados por eixos de poder, como classe, raça e sexualidade, não são tidos como validados, sua humanidade não é plenamente reconhecida, a violência é justificável e suas vidas não são passíveis de luto público (BUTLER, 2015). Pensar em corpos dissidentes é refletir sobre a produção do esquecimento, a banalização da vida, as memórias violentadas que não podem aparecer. Essa perspectiva abre espaço para tratar da memória enquanto resistência, da importância do luto público e do aparecimento social, indagando: “Que vidas são essas que, se violentadas ou perdidas, não serão enlutadas?”

A importância de pensarmos o luto enquanto reconhecimento público (BUTLER, 2015; 2018) da violência de gênero produzida nas relações normativas é também uma forma de resistência necessária em contextos como o nosso, onde o patriarcado cisheteronormativo ainda dita valores, comportamentos e sentimentos e não reconhece como isso influi, decisivamente, na vida em sociedade. E, para fazê-lo, é essencial o entendimento de que a performatividade de gênero está relacionada ao regime de precariedade da vida (BUTLER, 2015), assim como as memórias são necessárias, por expressarem o curso da historicidade que vem, há décadas, degradando a condição de vida das mulheres.

5.1 Ciclo de violência: Atos performativos e a naturalização da violência pela via da reiteração

Apesar de a violência doméstica possuir diferentes especificidades, sobretudo quando considerada a interseccionalidade de diversos marcadores sociais, sua ocorrência no contexto conjugal é identificada pela psicóloga norte-americana Leonore Walker (1979)²⁸ como um fenômeno que ocorre repetidamente em forma de fases, o que ela denominou de "ciclo de violência", termo que passou a ser utilizado na identificação de relacionamentos abusivos, a partir da análise de um padrão semelhante de comportamento. De acordo com esse modelo, o ciclo da violência divide-se em três fases: a fase da tensão crescente, a fase do incidente de violência aguda ou a explosão, e a fase da calma ou lua de mel (OLIVEIRA, 2012).

Na primeira fase, o processo de escalada da tensão entre o casal vai se agravando progressivamente, por meio de comportamentos abusivos, em que o homem, utilizando-se de domínio/controlado do poder, inicia investidas violentas (geralmente verbais) por qualquer situação do cotidiano que lhe contrarie ou desagrade. Essas situações estão diretamente ligadas à não correspondência, mínima que seja, das normas e padrões impostos a elas. Assim, qualquer pretexto serve de justificativa para a crescente tensão e, conseqüentemente, a ocorrência de episódios de discussão, até a chegada da fase seguinte.

A fase subsequente diz respeito à explosão do comportamento agressivo, culminando no ato de violência física com a combinação de diferentes tipos de violência (verbal, psicológica, sexual etc). Durante essa fase, ele procura justificar seus atos, invocando razões para a violência, geralmente ligadas ao comportamento da mulher, que não corresponde às exigências masculinas. São frequentes, na descrição dessa fase, alegações do tipo “foi você que me provocou” ou “vê o que me obrigou a fazer”. É comum também relacionar a violência a fatores diversos, como o consumo de bebida alcoólica, o uso de entorpecentes ou apenas porque ele teve um dia ruim.

A terceira e última fase diz respeito à calmaria, ao momento em que há o apaziguamento e a reconciliação, por isso, é chamada de lua de mel. Depois das fases anteriores, agora o homem tende a demonstrar arrependimento e faz promessas de melhorar sua conduta para manter a relação, mostrando-se mais afetuoso e preocupado com o bem-estar dela para que ele não se sinta culpado. Essa fase, assim como as demais, não possui um tempo certo de duração, mas, segundo a descrição do ciclo de violência, logo a tensão se instala novamente e volta-se à primeira fase, variando a intensidade das violências, chegando até a possibilidade do feminicídio ou suicídio da mulher (Centro de Estudos Judiciários - CEJ, 2016).

²⁸ Suas conclusões foram tiradas após um estudo em que ouviu 1.500 mulheres em situação de violência doméstica e é comumente tratado como “Ciclo de Violência” ou “Ciclo de Abuso” (CICLO DE ABUSO, 2019). Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ciclo_de_abuso. Acesso em: 20 nov. 2019.

As narrativas das mulheres participantes da pesquisa evidenciam semelhanças com o funcionamento do ciclo de violência doméstica e o comportamento de seus agressores.

[...]

Antonietta: Meu ex-marido sempre foi assim, quando ele queria me agradar ou depois que ele cometia alguma violência, ele sempre ficava muito bonzinho. O que ele falava que ele não gostava, quando estava agressivo, depois ele falava que ele gostava, que ele aceitava, só para eu poder voltar com ele; mas depois, passava um tempo, ia começando tudo de novo, aos poucos, voltava tudo de novo, por qualquer motivo que desagradasse ele, ele tinha o mesmo comportamento violento de antes. Várias vezes, eu falei para ele as coisas que me desagradavam nele, e ele só prometia que ia melhorar. Ficava bem por um tempo, até que começava tudo de novo, sempre foi assim, por isso que eu desisti de tentar. Eu sabia que aquilo era um círculo e logo ia voltar tudo de novo, aos poucos. Ele se fazer de bonzinho quando ele queria e depois ele voltava seu comportamento violento de novo.

Tatiane: Você falou que o comportamento parecia um círculo. Você pode me explicar melhor como isso acontecia?

Antonietta: Eu comecei a pesquisar sobre violência contra a mulher. Eu comecei a entender que, para chegar no estopim da violência, as coisas que aconteciam com outras mulheres eram muito parecidas com o que acontecia na minha casa, porque era um clima muito tenso, uma situação em que ele perdia o controle por qualquer coisa e quebrava as coisas dentro de casa ou agredia, aí, depois ele tentava dar uma melhorada, mas logo acontecia de novo. Ele tinha um negócio de passar, me dar um tapa, puxava meu cabelo, tacar as coisas em mim, até me agredir mesmo, e aí, depois ele vinha, falava que tinha se arrependido, ele fazia muito isso. Aí, eu tava vendo que aquilo tava se intensificando e logo poderia chegar uma violência maior, né? Poderia até me matar. Eu tinha certeza que quando eu lia alguma situação de uma mulher que tinha sido morta ou alguma violência assim, que machucava muito, eu sabia que antes disso tinha acontecido alguma coisa, tinha trilhado uma trilha para acontecer aquilo, né? Eles já iam mostrando os sinais, e eu já sentia que eu estava vivendo assim. Uma vez eu conversei com uma psicóloga e ela me explicou, e eu entendi que a pessoa agressiva, ela dá o sinal, uma pessoa violenta, ela dá um sinal, ela tem comportamento que dá para a gente entender que ela é violenta. Foi só um reforço, na verdade, para eu entender, eu compreender o que eu já tava vivendo, eu já desconfiava, mas a gente acabava atribuindo isso ao casamento, né? À rotina. E eu conheço um monte de gente que passa a vida pensando que isso é normal, que isso é da natureza do homem, que fez um mau casamento e tem que aceitar, porque um monte de gente fala que é assim, mas, na verdade, está vivendo um relacionamento abusivo, como num círculo mesmo.

[...]

Maria de Nazaré: Eu acabei voltando com ele algumas vezes. Ele sempre vinha pedindo perdão, dizia que estava arrependido, daí, a gente conversava e acabava voltando. Depois que passava uns dias, ele começava a beber de novo e logo acontecia tudo de novo, e parece que até mais forte. Quando ele estava querendo voltar, fazia promessas e dizia que a gente se gostava, mas era tudo conversinha, logo ele fazia tudo de novo, as agressões aconteciam. E começava aos poucos, Tati, ele começava a xingar, humilhar, ficar agressivo

por qualquer coisa, até que me batia. Eu tinha medo, medo dele, insegurança. Porque eu pensava assim, ele me batia e era preso, depois, era solto e voltava pra minha casa. Antes ele aqui do que me ameaçando ou tentando fazer alguma coisa com meus filhos. Porque eu ficava tentando que desse certo, fazia de um tudo pra não acontecer de novo. Ele me ameaçava muito. Mas não era o que eu queria, sabe? Eu queria que ele fosse embora, mas eu não tinha forças pra sair daquilo mais, eu achava até que nunca ia conseguir sair disso.

[...]

Nátia: Num dia que ele me agrediu, ele me bateu tanto que ele pensou que eu tinha morrido, porque eu desmaiei. Quando eu acordei, depois de um tempo, ele começou a beijar meus pés pedindo perdão, pedindo perdão, que nunca mais ia acontecer, mas acontecia de novo. Ele ficava bem por um tempo, mas daí voltava a ficar nervoso em casa, por qualquer coisa, sem paciência. E depois, ele agia como se nada tivesse acontecido. Pedia perdão e eu acabava perdoando [...] Eu achava que ele ia mudar, mas não mudava. Eu até achava que, às vezes, podia ser culpa minha isso, sabe? [...] Até hoje eu sinto dor de cabeça pelas porradas que ele me deu, ele me desmaiou na porrada falando que, se eu não fosse dele, eu não seria de mais ninguém, e a gente já estava separado na última agressão, mas ele me perseguia e não me deixava em paz. Se as paredes do meu quarto falassem, elas falavam o que que acontecia comigo todo dia.

[...]

Vera: Ninguém muda, e toda mulher que aceita violência, ela acha que a situação vai melhorar, que ele vai mudar. Isso é burrice, não muda, não muda. A máscara fica bem, fica tranquila por um tempo, mas eles começam a dissimular, e aí, depois, vai acontecer uma coisinha aqui, uma coisinha ali, e aí, acontece de novo, e cada vez vai ficando pior e acontecendo com mais frequência. Melhora por um tempo, mas não muda [...].

Esses relatos comprovam que os episódios de violência doméstica obedecem a um ritual de ocorrência, em que os homens apresentam comportamentos similares nesse processo, análogos aos descritos no ciclo de violência. As relações violentas dão-se através de uma evolução gradativa ao longo dos anos de relacionamento, iniciando, geralmente, com agressões verbais até chegar a situações de ameaças que podem levar à morte da mulher (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995). Tal comportamento reiterativo do agressor assume um caráter performativo que acaba tornando a ocorrência dessa violência um hábito, de forma que, em um processo temporal, as agressões e o comportamento violento tendem a aumentar em quantidade e força. É possível pensar a violência doméstica como performatividade de gênero ao analisar o ciclo de violência como algo que funciona e vai dando naturalidade à produção da violência como norma, por meio da repetição estilizada dos atos (BUTLER, 2017; 2002). Uma performatividade de gênero, no sentido de produção da violência como algo substantivo, materializada como norma pela via da reiteração regulada. Para que essa norma possa operar e ter efetividade, ela precisa ser repetida, reafirmada, posta em prática por meio das condutas e

atitudes, como observado nos comportamentos dos homens presentes nas memórias das mulheres participantes desta pesquisa. No entanto, assim como existem efeitos subversivos produzidos pela reiteração das expectativas de gênero, a repetição do ciclo de violência pode também ganhar efeitos desestabilizadores, nesse caso, a superação das situações vivenciadas e o rompimento do ciclo.

Tomando por base as consecutivas ritualizações nas situações de violência, noto que o sentimento narrado a mim, por algumas das mulheres, é o de estagnação. Muitas delas passam a se sentir impotentes frente às violências vivenciadas, incapazes de sair desse ciclo, e algumas podem assumir a impossibilidade da ruptura da relação abusiva, chegando, até mesmo, a responsabilizarem-se por sua ocorrência. Para as mulheres, que aprendem performances de gênero estilizadas, ligadas à passividade, à culpa e à impotência, seus comportamentos no ciclo de violência condizem com a aceitação e a tolerância, atitudes ensinadas e esperadas pelos mais variados discursos sociais que fazem parte da trama de sua subjetivação. O oposto volta-se para os homens, que culturalmente possuem performances ligadas à força e à dominação, posto que aprendem a exercer o poder por meio da confirmação da subordinação e inferiorização da mulher e frustram-se mediante a ausência dessas condições e, por isso, ficam mais propensos à violência (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995). Entendo que “esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos” (BUTLER, 2017, p. 234).

São as expectativas identitárias que determinam as fronteiras do admissível e do que é considerado “natural” dentro do contexto da violência doméstica. Toda essa produção discursiva orienta o lugar a ser assumido, corporificado, performatizado, contribuindo para a sedimentação das normas de gênero, principalmente se considerarmos esse conceito como “uma espécie de imitação persistente, que passa como real” (BUTLER, 2017, p. 09). Há uma espécie de pacto coletivo implícito, culturalmente legitimado, quanto à produção e à manutenção dos comportamentos violentos que reforçam o “direito” do homem de disciplinar, ainda que fazendo uso da força física. Nesse sentido, “o próprio gênero acaba por se revelar uma camisa de força: o homem deve agredir, porque macho deve dominar a qualquer custo; e mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu ‘destino’ assim determina” (SAFFIOTI, 1999, p. 88, grifo da autora).

Ao relacionarmos a masculinidade e a violência é importante mencionar, contudo, que ser homem não é ser violento e ser mulher não é ser submissa, isso porque outras experiências de masculinidade e feminilidade existem, tendo em vista, ademais, as singularidades, os

contextos sociais e outros marcadores sociais. De certo modo, ser homem autor de violência de gênero significa a reprodução de uma performance de masculinidade tóxica ou mesmo uma resposta às normas de gênero que são impostas reiteradamente. A evidência quanto à ocorrência da violência de gênero deveria servir no âmbito estatal e societário para que tal fenômeno fosse combatido, no entanto, há um movimento contrário, que além de fomentar o esquecimento, ao banalizá-la, não percebe o quanto se trata de algo que corrói e deixa marcas, todas elas de difícil cicatrização para quem as sofre.

5.2 “Esquece isso, menina!” - Violências silenciadas e a produção do esquecimento de memórias que não podem aparecer

Ao longo de toda esta escrita, venho fazendo menção à maneira como o patriarcado na cultura ocidental, utilizando de diversas formas de atuação inclusive brutais, condiciona o silenciamento e a subjetivação de meninas e mulheres, em especial, as negras. O silenciamento como uma forma de subordinação e negação é reiterativo, à medida que se faz presente no comportamento normativo de mulheres e é naturalizado, assim como as formas de violência advindas dessa relação. Historicamente, nós, mulheres, somos definidas conforme o olhar masculino, sendo que nossas capacidades, qualidades e limitações são medidas a partir de uma relação de poder desigual, biológica e reducionista, sendo essa realidade agravada quando se trata de mulheres negras, mais violentadas ainda, em decorrência do colonialismo.

Desses lugares, a fala, não como uma capacidade humana, mas como uma estratégia de poder, depende, dentre outros fatores, como raça e classe, da vontade e permissão masculina, assim como a capacidade de sermos ouvidas. Tal possibilidade de fala, afirma Kilomba (2019), só é possível quando a voz é ouvida, e, nesse sentido, quem é ouvida/o “pertence” a um determinado lugar de privilégio, e quem não é fica condenada/o a um lugar de não pertencimento, ao esquecimento. Mesmo que com o tempo alguns avanços tenham sido evidenciados, como o direito ao voto e à participação na vida pública de alguns grupos de mulheres, novas formas de silenciamento aparecem, e esse processo histórico, marcado pela submissão e produção do esquecimento da luta feminina, ainda influencia na dinâmica das relações de gêneros e na forma como nossos anseios e necessidades são tratados.

No que diz respeito às violências de gênero, além da dor física e psicológica do ato, meninas e mulheres, sobretudo as negras, ainda enfrentam o descrédito, a desconfiança, os rótulos e a indiferença, situações que contribuem proeminentemente para o silenciamento e a perpetuação dessa violência. O silêncio a que me refiro diz respeito a algo muito maior, ao silêncio como algo

naturalizado que pode ser fatal quando o relacionamos a situações de violência e aos modos como ele fomenta a precariedade e produz, como efeito, a abjeção da condição feminina. As estruturas patriarcais, neste sentido, ao utilizarem recursos aceitáveis para a dominação e exploração, continuam a silenciar as múltiplas formas de violência contra meninas e mulheres, produzindo, nesse processo, o esquecimento de memórias que não podem aparecer por não serem dignas de proteção e de serem ouvidas.

[...]

Antonietta: Meu primo, quando ficou sabendo que eu tinha sido estuprada pelo meu tio, ficou muito alterado, isso foi recente, tem uns anos só, que eu consegui contar pra algumas pessoas da família. Daí, ele foi lá e agrediu meu tio, segurou ele, deu um murro nele, olhou bem no olho dele e falou: “Você sabe por que você tá apanhando!” Ele sabe, ele não esqueceu, ele finge que não sabe pra manter a aparência de homem santo, que eu sei que ele não é! A minha mãe, ainda um dia, disse que ele poderia ter esquecido, mas ele não esqueceu, da mesma forma que eu também não esqueci. Ela ainda minimizou a minha dor, ela disse: “Quando você ver ele, você nem vai lembrar! Tem que esquecer isso!” Como assim? Eu não vou lembrar? Claro que não foi o que aconteceu, quando eu vi ele, depois de tantos anos, eu lembrei, ele lembrou, ele estendeu a mão para mim, como se não tivesse feito nada e é claro que eu não peguei na mão dele! Gente, eu tinha só seis anos! Como assim, esquecer, eu tinha era que falar!

[...]

Antonietta: Eu vejo, Tati, que a violência doméstica é vista com 100% de inocentação do homem e de culpa da mulher, e se for marido, se for filho, pode. Uma correção. A igreja, pra mim, sempre confirmou isso, estupro só é estupro se for um caso assim: você tá andando na rua, uma pessoa estranha vir e te estuprar. Se for o pai, o marido, o tio, parente, eles sempre dão um jeito de abafar e mandar a gente esquecer.

Tatiane: Eles quem?

Antonietta: Eles, o abusador, a família, a igreja. A escola não quer falar disso. Ninguém quer saber. Eu tentei pedir ajuda de tantas formas, mas ninguém percebeu, acabou que passou e parece que aquilo era normal acontecer, que tem que ser esquecido. A menina que é abusada sexualmente, ela nunca sara, você nunca vai ouvir uma menina que foi abusada sexualmente falar que ela esqueceu, que ela não pensa sobre isso, pra mim, isso é impossível. Você nunca vai ouvir ela falar: “Eu tô curada!” A gente fica doente para o resto da vida, principalmente, acreditando que a gente teve culpa, que fez alguma coisa que provocou o homem.

[...]

Maria de Nazaré: Estes dias eu até fui em um pastor e ele me disse que eu tenho que perdoar e tirar esta mágoa do meu coração. Daí eu disse: “Perdoar por quê?” Tudo o que os outros já fizeram comigo, eu tenho que esquecer? Ninguém, antes de me bater, me disse: “Eu vou te bater aqui, daí você me perdoa depois.” É muito difícil, porque a gente tem sentimentos, eu sou uma pessoa, eu só vou conseguir eliminar isso com o tempo. As coisas não são fáceis assim de esquecer. Eu acho que nem eu nem minha mãe merecíamos

apanhar tanto. Daí, o pastor disse: “Se você não perdoar, como é que você vai viver?” Eu disse: “Eu vou viver bem.” Não é fácil alguém te dar um tapa aqui hoje e você perdoar ele amanhã. Só quem não passou por isso pode falar assim.

[...]

Vera: Eu tinha um tio que me chamava para cama dele. Eu lembro que isso foi antes dos dez anos de idade, eu tinha uns sete. Ele morava com a minha avó e todo mundo sabia, as atitudes dele era de conhecimento da família. Ele olhava a gente malicioso. Nossa! Lembrar daquele sorriso! Como eu tinha ódio daquele sorriso! Da forma com que ele olhava para a gente! Se ele tentasse fazer alguma coisa, minha mãe perguntava: “Seu tio fez alguma coisa com você? Não, né? Não, ele não fez, né? Ah tá! Então, tá bom, então”. Ela sabia que ele fazia, ele tinha essas investidas. Minha mãe tinha essa preocupação: “Vocês não vão lá na casa do tio, vocês não ficam sozinho com ele! Vocês não saem de perto da sua avó.” Então, já tinha alguma coisa ali no ar com meu tio. Eles não falavam abertamente, mas eu sabia que tinha que me proteger dele. E fora esse, eu tive outros assédios de várias pessoas da família, primos, tios, cunhado. Isso era meio tido como normal.

As narrativas das participantes da pesquisa mostram diferentes estratégias de silenciamento em suas memórias. Tanto Antonieta quanto Maria de Nazaré mostram grande incômodo ao terem suas dores questionadas, minimizadas e desqualificadas em nome do perdão da violência, como se assim pudessem arrancá-las de suas vidas em nome do esquecimento. Paulatinamente, o que se pede é que a violência deve ser esquecida, na tentativa de alcançar uma suposta ausência dos fatos, o que ambas manifestam ser uma ação impossível, visto que expressá-la era uma questão de resistência, libertação e indignação. O discurso de que meninas e mulheres devam obliterar e não verbalizar a violência funciona, na lógica patriarcal, como uma estratégia para silenciá-las e legitimar a posição de dominação e submissão nas relações de gênero.

Novamente, enfatizo o silenciamento na perspectiva de Spivak (2018), tendo em mente essa imposição frente a situações de violência. As meninas e mulheres, dentro de sua condição subalterna, em especial as negras, consideradas as “Outras” e nunca na condição de “eu” (KILOMBA, 2019), têm sua narrativa desqualificada, negada, e forçada, em um regime de poder, ao esquecimento. Impor o silêncio é o mesmo que dizer que as coisas devem ficar como estão, e que, por meio dessa estratégia, a dor irá desaparecer, o que não acontece. Tal atitude pode ter como consequência desmotivá-las a buscar seus direitos e, por conseguinte, retroalimentar um ciclo de permissividade em situações de violência de gênero, que, ao serem banalizadas, nem mesmo passam a ser reconhecidas como um problema, e sim como condição.

Há, nas narrativas aqui expostas, um esforço excessivo de diversas instituições para que situações de violência de gênero sejam silenciadas, normalizadas e justificadas; na fala das participantes despontam a família, a escola e a religião. A maneira como Antonieta traz, em sua

narrativa, o significado da violência sexual, dado por sua religião, corrobora com sua percepção à época de que não sabia com quem falar sobre o ocorrido, já que aquele era um assunto tão velado que, além da culpa, produziu o medo, sentimento que a paralisara. A legitimação da violência passa, portanto, pelo esquecimento e pela banalização, à medida que forçam a vítima a entender que aquela situação ocorreu por sua culpa, ou, de certa forma, “estava autorizada”, quando imposta por algum homem de seu convívio como “correção” ou “provocação”. Seguindo, ainda, a lógica de correspondência às performatividades normativas, se considerarmos a conduta de contenção e de “boas maneiras”, que se espera da menina, é previsível supor que ela se cale frente à violação de seu corpo, ou mesmo seja incitada a agir assim. E, como temos visto, esse silenciamento é reforçado por inúmeras instituições que, empenhadas em manter a norma hegemônica, seja de forma explícita ou velada, reforçam estereótipos por meio de práticas sexistas, ou mesmo de esquivas, em considerar as desigualdades de gênero e as relações de poder presentes no contexto social.

Tatiane: Você disse que seu ex-esposo mexeu com sua filha? O que ele fez com ela?

Maria de Nazaré: Tipo assim, uma semana depois que saiu da cadeia, ele veio aqui e nós acabamos voltando. Uma noite ele estava aqui em casa e eu coloquei o colchão da minha filha no rumo da porta do meu quarto, nós dormimos e eu não vi nada. Quando foi no outro dia, ela foi fazer cocô e começou a dizer que estava doendo. Eu perguntava pra ela o que que tinha acontecido e ela dizia: “Nada!” Eu achei estranho, porque quando ela respondia, ela olhava pra ele, e era de uma forma diferente. Com um olhar de medo, mas deixei. Passou um tempo e ela queria ir na casa da madrasta ver o irmão, e eu pedi pra madrasta conversar com ela e tentar descobrir, foi quando ela contou que ele tinha enfiado o dedo dentro do bumbum dela, que, quando ela estava dormindo, ele vinha e pegava ela, na época ela estava com quatro anos.

Tatiane: Ela relatou outras formas de violência da parte dele?

Maria de Nazaré: Disse que ele enfiava o dedo na vagina também, que lambia, falava que não era pra ela contar para ninguém. Dias depois ela falou que não tinha sido só uma vez, que foram várias vezes. Ela falou pra minha avó, ainda estes dias: “Vó, você já foi estuprada?” “Eu já!” Daí, ela falou: “Esquece isso, menina!” E isso me revolta tanto, Tati. A gente ter que esquecer isso, me fala, como eu vou esquecer? Como minha filha vai esquecer? E ele falou pro juiz que tudo era coisa da cabeça dela, que a menina estava ressecada, assada, que nós não cuidávamos dela direito, por isso ela estava reclamando de dor. Ele ficou preso por um tempo, mas já saiu e o processo foi encerrado. Acho que porque não tinha marca no corpo dela, o juiz não considerou, sei lá, a palavra dele teve mais força.

Depois das mulheres, as crianças são as mais ignoradas quando se fala em acusações de violência. A ausência de lesões corporais que possam evidenciar o uso da força por parte do agressor, associada à não credibilidade no discurso da criança, pela visão adultocêntrica que subjuga sua capacidade narrativa e de interpretação, por tratá-la como inocente e incapaz, é uma forma de silenciamento das denúncias, ao reforçar o sentimento de irrelevância e dúvida quanto à ocorrência de violências. Nas narrativas das mulheres, é contundente a perversidade dessa lógica, em que a violência, além de naturalizada e reiterada, deve ser esquecida.

Nessas condições, a menina negra, conforme aqui relatado, assume um papel de invisibilidade, pois tem seus interesses censurados ao ser posta em dúvida quanto à violência narrada. Assim, mais uma vez cabem as perguntas: Quais vozes têm o direito à fala e à escuta? Quais os corpos que têm o direito de reivindicar para si a condição de vítimas e suas dores consideradas? Quais infâncias são dignas de proteção? Ao que parece, os defensores da infância modelar, esta que se apresenta a nós como legítima, não protegem a criança abusada, violentada, e é em nome daquela infância exemplar, de base europeia (branca, burguesa, cristã, masculina e cisheteronormativa) e da preservação do ideal de inocência e proteção que essa criança não poderá aparecer, sobretudo a negra e pobre que, historicamente, não foi autorizada a reivindicar qualquer lugar diferente daquele da exploração e subserviência.

Todas as situações apresentadas dão suporte às vozes emudecidas também nas estatísticas, no que diz respeito à violência na infância, pois, embora os dados de registro sejam assustadores, existe uma subnotificação histórica deste fenômeno, acompanhada da pouca discussão efetiva acerca de sua ocorrência, o que evidencia uma forma de supressão moral para a preservação da família normativa, sagrada aos olhos do conservadorismo e principal sustentação do capitalismo neoliberal. Na maioria dos casos, o nome da família não pode ser maculado com a denúncia de uma prática criminosa, mesmo que haja evidências explícitas sobre a ocorrência de inúmeros tipos de violência. No território do patriarca, a hierarquia é bem aparente: os homens são os dominadores-exploradores e as crianças, os elementos mais dominados-explorados (SAFIOTTI, 2015).

Segundo dados do 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no Brasil, foram registrados mais de 66.000 casos de estupros de crianças no ano de 2018, uma média de 180 estupros por dia, em um crescimento de 4,1% em relação ao ano anterior, maior índice apresentado desde 2009. Dentre estes registros, 81,3% das vítimas eram do sexo feminino, 53,8% possuem até 13 anos de idade e 50,9% eram meninas negras. Quantificando ainda mais esta proporção, vemos que a cada hora, naquele ano, quatro meninas foram estupradas, possivelmente, por alguém com quem possuía algum vínculo, já

que, de acordo com o mesmo levantamento, 75,9% dos autores (uso no masculino, porque 96,3% deles eram homens) eram conhecidos dessas meninas. O mesmo Anuário informou, ainda, que a cada dois minutos uma mulher foi agredida no ambiente doméstico no País naquele ano.

Frente a esses quantitativos, como esquecer? Como relegar essas memórias ao esquecimento e, com isso, contribuir para a invisibilidade desse fenômeno? Parece absurdo, mas, diante do que venho argumentando e com base nas várias estatísticas que venho apresentando, a violência de gênero não parece um fenômeno ocasional, mas um projeto idealizado, principalmente como base em um racismo estrutural que atinge marginalmente infâncias de crianças negras.

Enquanto os dados estatísticos mostram que a violência de gênero vem crescendo gradativamente, as políticas de proteção e amparo estatais caminham em sentido contrário, uma vez que ela é analisada segundo uma visão generalista, ideológica e conservadora, típica do patriarcado. Nessa direção, nega-se uma discussão mais profunda que dê conta de explicar e relacionar esse fenômeno com outras questões de poder estruturais em nossa sociedade, como raça, classe social, gênero, sexualidade e idade, condicionando-a ao desaparecimento social.

Sobre essa situação, numa evidente demonstração de como as bases ideológicas, conservadoras e patriarcais lidam com as questões que dizem respeito ao feminino, vale citar a recente postura do Brasil frente a um documento discutido em uma reunião do Conselho dos Direitos Humanos na Organização das Nações Unidas - ONU (CHADE, 2019) que versa sobre temas reprodutivos, sexuais e de gênero. Na reunião, representantes do País, mostraram-se contrários ao uso da palavra “gênero” em suas tratativas, e desqualificaram discussões que diziam respeito à possibilidade de direitos sexuais sob a justificativa de demasiada “liberdade” feminina sobre seu corpo. Essa resolução impacta diretamente na vida de meninas e mulheres, já que, com ela, o governo brasileiro submete, mais uma vez, em defesa da dita inocência e da proteção da infância, as questões de gênero ao reducionismo biológico, reforçando padrões de masculinidade e feminilidade normativos, sem considerar que tais questões estejam diretamente ligadas aos episódios de violência presentes no cotidiano. De acordo com a mesma fonte e vários outros noticiários acerca desse fato, o governo do Brasil tem suprimido de sua pauta assuntos relativos à igualdade de gênero, assemelhando-se, neste sentido, à postura de países islâmicos, historicamente repressores no que diz respeito aos direitos das mulheres. Deste modo, as inúmeras formas de violências praticadas pelo Estado podem aparecer em diferentes direções, mas, de um modo geral, materializam-se por meio da ausência de proteção e amparo

a populações precarizadas historicamente, especialmente pelas vias jurídicas, e na implementação de políticas públicas (SALGADO, 2019).

Ribeiro (2019), em suas proposições, tem ratificado a premissa de que o silêncio é cúmplice de situações de violência e, com ele e através dele, vidas são ceifadas e desqualificadas, especialmente, as vidas negras. Para além dos abusos sexuais, os espancamentos, maus tratos físicos e psicológicos contra crianças ainda se configuram, dentro dessa lógica de dominação, como práticas reiterativas, toleradas e silenciadas. Em suma, fica evidente que o que é permitido na intimidade do ambiente doméstico possivelmente é controlado por normas hegemônicas sobre o tipo de relação social vigente, no caso, o governo das crianças e a preservação da suposta ordem social por meio das sùmulas: correção e educação.

[...]

Maria de Nazaré: Meu pai era muito agressivo, nós crescemos no meio da violência. A família sabia, mas tinha medo dele e não falava nada, ele era pai, né, daí, acabava ninguém fazendo nada [...].

[...]

Leonídia: A gente teve uma infância muito difícil em relação à violência. Meu pai não foi um pai, né? As surras, a violência dele, pra mim foi um abuso o que ele fazia, surrar como se fôssemos bicho, isso foram lembranças ruins que marcaram. Com o tempo, a gente aprendeu a se defender, a evitar ficar muito próximo dele, né? Lembro de uma coisa que ele fazia muito com a gente, tipo assim, se você fizesse uma coisa errada, minha mãe, às vezes, intervinha, muito pouco, também. “Não, você não vai bater hoje!” – ela dizia. Aí, ele punha a gente para pular, os três, à noite inteira junto, ou de joelho ou abraçado a noite inteira, não podia nem cochilar, que ele tava olhando. Um tinha que segurar o outro porque, se um caísse, dormisse, apanhava os três, então, era melhor um cuidar do outro.

Tatiane: Você se lembra de estar apanhando sem nem saber o porquê?

Leonídia: Vixi, muitas vezes! Uma coisinha pequena, apanhava todo mundo. Ele olhava pra gente e falava: “Ah, então, é assim! Vai apanhar todo mundo!” Apanhava tanto que já era normal, e todo mundo sabia que a gente apanhava. Por isso que eu falei pra você que não vai ser bom eu lembrar da minha infância, porque tem muita coisa triste. Nossa! Ele bateu muito na gente. [...] Chegava a ser um abuso, porque batia, fazia a gente se levantar da cama, pegava a gente pelos pés, erguia e jogava no chão. Assim, tem coisas que eu não lembro, porque como eu te disse, era tão triste que eu fiz questão de apagar. Tem fatos da minha infância que eu fiz questão de apagar da minha vida. Hoje, ele fala que se arrependeu muito do que ele fez, mas sabia que era necessário. Mas, agora já passou, não tem como voltar atrás. Disse que era pra gente se tornar pessoas de bem.

[...]

Vera: Como eu te disse, as pessoas chamavam meu pai de “Senhor Terrível”. Ele era muito violento com a gente, as pessoas sabiam disso, mas era correção, né?! Mas eu, sozinha, ele só me agrediu uma vez, e eu acho que eu tenho problema de ouvido, hoje, por conta disso. Ele me bateu com a fivela do cinto, e pegou no meu ouvido. E quando alguém apanhava lá em casa, apanhava todo mundo junto, até a minha mãe, porque ela ia impedir ele de fazer, e aí ele acabava batendo nela também. Ele não batia igual um pai deveria bater, eram surras muito violentas, não precisava ser daquela forma. Ele batia como se estivesse lutando boxe com outro homem. Minha irmã, ela desmaiava, e ele jogava água na cara dela para ela acordar, para ele bater mais. [...] Hoje, eu olhando, daqui, eu até consigo entender essa cobrança do meu pai em relação às exigências dele, ele queria o nosso bem, e naquela época, não se questionava a ordem do pai, o pai ordenava, a gente fazia, e ele falava: “Depois você vai entender.” E não tinha o que se questionar. E assim foi.

[...]

Antonietta: Minha mãe batia muito na gente, muito mesmo. Principalmente se a gente contestasse ela em alguma coisa. Era um abuso, as surras dela, era quase todo dia. Ela fazia principalmente quando meu pai não estava em casa, ela fazia as maldades dela. Ela falava que não tinha problema bater, não, porque ela tinha apanhado e não tinha morrido, e ela era nossa mãe, e tava tudo certo, era normal. Várias vezes, eu vi mulher, criança, chegar na igreja tudo machucado e ninguém falar nada [...]. Uma vez, minha mãe me bateu com tira de pneu e eu fiquei toda machucada, a minha vacina BCG estourou em dois lugares, todo mundo sabia destas coisas, mas o que acontecia dentro da casa das pessoas era um problema delas, ninguém tinha que se intrometer, do mesmo jeito é a violência entre o casal. E eu digo porque eu vivi isso, eu sempre estive lá dentro, porque meu pai é pastor [...].

As narrativas confirmam o tom que a violência física, moral e psicológica contra crianças possui, sendo ela uma ferramenta de manutenção de poder naturalizada, reproduzida e não denunciada. Esse tipo de fenômeno já está tão enraizado em nossa sociedade que podemos pensar que tenha se tornado norma pela via da reiteração (BUTLER, 2017), visto ser tratado por um viés pedagógico de “educação para a correção”, por muitas famílias. Em 2018, os canais da ouvidoria nacional de direitos humanos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (Disque 100, Ouvidoria Online, Clique 100, aplicativo Proteja Brasil e denúncias por canais presenciais) da Presidência da República registraram cerca de 85 mil relatos de violência física, psicológica e sexual contra crianças e adolescentes. Em comparação com o ano de 2017, esses registros tiveram uma diminuição considerável, já que naquele ano foram apontadas mais de 91 mil queixas. Todavia, o número de denúncias ainda é pequeno em ambos os anos em comparação aos fatos, já que muitos dos casos não são denunciados, em virtude, conforme já mencionado, de este fenômeno ter como agressor, geralmente, alguém da família. Sendo assim, o silêncio é valorizado em detrimento da visibilidade. Entre os dados dos canais da Ouvidoria (para investigação) e os apresentados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (registrados

em forma de ocorrência), para o mesmo ano, há uma diferença considerável, o que confirma que o caminho até chegar no registro formal da ocorrência é longo e desanimador.

É importante destacar ainda, nas memórias de algumas das participantes da pesquisa, a ambivalência nos discursos em relação a violência vivenciada na infância. Ao mesmo tempo em que narram a dor, evidenciam que em nome da manutenção da “ordem” ela possa ser justificada, assegurando ao adulto o poder e o não questionamento de suas atitudes, contribuindo, novamente, para o silenciamento desse fenômeno. O sentido dado à violência sofrida na infância suscita, também, a possibilidade de naturalização do fenômeno, fazendo referência à validação de sua ocorrência por meio destes vieses, ao passo que ela é considerada como justa e necessária, por quem a observava e nada fazia, ou mesmo por elas próprias, como no caso de Vera, quando diz “ele queria o nosso bem”.

Neste ponto, mais uma vez, chamo atenção para a relação entre amor e violência presente na sociabilização das crianças. O jogo existente em relações abusivas, seja parental ou afetiva, por ser expresso no campo dessa ambivalência, acaba por dificultar a identificação da violência e ser produtor, por conseguinte, de sua manutenção e possível intensificação. Essa dificuldade não é apenas funcional no que tange à violência de gênero, mas é também uma terrível parte da violência em si (KILOMBA, 2019). Bell hooks (2019) afirma que esse modelo de relação faz parte da cultura ocidental de domínio hierárquico e de autoridade coercitiva, sendo ele a base da ideologia sexista de opressão entre homens e mulheres, crianças e pessoas adultas.

Para além dos agressores que figuram nas narrativas das mulheres participantes desta pesquisa, saliento que a violência não começa e não termina neles, não são características individuais ou patológicas. Desde o início desta pesquisa, trabalho com a hipótese de que, já na infância, por meio de processos educativos, os meninos são forçados a corporificar o discurso da violência, da masculinidade tóxica e, muitas vezes, da crueldade, numa situação de reprodução de uma estrutura social de dominação. Igualmente cruel é analisar o cenário político atual, em que o Estado, por meio de uma soberania grotesca, reproduz e fomenta esses discursos de ódio e outros ligados a políticas de extermínio, contribuindo sobremaneira para que as violências, ainda na infância, sejam naturalizadas, silenciadas e esquecidas.

Como resposta a essa realidade, destaco a importância da memória como condição essencial para a resistência à política do esquecimento, não só da violência de gênero, mas de todas as formas de relações de poder que, ao hierarquizar pessoas, fomentam a precarização e sustentam condições de dominação e exploração. O aparecimento social dessas violências consiste, então, como estratégia necessária para que, como proposto por Audre Lorde

(1977/2015), no painel “Lésbicas e literatura”, da Associação de Línguas Modernas, em 1977, o silêncio possa ser transformado em linguagem e ação efetiva.

5.3 “Eu não tenho um destino já feito, eu posso fazer, eu posso ser o que eu quiser” - As memórias como resistências, luto público e aparecimento social

A política de esquecimento é um tema recorrente na atualidade e corresponde aos interesses do levante conservador mundo afora, sustentado pelo capitalismo de base branca e patriarcal. A memória, neste sentido, aparece como um sobressalto, uma vírgula, cuja função é explicitar historicamente como as relações sociais, em especial as de gênero, raça e classe, foram sendo construídas e sedimentadas a ponto de instituir formas de exploração e dominação. Apresenta-se como resistência à medida que apresenta um cenário marcado por um Estado de exceção²⁹, que, ao fomentar pânico moral por meio da exaltação de valores fundamentalistas e neopentecostais, incentiva, ora velada ora explicitamente, a naturalização e a minimização das desigualdades, a subalternização das dissidências e o silenciamento de corpos considerados abjetos, sendo também produtor de suas mortes.

Os discursos que dão sustentação às normalidades que regem esse fluxo exigem uma ordem compulsória do sexo e do gênero frente à produção de um ideal universal, atrelado à ideia de perfeição e autossuficiência, de maneira a não considerar as diferentes relações de poder presentes na sociedade, como raça e classe, por exemplo (BUTLER, 2017). Diante dessa racionalidade neoliberal, o desenvolvimento, tanto individual quanto social, atrela-se à ideia do progresso que, na perspectiva de Benjamin (1985), é o que há de mais avassalador, pois destrói tudo o que vai na contramão desse ideal e ameaça a ordem, deixando rastros que não podem ser apagados ou esquecidos, como as memórias das mulheres que participaram desta pesquisa.

O progresso, segundo Burman (2008), torna-se um meio de regulação da diversidade e da mudança, alavancando dispositivos conservadores de toda ordem para que a norma e o poder se mantenham intactos. Butler (2018), nesse sentido, aponta que a condição de aparecimento social também é extremamente regulada, com vistas a ditar normativamente, num processo caracterizado por hierarquias e exclusões, quais performances de gênero são válidas e passíveis de reconhecimento, e quais corpos não se assemelham com tais normativas, suscitando a possibilidade de que estes reivindiquem sua existência e condições na esfera do aparecimento. Esse exercício, expresso na condição de luta política, complementa a autora, é performativo, na

²⁹ Termo já mencionado na nota de rodapé 6 (p. 29).

medida em que reivindica o direito não só ao aparecimento, mas de possuir uma vida mais vivível no campo do poder.

Nesse cenário, fica quase impossível tratar de violência e não ir ao encontro do discurso contra hegemônico, produtor de insurgências ao modelo dominante (RIBEIRO, 2019). Na contramão das normas de gênero, promotoras de diversas formas de violência, a insubordinação mostra-se resistente no momento em que há o esvaziamento do poder normativo e os corpos abjetos tendem a evocar, por meio de enunciações, seu reconhecimento e aparecimento social. Para as mulheres, particularizadas normativamente, a principal estratégia é apropriar-se da posição de sujeito falante, considerando a fala como um ato de poder, e opor-se às abstrações universalizantes que as aprisionam, sobretudo no espaço privado (BUTLER, 2002; 2017). Transformar o silêncio em linguagem e ação (LORDE, 1977/2015) é, pois, uma estratégia de resistência necessária para fomentar o resgate da visibilidade das múltiplas formas de existência e de nossa condição como sujeito, rejeitando a posição de “Outridade” a que estamos relegadas.

Trata-se de assumir que todos os sujeitos são constituídos socialmente, que a diferença (seja ela qual for) é uma construção feita — sempre — a partir de um dado lugar (que se toma como norma ou como centro). É preciso, pois, pôr a norma em questão, discutir o centro, duvidar do natural..., mas, não há como negar que a disposição de questionar nosso próprio comportamento e nossas próprias convicções é sempre muito mobilizadora: para que resulte em alguma transformação, tal disposição precisará ser acompanhada da decisão de buscar informações, de discutir e trocar idéias, de ouvir aqueles e aquelas que, histórica e socialmente, foram instituídos como "outros" (LOURO, 1997, p. 141, grifo da autora).

A necessidade de dar visibilidade aos “outros”, na sociedade dos invisíveis, não se apresenta como um método autoritário, mas baseado no diálogo. Tiburi (2018) usa o termo “lugar da dor” para significar a experiência individual diante da dor que não é minha, à qual só resta ocupar um lugar de escuta. Assim,

[...] é necessário escutar por parte de quem sempre foi autorizado a falar [...]. Necessariamente, as narrativas daquelas que foram forçadas ao lugar do Outro, serão narrativas que visam trazer conflitos necessários para a mudança. O não ouvir é a tendência a permanecer num lugar cômodo e confortável daquele que se intitula poder falar sobre os Outros, enquanto esses Outros permanecem silenciados (RIBEIRO, 2019, p. 78).

Essa postura de invisibilidade caminha na contramão do discurso que versa sobre qualquer possibilidade de igualdade, inclusive a de gênero. Butler (2018) considera que o aparecimento social, seja por meio da presença visível, da fala, ou mesmo da representação em

rede e atos ordenados de silêncio, é condição essencial para o enfrentamento desta realidade, ao passo que evidencia desigualdades e fomenta o luto público de vidas que não são reconhecidas como merecedoras de visibilidade. Com isso, pensemos na dificuldade que a sociedade cisheteropatriarcal, em geral os homens, possui em permitir ou mesmo ouvir as vozes silenciadas das mulheres, mormente as negras, em decorrência do confronto ao status dominante masculino.

Tatiane: Você considera que houve mudanças nos modos de ser homem e mulher ao longo do tempo?

Vera: Teve. Os relacionamentos agora são mais curtos, né? E por quê? Antes a mulher era muito dependente do homem financeiramente, e hoje isso diminuiu muito, e hoje a mulher sabe o que ela quer, e hoje ela cobra. Tem muito homem que fala: “Eu entendo, mas eu não consigo aceitar” É muito homem que fala assim: “Eu sei que você tá certa, mas dá para você não ser assim?” Eu já escutei muito isso! Desde que eu me separei, eu me tornei a mulher que eu sou, uma mulher independente. Eu já vi muito homem falar para mim: “Por que que tem que ser assim?” “Porque eu quero!”. E enquanto as mulheres não se unirem e agirem assim, fica difícil mudar. Outro problema é que a mulher não vê que a resposta tá dentro dela mesma! A partir do momento que eu decidi que aquilo não era mais para mim, eu saí, eu gritei, eu busquei os caminhos que poderiam me libertar daquilo [...]

Tatiane: Como você se sente, como mulher, na nossa sociedade?

Vera: Eu me sinto bem, porque ninguém mais me diz o que eu tenho que fazer, o que eu não tenho que fazer, eu sou o que eu quiser ser, eu não aceito mais o que causa mal, eu me sinto livre. É tanta coisa que fica falando na cabeça da gente, que é isso, aquilo, que a gente acaba se limitando. Eu ainda tenho muita questão dentro de mim, até porque eu venho de uma infância que me ensinou o que é ser homem, que é ser mulher, que a gente tem que ser assim, que tem que ser assado. Mas eu tento lutar contra isso todo dia.

Tatiane: Você considera que houve mudanças nos modos de ser homem e mulher ao longo do tempo?

Antonietta: Sim, eu acho que hoje nós estamos bem melhores do que as mulheres do passado. Eu acho que vai chegar um dia em que a gente vai poder ter 100% de liberdade de expressão e viver mais livre na nossa sociedade. E hoje, eu acho que a gente consegue passar para alguns homens as coisas, que as mulheres estão mudando, a gente tem mais condição de achar muito homem mente aberta. Antigamente, você achar um homem assim era um prêmio, era o homem que fugia à regra, né? Hoje, se o homem não for assim, ele é punido por não cumprir essa regra. Eu acho que essa mudança vai melhorar muito os relacionamentos porque eu acho que o homem vai parar de olhar para mulher como se ela fosse um objeto, ela vai entender que ela não é dele, ela tá ali porque ela quer, o dia que ela não quiser mais, ela vai embora, é isso que eles têm que entender, que a mulher não é objeto. E é muito importante a gente levar isso pra todo lugar, essa ideia tem que ser levada pra todos os lugares.

As narrativas expressas acima atestam a dificuldade em considerar a ruptura das desigualdades de gênero e da situação de privilégio da condição masculina. Mesmo diante da resistência, é evidente que a luta diante da condição de exclusão e subalternidade é diária. A proposta de Antonieta frente à necessidade de que a igualdade de gênero seja reverberada em todos os lugares vai ao encontro da necessidade de aparecimento social, da importância dos corpos reunidos em um objetivo comum, para reivindicar o direito de que mulheres possam ser vistas e ouvidas como “um corpo político e como uma força plural” (BUTLER, 2018, p. 31). A importância de se reunir em assembleia é, para Butler (2018), central para a busca de direitos e para sustentação de bases democráticas, de modo que a performatividade seja pensada e vivida no coletivo.

A persistência quanto ao aparecimento social faz existir as vidas precarizadas pelas políticas de esquecimento, que, ao se unirem em assembleia devido à indignação, se apresentam como forma de resistência às relações contra hegemônicas. Conforme esse aparecimento, tornam-se visíveis em meio a um campo político que insiste em obliterar e subjugar sua existência por meio de enquadramentos e normatizações (BUTLER, 2018). Nesse sentido, essa reivindicação faz-se muito necessária diante da proliferação das violências naturalizadas e da evidência de novas formas totalitárias. Para a sociedade e o Estado, as consideradas populações mais precarizadas, afetadas diferentemente conforme as relações de poder que lhes atravessam, são vidas que não importam, que não merecem serem pranteadas e não são dignas do luto público, condição crucial para o reconhecimento de sua existência (BUTLER, 2015). Dar visibilidade a essa condição de “vida matável” é, dentre tantas outras questões, ratificar a própria precariedade dessa existência (BUTLER, 2015; 2018). Sobre este aspecto, podemos considerar que as altas taxas de violência de gênero estão ligadas ao não reconhecimento da vida de crianças e mulheres como vidas que importam e dignas de luto público, ao serem colocadas na condição de precariedade ainda maior, à medida que não estão de acordo com os padrões cisheteronormativos, ou são analisadas por sua condição racial ou de classe social.

Nas narrativas das mulheres que participaram desta pesquisa, reforçou-se a ideia de que o conceito de vida, quando se referia a elas, sempre esteve baseado em condições normativas e morais, determinadas mediante seus comportamentos em sociedade, correspondentes ou não, principalmente às performances de gênero. Na proposta de Butler (2015, p. 85), os “enquadramentos normativos estabelecem de antemão que tipo de vida será digna de ser vivida, que vida será digna de ser preservada e que vida será digna de ser lamentada”. Diante disso, seus corpos foram marcados pela subjugação, sendo forçosamente enquadrados como vidas prescindíveis, não dignas de proteção e amparo desde a infância, a depender, sobretudo, dos

marcadores sociais que os atravessam. Isso significa dizer que são vidas que estão no limiar da existência e passíveis de serem violentadas, lesadas ou mesmo correndo risco de morte.

Legitimar o lugar de fala (RIBEIRO, 2019) e o aparecimento social, frente a esta realidade, além de ser considerado uma postura ético-política, reivindica uma prerrogativa fundamental para a resistência às desigualdades, o direito à liberdade de ser quem se é, postura fundamental contra as amarras normativas dos sistemas de opressão. Observo, nas narrativas das mulheres, que mesmo diante dos incontáveis silenciamentos impostos a elas ao longo de suas vidas, elas estão, como argumenta Spivak (2018), em busca da resistência às políticas de esquecimento ao romperem com a ordem dominante. A importância de valorizar as memórias de infância de mulheres que sofrem ou sofreram violências ao longo de praticamente toda a vida relaciona-se ao fato de que, ao falarem de si, mais do que compartilhar experiências, estão enfrentando as estruturas que legitimam e naturalizam essa violação da existência.

Tatiane: Você gostaria de deixar alguma mensagem para mulheres que vivem em situações de violência?

Nátia: A experiência que eu vivi foi muito triste, e isso tem que servir para ajudar outras mulheres, para que elas não fiquem com medo de denunciar, porque o medo que me levou eu ter outras duas violências. O medo foi o pior, medo de falar, de pedir ajuda. Porque, se eu tivesse denunciado logo, eu poderia sofrer ameaça, mas eu já sabia que eu tava com medida protetiva, já sabiam que, se acontecesse alguma coisa comigo, era ele, mas não, eu fui pelo medo, aí gerou a segunda violência.

Tatiane: Você tinha conhecimento sobre os tipos de violência doméstica?

Antonietta: Dos tipos de violência, a agressão física que eu sabia mais, agressão verbal, eu fui saber muito depois. E eu tinha muito isso na minha cabeça, por causa da minha mãe, que a mulher tinha obrigações dela dentro de casa com o casamento, com sexo, então, depois de muito tempo que eu fui entender o que que era abuso, o que que era uma situação que eu podia dizer “não”. Eu comecei a ir atrás, eu comecei a ler relatos, eu comecei a buscar a história de outras mulheres para eu entender o que que eu tava vivendo. E assim, antes de denunciar, eu já tava com essa ideia de buscar o que que era medida protetiva para ver se isso servia para mim.

Tatiane: O que mais a realiza hoje como mulher?

Maria de Nazaré: Minha maior realização é saber que eu superei, hoje eu sou uma mulher muito determinada. Eu lembro do que eu passei e fico orgulhosa. Hoje eu não entro em uma guerra se não for para ganhar. Eu cuido de mim agora. Não deixo ser usada, digo “não”, se não me agrada.

Antonietta: Ser mãe e a vontade que eu tenho de ser uma pessoa melhor, de ter um emprego pra minha independência. Ser mulher hoje é uma satisfação, a gente vai vendo que a gente já passou, que a gente já viveu e vai dando aquele orgulho assim. Quando eu paro e olho para trás, vejo as minhas

conquistas, eu me orgulho e falo: “Nossa! Você tá dando conta!”. Daí, dá aquela satisfação, aquele orgulho. Eu aprendi muito com a minha história. Eu falo, só porque é mulher, ninguém tem o direito de dizer o que tem que fazer, o que tem que deixar de fazer. Não é porque eu nasci mulher, que eu tenho que sofrer. Eu não tenho um destino já feito, eu posso fazer, eu posso ser o que eu quiser e é isso que eu vou ensinar para os meus filhos. Nós, mulheres, temos que nos unir, a gente tem que buscar apoio uma na outra, lutar em conjunto pelo direito das mulheres, do direito da gente ser o que a gente quiser ser, só assim a gente vai conseguir mudar as coisas. [...] Eu tenho certeza que quero ser tudo o que a minha mãe não queria que eu fosse. Eu crio os meus filhos falando para eles que a gente não tem que se preocupar com padrão, que eu quero que eles sejam felizes. A minha história é mais inspiração para mim do que para quem escuta. Porque eu aprendi a ressignificar tudo que eu vivi. O que eu quero é que a minha história, ela sirva de incentivo para muitas mulheres, porque diante de tudo que eu passei hoje, eu sou uma pessoa feliz, eu consegui superar o machismo, preconceito, as proibições, as normas da minha casa e ser uma pessoa mais feliz. Hoje eu penso: errei me casando com o marido que era tal qual a minha mãe e isso me machucou muito, mas hoje eu vejo neles tudo que eu não quero para o meu futuro. Eu estou engatinhando ainda, mas eu vou aprender a correr. O que eu não pude correr na minha infância hoje eu vou correr, eu vou correr em busca de um futuro melhor, de ser quem eu quiser ser.

Frente a tais narrativas, ressalto a importância da memória e da experiência como formas de nos contrapormos ao esquecimento e à possibilidade de que novas situações de barbáries (violências) sejam vivenciadas (BENJAMIN, 1985; ADORNO, 2003), tornando-se ambas formas legítimas de resistência. Esses movimentos dão ênfase à necessidade de romper o silêncio e escancarar as vidas de violências de mulheres que reivindicam o aparecimento social por meio de uma narrativa potente, seja como as meninas que foram, seja como as mulheres que são, o direito a uma vida vivível, sem dores e violências tão corrosivas. Tal ação faz-se necessária, também, ao exporem a necessidade de buscar forças diárias de (re)existir em uma sociedade patriarcal, racista, cisheteronormativa, falocêntrica e misógina, que, por meio das normatizações, busca silenciar e ceifar o direito de existir como sujeito e de ser quem quiser!

SEXTO ATO

O sentido

Neste último ato, a menina que observava as estrelas e havia dado início a ele vem encerrá-lo. É obvio que essa menina sou eu.

Esta escrita me conferiu o poder de transformar as histórias destas mulheres em registros, e o quão é importante contar histórias, afinal, todas importam.

Tentei resumir e mesclar todas elas porque nós também somos como as boas meninas,

e de uma forma ou de outra, muitas das nossas vivências acabam se assemelhando, inclusive em situações de violências, infelizmente.

Para que pudessem se proteger daqueles malditos pregos do caminho, elas fizeram de cada “não” um par de sapato, e estão aprendendo a correr com eles, pisoteando e rodopiando sobre as cinzas dos roteiros pré-definidos e as normas paralisantes que haviam queimado.

Na minha versão da história das boas meninas, não existem contos de fadas, as fadas deixaram de acompanhá-las desde o primeiro dia em que os terríveis demônios foram mais fortes.

A magia delas não foi suficiente para detê-los.

E será que serão felizes para sempre? Ninguém sabe, mas pelo menos agora, estão livres para trilhar seus próprios caminhos

e, nesse processo, a liberdade é tão importante quanto suas próprias decisões.

Pegue aqui a caneta, eu estou passando-a para vocês, cada uma tem o direito de escrever seus próprios finais.

A história deve isso às boas meninas, e a dívida é tão grande! É hora de começarmos a quitá-la!

A mim, só resta torcer para ter conseguido indicar rotas um pouco mais leves. Nós já temos fardos demais para carregar!

Que de alguma forma estas histórias possam ter, além de tormenta, propostas de ressignificações. Porque se assim não for, essa escrita pode ter um enredo ainda mais triste.

Se seu tempo não tiver chegado ainda, tudo bem também, mesmo assim você merece ser tratada bem. E o amor? Alguém pode perguntar...O próprio deve sempre vir na frente!

Que seu corpo agora livre possa voltar a sonhar, a subir nas árvores e dançar novamente

com o vento, sem que isso seja motivo de tempestade.

E acho que foi a tempestade que me levou até elas, as vozes que eu havia juntado a minha volta, agora em assembleia, poderão ser ouvidas!

E juntas, querem ganhar os quatro cantos dos quartos fechados de tantas outras Marias, Marianas, Marietas, Marielas, Marielles que estão por aí, reverberando num som tão intenso que se perderá de vista e será impossível não ouvir.

Perceber-se como “boas meninas”, foi um encontro, um re-encontro, foi descobrir no fim daquele caminho, possibilidades tão infinitas quantos seus novos sonhos!

Havia chegado (já era tempo!) a hora de começarem suas próprias revoluções!

E nesta luta, a gente se encontra!

Tatiane C. Antunes

ELE NÃO

revolução
 subversão
 insubmissão
 LIBERDADE
 resistência
 GÊNERO NÃO É IDEOLOGIA
 FEMINISMO
 MARIAS
 assembleia
 memórias
 MARIANAS
 NÃO AO PATRIARCADO
 reverberar
 VIDAS NEGRAS IMPORTAM
 ESTADO LAICO
 MEU CORPO, MINHAS REGRAS
 MARIETAS
 possibilidades
 MARIELLES
 romper padrões
 ressignificar
 não era amor
 desestabilizar



e a culpa não era minha,
 nem onde estava,
 nem como me vestia

NÃO SEREI INTERROMPIDA!

6 ALGUMAS REFLEXÕES

Que bom que você aceitou meu desafio e chegou até aqui! Sei que não foi fácil. Acredite, para mim também não foi, e agradeço por me acompanhar.

Eu ainda estou digerindo tudo isso e em fase de desconstrução e expansão! Mais livre, é claro, para quebrar padrões, pois ouvi dizer por aí que eles existem mesmo para serem quebrados! Talvez possa estar lhe causando estranheza minha composição textual, mas resolvi começar a quebrar os padrões por aqui, rompendo com a estrutura acadêmica. Refiro-me aos pequenos “atos de abertura” que antecedem os capítulos. Eles foram escritos a partir das falas das mulheres que participaram desta pesquisa e buscaram, além de anunciar como tudo começou, traçar um roteiro de como suas histórias foram se desenrolando em suas memórias e se entrecruzaram à medida que, de diferentes formas, foram violentadas. Eles foram pensados também como possibilidade de retorno rápido, caso você sinta necessidade, de relembrar questões importantes narradas aqui, afinal, memórias são importantes e elas foram poetizadas com essa intenção. Releia-os o quanto quiser, talvez você já tenha percebido o quanto a reiteração é perspicaz na arte da sedimentação, então, que façamos isso por um propósito positivo – utilizá-la como um contra discurso.

Considero que esta pesquisa, ao situar-se no campo dos estudos feministas, pretendeu ser trabalhada como um “contra dispositivo”, haja vista que se destinou a questionar o dispositivo de poder da dominação masculina patriarcal (TIBURI, 2018). Pensar em uma proposta de escrita feminista crítica é justamente romper com a fragmentação criada em uma sociedade extremamente desigual, desestabilizando as verdades produzidas e aprendidas. O feminismo, como perspectiva teórica, protagonizado por diferentes tipos de mulheres, em diferentes contextos que se movem e se modificam em diferentes realidades, é proposto aqui como frente de luta política e social e tem, no uso da interseccionalidade, uma ferramenta subversiva fundamental para que fujamos de análises simplistas e reducionistas, e possamos romper com a universalidade que tende a segregar e violentar. O não reconhecimento de que partimos de lugares diferentes, posto que experienciamos gênero de modos diversos, leva à legitimação de um discurso excludente, pois não visibiliza outras formas de ser mulher e de viver as relações sociais no mundo.

Esta pesquisa configurou-se, também, como uma forma de denúncia, de dar visibilidade às violências de gênero cotidianas e enclausuradas, muitas vezes, entre quatro paredes, que têm atingido grande parte das mulheres e crianças, sobretudo as negras. Afirmo, sobre isso, que há uma rede de manutenção para que essa violência permaneça legitimada e naturalizada, rede

formada por muitos dispositivos e instituições imersos em uma sociedade cisheteronormativa, misógina, patriarcal e racista.

Em minha proposta de retomar algumas considerações e reflexões importantes, meu intuito não é impor uma verdade ou prerrogativas de fechamento de discussões, mas dialogar com as possibilidades discursivas apresentadas nesta pesquisa.

Início pelo diálogo que apresentei sobre a infância e as narrativas sobre a criança. Os sentidos dados ao tema pelas participantes da pesquisa mostram-se herdados do conceito ocidental e moderno de infância ideal, evocando a inocência, o purismo assexuado, a incompletude e irresponsabilidade da criança, acompanhados da necessidade de proteção em decorrência, ainda, de sua subalternidade e dependência da pessoa adulta. No entanto, nas experiências de infância narradas pelas mulheres participantes desta pesquisa, ficam evidentes as contradições entre a infância idealizada e a infância real. Suas memórias dão conta de que, para elas, a infância ideal não se consolidou, já que desde muito cedo seus corpos foram marcados por diversas formas de violência, demarcando a omissão da suposta “proteção” dentro do discurso conservador e moralizante que permeia o universo infantil.

Desta forma, cabe-nos questionar quais infâncias são dignas de vivenciar o ideal protetivo quando em realidades tão desiguais quanto a nossa. Crianças em contextos diversos de precariedades, negras, em condições de dissidência em relação ao gênero normativo, que não projetam os ideais da criança-típica, continuam a compor o quadro de vulnerabilidades que separam quais infâncias serão protegidas e quais, tidas como abjetas, terão o “aval” da sociedade para a desproteção. Além disso, sabe-se que a violência contra a infância é naturalizada, subnotificada e, em alguns casos de violência sexual, sustentada em nome da preservação da família normativa, sagrada aos olhos do conservadorismo.

Evidencio, ademais, que é também em nome do ideal de inocência e proteção que processos educativos se baseiam e, indiretamente, fomentam comportamentos que acabam por garantir a manutenção dessas violências, isso porque a manutenção da submissão da criança coloca-lhe na condição de inapta a questionar, perceber, ou mesmo (re)lutar contra práticas abusivas. Entendo que essas questões, em especial, o adultocentrismo, podem ser repensadas, posicionando a criança como protagonista de suas experiências, com direito a serem ouvidas e terem suas narrativas consideradas e validadas.

Partindo do pressuposto de que o patriarcado, de base cisheteronormativa, penetra diversas instâncias educativas, com vistas a restringir quaisquer manifestações da diversidade humana de gênero e sexualidades, as análises realizadas voltam-se para o fato de que a família e a escola, com grande auxílio de religiões fundamentalistas ultraconservadoras, ainda

sustentam discursos e práticas que solidificam as bases para que a criança seja pensada nesses termos e condicionada a desempenhar performances inteligíveis de gênero, por meio da normatividade de uma educação diferenciada para meninos e meninas. Esses discursos participam diretamente de nossos processos subjetivos, nossos modos de pensar, nossos comportamentos e relações, por isso, ao longo de toda esta escrita, anuncio que a norma é responsável por mutilar nossas possibilidades e ideais diversos, dentro de uma perspectiva regulatória e compulsória, produtora da violência de gênero.

No âmbito familiar, várias são as narrativas que corroboram ser esta instituição social uma das mais importantes no que diz respeito à materialidade da norma, e, em consequência, da forma idealizada de viver o masculino e o feminino, por isso, a família nuclear é tão valorizada. As experiências das participantes da pesquisa na interação familiar, durante a infância, reforçaram a educação sexista, a divisão sexual do trabalho e, conseqüentemente, a divisão da esfera pública e privada, a desqualificação do feminino e a responsabilidade exclusiva da mulher com o bem-estar familiar. Nestes moldes, desde cedo, as meninas, sobretudo as negras, devem ser vigiadas, controladas, educadas e punidas caso não cumpram a performance exigida normativamente. Sabemos, entretanto, que da mesma maneira como os valores sexistas e o binarismo rígido nas relações de gênero são transmitidos e validados no ambiente familiar, outras maneiras de interação familiar são possíveis por meio de discursos contra hegemônicos que emergem para denunciar que essa realidade, além de reducionista e exploratória, é violenta e excludente.

No âmbito educacional, reconheço, com base nos escritos de Louro (1997; 2016), que a escola possui um papel fundamental na reprodução de padrões de conduta que legitimam situações de violência, principalmente as relacionadas às questões de gênero, especialmente se considerarmos o silenciamento desses temas na educação. É notório que a cultura cisheteronormativa, patriarcal, misógina, intolerante, segregacionista por classe, homofóbica e racista está presente no espaço escolar e tem produzido efeitos extremamente deletérios, principalmente nas mulheres e meninas negras, demonstrando, inclusive, a dificuldade que muitas instituições possuem em lidar com tais questões. Contudo, entendo que a educação, seja ela formal ou não, é um território também de enfrentamento das narrativas normatizantes e se faz urgente fomentar uma prática inclusiva e crítica desde a Educação Infantil, passando pela formação continuada de todas as pessoas que atuam no ambiente escolar, das temáticas feministas interseccionais e das questões de gênero. Compreendendo, ainda, que os discursos que “disciplinam” os corpos desde a infância são os responsáveis por determinar as relações de

gênero na sociedade, ressalto, veementemente, a importância dos processos educativos não sexistas e antipatriarcais, com vistas a uma educação mais igualitária e menos violenta.

Nos processos educativos apresentados ao longo da pesquisa, os sentidos sobre o corpo, tendo o controle como destaque, foram narrados tanto nas lembranças escolares quanto familiares. Na infância, a menina infantilizada deve ser resguardada até que cumpra sua função social de formação heterofamiliar e a maternidade, fazendo jus a sua função na manutenção da ordem e do progresso. Em contextos de desproteção, no entanto, além das normativas de gênero, meninas negras, por exemplo, são educadas para servir e condenadas à realidade de prostituição e trabalho infantil, possuindo outras relações com seus corpos. Na escola, a relação com o corpo também é referenciada pelo sexo biológico e condiciona os limites para as meninas, em um processo de constante vigilância.

Importante destacar, também, a esse respeito, que o controle do corpo da menina se estenderá por toda sua vida, tendo em vista que, na fase adulta, a propriedade dele será transmitida para seu futuro esposo, colocado aos seus serviços por meio da obediência. Neste sentido, o processo educativo que condiciona meninas a desconsiderar sua sexualidade, o conhecimento do seu corpo, sempre estranho a ela, e a necessidade de completude que só se efetivará na relação com o outro são fatores que corroboram com essa realidade, os quais, entendo, devam ser superados. Defendo que a educação sexual, realizada por meio de uma abordagem educativa crítica é uma ferramenta fundamental nesse caminho, tendo em vista ser ela um instrumento de autocuidado, proteção e autoconhecimento, aspectos importantes também quando associados à violência e aos abusos sexuais. A escola, nesta conjuntura, deve assumir o compromisso dessa aprendizagem de forma aberta e informativa, problematizando inclusive os padrões normativos e as desigualdades sociais que permeiam o interesse pelo controle dos corpos femininos.

A religião, nesta composição, irá deter um papel essencial no que tange à forma como as performances de gênero são requisitadas. Expliquei, até aqui, que seu papel é reforçar e naturalizar as censuras de meninas e mulheres, incidindo diretamente nos processos educativos, por meio de discursos moralizantes, essencialistas e excludentes. Neste ponto, chamo atenção para dois movimentos descritos durante a pesquisa, relativos à educação das normas de gênero. Tanto o movimento Escola Sem Partido quanto a retórica da “ideologia de gênero” evidenciam as falácias construídas em torno das questões que envolvem as relações de gênero e possuem como pano de fundo bases religiosas fundamentalistas ultraconservadoras, que buscam refutar o direito de cátedra no Brasil, controlar o currículo escolar e negar o ensino laico nas escolas.

O Estado, neste contexto que vem demonstrando uma significativa retração dos direitos fundamentais, principalmente os destinados às crianças e às mulheres, ratifica essas ideologias ao suprimir de suas pautas assuntos relacionados a gênero e também ao lançar programas de governo como o “Future-se”, no Ministério da Educação - MEC, salientando sua intenção de impor a censura à liberdade e à autonomia nos processos educativos formais. Um Estado omissivo diante das desigualdades de gênero, da diversidade e dos abusos contra as crianças e mulheres dificilmente contribuirá para a mudança dessas realidades e continuará corroborando com a existência de desigualdades e violências.

As violências de gênero nas memórias e nas experiências do presente das mulheres participantes desta pesquisa alertam para a necessidade de rompimento com o modelo hegemônico de educação que naturaliza a manutenção do poder pelo uso da força, a analogia entre amor e violência, bem como o processo de aprendizagem do feminino para a culpa. A educação do feminino para a culpa está alicerçada nos padrões normativos do que foi convencionado como ideal para homens e mulheres, e esteve presente em boa parte das narrativas das participantes. Quando a violência é justificável e a culpa direcionada à mulher, sobressaem, no imaginário social, a validação do ato e o desprezo pela vida feminina, situações que reforçam a lógica patriarcal produtora de efeitos de poder, como a misoginia social.

Mesmo em situações de violência de gênero ocorridas na infância, a culpa e a naturalidade desse fenômeno emergem nas narrativas, conferindo ainda mais gravidade à situação. O caráter natural acaba por banalizar a violência de gênero e, por conseguinte, produzir o esquecimento em memórias que não podem aparecer porque suas vidas não são consideradas importantes, e, neste sentido, a violência é normatizada, silenciada e não denunciada.

As memórias mostram que tais situações se tornaram corriqueiras nas vidas das mulheres, a ponto de sinalizarem para um padrão estrutural de abusos, em especial a violência de gênero e o racismo, ganhando sentido estrutural. Essas evidências comprovam o quanto tais assuntos estão presentes em nosso cotidiano e atravessam diferentes contextos e realidades. A experiência de uma das participantes com o adoecimento em decorrência da pandemia, assunto tão atual, chama a atenção por expor o quanto as mulheres estão vulneráveis frente às desigualdades de gênero que rotineiramente nos atravessam e contribuem para o questionamento de nossos direitos.

No que diz respeito à concessão de direitos, a pesquisa apontou que a existência da lei por si só não encerra a questão da violência. A Lei Maria da Penha, mesmo apresentando-se como um grande avanço da luta pelos direitos e combate à violência, não é capaz de romper

com a suscetibilidade das mulheres frente à violência doméstica, tendo em vista o fato de ela estar ancorada em bases muito profundas de poder que naturalizam e concedem aos homens o poder de dominar e violentar, fazendo com que elas devam estar sempre em estado de alerta. As medidas de proteção que poucas vezes são cumpridas; o registro da ocorrência no atendimento policial que se caracteriza, muitas vezes, como uma outra forma de violência, diante do não preparo dos encarregados no momento da abordagem; e o preenchimento dos boletins de ocorrência de modo incompleto ou não autodeclarados em alguns quesitos foram algumas das situações evidenciadas, sinalizando que há ainda muito a ser melhorado no atendimento das mulheres que recorrem à essa legislação.

Diante destes apontamentos, denuncio que o direito de fala e de escuta não é conferido às crianças e às mulheres, sobretudo às negras. A elas não cabe o direito ao luto como reconhecimento público (BUTLER, 2015; 2018), principalmente quando as práticas violentas que incidem sobre seus corpos encontram nos discursos normativos justificativas que as desqualifiquem e as validem enquanto um corpo matável. Chamo atenção para a necessidade do aparecimento social, das memórias como resistência à política do esquecimento e do luto público para que a violência de gênero seja desnaturalizada e questionada juntamente com a precariedade da vida de meninas e mulheres. O uso da palavra resistência, nesta pesquisa, diz respeito também à insubmissão quanto às regras normativas de gênero, bem como ao entendimento de que ser resistente a expressões fascistas é uma das tarefas mais importantes da atualidade, já que tais manifestações incidem diretamente em nossas vidas.

O aparecimento social como frente de luta política e potência de atuação tem se mostrado bastante eficaz contra as formas diversas de opressão, engajando trincheiras de resistência a governos fascistas de extrema direita. Prova disso são os corpos que tomam as ruas em movimentos que se apoiam e se somam em forma de protesto, como o Movimento Vidas Negras Importam (*Black Lives Matter*), nos Estados Unidos, e a performance do Grupo Feminista *LasTesis*, da cidade chilena de Valparaíso, que ganhou visibilidade mundial em 25 de novembro de 2019 ao questionar o descaso com situações de estupro e violência contra a mulher no Chile, com a canção *Un violador en tu camino*. Essas expressões são importantes, pois escancaram as desigualdades de gênero e as vulnerabilidades sociais e questionam o que Judith Butler (2015; 2018) vem salientando em seus escritos: Quais vidas importam? Quais merecem viver? Quais são dignas de proteção?

Entendendo que escolhas teóricas são também escolhas políticas, utilizei os aportes teóricos e metodológicos da pesquisa como base para refletirmos sobre essas questões e demonstrar o lugar da mulher na sociedade, traçando um paralelo com as diversas pedagogias

culturais e a violência de gênero. Tirar essas pautas da invisibilidade faz parte de uma escrita comprometida e aberta em escutar as vozes silenciadas e compreender de que forma elas podem contribuir para colocar em xeque os sistemas de opressão, em especial, o patriarcado, com vistas a construir uma educação emancipadora, no que tange às relações de gênero. Penso que nós merecemos viver nossas singularidades, libertas/os das amarras impostas pelas correntes sociais e das máscaras que nos aprisionam. Nenhum ser humano é humano sozinho, “a resistência contribui para que todas as vidas possam ser igualmente vivíveis. Nosso corpo, reunido em forma de luta, grita que nós não somos descartáveis, grita por uma vida vivível, grita contra a condição de ser uma vida matável” (SOLANO, 2018 *apud* BUTLER, 2018).

É por intermédio dessas questões que entendo ter chegado a hora de ouvirmos as Marias, Marianas, Marietas, Marielas, Marielles. Está na hora de ouvirmos as mulheres! Pensando nisso, gostaria de encerrar este trabalho fazendo ecoar as últimas palavras de Marielle Franco, que, antes de ser assassinada, havia escrito seu discurso a ser lido na plenária da Câmara do Rio de Janeiro durante a votação do Plano Municipal de Educação daquela cidade. Não diferente do que acontece em muitas localidades no Brasil afora, essas discussões foram acaloradas, baseadas, frequentemente, na dita “ideologia de gênero”, e as vozes normativas, intolerantes e excludentes, contrárias ao termo, relutaram em incluir debates referentes à igualdade de gênero nas escolas. Faço uso de suas palavras como possibilidade de registrar seu posicionamento, o qual ratifico, com a certeza de que, ao menos aqui, nesta escrita, sua voz não será interrompida e silenciada. Ademais, reconheço que tais palavras incidem sobre a vida de inúmeras meninas e mulheres cujas vidas merecem ser vividas e não violentadas, e, para tal acontecimento, os debates de gênero precisam estar em diferentes espaços e contextos, sobretudo, no ambiente escolar.

O Brasil é o quinto país que mais mata mulheres no mundo. Os números são assustadores: em 2016, foi registrada uma violência contra mulher a cada 5 horas no Estado do Rio de Janeiro. Mas também sabemos que estes números são apenas de parte das mulheres que conseguiram, de algum modo, buscar auxílio e denunciar. E eu pergunto a vocês: seguiremos nos recusando a falar sobre igualdade de gênero? Até quando? O debate sobre a nossa igualdade é urgente no mundo, no Brasil e no município do Rio de Janeiro! Enfrentar este debate é nos comprometermos com a democracia e com nosso avanço civilizatório. Falar de igualdade entre mulheres e homens, meninas e meninos, é falar pela vida daquelas que não puderam ainda se defender da violência. E são muito mais das 50.377 registradas em 2016, aqui, no Rio. Diferente do que se fala ou, infelizmente, do que se acostuma ver em Casas Legislativas, como esta, não somos a minoria. Somos a maior parte da população, ainda que sejamos pouco representadas na política. Ainda que ganhemos salários menores, que estejamos em cargos mais baixos, que passemos por jornadas triplas, que sejamos subjugadas pelas nossas roupas, violentadas sexualmente,

fisicamente e psicologicamente, mortas diariamente pelos nossos companheiros, nós não vamos nos calar: as nossas vidas importam! No Brasil, segundo o IPEA (2016), as mulheres negras brasileiras ainda não conseguiram alcançar nem 40% do rendimento total recebido por homens brancos. E somos nós, mulheres negras, que mais sofremos violências diariamente. Só quem acha que isso é normal é quem não sofreu no corpo o machismo e o racismo estrutural. Quem acha que isso não merece ser debatido na nossa educação é porque se beneficia das desigualdades. Por isso, quero deixar registrado que essa Casa, ao retirar os termos “gênero”, “sexualidade” e “geração”, fortalece a continuidade de desigualdades e violências dos mais diversos tipos. Hoje falamos do principal plano para desenvolvimento social do nosso município: o Plano Municipal de Educação. Este plano merece que tenhamos compromisso e responsabilidade. O termo “gênero” começou a ser utilizado como categoria de análise a partir de 1970 com o objetivo de dar visibilidade às desigualdades entre homens e mulheres. Logo, tanto na origem da sua criação, quanto no uso corrente em debates sobre a superação das desigualdades, falar de “gênero” tem como finalidade promover a devida atenção e crítica das discriminações sofridas pelas mulheres, e tentar achar meios para que todas e todos possamos juntos enfrentar este cenário. Desde quando falar sobre uma opressão, que gera tantas mortes, é falar sobre alguma doutrinação? Se dizem tanto a favor da vida, então deveriam ser a favor da igualdade de gênero. E só se promove igualdade através de uma educação consciente e do debate com nossas crianças, para que se tornem adultos melhores. Por isso, como parlamentares responsáveis pelas cidadãs e cidadãos dessa cidade, devemos defender o debate na educação! Se é da escola que nasce o espaço público que queremos, é indispensável que se fale de igualdade de gênero sim! Que se fale de sexualidade, de respeito, de laicidade, de racismo, de LGBTfobia, de machismo. Pois falar sobre estes temas é se comprometer com a vida, em suas múltiplas manifestações. É se comprometer com o combate à violência e à desigualdade! É mais do que urgente que esta casa não se cale sobre as vidas que são interrompidas dia-a-dia neste Município. Falar de igualdade de gênero é defender a vida! (Marielle Franco, 2018).³⁰

O comprometimento com a vida, acentuado por Marielle por meio da igualdade de gênero, se contrapõe à postura de influenciadores da morte que ocupam espaços de decisão neste País e fazem do ódio como política sua principal bandeira. Essas posturas, infelizmente, afetam nossas vidas, mancham a educação e refletem na escola práticas excludentes de toda ordem (machista, racista, sexista etc).

Mesmo diante deste cenário, a educação, precisamente a não sexista e racista, ainda é a única ferramenta capaz de transformar a realidade, por isso tais reflexões são importantes para a criação de novos projetos, novas possibilidades, novas visões de mundo, e abrir espaços para pensarmos e construirmos uma sociedade, mais justa, democrática e não violenta. Desejo que esta pesquisa possa provocar alguns destes deslocamentos, para que, assim, muita coisa possa se tornar diferente...

³⁰ Esse discurso foi lido no dia 27/03/2018, treze dias após o assassinato de Marielle Franco, pelo vereador Tarcísio Motta (PSOL), na votação do Plano Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ADORNO, Theodor W. O que significa elaborar o passado. *In: Educação e Emancipação*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 29-49.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ANTUNES, T. C. **Infância**: espaço de (re)produção dos estereótipos de gênero. 108f. Monografia (graduação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Serviço Social, Cuiabá, 2006.
- ANZALDÚA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, jan. 2000.
- ANZALDÚA, Glória. Como domar uma língua selvagem. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa**, n. 39, 2009, p. 303-318.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Tradução de Dora Flaksman. RG: LTC Editora, 1981.
- ARROYO, Francesc. Giorgio Agamben: **O estado de exceção se tornou norma**. *In: El País. Cultura*. Publicado em 30 de abril de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/19/cultura/1461061660_628743.html Acesso em: 07 jun. 2019.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BECKER, S. M. S. *et al.* **Psicologia do Desenvolvimento Infantil: publicações nacionais na primeira década do Século XXI**. Porto Alegre, RS: PUCRS, **Psico**, v. 44, n. 3, p. 372-381, jul./set. 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/15824/10412>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- BENÍTEZ, María Elvira Díaz; MATTOS, Amana. Interseccionalidade: zonas de problematização e questões metodológicas. *In: SIQUEIRA, Isabel Rocha de. et al. (org.). Metodologia e relações internacionais: debates contemporâneos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2019, p. 67-94.
- BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas I: Magia e técnica, arte e política**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas II**: Rua de mão única. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte. Editora UFMG: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BÍBLIA. Português. Provérbios. *In*: A Bíblia de Jerusalém. Nova edição rev. e ampl. São Paulo: Paulus Editora, 1985.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luiz Felipe. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luiz Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. Londrina, **Mediações**, v. 20 n. 2, p. 27-55, 2015b.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 07 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 02 jun. 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Aprofundando o olhar sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres**/pesquisa OMV/DataSenado. Brasília: Senado Federal, Observatório da Mulher Contra a Violência, 2018. 35 p. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/conhecer-direitos-e-ter-rede-de-apoio-sao-pontos-de-partida-para-denunciar-agressao-e-interromper-ciclo-de-violencia> Acesso em: 05 maio 2020.

BRASIL. Presidência da República, Secretaria Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.827, de 13 de maio de 2019. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha)**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13827.htm. Acesso em: 28 out. 2019.

BRITO, Márcia Regina Mathias dos Guimarães. **O direito da criança ao respeito, à participação e à liberdade em discursos de professores/as**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2015.

BURMAN, Erica. **Developments**. Child, Image and Nation. London and New York: Routledge, 2008.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**. Sobre los límites materiales y discursivos del sexo. Buenos Aires: Paidós. 2002.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam**: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). O corpo educado. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 3. ed. 2016. p. 110-125

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminino e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017b.

BUTLER, Judith. Alianças *queer* e política anti-guerra. Bagoas: **Estudos gays**: gênero e sexualidades, v. 11, n. 16, p. 29-49, 2017c.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017d.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**. Notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1. ed. 2018.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMIENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano, 2003.

CARNEIRO, Suelaine. **Mulheres negras e violência doméstica**: decodificando os números. 1. ed. São Paulo: Geledés – Instituto da Mulher Negra, 2017.

CARVALHO, José Raimundo; OLIVEIRA, Victor Hugo Oliveira. **Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**. Relatório Executivo III - Primeira Onda – 2016. Violência doméstica, violência na gravidez e transmissão entre gerações. Fortaleza: UFC/IMP, 2017.

CARVALHO, Marcos Castro; SIVORI, Horacio Federico. Gênero, sexualidade e instrução religiosa na política educacional brasileira **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, e175017, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000200310&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 jul. 2020. E-pub, 18 dez. de 2017.

CAVALCANTI, Edlamar Leal de Souza. A apreensão do conhecimento escolar numa perspectiva de gênero. In: FAGUNDES, Tereza Cristina Carvalho. **Ensaio sobre identidade e gênero**. Salvador: Helvécia, 2003.

CEJ, Centro de Estudos Judiciários. **Violência doméstica**: Implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenômeno. Manual Pluridisciplinar. Caderno Especial: Lisboa, 2016.

CHADE, Jamil. Brasil se abstém em voto sobre saúde sexual e reprodutiva na ONU. **Jamil Chade Blogosfera**. Notícias. Publicado em 26 de junho de 2019. Disponível em: <https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/06/26/brasil-se-abstem-em-voto-sobre-saude-sexual-e-reprodutiva-na-onu/>. Acesso em: 07 jul. 2020.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. *In*: CARDOSO, Ruth *et al.* **Perspectivas antropológicas da mulher - 4**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984, p. 23-62.

CICLO DE ABUSO. *In*: **WIKIPÉDIA**, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2018. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ciclo_de_abuso&oldid=51708370. Acesso em: 20 nov. 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. *In*: CUNHA, Olívia Mari Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Quase cidadão**: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 377- 417.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1980.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERRARI, Anderson. Eu sou gay. Legal! Né? – tensionando as relações entre as homossexualidades e escolas. *In*: SOARES, Leôncio (Org.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 547-564.

FEMINICÍDIO. *In*: **Agência Patrícia Galvão**. Dossiê Violência contra as mulheres. Sobre as violências contra as mulheres. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/feminicidio/> Acesso em: 07 jun. 2019.

FERNANDES, Maria da Penha Maia. **Sobrevivi... posso contar**. 2. ed. Fortaleza, CE: Armazém da Cultura, 2012.

FILHA, Constantina Xavier. **Discursos da intimidade**: imprensa feminina e narrativa de mulheres-professoras brasileiras e portuguesas na segunda metade do século XX. São Paulo: Tese (Doutorado em Educação), FEUSP-USP, 2005.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. Ano 13. ISSN 1983-7364. Disponível em: https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf. Acesso em: 07 jul. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19** – Ed. 2. Organizado por Samira Bueno, Juliana Martins, Renato Sérgio de Lima, Isabela Sobral, Amanda Pimentel, Beatriz Franco, David Marques e Talita

Nascimento 29 de maio de 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/06/violencia-domestica-covid-19-ed02-v5.pdf>. Acesso: 29 abr. 2020.

FOSTER, Paula. Pandemia acentua disparidade de gênero no mundo científico. *In: CNN Brasil*. Saúde. Publicado em 27 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/05/27/pandemia-acentua-disparidade-de-genero-no-mundo-cientifico>. Acesso em: 05 jul. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FREITAS, Lúcia Gonçalves. Argumentação e discurso sobre Lei Maria da Penha em acórdãos do STJ. *Bakhtiniana*, São Paulo, n. 9, v. 1, p. 71-89, jan./jul., 2014.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 22, p. 201-246, 2004.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, p. 61-74, nov. 2014.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A “ideologia de gênero” existe, mas não é aquilo que você pensa que é. *In: MARIANO, Alessandro et al. Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 135-140

hooks, bell. **Intelectuais negras**. Florianópolis: Estudos feministas, v. 3, n. 2, 1995. p. 464-478.

hooks, bell. **Vivendo de amor**. *In: WERNECK, J. O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Pallas: Criola, 2000. p. 197.

hooks, bell. **A vontade de mudar: homens, masculinidade e amor**. Tradução de Ayodele e Ezequias Jagge. New York: Atria Books, 2004.

hooks, bell. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. Tradução Rainer Patriota. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?** mulheres negras e feminismo. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019b.

IBGE. **Censo de 2010**. Cidades: Pedra Preta. Panorama. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/pedra-preta/panorama>. Acesso em: 04 out. 2019.

IBGE. **Estimativa da população em 2017**. Pedra Preta. Panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/pedra-preta/panorama>. Acesso em: 04 out. 2019.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101722>. Acesso em: 05 maio. 2020.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Governo Federal, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Tolerância social à violência contra as mulheres**. 2014. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres_novo.pdf. Acesso em: 17 jun. 20.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Governo Federal. **Atlas da violência 2019**. Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784. Acesso em: 12 de out. 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** – Episódios de racismo cotidiano. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAERTE. Laerte Coutinho. Charge. *In*: Blog Muriel Total. Disponível em: <http://murieltotal.zip.net/>. Acesso em: 04 out. 2019.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. 2014. 342 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

LGBT. *In*: **WIKIPÉDIA**, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=LGBT&oldid=58533672>. Acesso em: 07 jun. 2020.

LIMA, Nadia Regina Loureiro de Barros. O adoecer feminino e a culpabilidade discursiva: considerações sobre a incidência do lúpus em mulheres. *In*: STREY, Marlene Neves; NOGUEIRA, Conceição; AZAMBUJA, Mariana Ruwer de (Org.). **Gênero & saúde**: diálogos ibero-brasileiros. Porto Alegre: Edipucrs, 2010. Cap. 10, p. 255-278.

LORDE, Audre. A transformação do silêncio em linguagem e ação. *In*: **Portal Geledés**. Mulher Negra. Publicado em 28 de março de 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/>. Acesso em: 26 jun. 2020.

- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e magistério: identidade, história e representação**. São Paulo: Vozes, 2000.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 3. ed. 2016, p. 09-33.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set. 2014. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>. Acesso em: 14 jul. 2018.
- LUGONES, María. *Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples*. **Pensando los feminismos en Bolivia: Serie Foros 2. La Paz, Conexión Fondo de Emancipación**, p. 129-140, 2012. Disponível em: <http://rcci.net/globalizacion/2013/fg1576.htm>. Acesso em: 07 jun. 2019.
- MATTOS, Amana Rocha. Discursos ultraconservadores e o truque da “ideologia de gênero”: gênero e sexualidades em disputa na educação. **Psicologia Política**, v. 18. n. 43., 2018, p. 573-586.
- MELO, Victor Hugo de. **Para elas**. Belo Horizonte: Nescon/UFMG, 2016.
- MENA, Fernanda. Uma em três brasileiras diz ter sido vítima de violência no último ano. **Folha de São Paulo**. Cotidiano, Folha Mulher. Publicado em 08 de março de 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/03/1864564-uma-em-tres-brasileiras-diz-ter-sido-vitima-de-violencia-no-ultimo-ano.shtml> Acesso em: 26 maio 2020.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
- MISOGINIA. *In*: **WIKIPÉDIA**, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Misoginia&oldid=58571502>. Acesso em: 05 maio. 2020.
- NANI. **Blog Nani Humor**. Charges. s.d. Disponível em: <http://www.nanihumor.blogpost.com/> Acesso em: 05 nov. 2019.
- NATOLI, Salvatore. **Filosofia e formação do caráter**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- O BRASIL É UM DOS PIORES LUGARES DO MUNDO PARA SE NASCER MENINA. **Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos**. Publicado em 08 de março de 2017. Disponível em: <http://themis.org.br/o-brasil-e-um-dos-piores-lugares-do-mundo-para-se-nascer-menina/>. Acesso em: 11 ago. 2018.
- OBREIRO. *In*: **Dicionário inFormal**. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/obreiro/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

OLIVEIRA, Elisa Rezende. Violência doméstica e familiar contra a mulher: um cenário de subjugação do gênero feminino. 9. ed. São Paulo, **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP**, 2012.

OLIVEIRA, João Manuel de. Os feminismos habitam espaços hifenizados – a localização e interseccionalidade dos saberes feministas. **Ex aequo**, n. 22, p. 25-39, 2010.

ONU Mulheres. **Diretrizes nacionais feminicídio**: investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres. Brasília, DF: Curadoria Enap, 2016. Disponível em: acesso <https://exposicao.enap.gov.br/items/show/267>. Acesso em: 05 jul. 2020.

OYËWUMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução de Juliana Araújo Lopes. **CODESRIA Gender Series**. vol. 1, Dakar, CODESRIA, 2004.

PINTO, Manuel. **A infância como construção social**. In: SARMENTO, M. J.; PINTO, M. As crianças: contextos e identidades. Braga: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 1997. p. 33-71.

PRECIADO, Paul B. **Quem defende a criança queer?** Texto traduzido por Fernanda Nogueira e originalmente publicado sob o título “Qui défend l’enfant queer?”. Disponível em: <http://revistageni.org/10/quem-defende-a-crianca-queer/> Acesso em: 06 out. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sulei Carneiro: Pólen, 2019.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**, n. 05, p.17-44, 2010.

RODRIGUES, Alexsandro; PRADO, Caio; ROSEIRO, Steferson Zanoni. Para te assombrar, aqui estamos: Corpos não recomendados de crianças demasiadamente reais. In: RODRIGUES, Alexsandro (org.). **Crianças em dissidências**: narrativas desobedientes. Bahia: Editora Devires, 2018, p.11-34.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação: para quem? **Ciência e Cultura**, 1976, p. 1466-1471.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “Economia Política” do Sexo. Recife: Editora SOS Corpo, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo, Ed. Moderna, 1987, 3. ed.

SAFFIOTTI, Heleieth I. B.; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero**: poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. In: São Paulo em Perspectiva, **Revista da Fundação Seade**, v. 13, n. 4, out-dez/1999, p. 82-91. Número especial: A Violência Disseminada.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu** v. 16, 2001, p.115-136.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2015.

SALGADO, Raquel Gonçalves. Quem merece proteção?: Infâncias, violências e totalitarismo. *In: SCUDDER, Priscila de Oliveira Xavier; GONZÁLEZ, José Marin; ÁVILA (Org.). Racismo ambiental, ecologia, educação e interculturalidade*. Campo Grande: Life Editora, 2019, p. 379-396.

SALGADO, Raquel Gonçalves; SOUZA, Leonardo Lemes de. Gêneros, sexualidades e infâncias: cenas de crianças na contramão da inocência. Rio de Janeiro: **Childhood & philosophy**, v. 14, n. 29, jan.-abr. 2018, pp. 241-258.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVEIRA, Natalia Silva da; SOUZA, Gisele Maria Costa. Atividades na Educação Infantil e Relações de Gênero. **Congresso de Pesquisa Fazendo Gênero**, Florianópolis, 2008, p. 7 Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST10/Silveira-Souza_10.pdf. Acesso em: 12 nov. 2019.

SIMÃO, Márcia Buss Simão; ROCHA, Eloísa Acires Candal. Crianças, Infâncias, Educação e Corpo. São Paulo, **Nuances: estudos sobre Educação**, ano XIII, v. 14, n. 15, 2007, p. 185-204.

SOARES, Ingrid. Bispo Edir Macedo diz que mulher não pode ter mais estudo que o marido. *In: Correio Braziliense*. Brasil. Publicado em 24 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/09/24/interna-brasil,789307/bispo-edir-macedo-diz-que-mulher-nao-pode-ter-mais-estudo-que-o-marido.shtml>. Acesso em: 15 maio 2020.

SOLANO, Esther. Contracapa. *In: Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

SOUZA, Leonardo Lemos de; SALGADO, Raquel Gonçalves; MAGNABOSCO, Molise de Bem. A vida pode ser escrita por linhas tortas: Quando infâncias, gêneros e sexualidades interrogam o desenvolvimento. *In: RODRIGUES, Alexsandro (org.). Crianças em dissidências: narrativas desobedientes*. Bahia: Editora Devires, 2018, p. 149-165.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2018.

STOLKE, Verena. O enigma das interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. Florianópolis: **Estudos Feministas**, v. 14, n. 1, 2006, p. 15-42.

TELES, Maria Amélia de Almeida; SANTIAGO, Flávio; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (Orgs.) **Por que a creche é uma luta das mulheres?** Inquietações femininas já demonstram

que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. 295p.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum:** para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. *In:* LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado.** Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 3. ed. 2016. p. 09-33.

YUCA, Marcelo; SILVA, Jorge Mário da (Seu Jorge); CAPELLETTE, Wilson. A carne. *In:* **Elza Soares - Do cóccix até o pescoço.** Rio de Janeiro: Maianga Discos, Faixa 6, 2002.

Anexo 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada “**Memórias de infância, relações de gênero, educação e violências: entre vidas e linhas de outras Marias**”.

O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que será realizada. Sua colaboração para este estudo é muito importante, mas a decisão de participar deve ser sua. Para tanto, leia atentamente as informações abaixo e não se apresse em decidir. Se você não concordar em participar ou quiser desistir em qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você. Se você concordar em participar, basta preencher os seus dados e assinar a declaração concordando com a pesquisa. Se você tiver alguma dúvida, pode esclarecê-la com as responsáveis pela pesquisa.

A pesquisa tem como objetivo analisar as memórias de mulheres, em situação de Medidas de Proteção da Lei Maria da Penha no ano de 2017 na Vara Única do Fórum da Comarca de Pedra Preta, sobre as experiências de infância vividas na família e na escola e que estão relacionadas ao ser menina. Além disso, pretende-se compreender como essas memórias permitem refletir sobre as experiências de violência vividas no presente.

Seu envolvimento nesta pesquisa consistirá em participar de entrevistas que serão registradas por meio de gravador de áudio e uma roda de conversa ao final da pesquisa para a discussão sobre o tema. Os dados referentes a sua pessoa serão confidenciais e garantimos o sigilo de sua participação durante toda a pesquisa, inclusive na sua divulgação.

Antes de iniciar a entrevista, você será informada quanto ao objetivo da pesquisa, sobre o sigilo de sua identificação e sobre o fato de que os dados serão utilizados apenas para fim de estudos científicos, bem como de que não haverá nenhum tipo de ônus, vantagens ou prejuízos ao participar da pesquisa.

Serão seguidos todos os princípios éticos de pesquisas envolvendo seres humanos, conforme descrito na Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, de modo que esta pesquisa já foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso/Câmpus de Rondonópolis e teve aprovação desse órgão.

Após estas explicações, uma leitura prévia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será realizada, apresentarei a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa e, se houver alguma dúvida, esta será solucionada. Por fim, com a assinatura deste Termo, você, poderá participar da pesquisa, que está dividida em quatro blocos por temáticas específicas, sendo elas: a infância na família, a infância na escola, a violência de gênero e a Lei Maria da

Penha e a mulher que sou hoje. Os encontros acontecerão individualmente, no local de sua escolha, sendo possível a negociação quanto à quantidade de encontros a serem realizados, em função de sua disponibilidade.

Após a transcrição das entrevistas, objetiva-se que as participantes possam ter contato com o material para a análise de suas narrativas, de modo que sejam possíveis, além da releitura, alterações de conteúdo, caso elas considerem necessário.

A pesquisadora é a mestrande Tatiane Coelho Antunes, Assistente Social do Fórum de Justiça da Comarca de Pedra Preta, sob a orientação da Prof^ª Dr^ª Raquel Gonçalves Salgado, da Universidade Federal de Mato Grosso, do Câmpus de Rondonópolis.

Todos os dados gerados nesta pesquisa serão mantidos em sigilo e apenas a pesquisadora terá acesso a eles. Cada participante receberá um pseudônimo e não terá nenhuma identificação que permita associá-la a uma participante em particular.

É importante que você tenha ciência dos riscos leves e moderados relacionados a sua participação nesta pesquisa, quais sejam: sua disponibilidade; desconforto pelo tempo de duração da entrevista; invasão da privacidade, fadiga ou constrangimento ao responder ao questionário; revitimização e stress emocional provocados pela evocação de memórias e ao revelar pensamentos e sentimentos; constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações de áudio; resposta a questões sensíveis, tais como relativas a violência de gênero e alterações de visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em função de reflexões sobre as relações de gênero.

Quanto as providências e cautelas que assumirei frente aos riscos considerados, destaco a garantia do acesso aos resultados individuais das narrativas para análise das entrevistadas antes da escrita final; tornar mínimo os desconfortos, garantindo privacidade através da escolha de um local reservado para as entrevistas, bem como a liberdade para não responder à questões que julgar constrangedoras; estar atenta aos sinais verbais e não verbais de desconforto que vier a apresentar; assegurar a proteção das narrativas e a não estigmatização, garantindo que sempre serão respeitados os seus valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos e a não utilização das informações em seu prejuízo. Ademais, pretendo garantir que a entrevista seja suspensa imediatamente ao perceber algum risco ou dano à sua integridade que não esteja previsto nos termos deste consentimento, informando ao Comitê de Ética qualquer efeito adverso ou fato relevante que altere o curso normal da pesquisa.

Em relação aos benefícios diretos desta pesquisa para as participantes destaco a curto prazo a possibilidade de reflexão quanto as questões propostas, considerando como citado acima, a intenção de realizar uma roda de conversa com as cinco entrevistas, com o objetivo de

pôr em discussão as tensões entre as suas memórias de infância e as situações de violência doméstica vividas no presente.

No que diz respeito ao valor atribuído à Instituição, no caso ao Fórum de Justiça da Comarca de Pedra Preta, destaco o pioneirismo nas discussões relativos ao tema desta pesquisa, bem como a possibilidade de gerar conhecimento generalizável que contribuirá para o desenvolvimento de alternativas efetivas para intervenções nos casos de violência doméstica atendidos pelos diversos profissionais da unidade jurídica. Destaco ainda que a relevância desta pesquisa se pauta na necessidade de avançar nos estudos sobre as relações de gênero e, posteriormente, na convicção de que, dentre todos os tipos de violência contra a mulher existentes no mundo, aquela praticada no ambiente familiar é uma das mais cruéis e perversas, violência que, muitas vezes, se inicia desde a infância, por meio da educação sexista. Cito também a relevância teórica, do contexto histórico que se delineia, do caráter inovador, ético, resistente e político da pesquisa. Pertinente às questões relacionadas ao Serviço Social, área de formação desta pesquisadora, a violência doméstica apresenta-se como uma expressão da questão social e deve ter seus aspectos relacionados a uma prática investigativa por parte do profissional, no sentido de desvendar o imediatismo e propor formas de resistências a padrões rígidos de comportamentos que cerceiam a liberdade e a subjetividade.

Não haverá qualquer tipo de despesas no que tange a materiais ou testes. Ao assinar esse Termo de Consentimento, você não está abrindo mão dos seus direitos legais.

Através deste documento, fica assegurado o direito da Sra _____, que terá todos os esclarecimentos relativos à pesquisa garantidos, incluindo a metodologia utilizada, em quaisquer momentos e situações que forem necessários. A partir do momento em que você, participante da pesquisa, não desejar mais fazer parte desta, reservamos-lhe o direito de retirar o seu consentimento, livre de sofrer qualquer penalidade ou danos, quaisquer que sejam.

Uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você e outra via, com a pesquisadora.

Qualquer dúvida ou por qualquer outro motivo necessitar de orientações a respeito da pesquisa, antes e durante o seu curso, você poderá entrar em contato com: Tatiane Coelho Antunes, telefone (66) 996370394, email taticantunes@hotmail.com, com a professora orientadora Dr^a Raquel Gonçalves Salgado, do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) (telefone: 66 3410-4035) ou com o Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos da UFR (telefone: 66 3410-4153), localizado na Avenida dos Estudantes, 5055, Cidade Universitária, Rondonópolis, Mato Grosso, CEP: 78736-900.

Eu, _____,
inscrita sob o RG: _____, Idade: _____, Naturalidade: _____,
voluntária, dou consentimento livre e esclarecido, para participar da pesquisa acima, após ser
devidamente esclarecida, para que façam os procedimentos necessários a esta pesquisa e
posterior uso e publicação dos dados nos relatórios finais e conclusivos, a fim de que estes
sirvam para beneficiar a ciência e a humanidade. Declaro que recebi a via do presente Termo
de Consentimento.

Rondonópolis, _____ de _____ de 2019.

Apêndice 1 – Roteiro de entrevista

1 FORMULÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO

Escolha do nome fictício (como gostaria de ser identificada na pesquisa):

Idade:

Escolaridade:

Profissão/Ocupação:

Renda:

Estado civil/conjugal:

Número de filhos/as:

Condição de moradia:

Pessoas com as quais reside:

Bairro onde reside:

2 ROTEIROS TEMÁTICOS

1º BLOCO - A INFÂNCIA NA FAMÍLIA:

1. Como era a sua família na sua infância, que pessoas faziam parte dela e moravam com você?
2. Você se recorda de quem era responsável por seus cuidados na maior parte do tempo durante sua infância?
3. Como você vê o tipo de educação recebida por você na infância?
4. Para você, o que é a infância?
5. O que foi a sua infância?
6. Que experiências foram mais marcantes na sua infância? Por quê?
7. Se você pudesse mudar algo na sua infância, o que você mudaria? Por quê?
8. O que você mais gostava de fazer na infância? Por quê?
9. Você podia brincar livremente na sua infância ou lembra-se de proibições?
10. De quê, com quem e onde você costumava brincar?
11. Sua família frequentava alguma religião? Qual?
12. E você, gostava de frequentar essa instituição religiosa? Por quê?
13. Durante a sua vida de menina, você percebeu diferenças nos modos como meninas e meninos eram tratados e educados? Que diferenças foram essas? O que você acha disso?
14. O que foi ensinado e aprendido por você, quando era criança, em relação a ser menino e menina em sua família?
15. O que foi ser menina na sua família?

16. Houve situações em que você foi proibida de fazer coisas por ser menina? O que você acha disso?
17. Houve situações em que você foi obrigada a fazer coisas por ser menina? O que você acha disso?
18. Sobre o corpo, o que foi ensinado e aprendido por você, quando era criança?
19. Você se lembra de ter sofrido algum preconceito ou discriminação quando era criança? Deseja compartilhar? Por que você acha que isso aconteceu?
20. Para quais lugares você ia quando era criança? Para quais lugares você mais gostava de ir? Por quê? Com quem você ia? Havia algum lugar para o qual você era proibida de ir?
21. Você gostaria de falar mais alguma coisa sobre esse assunto que nós não chegamos a mencionar?

2º BLOCO - A INFÂNCIA NA ESCOLA:

1. Qual era a sua idade quando começou a ir para a escola?
2. Gostava de ir para a escola? Por quê?
3. O que você mais gostava de fazer na escola? Por quê?
4. Que experiências na escola foram mais marcantes para você?
5. Suas amizades eram mais com meninas ou meninos? Por que você acha que isso acontecia?
6. Como foi ser menina na escola?
7. Na escola, você percebeu diferenças nos modos como meninas e meninos eram tratados e educados? Que diferenças foram essas? O que você acha disso?
8. O que foi ensinado e aprendido por você, na escola, em relação a ser menino e menina?
9. Na escola, houve situações em que você foi proibida de fazer coisas por ser menina? O que você acha disso?
10. Na escola, houve situações em que você foi obrigada a fazer coisas por ser menina? O que você acha disso?
11. Você se lembra de ter sofrido algum preconceito ou discriminação na escola? Deseja compartilhar? Por que você acha que isso aconteceu?
12. Você gostaria de falar mais alguma coisa sobre esse assunto que nós não chegamos a mencionar?

3º BLOCO - A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A LEI MARIA DA PENHA:

1. Nas suas lembranças de infância, você se recorda de conflitos e situações de violência que tenham acontecido na sua família? Algum fato a marcou em especial? Você gostaria de falar sobre isso?
2. Como você conheceu a Lei Maria da Penha? Você tem conhecimento dos tipos de violência contra a mulher descritos nessa legislação?
3. O que você acha dessa lei?
4. Você acha que o Estado protege as mulheres que vivem violências domésticas?
5. Você acredita que a violência doméstica tem alguma relação com a forma como homens e mulheres são vistos e tratados na nossa sociedade? Por quê?
6. Você acha que a violência doméstica tem alguma relação com a educação?
7. Qual foi o motivo da denúncia? Você poderia falar sobre o que aconteceu entre você e seu parceiro no momento da denúncia?
8. Qual é o tipo de relação que você tem atualmente com a pessoa que foi denunciada?
9. Depois da denúncia, o que aconteceu com você, com a sua vida?
10. Ele cumpriu as determinações das Medidas Protetivas? Ele voltou a praticar atos violentos contra você?
11. Como você se sentiu na época em que fez a denúncia? Sofreu algum tipo de censura, ameaça?
12. Antes de realizar a denúncia, você já havia vivenciado alguma situação de violência pelo fato de ser mulher?
13. Que mensagem você gostaria de deixar (ou não) como contribuição para as mulheres que vivem conflitos nos relacionamentos afetivos e conjugais e costumam sofrer violência doméstica?
14. Você gostaria de falar mais alguma coisa sobre esse assunto que nós não chegamos a mencionar?

4º BLOCO - A MULHER QUE SOU HOJE:

1. Para você, o que é ser mulher? E o que é ser homem?
2. Como você se sente como mulher na nossa sociedade?
3. O que mais a realiza hoje como mulher?
4. Você considera que houve mudanças nos modos de ser homem e mulher ao longo do tempo? Como você acha que essas mudanças influenciaram os relacionamentos afetivos, conjugais e familiares nos dias de hoje?
5. Você gosta do seu corpo? Mudaria algo nele? Por quê?

6. Como está sua vida atualmente?
7. A sua maneira de pensar atual tem relação com o tipo de educação que você viveu na sua família e na escola?
8. Você me contou situações da sua infância. Trazer essa história passada permite a você pensar no presente de outra maneira, de modo diferente?
9. Você gostaria de falar mais alguma coisa sobre esse assunto que nós não chegamos a mencionar?